



SUMÁRIO

Apresentação	1
I. Caracterização das comunidades indígenas	2
I.1. Introdução	2
I.2. Considerações das Instituições indígenas, indigenistas, ambientalistas governamentais e não governamentais parceiras com os povos indígenas da área de influência sobre a pavimentação da BR 319.	9
I.2.1 Fundação Nacional do Índio – FUNAI	9
I.2.2 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB	12
I.2.3 Conselho Indigenista Missionário – CIMI	20
I.2.4 Fórum Permanente de Defesa da Amazônia Ocidental.....	26
I.2.5 Fundação Estadual dos Povos Indígenas - FEPI	33
I.2.6 Confederação das Organizações Indígenas do Amazonas-COIAM	35
I.3. Povos e Terras Indígenas na área de influência da BR-319 entre os km 250 a 655,7.....	42
I.4. Caracterização físico-biótica das TI	45
I.4.1 Tipologia Vegetacional.....	45
I.4.1.1 A Floresta Tropical Amazônica	46
I.4.2 Formações Geológicas	55
I.4.3 Estruturas Geomorfológicas.....	56
I.4.4 Estruturas Pedológicas	59
I.4.5 Rede hidrográfica.....	66
I.5. Caracterização sociocultural dos Povos Indígenas.....	72
I.5.1 Povo Mura: modo de vida, relações sóciopolíticas, econômica e cultural intra e extratribal	72
a) Terra Indígena Lago Capanã: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.....	75
Educação e Saúde	78
Economia.....	79
Conflitos.....	80
b) Terra Indígena Ariramba: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.....	82
Educação e Saúde	87



Terra.....	87
Conflitos.....	88
c) Terra Indígena Lago Jauari: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.....	90
Educação e Saúde	92
Economia.....	92
Terra.....	93
Conflitos.....	94
d) Terra Indígena Itaparanã: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.	95
Educação, saúde e economia.....	96
Conflitos.....	96
e) Terra Indígena Cunhã Sapucaia: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.	98
Educação e saúde	100
Economia.....	100
Conflitos.....	101
I.5.2 O Povo indígena Torá: modo de vida, relações sóciopolíticas, econômica e cultural intra e extratribal.....	103
a) Terra Indígena Torá: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.....	105
Educação e saúde	108
Economia.....	108
Conflitos.....	108
I.5.3 O Povo Indígena Munduruku: modo de vida, relações sóciopolíticas, econômica e cultural intra e extratribal.....	111
a) Terra Indígena Kamaywa: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.....	113
Educação e saúde	114
Conflitos.....	114
I.5.4 O Povo Indígena Apurinã: modo de vida, relações sóciopolíticas, econômica e cultural intra e extratribal.....	117
a) Terra Indígena Apurinã do igarapé Tauamirim: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos	120
Educação e saúde	122
Economia.....	124
Conflitos.....	124



b) Terra Indígena Igarapé São João: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.	127
Educação e saúde	128
Economia.....	129
Conflitos. Relações com os órgãos públicos e a sociedade regional	129
c) Terra Indígena Apurinã do Lago do Barrigudo: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.	131
Educação e saúde	132
Economia.....	132
Conflitos.....	133
d) Terra Indígena Tucumã: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.	133
Educação e saúde	134
Economia.....	135
Conflitos: Frentes de expansão, questão fundiária e empreendimentos rodoviários.	135
I.5.5 O Povo Indígena Paumari: modo de vida, relações sociopolíticas, econômica e cultural intra e extratribal.	137
a) Terra Indígena Mamori: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.	140
Educação e saúde	140
Economia.....	140
Conflitos.....	141
I.5.6 O Povo Indígena Parintintim: modo de vida, relações sóciopolíticas, econômica e cultural intra e extratribal.	142
a) Terra Indígena Nove de Janeiro: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos	146
Educação e saúde	147
Economia.....	148
Conflitos.....	148
I.5.7 A Situação dos Índios Isolados	151
I.6. Impactos ambientais, recomendações e medidas compensatórias e mitigadoras dos povos indígenas envolvidos.	159
I.6.1 Impactos e recomendações do povo Mura da Terra Indígena Lago Capanã	160
I.6.2 Impactos e recomendações do povo Mura da Terra Indígena Arirambá/Lago	162
I.6.3 Impactos e recomendações do povo Mura da Terra Indígena Lago Jauari	163
I.6.4 Impactos e recomendações do povo Mura da Terra Indígena Itaparanã.....	164



I.6.5 Impactos e recomendações do povo Mura da Terra Indígena Cunhã Sapucaia.....	166
I.6.6 Impactos e recomendações do povo Torá da Terra Indígena Tora	168
I.6.7 Impactos e Recomendações do Povo Apurinã da Terra Indígena do Igarapé Tauamirim	170
I.6.8 Impactos e recomendações do Povo Apurinã da Terra Indígena do Igarapé São João	173
I.6.9 Impactos e recomendações do Povo Apurinã da Terra Lago do Barrigudo.....	173
I.6.10 Impactos e recomendações do povo Apurinã da Terra Indígena Tucumã.....	175
I.6.11. Impactos e recomendações do povo Paumari da Terra Indígena Mamori.....	176
I.6.12. Impactos e recomendações do povo Parintintim da Terra Indígena Nove de Janeiro	177
I.7. Turismo e ecoturismo em Terras Indígenas: desafios e perspectivas.....	178
Considerações sobre o turismo nas terras indígenas da área de influência da BR 319	185
I.8. Conclusões	187
Medidas mitigadoras para as terras indígenas da área de influencia direta e indireta da BR 319.	191
II. Prognóstico Ambiental e Avaliação dos Potenciais Impactos Ambientais.....	194
II.1. Prognóstico Ambiental.....	195
II.1.1.Potencias Impactos Ambientais Identificados relacionados às comunidades indígenas	195
II.1.1.1.Enfraquecimento e vulnerabilidade de ordem social	195
II.1.1.2.Despovoamento de terras indígenas.....	196
II.1.1.3.Conflitos entre populações locais e migratórias	197
II.1.1.4.Acidentes decorrentes da circulação rodoviária	197
II.1.1.5.Ocupação desordenada nas áreas do entorno.....	197
II.2. Medidas mitigadoras e compensatórias recomendadas por impacto.....	198
II.2.1.Enfraquecimento e vulnerabilidade de ordem social	198
II.2.2.Despovoamento de terras indígenas.....	199
II.2.3.Conflitos entre populações locais e migratórias	199
II.2.4.Acidentes decorrentes da circulação rodoviária	200
II.2.5.Ocupação desordenada nas áreas do entorno	200
Referências Bibliográficas	203



ANEXO I – PROPOSTA DE PROGRAMA DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS - FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR 319	208
ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA – TERRAS INDÍGENAS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA E INDIRETA DA BR 319	238
ANEXO III - MAPAS	239



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Trabalho de campo nas Terras Indígenas	7
Tabela 2 - Índios isolados em situação de risco	25
Tabela 3 - Situação jurídica - administrativa atual das terras indígenas no Brasil (FUNAI,2008).	43
Tabela 4- Espécies da Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas.	48
Tabela 5 - Espécies da Floresta Ombrófila Densa Aluvial.	50
Tabela 6- Espécies de lianas da Floresta Ombrófila Aberta das Terras Baixas.	52
Tabela 7 - Espécies da Floresta Ombrófila Aberta Aluvial.	53
Tabela 8 - Espécies da formação Pioneira com influencia fluvial/lacustre	55
Tabela 9 - Terras Indígenas da área de influência direta e indireta banhadas pelos afluentes e lagos que compreendem a sub-bacia do Rio Madeira.	70
Tabela 10 - Terras Indígenas da área de influência direta e indireta banhadas pelos afluentes e lagos que compreendem a sub-bacia do Rio Purus.	70
Tabela 11– Terras Indígenas em sobreposição com Unidades de Conservação	189
Tabela 12 - Avaliação de Potenciais Impactos Ambientais –comunidades indígenas.....	198
Tabela 13 -Planilha de Potenciais Impactos Ambientais – comunidades indígenas.	201



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Terras Indígenas – Aldeias e Situação Fundiária	8
Figura 2 -. Região Hidrográfica Amazônica e suas Sub-Regiões, com destaque para as do Purus e do Madeira, no interior do triângulo. Fonte: MMA/PNRH (2007).....	69
Figura 3– Lago Capanã. Terra Indígena Lago Capanã. Faria 2007/ Rio Marmelos. Terra Indígena Tora Manicoré, Faria, 2007.....	71
Figura 4 – Rio Madeira. Manicoré. Gusmão 2007.	71
Figura 5 – Lago Pupunha. Terra Indígena 9 de Janeiro. Faria, Humaitá, 2007.....	71
Figura 6 – Reunião aldeia Palmeiras. Terra Indígena Mura Lago Capanã. Manicoré, 2007.	81
Figura 7–Aldeia Palmeiras. Terra Indígena Mura Lago Capanã. Gusmão, Manicoré, 2007.....	81
Figura 8 – Aldeia de Ariramba. Terra Indígena Ariramba. Faria, Manicoré, 2007	89
Figura 9 – Reunião aldeia Ariramba. Gusmão, Manicoré, 2007.....	90
Figura 10 – Reunião na aldeia Boca do Jauari. Terra Indígena lago do Jauari,Gusmão, Manicoré, 2007	94
Figura 11 – Identificação do território. Aldeia Boca do Jauari. Terra Indígena Lago Jauari, Faria, 2007.....	95
Figura 12 - Reunião aldeia Bom Jesus. Terra Indígena Itaparanã. Faria, Canutama, 2007.....	97
Figura 13- Identificação de território reivindicado. Aldeia Bom Jesus. Gusmão, 2007.....	97
Figura 14 – Reunião aldeia Igarapé Grande, Terra Indígena Cunhã Sapucaia, Gusmão, 2007	102
Figura 15 – Reunião aldeia Paranaquara. Terra Indígena Cunhã Sapucaia, Gusmão, 2007...	103
Figura 16 – Aldeia Panorama. Terra Indígena Torá. Faria, 2007.....	110
Figura 17 – Reunião participativa aldeia Panorama. Terra Indígena Torá. Gusmão, 2007.....	110
Figura 18 – Terra Indígena Kamaywa, Gusmão, Manicoré, 2007.....	115
Figura 19 – Reunião participativa de identificação do território. Gusmão, Manicoré,2007.	116
Figura 20 - Acampamento de madeireiros no ramal Democracia. Gusmão, Manicoré, 2007...	116
Figura 21 – Retirada de madeiras as margens do ramal Democracia. Gusmão, Manicoré, 2007.	117
Figura 22 – Aldeia São Francisco, Terra Indígena Igarapé Tauamirim. Gusmão, Tapuá,2007	126
Figura 23– Reunião sobre o ramal que liga Tapuá a BR 319. Gusmão, Tapuá, 2007.	126



Figura 24 – Aldeia São João. Terra Indígena Igarapé São João. Gusmão, Tapauá, 2007.	130
Figura 25 - Reunião sobre o ramal que liga Tapauá a BR 319. Gusmão, Tapuá, 2007.	131
Figura 26 – reunião participativa na aldeia Tucumã. Gusmão, Humaitá, 2007.	136
Figura 27 – Aldeia Ponta do Evaristo. Gusmão, Tapauá, 2007.	141
Figura 28 – Reunião Aldeia Ponta do Evaristo. Gusmão Tapauá, 2007.	142
Figura 28 – Aldeia Pupunha. Faria, Humaitá, 2007.	148
Figura 29 – Escola da aldeia Pupunha. Faria, Humaitá, 2007.	149
Figura 30 – Reunião na Escola da aldeia de Traira,. Gusmão, Humaitá, 2007.	149
Figura 31 – Aldeia Traira. Faria, Humaitá, 2007.	150

Apresentação

Este relatório está dividido em duas partes, a primeira refere-se ao diagnóstico das comunidades indígenas da área de influência da BR-319 e, foi elaborado pela equipe de antropólogos responsáveis pelo componente indígena do Estudo de Impacto Ambiental da referida rodovia. As informações contidas neste diagnóstico estão de acordo com o Termo de Referência expedido pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI. A segunda parte refere-se ao prognóstico e avaliação de impactos ambientais, elaborado pela equipe de Prognóstico e Impactos em conjunto com a Equipe de Antropologia do mesmo estudo. Em anexo apresentamos a Proposta de um Programa de Apoio aos Povos Indígenas, que tem como objetivo implantar uma política de Gestão territorial das terras indígenas localizadas na área de influência da BR-319 por meio da valorização cultural, do fortalecimento político e social e da sustentabilidade econômica.



I. Caracterização das comunidades indígenas

I.1. Introdução

Em 1970, o governo federal deu início a vários empreendimentos voltados para a construção de estradas na Amazônia. Antes dessa década, já existiam os empreendimentos da rodovia Belém-Brasília, BR 010, “correndo de norte a sul nas bordas ocidentais da Amazônia” e a rodovia BR 364 “ligando Cuiabá a Porto Velho”. A novidade da década de 1970 estaria vinculada à construção de mais três estradas na Bacia Amazônica: “a Transamazônica, com cinco mil quilômetros, correndo de leste a oeste através da Amazônia, do nordeste do Brasil à fronteira com o Peru; a BR 165, ou Rodovia Santarém-Cuiabá, de norte a sul, atravessando a região Centro-Oeste; e a BR 174, ligando Manaus a Boa Vista (Roraima), ao longo da fronteira setentrional com a Venezuela e a Guiana”. Em meados da década acima referida, com exceção da BR 174, todas essas estradas haviam sido concluídas (Davis, 1978 apud Braga, 2005:1).

A justificativa da época para a construção de estradas na Amazônia fundamentava-se no argumento da almejada “integração nacional”, ou seja, segundo o Ministério dos Transportes, por intermédio do DNER, buscava-se “formar uma rede unificada de estradas na qual seriam levados em conta os interesses civis e militares visando à integração nacional”. O que só foi possível, com o apoio logístico e experiência adquirida pelas corporações militares brasileiras, sobretudo o pessoal de engenharia, imprescindíveis na construção de estradas na Amazônia. Por outro lado, não faltaram empréstimos do Banco Mundial, “os maiores empréstimos já feitos a qualquer país para a construção de estradas na história do Banco Mundial” (Davis, 1978: 90-91 apud Braga, 2005:1).

Quanto aos povos indígenas, há registros de assinatura de um “contrato” entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em outubro de 1970, para “pacificação de tribos indígenas ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá”. De acordo com dados da época coligidos pela própria FUNAI, “havia mais de cinco mil índios vivendo na área dessas estradas, dispersos entre mais de 29 grupos tribais. Doze dessas tribos só tinham contatos esporádicos com a sociedade brasileira. Muitas outras eram hostis às intromissões externas e haviam conseguido expulsar estranhos no passado. Duas das primeiras tribos a serem pacificadas pela FUNAI foram os Parakanã e os Krêen-Akaróre”. O contato com esses dois grupos resultou em morte por doenças infecto-contagiosas, como o sarampo, a gripe, além da diminuição do território,

inclusive deslocamento dos Krêen-Akaróre de seu território tradicional, localizado no Rio Peixoto de Azevedo, nas florestas de Cachimbo, ao norte de Mato Grosso, para o recém criado (1967) Parque Nacional do Xingu, próximo de seus inimigos, os Txukahamae (Davis, 1978: 92-104 apud Braga, 2003:2).

A questão que se coloca, portanto, é a do “custo humano, social e cultural elevado para a construção dessas estradas”. O governo brasileiro poderia ter “intervido para proteger essas áreas indígenas contra as intromissões externas, e poderia ter planejado as estradas e projetos de desenvolvimento de modo a não ameaçar a integridade territorial das tribos indígenas”, pois “na medida em que os grupos indígenas estejam garantidos pela posse inviolável de seus territórios tradicionais, e a eventual transformação de seu modo de vida proceda de maneira gradual e harmoniosa, os índios deixarão de ser as habituais e necessárias vítimas do progresso e se tornarão seus beneficiários e colaboradores (The Krêen-Akaróre situation of the indian in South América. Genebra, 1972; In: Davis, 1978: 104 apud Braga, 2003:2)”.

Segundo Philippe Léna (2004), tomando como referência o documento do governo Lula (Plano Plurianual para a Amazônia Legal 2004-2007), o que se identifica é a existência de “duas vertentes bastante diferentes do desenvolvimentismo”. A primeira pode-se dizer que “continua extremamente predatória, apresentando um quadro de apropriação ilegal e violenta da terra e dos recursos, com assassinatos e outras violências”. O autor exemplifica para este caso a chamada “Terra do Meio” ou ao “longo da BR 163 (Cuiabá-Santarém)”, além de “diversos bolsões onde as dinâmicas de expansão de fronteira (dinâmicas às vezes consideradas como superadas) estão ressurgindo com força, mostrando que não houve mudanças estruturais profundas no processo de ocupação”. A segunda vertente, “considerada mais aceitável pela sociedade, apresenta um quadro mais moderno: expansão da cultura mecanizada da soja, modernização da agropecuária (intensificação e melhoramento das pastagens, cuidados veterinários, priorização da qualidade, incorporação de inovações tecnológicas) e da exploração madeireira, além da instalação de pequenas empresas de tecnologia razoavelmente avançada na região”. De qualquer forma, “apesar das diferenças óbvias, é possível constatar que, direta ou indiretamente, os efeitos colaterais locais dessas dinâmicas mais modernas não são tão diferentes” de um passado já bem conhecido conforme relatamos anteriormente. Em ambas as vertentes, ainda “falta estrutura política que permitisse o controle coletivo e democrático do interesse público bem como a garantia dos direitos privados legítimos”.

Conforme Léna (2004), mesmo que se reconheça uma disposição política do Estado, expressa inclusive no projeto de infra-estrutura que consta na Agenda 21 do governo federal, corre-se ainda “um grande perigo, principalmente porque o Estado não está em condição (política e operacionalmente) de controlar os interesses privados e a corrupção”. As garantias somente seriam adquiridas com “um ordenamento e controle fundiário perfeito, assim como um Estado de direito efetivamente funcionando”, desta forma “os grandes projetos infra-estruturais não seriam tão impactantes”. O que se observa, entretanto, é que a grilagem de terras ainda vigora em muitas áreas, e as “obras de infra-estrutura não raro acarretam a invasão de áreas indígenas e a destruição de centenas de milhares de quilômetros quadrados de florestas”.

Não seria demais lembrar, como assinala o mesmo autor, que este modelo desenvolvimentista “continua a concentrar renda e destruir atividades sem criar empregos em número suficiente para empregar a mão de obra assim jogada no mercado de trabalho” (Léna, 2004: 148-149 apud Braga, 2003:4).

Diante do exposto e tendo como tarefa avaliar os problemas decorrentes da efetivação de uma estrada, em especial para os povos indígenas, que teve seu projeto inicial consubstanciado na tese desenvolvimentista do último quarto do século passado, à época BR 174 e hoje definida como BR 319; não se trata unicamente de ser favorável ou contrário à conclusão desse e de outros projetos, mas defender formas possíveis de gestão administrativa para um Estado que se quer moderno, sem necessariamente acarretar custo social para as populações que direta ou indiretamente estariam envolvidas nessas ações.

Nas palavras de Azis Ab' Saber (1996), “não há que se fechar estradas”, mas sim o contrário, “há que se realizar, a partir das rodovias já existentes um novo estilo de gerenciamento: mais inteligente, mais versátil, mais integrado”. Estas ações se justificam porque “a abertura de longas estradas, rasgando matas virgens, por centenas de quilômetros e em curto espaço de tempo”, tem “favorecido todo o tipo de apossamento de terras e operações cartoriais ilegais”. É nessa perspectiva que reconhecemos o papel do Estado, fortalecendo a nível local as populações que precisam ser protegidas de interesses escusos, não raro associados ao grande capital especulativo (Braga, 2003:4).

Inicialmente, foram levantadas informações sobre os povos indígenas no município de Manaus (AM) junto às lideranças indígenas dos povos Munduruku, Apurinã e Parintintim e o primeiro trabalho de campo no município de Manicoré onde houve reuniões com a Organização dos Povos Indígenas Torá, Tenharim, Apurinã, Mura e Pirahã (OPITTAMP), com a Health and

Development Service (HANDS), organização não governamental financiada pelo governo do Japão para assistir comunidades tradicionais na área da saúde e levantamento de dados junto a Secretaria de Educação (SEDUC), Instituto Brasileiro Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Entre 12 a 20 de julho/2007 foram realizadas reuniões com consultas aos povos Mura Torá, Apurinã e Munduruku na área de influência da BR 319, nos Municípios de Manicoré e Humaitá. Neste sentido, a participação de um coordenador da OPITTAMP durante o tempo das visitas, constitui-se num aspecto fundamental para facilitar a entrada da equipe nas comunidades indígenas assim como, possibilitou informações relevantes que foram aproveitadas pelas comunidades na proposição de alternativas e projetos orientados a fortalecê-las reduzindo possíveis impactos socioambientais nas terras indígenas como consequência do empreendimento em questão. O Eng. Agrônomo Marcelo Gusmão, assessor do departamento Etnoambiental da COIAB, também se somou à equipe do EIA-RIMA neste trabalho em Manicoré. Esta participação garantiu a transparência do processo de consulta às comunidades e orientou a discussão sobre medidas mitigadoras e compensatórias que poderiam estar desenvolvendo os atores envolvidos.

No período compreendido entre 11 e 15 de setembro/2007 a equipe viajou ao Município de Humaitá para continuar com a metodologia de consulta e com os objetivos anteriormente apresentados. Para isso visitamos terras indígenas Apurinã, Parintintim e Mura, todas dentro da área de influência direta e indireta da BR 319, isto é, aldeias próximas a BR 319, na confluência entre a BR 230 Transamazônica e a BR 319 e aldeias pouco distantes da BR 230. A equipe foi acompanhada pelo coordenador Valmir Parintintim da OPIPAM (Organização Povo Indígena Parintintim do Amazonas), assim como por Marcelo Gusmão do setor Etnoambiental da COIAB.

Outra saída de campo realizou-se entre 28 de setembro e dois de outubro/2007 no município de Borba para consulta na Terra Indígena Cunhã Sapucaia, na comunidade Igarapé Grande do povo Mura Outra saída de campo realizou-se entre 28 de setembro e dois de outubro no município de Borba para consulta na Terra Indígena Cunhã Sapucaia, na comunidade Igarapé Grande do povo Mura.

Entre o 23 e 30 de outubro/2007 a equipe deslocou-se para o Município de Tapauá para realizar consulta na Terra Indígena São João e Terra Indígena Tauamirim (povo Apurinã) e a Terra Indígena Mamori (Paumari e Mamori).

Realizamos três reuniões, uma na cidade de Tapauá, na sede do CIMI (Comissão Indigenista Missionária), organização que presta apoio ao povo Apurinã. Também estavam presentes na reunião o Sr. Orlando Batista, representante Apurinã; o cacique Aldilho Francisco da Silva da Terra Indígena São João; Elton Rodrigues Nascimento da CPT (Comissão Pastoral da Terra); Gelson Monteiro de Alexandria e Raimundo Felito de Freitas da equipe da CIMI.

A última Terra Indígena visitada foi Lago do Barrigudo, de 23 a 25 de janeiro/2008, no município de Borba. Fomos acompanhados pelo coordenador da OIMNB (Organização indígena Mura de Novo Aripuanã e Borba).



Tabela 1 - Trabalho de campo nas Terras Indígenas

Nº	Terra Indígena/ povo/Município	Latitude	Longitude	Aldeia/Ponto	Data trabalho de campo
1	Cunha-Sapucaia Mura Borba	S04°22'39.9"	W 60°22'49.1"	Igarapé Grande	28/09 a 02/10/2007
2	Cunha-Sapucaia Mura Borba	S 04°10' 58.4"	W 60°22'49.1"	Paranaguara	28/09 a 02 /10/2007
3	Cunha-Sapucaia Mura Borba	S 04°25' 23.7"	W 59°57'00.6"	Escondido/Puranga	28/ 09 a 02/10/2007
4	Tauamirim Apurinã etc Tapauá	S 05°30'26.7"	W 63°00'38.8"	São Francisco	23 a 30/ 10/2007
5	São João Apurinã Tapauá	S 05°37' 18.2"	W 63° 10'39.9"	São João	23 a 30/10/2 007
6	Mamori Apurinã Tapauá	S 05°48' 40.4"	W 63° 18'46.5"	Ponta do Evaristo	23 a 30/10/2007
7	9 de Janeiro Parintintim Humaitá	S 07°28' 01.3"	W 62°56'22.3"	Pupunha	11 a 15 de 09 /2007
8	Tucumã Apurinã Humaitá	S 07°30' 33.7"	W 63° 16'10.0"	Tucumã	11 a 15 de 09/ 2007
9	9 de Janeiro Parintintim Humaitá	S 07°29'47.9"	W 63°36'31.5"	Traira	11 a 15 de 09/2 007
10	Itaparanã Mura Humaitá	S 07°29' 06.8"	W 63°46'49.1"	Bom Jesus	11 a 15 de 09/2007
11	Lago do Capanã Mura Manicoré	S 06°04' 18.1"	W 61°59'55.7"	Palmeira	13 a 20/0 7/2007
12	Lago Jauari Mura Manicoré	S 06° 11' 30.4"	W 62° 11'08.1"	Boca do Jauari	13 a 20/07/2007
13	Ariramba Mura Manicoré	S 06°14' 47.8" -	W 61°53'46.8"	Ariramba	13 a 20/0 7/2007
14	Kamaywá Munduruku Manicoré	S 05°45' 57.5"	W 61°27'02.0"	Kamaywa	13 a 20/07/2 007
15	Tora Tora Manicoré	S 06° 15' 18.0"	W 61°43'58.0"	Panorama	13 a 20/07 /2007
16	Lago Barrigudo Apurinã Beruri			Cacoal	23 a 25/01/2008

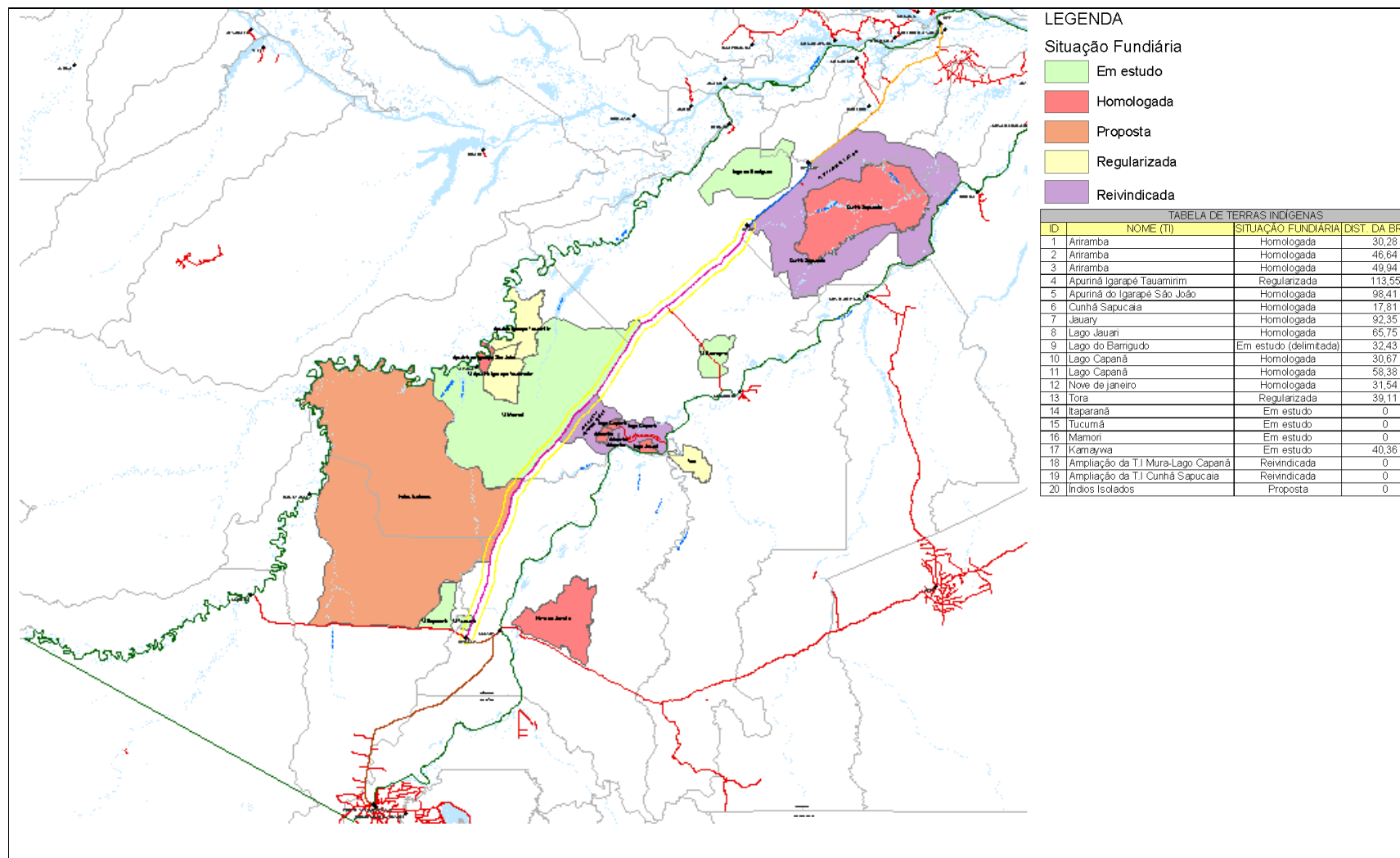


Figura 1 - Terras Indígenas – Aldeias e Situação Fundiária

I.2. Considerações das Instituições indígenas, indigenistas, ambientalistas governamentais e não governamentais parceiras com os povos indígenas da área de influência sobre a pavimentação da BR 319.

O levantamento de dados secundários foi realizado entre os meses de junho a setembro de 2007 na cidade de Manaus. O mesmo baseou-se na realização de entrevistas e coleta de materiais e dados diversos: mapas, censos, relação das comunidades e sua localização, quadros sinópticos, estudos de impacto ambiental na BR 163, diversa documentação gráfica e eletrônica, matérias de jornal sobre BR 319, etc.

As entrevistas também serviram de base para facilitar contactos com organizações e interlocutores privilegiados dos Municípios de Manicoré e Humaitá, assim como de lideranças indígenas, que estariam fornecendo outras informações e dados relevantes das comunidades atingidas pelo projeto de pavimentação da BR 319.

Esta atividade constituiu-se preparatória para as saídas de campo à BR 319, com o objetivo de realizar consulta às comunidades sobre possíveis impactos culturais e socioambientais na área de asfaltamento no trecho Humaitá - Manicoré.

Para este fim foram consultadas as seguintes instituições: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Departamento Fundiário (DEFU/FUNAI); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Federação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI); Fórum Permanente de Defesa da Amazônia Ocidental e Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) e Confederação das Organizações Indígenas do Amazonas (COIAM).

I.2.1 Fundação Nacional do Índio – FUNAI

A Fundação Nacional do Índio é o órgão do Governo Federal que estabelece e executa a política indigenista no Brasil, dando cumprimento ao que determina a Constituição brasileira de 1988. Foi criada em 1967 em substituição do "Serviço de Proteção ao Índio" (SPI), este por sua vez criado em 1910.

Compete à FUNAI promover a educação básica aos índios, demarcar, assegurar e proteger as terras por eles tradicionalmente ocupadas, estimular o desenvolvimento de estudos e levantamentos sobre os grupos indígenas. A Fundação tem, ainda, a responsabilidade de defender as Comunidades Indígenas, de despertar o interesse da sociedade nacional pelos índios e suas causas, gerir o seu patrimônio e fiscalizar as suas terras, impedindo as ações predatórias de garimpeiros, posseiros, madeireiros e quaisquer outras que ocorram dentro de seus limites e que representem um risco à vida e à preservação desses povos.

Na Fundação Nacional do Índio – FUNAI, realizou-se entrevista com o Sr. Eurípedes Brito, Chefe do Posto de Manicoré levando em consideração que sua jurisdição abrange a área de estudo EIA-RIMA BR 319 trajeto Humaitá – Manicoré. O Posto Indígena de Manicoré foi implantado há 4 anos que atende os povos indígenas localizadas próximas ao rio Purus assim como outros grupos no Estado de Rondônia.

O Posto Indígena de Manicoré atende 07 etnias: Mura, Apurinã, Torá, Parintintim, Munduruku, Tenharim, Pirahã e Diahuy, tendo o rio Madeira como referência. A essas populações agrega-se um novo grupo de remanescentes indígenas, identificados como “ressurgidos” da etnia Matanawi, e que ocupam um território as margens do rio Marmelos. Totalizando, portanto, 26 aldeias atendidas também pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA.

Segundo o chefe de posto existem 7 terras demarcadas e uma aldeia na própria cidade de Manicoré. Trata-se da comunidade indígena Munduruku no ramal Democracia, localizado na margem esquerda do Rio Madeira utilizado como porto de embarque/desembarque da cidade.

Também detalhou situações de sobreposição de terras, isto é, entre Unidades de Conservação (Reserva Extrativista do Lago Capanã e a RDS do Amapá) e Terras Indígenas, que definiu como um conflito criado gratuitamente pela visão exacerbada e conservacionista de alguns órgãos do governo. Frente a este contexto fundiário, os indígenas da região estão atualmente reivindicando a legalização da posse destas terras dentro de um histórico de ocupação, o que garante o direito de uso tradicional (caça, pesca coleta, etc). Recentemente endereçaram um pedido de esclarecimento em relação à questão ao órgão indigenista nacional. Outra situação similar de sobreposição se desenvolveria numa área de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde também moram famílias indígenas.

Consultado sobre um posicionamento institucional sobre o projeto de asfaltamento da BR 319 no trecho Humaitá – Manicoré o Sr. Brito afirmou que não tem conhecimento de uma posição oficial da FUNAI a esse respeito, mas que consultaria aos seus diretores. Pessoalmente o mesmo manifestou que só observa benefícios na pavimentação, pois as comunidades próximas a BR 319 poderiam escoar sua produção pelos seus próprios meios. Neste sentido, seus produtos não encareceriam como acontece atualmente com os atravessadores que agregam um alto valor pelo serviço de escoamento. A rodovia nacional já existe há vários anos, porém, o trecho em questão foi desativado, embora seja transitável em alguns lugares. Por este motivo, existe uma expectativa e uma dinâmica criada a respeito desta via de comunicação e transporte, não ocasionando interferências para o modo de vida adotado pelos povos indígenas.

Exemplificou a situação do povo Munduruku que desenvolve um projeto de coleta e venda de castanha, organizado por meio de uma cooperativa, apoiado pela (OPITTAMP) com financiamento do Conselho de Desenvolvimento Humano – CDH, que liberou recursos para a compra de motores e barcos. Esse projeto beneficia economicamente a 68 pessoas e 12 famílias do povo Munduruku. A castanha comercializada possui certificação, aspecto, que em virtude da qualidade reconhecida, agrega um maior valor ao produto. Essas famílias Munduruku pertencem a um grupo recente de “ressurgidos”.

Em relação, a esse processo de ressurgimento étnico que se observa no Município de Manicoré, chamado também de sócio-gênese e/ou etnogênese, Brito refletiu que logo das manifestações dos 500 anos no Brasil, surgiram vários grupos que se auto-definiram como indígenas. Desde modo, o número de indígenas triplicou, afiançados numa valorização das identidades étnicas, superando problemas de baixa estima e preconceitos.

Consultado sobre a presença de índios isolados naquela região, observou que na sua jurisdição não se constataram indícios, mas recebeu informação da circulação destes no rio Purus.

Como já citado, a FUNASA é outra instituição que atua na região através do sistema único da saúde e dos distritos sanitários especiais indígenas conveniados com o município. Conta com uma infra-estrutura de duas lanchas para deslocamento para as aldeias e possui três pólos base.

Em suma o Sr. Brito manifestou que o asfaltamento traria benefícios para as comunidades indígenas por conta do escoamento da produção e o barateamento dos custos. Também não produziria impacto já que a estrada já existe.

No entanto referiu-se a conflitos fundiários originados pela sobreposição de áreas de conservação ambiental, onde os gestores destas UC's não estão preocupados com as reivindicações dos povos ali existentes. Neste sentido, o assentamento do INCRA também estaria criando situações de mal-estar e desconforto para os indígenas. Também fez alusão a conflitos latentes de longa data entre indígenas e fazendeiros que detêm vários hectares de terras para criação de gado e exploração de madeira. Um efeito colateral poderia ser o transporte de minério proveniente de Humaitá, aproveitando o rio Madeira como via fluvial, mas logo escoando pela BR 319.

No Setor Ambiental da FUNAI entrevistou-se o técnico Indigenista Luiz Ivanildo que observou que apesar de não conhecer a situação das populações próximas à BR 319, acredita que do ponto de vista socioambiental, os impactos vão ter incidência negativa nas comunidades, porque o asfaltamento criará novas dinâmicas na região, agindo como uma frente de atração para pessoas que desejam assentar-se na região. O fluxo de transeuntes aumentará, originando novas atividades extrativistas, assim como gerará uma pressão territorial sobre as terras já ocupadas. Em vistas do melhoramento da via de transporte de passageiros e mercadorias, novos contingentes chegarão, possibilitando o aumento das especulações econômicas diversas na região.

Nos relatos acima, confirma-se que não existe uma posição oficial da FUNAI favorável ou desfavorável sobre o asfaltamento da BR 319, embora nesta última, ficaram explícitos os impactos negativos, concorrentes e colaterais, que o asfaltamento estaria acarretando.

1.2.2 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB é uma entidade sem fins lucrativos criada em 1989 por treze organizações indígenas emergentes da Amazônia Brasileira, com objetivo de coordenar e articular as diferentes estratégias de luta desenvolvidas pelas organizações indígenas da Amazônia. Dessa forma se pretendia fortalecer e consolidar o movimento indígena em defesa dos direitos coletivos dos povos indígenas,

conquistados na Constituição de 1988, através da articulação, disseminação, difusão e ampliação das diferentes lutas espalhadas por toda Amazônia e por todo Brasil.

Atualmente a COIAB é a instância máxima de articulação dos povos indígenas da Amazônia, contando com a participação de 75 organizações indígenas presentes em toda a Amazônia; são organizações regionais, federações, conselhos, organizações de mulheres, de estudantes e de professores. Abrange nove estados da Amazônia Brasileira: Amazonas, Acre, Roraima, Pará, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Essa área representa 60% do total da população indígena do país.

No contexto do surgimento da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, em 1989, a maioria das terras indígenas não estava demarcada e a luta pela demarcação tornava-se uma bandeira prioritária do movimento indígena, formando um conjunto de reivindicações das comunidades por melhoria de saúde, educação diferenciada, condições baseadas no direito e o respeito à diversidade cultural.

Embora, as terras indígenas representem cerca de 20 % da área da Amazônia, as comunidades praticamente desconhecem sua importância, no contexto dos problemas ambientais, nos níveis, regional, nacional e até mesmo global. É neste contexto que a COIAB cria, em março de 2004, o Departamento Etnoambiental, setor voltado às questões socioambientais em territórios indígenas na Amazônia Brasileira, orientado à proteção das terras indígenas, desenvolvimento comunitário e gestão territorial.

Dentre os seus objetivos específicos destaca-se aquele dirigido ao monitoramento de impactos ambientais advindos de grandes projetos de infra-estrutura na Amazônia, com enfoque especial a construção e pavimentação de rodovias. Produto desta ação, relacionado diretamente ao presente trabalho, é o relatório “A Efetividade das Terras Indígenas em Conter o Desflorestamento na Amazônia Brasileira” fruto do estudo intitulado “Terras Indígenas Ameaçadas”, realizado em 2007 com técnicos indígenas e indigenistas capacitados.

Este estudo comprovou que as terras indígenas evitam o desflorestamento de quase 3,5 milhões de hectares de florestas, além de funcionarem como barreiras ao desflorestamento. Demonstrou ainda que 26% das Terras Indígenas na Amazônia encontram-se em alto risco de desflorestamento e que sem apoio às organizações e populações indígenas, este número pode aumentar.

Naturalmente, a equipe do departamento etnoambiental, na figura de seu coordenador interino Sr. Valmir Parintintim e do assessor Sr. Marcelo Gusmão, colaborou em todas as

solicitações em informações relevantes sobre as organizações, povos e terras indígenas inseridas na área de influência da BR-319, na ocasião em que a equipe indigenista da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, na execução inicial dos trabalhos de elaboração do EIA/RIMA da BR-319, compareceu a sede da COIAB em Manaus em busca de subsídios e dados pertinentes. Tendo em vista, também, a natureza do trabalho, o departamento não se reservou em propor um convite formal da UFAM a fim de participar dos trabalhos de consulta às comunidades.

Em março de 2005, aconteceu em Santarém, no Pará, a Audiência Pública sobre a BR-163 (Cuiabá-Santarém). Na ocasião a COIAB e a organização indígena regional Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns – CITA, participaram ativamente de todo processo de discussão sobre a posição da sociedade civil frente aos principais problemas que a pavimentação da rodovia inevitavelmente poderia provocar bem como as ações de mitigação.

Dessa forma, o movimento indígena regional, dentro da realidade da área de influência da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) defendeu e reivindicou ações referentes aos seguintes pontos:

- Infra-estrutura e serviços básicos;
- Ordenamento fundiário e combate a violência;
- Estratégias produtivas e manejo dos recursos naturais;
- Fortalecimento social e cultural das populações locais;
- Gestão ambiental, monitoramento e áreas protegidas.

Destacou ainda os principais problemas que a pavimentação da BR-163 poderia causar, tais como:

- a) Intensificação da ameaça a integridade aos territórios indígenas;
- b) Intensificação da pressão sobre os recursos naturais das Terras Indígenas;
- c) Ameaça a qualidade e integridade dos recursos hídricos.

Em posse das informações adquirida na Audiência Pública da BR-163 e, acreditando com isso poder utilizá-las como exemplo ao que advêm com a pavimentação da BR-319, o departamento etnoambiental trabalhou nas reuniões de consulta, no sentido de repassar as comunidades da área de influência da BR-319, e orientar, segundo a sua realidade, no levantamento de demandas e ações compensatórias.

Assim, ao longo dos trabalhos realizados pela equipe da UFAM, junto aos povos indígenas na área de influência da BR-319, o departamento etnoambiental colaborou nas discussões apresentando os pontos mais relevantes no sentido de orientador no levantamento de demandas, sendo eles:

- Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental;
 - Consolidação de Terras Indígenas (TIs);
- a) Realizar levantamento etnoecológico e plano de desenvolvimento;
 - b) Realizar plano de vigilância e proteção das Terras Indígenas;
 - c) Promover a regularização das Terras Indígenas cumprindo-se as diferentes fases deste processo, que começa em fase 1 e termina em fase 5 (F1= confirmada, F2= delimitada, F3= declarada, F4= homologada, e F5= registrada). Todas as TIs devem chegar a fase 5.

Recomendações:

- 1- Eliminar as sobreposições de Unidades de Conservação (UC) em TIs;
- 2- Considerar uma faixa de 10 km no entorno das TIs como zona de contenção ou tampão para sua melhor proteção;
- 3- Que as TIs tenham status semelhante as uma UC e que tenha acesso aos mesmos benefícios que recai sobre uma UC, no entanto esta classificação não deve ser subordinada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC;
- 4 - Criações de novas unidades de conservação;
 - a) Criar UCs nos interstícios das TIs, formando assim um corredor ecológico dentro da área de influencia da BR;
- 5 - Fomento às Atividades Produtivas;
- 6 – Energia;
- 7- Inclusão Social e Cidadania;
- 8 – Realizar o Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA
- 9 - Audiência Pública específica com os povos da região.

Sobre cada tópico os participantes expressaram opiniões a partir de sua realidade local destacando problemas particulares como saúde, educação, etc. No entanto, especial destaque foi enfatizado em todas as reuniões referentes a dois pontos de grande importância para o movimento indígena:

- Consolidação de Terras indígenas, através da regularização fundiária;

Condição básica para sobrevivência e reprodução física e cultural dos povos indígenas, a regularização fundiária está presente em todos os documentos reivindicatórios e propositivos a políticas voltadas às questões indígenas, como exemplo, o Documento Final do Acampamento TERRA LIVRE elaborado pelas lideranças indígenas do Brasil no evento “Abril Indígena 2007” em Brasília - DF

“Continua preocupando aos nossos povos a extrema morosidade e até paralisia na tramitação dos processos de demarcação das Terras ocupadas tradicionalmente pelos povos indígenas, cenário que tem estimulado o aumento das invasões às terras indígenas e a dilapidação das riquezas naturais nelas existentes, acirrando conflitos pela posse da terra e atos de violência contra as comunidades. Por essas razões considera-se fundamental que o Governo cumpra sua obrigação constitucional de proteção dos bens indígenas e conclua a demarcação de todas as Terras Indígenas e garanta a revisão dos limites de Terras Indígenas quando as demarcações não tenham sido empreendidas corretamente. Para tanto é preciso a formulação de um Programa Integrado de Gestão Territorial e desenvolvimento sustentável dos povos e

terras indígenas, com adequados recursos orçamentários e financeiros; competente apoio jurídico e administrativo às organizações indígenas nos processos de desintrusão e demais ações de regularização ainda pendentes; a eliminação das sobreposições de Unidades de Conservação (UC's) em Terras Indígenas. Também é fundamental que o Poder Judiciário assegure a demarcação das Terras Indígenas, bem como a posse da terra.”

- Audiência Pública específica com os povos da região.

Esta reivindicação é fruto de outra característica das iniciativas do governo que marcou sua atuação, e de certa forma ainda marca, em estabelecer grandes empreendimentos na Amazônia, com grande potencial de impacto as comunidades, sem consultá-las, desrespeitando assim, acordos e legislação que determina o consentimento prévio e esclarecido dessas populações.

“Os impactos diretos ou indiretos de grandes empreendimentos como hidrelétricas, estradas, linhas de transmissão, hidrovias, agronegócio sobre as Terras Indígenas, colocam em risco a continuidade física e cultural dos povos que nela vivem a integridade do meio ambiente e da biodiversidade. Por isso é fundamental que o Governo garanta o direito dos povos indígenas à consulta prévia e informada conforme estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e o direito de exercer a sua autonomia, que implica inclusive em não aceitar a implantação desses empreendimentos em seus territórios. A política indigenista do Estado brasileiro tradicionalmente tem se caracterizado por ser centralizadora e autoritária, formulada e implantada a partir de diretrizes integracionistas, arcaicas e ultrapassadas, que negam a participação dos povos e organizações indígenas na definição das políticas e ações de governo que lhes dizem respeito. O Estado brasileiro deve garantir a plena participação dos povos e organizações indígenas na formulação e acompanhamento de quaisquer projetos e políticas que os afetem, segundo a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)” - Documento Final do Acampamento TERRA LIVRE.

Posição da COIAB sobre a pavimentação da BR 319

Duas entrevistas foram realizadas com os coordenadores na sede desta entidade Marcos Apurinã e Valmir Parintintim e Marcelo Gusmão, engenheiro agrônomo assessor da mesma.

A primeira foi realizada com o coordenador interino do Departamento Etnoambiental e Gestão Ambiental o Sr. Marcelo Gusmão em 18/06/2007.

Gusmão proporcionou uma importante informação referida a organizações indígenas e instituições parceiras. Disponibilizou arquivos sobre o processo de discussão da construção da BR 163, oficinas de mitigação organizadas por organizações regionais em parceria com a

COIAB. Fez algumas recomendações de interesse como a possibilidade de uma audiência pública exclusiva, ou seja, com os atores indígenas para garantir um processo consultivo mais representativo que contemple as expectativas, reivindicações e propostas destes envolvidos no processo de pavimentação da BR. Sugeriu o acompanhamento de um representante da COIAB nas visitas a campo no trecho Humaitá – Manicoré. Esta parceria redundou em diferentes aspectos: a) facilitar a logística e o diálogo com as comunidades; b) aportar novas visões ao processo de discussão e de pesquisa e c) atuar como observador para garantir a transparência do processo consultivo.

Consultado sobre a posição oficial da COIAB, afirmou que esta organização não tem uma assertiva sobre o tema, porém, orienta e recomenda sobre aspectos fundamentais, como criação de boas condições para o debate a partir de uma ampla informação a todas as comunidades e que as propostas e os aspectos de impacto fomentem ações de mitigação com metodologias eficazes, por exemplo, realização de oficinas para que as comunidades proponham formas de compensação como foi realizado no processo de construção da BR 163, Santarém – Cuiabá. Desconhecia a opinião das comunidades, até porque elas não tinham sido até aquele momento, informadas sobre a pavimentação da BR 319 e sobre os impactos implicados neste empreendimento.

Em síntese, a COIAB não é contra a pavimentação, mas as formas inconsultas de proceder, e ações unidirecionais conseqüentes, por exemplo, a construção de hidrelétricas que alagam terras indígenas e que produzem danos de diversos níveis de gravidade na região. Em suma, são contrários a todas as ações que negam os pressupostos da Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), procedimentos que não contemplem as reivindicações das organizações indígenas e os direitos diferenciais dos povos tradicionais.

Sobre conflitos entre indígenas e outros atores sociais da região, afirma que há um diagnóstico que mostra uma tensão importante em toda a região sul do Amazonas entre povos indígenas e madeireiros.

A COIAB manifestou seu apoio à realização de uma Audiência Pública Específica como órgão articulador, lembrando sua natureza política como articuladora dos povos indígenas e agência implementadora de projetos. Neste sentido fez referência a parceria estabelecida com a Confederação dos Povos Indígenas do Estado de Pará – CITA, quando foram discutidos os impactos produzidos na construção da BR 163.

A segunda entrevista realizada nesta instituição foi com os coordenadores Marcos Apurinã e Valmir Parintintim. O critério de eleição destes atores operou considerando que o primeiro pertence a um dos povos presentes no trajeto de abrangência da BR 319 e o segundo possui conhecimentos precisos sobre as comunidades indígenas presentes na mesma.

Marcos Apurinã relatou que a COIAB está interessada em refletir sobre os impactos produzidos nas comunidades como consequência dos grandes empreendimentos urbanísticos do Governo Federal, como aqueles que advindos da construção de rodovias. Atualmente uma equipe técnica enviada pela COIAB está realizando um estudo antropológico na BR 230 a fim de produzir um relatório para o Ministério Público Federal. Como resultado, haveria um pedido formal para constituir um grupo de trabalho GT para identificação de terras indígenas.

Os coordenadores concordam que as comunidades estão interessadas no asfaltamento, pois solucionará os custos de escoamento da produção já que os intermediários cobram um preço elevado por este serviço. Nesta região, as comunidades realizam uma economia extrativista baseada na coleta de açaí e de castanha, para fins domésticos e em pequena escala para comercializar.

Outro aspecto positivo levantado refere-se as variáveis, tempo e custo-benefício em relação à utilização da rodovia como via para transporte de passageiros. Segundo Valmir Parintintim demora-se de Humaitá até Manaus uma semana de viagem, e o transporte aéreo com valor muito elevado o que impossibilita o uso deste meio de transporte às populações indígenas e menos favorecida dos municípios de Manicoré e Humaitá (a passagem no trecho Humaitá – Manaus custa atualmente R\$ 535,00).

Sobre a fricção interétnica sinaliza-se um contexto regional de conflitos de ordem fundiária que entre indígenas e fazendeiros, onde este segundo prioriza uma economia baseada na criação de gado e na exploração de madeira.

A COIAB não possui uma posição oficial favorável ou desfavorável sobre o asfaltamento, mas tampouco se omite do processo e gostaria de participar da consulta às comunidades e servir como um parceiro que ajude a articular ações que garantam os direitos de “seus parentes”.

Conforme Gusmão (2008), “ao final do trabalho para realização dos diagnósticos percebeu-se, de forma clara, na fala das lideranças e demais representantes das comunidades que as principais ameaças afetando as Terras Indígenas são decorrentes, entre outros aspectos, de um quadro mais amplo de descumprimento da legislação e políticas públicas

insuficientes para se contrapor à dinâmica da economia desenvolvida e em inserção na região Amazônica”.

Percebeu-se também que, em princípio, questionados sobre a presença da rodovia muitos se manifestaram desfavoráveis, no entanto, diante da iminência, se posicionam, na verdade, contra a maneira que os grandes empreendimentos se estabelecem, geralmente sem consultas e esclarecimentos. O Movimento Indígena não é contra o desenvolvimento, mas sim a maneira como isso se dá e reivindica participação total nas instâncias deliberativas e consultivas relativas a políticas de educação, saúde, sustentabilidade, defesa, gestão territorial, em fim, a todo universo que se refere às populações e as terras indígenas na Amazônia.

1.2.3 Conselho Indigenista Missionário – CIMI

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas.

Criado em 1972, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o CIMI procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembléias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural.

O objetivo da atuação do CIMI foi assim definido pela Assembléia Nacional de 1995: “Impulsionados (as) por nossa fé no Evangelho da vida, justiça e solidariedade e frente às agressões do modelo neoliberal, decidimos intensificar a presença e apoio junto às comunidades, povos e organizações indígenas e intervir na sociedade brasileira como aliados (as) dos povos indígenas, fortalecendo o processo de autonomia desses povos na construção de um projeto alternativo, pluriétnico, popular e democrático.”

Os princípios que fundamentam a ação do CIMI são:

- o respeito a alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural e histórica e a valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas;
- o protagonismo dos povos indígenas sendo o CIMI um aliado nas lutas pela garantia dos direitos históricos;

- a opção e o compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural.

E para esta nova sociedade, forjada na própria luta, o CIMI acredita que os povos indígenas são fontes de inspiração para a revisão dos sentidos, da história, das orientações e práticas sociais, políticas e econômicas construídas até hoje. O CIMI não tem um posicionamento oficial sobre a pavimentação da BR 319, embora haja uma condução do processo de consulta das comunidades. Em outras palavras, sobre as garantias que o Estado estaria oferecendo às populações envolvidas, para que estas sejam incluídas na consulta e no debate. Particularmente o Sr. Francisco não observa essa preocupação porque tem conhecimento que as obras de asfaltamento da BR já foram iniciadas. Este fato explicitaria que obras públicas onerosas, como os asfaltamentos das rodovias se produzem sempre nas costas das populações, entanto perseguem interesses estritamente econômicos.

O coordenador do CIMI problematizou sobre o limite da dimensão dos impactos se estão devidamente dimensionados dentro de uma região ampla que estabelecem dinâmicas e conexões específicas e se serão ponderados os efeitos colaterais. Neste sentido um caso paradigmático seria a AM 366, que a partir do asfaltamento poderia rapidamente se recompor, o que estaria interferindo no futuro sobre o modo de vida das comunidades indígenas, pois essa estrada atravessaria duas Terras Indígenas Apurinã São João e Tauamirim no município de Tapauá.

Já na Transamazônica, BR 230 os Tenharim, estão cobrando pedágio como medida mitigadora. Mas, as comunidades em termos gerais, não estão discutindo muito esse assunto porque estão desinformadas. A falta de informação e de diálogo político torna-se um caldo de cultivo aproveitado pelas agências econômicas para agir segmentando o foco de interesse coletivo. Existem empresas privadas que têm ascendência sobre órgãos do governo, criando disputas entre as comunidades por meio de cooptações. Frente a isto, a consulta do governo torna-se às vezes parcial, enquanto só consulta alguns atores ou comunidades. Uma situação desse tipo acontece com os Tenharim do rio Marmelo, onde alguns estão de acordo com a pesca esportiva e outros não. Outra questão preocupante são os índios isolados, já que há indícios da circulação destes na região dos rios Mucuí e Katawixi¹.

A maioria das terras indígenas é Mura e caracterizam-se por terem poucos hectares e estarem dispostas de forma descontínua.

¹ Interflúvios dos rios Ipixuna e Mucuí, afluentes da margem direita do Médio Purus e sul do lago do Jacaré. Ver base dados CIMI.

A sugestão do CIMI diz respeito aos problemas fundiários referentes ao redimensionamento das terras demarcadas, no caso ampliação e demarcação contínua, que sejam discutidos amplamente com o povo Mura.

Outro aspecto refere-se aos processos de descrição ou autoreferencialidade étnica, enquanto existem comunidades ribeirinhas que se assumem como indígenas. Assim mesmo, constata-se conflitos entre ribeirinhos e fazendeiros dedicados as atividades pecuárias.

O CIMI repassou informações relevantes sobre relação de terras indígenas, situação jurídica, referência e localização ao longo da BR 319. Também proporcionou dados sobre indícios de índios isolados na região baseando-se na fonte da FUNAI e das equipes de CIMI, atualizadas no ano 2006.

Proporcionou contatos de organizações indígenas e ofereceu o apoio das equipes da Instituição em Lábrea, Manicoré (Auxiliadora) e Tapauá durante o trabalho de campo. Finalmente recomendou manter uma conversa com o Fórum de Defesa Permanente da Amazônia Ocidental, coordenado pelo padre Guillermo Cardona Grisales.

“No mês de maio de 2006 realizamos o primeiro encontro dos Regionais da Amazônia Legal do CIMI em Porto Velho, onde sistematizamos os conhecimentos sobre povos indígenas em situação de isolamento e de risco. Elaboramos uma tabela sobre esses povos indígenas, fizemos o planejamento de algumas ações e constituímos um grupo de pessoas para atuar a partir de Porto Velho na consolidação de informações sobre os povos indígenas isolados e para fazer os primeiros levantamentos em área.

Foi elaborado um documento final que serviu de base para o texto-denúncia sobre índios isolados no “Relatório de Violência 2003 a 2005”.

De acordo com os dados existem mais de 60 grupos indígenas em situação de isolamento na Amazônia dos quais 18 ameaçados de extinção. Além desses outros 05 povos indígenas de contato recente também correm risco de extinção.

A maior violência contra esses povos acontece, sobretudo, em Rondônia, no Norte do Mato Grosso e Sul do Amazonas e tem sido praticada por grupos de extermínio a serviço de grileiros de terras públicas, madeireiros e fazendeiros. A estratégia é acabar com todo e qualquer vestígio de presença indígena para inviabilizar a demarcação de terras indígenas, liberando-as para a apropriação privada, exploração dos recursos naturais, e o agronegócio.

As culturas milenares com a sua diversidade e pluriculturalidade são aniquiladas junto com a destruição do meio ambiente.



Esses crimes de genocídio se repetem até os dias atuais por absoluta omissão e conivência do Estado. As agências governamentais são totalmente inoperantes em relação as suas atribuições legais.

No mês de junho o Regional CIMI Norte I junto com o Regional CIMI Rondônia fizeram o primeiro levantamento em área, realizando viagens de reconhecimento da situação nas áreas do sul do Amazonas (índios isolados do Curequetê, índios isolados do alto Marmelos, na Transamazônica BR 230, índios isolados do igarapé Jacareúba, na estrada Mucuím/ Canutama na área de influência da BR 319).

Identificamos na área do Curequetê o avanço rápido do agronegócio (fazendas, plantio de soja) por grileiros de terras da União, com anuência do IBAMA, do INCRA e da FUNAI, ocupando por completo o habitat original desses índios, fazendo com que fugissem do contato com os homens brancos, abandonando suas terras.

Outra viagem de reconhecimento foi feita para a área dos índios isolados do igarapé Jacareúba onde se apresentou um quadro de ameaça iminente à sobrevivência desse povo. Existem 03 firmas colonizadoras (PROTERRA, PROSÃ, PROAPA), ocupando as terras tradicionais, e uma Associação (PROCAMPO) que invadiu há 10 anos as terras dos índios Katawixi. Esta Associação trabalha com maquinário pesado, rasgando o campo natural do rio Puciarí, abrindo uma estrada até a cidade de Canutama, atravessando o coração do habitat desse povo entre os igarapés Jacareúba e Inacurrã, afluentes do rio Mucuím. Vestígios de presença desses índios foram encontrados este ano mais para o norte, indicando a fuga destes diante do avanço a partir do Sul. A pressão da estrada BR 230 Lábrea Humaitá, facilitando a ocupação das terras a partir do norte, e o projeto de assentamento do INCRA "São Francisco no ramal o km 56 da BR 319, cortando as terras para o oeste não deixam mais espaço nem para fugir.

No mês de agosto fizemos outra viagem para fazer levantamento da realidade dos índios isolados nas áreas dos rios Maicizinho e Marmelos, viajando a partir da cidade Humaitá pela Transamazônica BR 230 até o rio Manicoré, no km 210 da BR 230. Visitamos todas as aldeias do povo Tenharim para conversar sobre índios em situação de isolamento e de risco. Os Tenharim confirmaram a existência dos índios isolados, mas sem precisar a localização nos rios Maicizinho e Marmelos.

Existe uma estrada chamada estrada de Estanho, feita pela Mineradora Taboca, da Paranapanema, para extrair estanho e cassiterita, vindo do Mato Grosso, cortando a área Tenharim e chegando até a Transamazônica BR 230. Os Tenharim que extraem castanha daquela área conhecem a presença de seus parentes em situação de isolamento, ameaçados pela estrada onde circulam caminhões e ônibus diariamente e onde há pressão forte do agronegócio.



Também a comunidade Tenharim do Igarapé Preto, visitada por nós, confirmou a presença de índios isolados na área do Madeirinha e do Roosevelt.

Fizemos outra viagem para o rio Mucuí, entrando no km 56 da BR 319. Ali constatamos um projeto de assentamento do INCRA "São Francisco" e a pesca predatória de surubim e jundiá, pouco acima da boca do igarapé Jacareúba, habitat tradicional dos índios isolados Katawixi. Rio abaixo existem duas casas flutuantes, servindo de hotéis para turistas que queiram praticar a pesca esportiva. Também nas confluências dos igarapés Jacareúba e Inacorrã há moradores que vivem do extrativismo.

Isso quer dizer que o habitat tradicional, reconhecido pela frente de contato da FUNAI na proposta de interdição em 2001, está totalmente invadido, por um lado nas áreas das cabeceiras dos igarapés Jacareúba e Inacorrã pelas fazendas da associação PROCAMPO, (dos senhores Gurgel, Omero, Jorge, etc); e por outro lado na área do rio Mucuí pelo assentamento do INCRA "São Francisco", pela pesca predatória e o ecoturismo. A proposta de interdição da área Katawixi desapareceu dos novos mapas produzidos pela FUNAI, a partir de 2002., e o povo Katawixi foi declarado extinto pela FUNAI.

Outra viagem foi feita para a área dos Karitiana, na aldeia Rio Candeias, com acesso no km 47 da BR 364; esses também confirmaram a presença de índios isolados numa área onde lutam pela correção de limites.

Também foi visitada a comunidade Kaxarari, mas ali ninguém passou informações exatas sobre índios isolados, situados entre os rios Kurequetê e Ituxi. Nesta viagem chegamos pela Estrada do Boi até a cachoeira "Fortaleza do Ituxi", lugar sagrado para os Kaxarari que nos tempos primordiais teriam nascido naquelas pedras. Ainda hoje contam o mito de "um povo que se tinha escondido nas pedras e que agora esperava a visita dos Kaxarari moços e virgens para serem libertados" (CIMI, 2006)."

Tabela 2 - Índios isolados em situação de risco

Nº	Referência/povo	Município	UF	Situação da terra	Situação de Risco
1.	Isolados do Igarapé Jacareúba/ Katauxi	Lábrea Canutama	AM	Sem providência Coord.09º 64,20	A frente econômica do agronegócio através do desmatamento e da monocultura da soja configura risco de extinção desse povo. De acordo com o Chefe de Posto da FUNAI Isac, aconteceu um encontro no mês de janeiro de 2006 dentro do rio Mucuim, afluente Imaha de índios com um grupo de castanheiros. Suspeita-se que possam ser desse grupo. Desde a década de 70 a equipe local do CIMI em Lábrea tem informações de sobre a existência de índios isolados nessa região, através de moradores ribeirinhos.
2.	Isolados do rio Ipixuna e Paraná Ipixuna	Tapauá Canutama	AM	Sem providência Coord.07º 63,20'	Sem identificação de sua terra tradicional estão vulneráveis sujeitos a todo tipo de violência no contato com extrativistas. Correm risco de extinção. Suspeita-se que possa ser um grupo Juma sobrevivente do Massacre de 1964.
3.	Isolados do Alto rio Marmelos	Humaitá e Manicoré	AM	Sem providência	A frente econômica do agronegócio através da monocultura da soja coloca em risco de extinção esse povo. Nas assembleias os índios Tenharim sempre falam sobre a existência de índios isolados nessa região. Comentam que encontram vestígios quando coletam castanha. A ameaça segundo eles vem dos plantadores de soja que estão se apropriando das terras de campos naturais da região. Suspeitam que possam ser parentes. Essas informações constam dos relatórios das Assembleias Indígenas da APITEN (Associação dos Povos Indígenas Tenharim).
4.	Isolados do Kurekete	Lábrea	AM	Sem providência Coord. 09º 65	Fazendeiros, desmatamento, poluição. Documentos foram encaminhados pelos Kaxarari aos órgãos públicos pedindo providências. Também a equipe do CIMI de Lábrea junto com UPIMP encaminhou, em 1998, documento para a FUNAI/Brasília. De acordo com as informações existe um acelerado desmatamento na região por grandes fazendas como a empresa Fazenda Califórnia e Supermercado Araújo. O IBAMA já realizou operações na região numa tentativa de impedir as agressões contra o meio ambiente. Nenhuma providência foi tomada pela FUNAI.
5.	Isolados do Igarapé Karipuninha	Porto Velho e Lábrea	RO/ AM	Sem providência Coord.09º 64',40	Ameaçados pela Hidrelétrica do rio Madeira – Santo Antônio, Jirau e pelo agro-negócio. Habitam a região entre Rondônia e Amazonas. Existem na região o assentamento do INCRA Joana Darc, plantadores de soja e grandes fazendas de gado.
6.	Isolados do rio Candeias	Porto Velho	RO	Sem providência	Ameaçados por grileiros de terras públicas na região, madeireiros e garimpeiros dentro da Reserva Florestal Bom Futuro. Em 1999 um grupo de madeireiros de Alto Paraíso foi atacado pelos índios isolados dentro da reserva Florestal Bom Futuro, segundo moradores da região. Existe a informação recente de um índio Karitiana comunicando a presença de garimpeiros na região.

Fonte: Lista de Índios isolados. CGII. Ref. 11; 12. Lista FUNAI, 2006

1.2.4 Fórum Permanente de Defesa da Amazônia Ocidental

Esta organização atualmente é coordenada por um representante da Diocese de Manaus, Padre Guilherme Cardona Grisales e Marta Valéria Andrade e Cunha da Comissão Pastoral da Terra. Sua existência em Manaus data da década de 1980 formado por órgãos e instituições públicas de ensino, pesquisa, indígena, indigenista, ambientalista etc. Ambos, discorreram sobre as audiências públicas sobre a BR-319 onde o tema mais discutido foi a criação da ALAP - Área sob Limitação Administrativa Provisória, Decreto de 02.01.2006, com aproximadamente. 15.393.453 ha, e sua relação com o asfaltamento ficou em segundo plano.

Tal prioridade deve-se ao fato das unidades de conservação propostas pela ALAP, na sua maioria, serem Parques Nacionais (PARNA), o que desconsiderava a presença de populações e comunidades na área. Tratava-se então de garantir o direito a terra preliminarmente às comunidades existentes. Conseguiram, através de discussões no GT, diminuir o número de PARNAs e ficando a maioria das unidades de conservação nas categorias de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Extrativista (RESEX) e Floresta Nacional e Estadual (FLONA e FLORESTA ou FLOES). Afirmaram que de acordo com o estudo da BR 163, a área de influência a ser estudada como de influência para terras indígenas deveria ser de 150 km a partir da estrada.

Afirmaram ainda que existem várias comunidades de caboclos ao longo da estrada no trecho Manicoré/Humaitá e também indícios de indígenas isolados entre Tapauá e Lábrea no lado esquerdo do rio Madeira.

Perguntados sobre conflitos, disseram que no passado próximo eram com as madeireiras principalmente a GETHAL que explorou por muito tempo o entorno do ramal Democracia, onde se encontra hoje, uma grande quantidade de madeiras apodrecendo.

O grande receio com o asfaltamento da estrada é a expansão dos colonos do sul vindos do norte do Mato Grosso e Rondônia e com eles grandes companhias madeireiras porque os municípios de Lábrea, Canutama e Tapauá são ricos em madeiras nobres ainda pouco explorada. Poderá promover um grande desmatamento na região ao mesmo tempo em que expulsará os pequenos proprietários e residentes das comunidades e dos assentamentos. Questionaram porque o estudo da BR-319 está sendo feito por um grupo de trabalho com apenas 7 instituições sendo que o GT da BR-163 foi constituído por 16 ministérios.

Segundo eles, os custos do asfaltamento seriam maiores que os benefícios, uma vez que, a marcha colonizadora das madeireiras e fazendeiros se expandiria até Manaus e regiões, sobrando apenas no futuro a região do Rio Negro e Solimões, promovendo desmatamento em função das atividades econômicas em detrimento do bem-estar e sobrevivência das comunidades tradicionais caboclos e ribeirinhos, povos indígenas e do controle ambiental característico e histórico no país quando se trata de abertura de estradas.

Tanto o Fórum quanto a CPT não se manifestaram contrários ao asfaltamento. Querem, sobretudo, que este assunto seja discutido amplamente com as comunidades envolvidas e estas conscientes dos impactos positivos e negativos possam decidir com clareza sobre o assunto. Apontam na direção de que o Estado possa criar alternativas e projetos de manutenção destas comunidades em seus territórios, melhorando suas condições de vida, criando postos de fiscalização ao longo da estrada a fim de impedir o processo de grilagem e invasão que certamente acabará ocorrendo. A prioridade para eles é a regularização fundiária da terra para as comunidades tradicionais caboclos ribeirinhos e indígenas.

O Fórum cedeu documentação a respeito do tema como artigos de jornais, proposta deste para a comissão da ALAP e IBAMA, sugestões para o Plano Amazônia Sustentável - Plano Estratégico para promoção do Desenvolvimento Sustentável e o combate ao desmatamento e grilagem de terras na área de influência da BR-319 de 2005, Plano de Desenvolvimento Sustentável para a área de influência da BR163:



“No sul do Amazonas disparou a grilagem, a chegada de madeireiros, inclusive o Greenpeace leu uma carta que mostra que nesta região da BR 319 é uma área de madeiras nobres, totalmente preservada e com a chegada da pavimentação automaticamente eles vão construir estradas paralelas para escoar a madeira, como fizeram em Lábrea. Eles fizeram uma estrada de Ituxi até a 230 para tirar madeira. Portanto, são uma serie de estradinhas que irão fazer enormes estragos (...) Uma coisa importante é a questão dos impactos sociais, é importante colocarem que pessoas vivem nesta região. O povo que vive aí é um povo que a vida inteira viveu ali isolado, sem políticas públicas, sem acesso a políticas públicas. Agora é pior porque antes eles tinham uma terra, agora eles não têm terra nenhuma como foi denunciado na Área sob Limitação Administrativa Provisória – ALAP” (Grisales, 2007).

“Perguntamos ao GT da ALAP porque estes mapas não eram socioambientais, porque não aparecem as comunidades aí existentes, pois não aparece nenhuma, cadê as comunidades? Parece que está vazio, como se não existissem pessoas aqui. Falamos com Leonardo Pacheco do Centro Nacional de Populações Tradicionais – CNPT do IBAMA para que o mesmo coloque nos mapas as comunidades desta área. As comunidades ribeirinhas são favoráveis à pavimentação da estrada porque elas são totalmente abandonadas, eles dizem que é uma forma de terem acesso a estrada e de preferência asfaltada. Para nós é um dado importante o Amazonas ter menos desmatamento, isto se deve ao fato dele não ter ligação ao resto do país, e agora com a pavimentação da estrada ele vai ter. A meu ver é abrir as portas para o desmatamento, para a grilagem de terras; e ninguém vai segurar isto. Por outro lado, se você pergunta se estes povos têm direito a ligação, a pavimentação. Eu digo que sim, eles têm este direito, nós não vamos tirar este direito deles, mas por outro lado o Estado deve se prevenir antes de pavimentar a BR porque está aí o Pará. O que é o Pará hoje, totalmente desmatado; e o Amazonas é, portanto o novo Pará (Cunhã, 2007).”

“Na comissão da ALAP nós colocamos a questão dos índios isolados e com essa estrada vai se ter acesso a eles. O impacto social e ambiental vai ser tão grande que acho que o debate deve ser feito com toda a sociedade. Que se deve mostrar com clareza todas as vantagens e desvantagens e o povo possa decidir se quer a estrada ou não quer a estrada, ela será boa ou não? Essa discussão deve passar por todo mundo, nas escolas, na assembléia. Enfim, em todos os lugares, nas comunidades que vão ter maior impacto. Acho que esse deve ser o papel do Estado e o que vão fazer para conter isso. O que posso fazer em relação a isso, porque o Estado não vai poder impedir o pessoal de entrar. Então o pessoal vai entrar, vai vir, vai plantar do seu jeito, e aí você vai vê a realidade de Apuí. O que aconteceu no Apuí! (Ibid).”

O Fórum cedeu documentação a respeito do tema como artigos de jornais, proposta deste para a comissão da ALAP e IBAMA, sugestões para o Plano Amazônia Sustentável - Plano Estratégico para promoção do Desenvolvimento Sustentável e o combate ao desmatamento e grilagem de terras na área de influência da BR-319 de 2005, lista de povos isolados ameaçados de extinção na área de influência da BR-319, Plano de Desenvolvimento Sustentável para a área de influência da BR 163.



Sugestões para o Plano Amazônia Sustentável

II Estratégia para o Futuro

Este plano é pouco inovador. Fala pouco de infra-estrutura, somente o corredor da BR-163 e falta o corredor da BR-319. Pergunta-se por que não de implantam realmente programas como o “Pro-ambiente”, que tratava de um desenvolvimento de baixo para cima. Precisa-se promover este projeto Pro-Ambiente em toda Amazônia e para isso: dar titulação da terra a quem está nela e não a quem somente tem um título forjado; dar possibilidades de financiamento a quem está na terra.

A proposta do Plano Amazônia Sustentável é incongruente: as vezes fala de descentralizar e outras vezes centraliza. O Plano Amazônia Sustentável deve ser realizado de baixo para cima, partir das comunidades, dos ribeirinhos.

Outro projeto que tratava de fortalecer as comunidades era o “Projeto Caboclo” de Darcy Ribeiro, onde se tratava de detectar as potencialidades de cada comunidade para desenvolvê-las.

Os parâmetros fundamentais que se precisam neste plano são:

- Que a participação da sociedade civil seja permanente e não consultas esporádicas ou pontuais. Participação no planejamento, na execução, na gestão, no monitoramento e na avaliação;*
- Como o plano é em longo prazo é necessário que se façam reuniões de consulta por calhas de rio: Purus, Madeira, etc., que seja parceria entre a sociedade e o Estado; são as comunidades que sofrem os impactos do plano, por isso elas devem participar continuamente;*
- Ter presente os atores locais: as comunidades, as prefeituras e a câmara de vereadores, eles não tem suficiente informação e formação para serem mais ativos nestes processos;*
- Que se assegure apoio à educação. Que num tempo determinado a região possa sair do analfabetismo e ter acesso a maiores níveis de educação. Que cada escola rural seja uma escola agrotécnica profissionalizante para formar os jovens para desenvolver os seus municípios e as suas regiões. A educação é fator fundamental de desenvolvimento;*



- *Que promova a habitação e o saneamento básico nas zonas rurais e na parte urbana; para que a população possa ter condições mínimas para permanecer na parte rural e não ter que migrar para a cidade;*
- *Trata-se de seguir a experiência da BR-163 onde se integraram diversos Ministérios, na reconstrução da BR-319 e em outros empreendimentos;*
- *Prestar assistência técnica diferenciada voltada para a realidade amazônica. Fazer investimento nesse tipo de tecnologia, e melhorar a tecnologia sustentável existente;*
- *Quando se trata de energia nas comunidades não se diz de que tipo de energia se trata. Precisam-se diversificar as fontes de energia: biomassa, eólica, solar, biodigestores, etc. Não se pode usar o mesmo tipo de energia produzida por diesel para ser transportada a quilômetros e com usuários dispersos, pois isto encarece muito o serviço fazendo inviável o empreendimento em longo prazo;*
- *Uma orientação deste marco referencial do plano deve evitar e proteger a Amazônia contra a sua internacionalização real, já que se tem fatos: mapas de Estados Unidos mostrando a Amazônia como dependente deles, a compra de terras na Amazônia de parte de estrangeiros, a concessão de certas jazidas de minérios a empresas multinacionais sem licitação pública, por exemplo a jazida de caulim do norte de Manaus, uma das maiores do mundo, já está concedida a uma empresa japonesa que por sua vez vendeu seu direito a outra empresa canadense;*
- *A urgência de monitoramento da poluição hídrica com mercúrio e outros produtos químicos usados pelos narcotraficantes peruanos e colombianos da Amazônia;*
- *Uma preocupação com a falta de divulgação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Esta política pública internacional é fundamental para que se trabalhe o desenvolvimento sustentável em toda Amazônia já que a devastação que se está realizando diretamente no Peru, por exemplo, vai ter conseqüências funestas aqui no Brasil; precisa-se cuidar das fontes de água da bacia Amazônica;*
- *Realizar uma justa distribuição de terra até para evitar migração de brasileiros para países vizinhos em procura de terra, e evitar que migrantes de países vizinhos se apoderem de fato de terras brasileiras;*
- *Implantar políticas públicas para desenvolver as organizações das comunidades do campo: extrativistas, trabalhadores rurais, indígenas, ribeirinhos;*



- *Regulação fundiária não só na área de terra firme, mas também nas áreas de várzea, já que aí moram muitos ribeirinhos há muitos anos. Com esta regularização podem ter acesso a outros benefícios: educação, saúde, crédito, assistência técnica, projetos de manejo sustentável das áreas de várzea, etc;*
- *Preocupação com o fechamento de unidades avançadas do INCRA no interior;*
- *Parte indígena. Que os indígenas possam fazer seus planos de desenvolvimento e tenham acesso a crédito, assistência técnica, etc;*
- *Para desenvolver não basta declarar e homologar uma área indígena, ou uma declarar reserva extrativista, etc. Precisa de financiamento, de assistência técnica, de educação, saúde, de condições de moradia e saneamento básico. Que deixem fazer desenvolvimento aos indígenas e não somente que sejam meros extrativistas sem melhorar as condições de produção... O indígena não só é para cuidar a terra senão para produzir... Mudar o estatuto do índio... Dar crédito aos indígenas e ribeirinhos vinculados à assistência técnica para equipamentos, implementos, boa gestão que se acompanhe o processo de desenvolvimento com crédito super vigiado, assessorado, acompanhado;*
- *Declarar que uma reserva não acaba com o conflito precisa acompanhar o processo e dar as condições para resolver o conflito;*
- *Que estas orientações, o marco referencial de desenvolvimento seja parte de uma política pública de Estado e não política pública de governo que não segura a continuidade;*
- *Consenso em antagonismos tão fortes e com modelos de desenvolvimento contrários é muito difícil de construir. Aqui fazer respeitar a lei é fundamental de parte do estado... lutar contra a corrupção e fiscalizar... Não se pode falar de consenso entre desiguais, onde alguns têm o poder de persuasão da imposição e da força... O estado não pode continuar jogando com dois modelos de desenvolvimento para Amazônia porque o modelo capitalista se impõe a força à corrupção...*
- *Divulgação maciça na mídia - falada, escrita – para uma real participação da população;*
- *Planejamento de gestão participativa nas UCs das categorias onde existem populações, e efetiva organização pelos responsáveis (Ibama);*
- *Critérios para a criação e gestão dos assentamentos, dando logística, assistência técnica e fomentos para os assentados.*

Propostas sobre a ALAP-319

Propostas do Fórum sobre a ordenação territorial da ALAP-319:

- *Que as mesmas comunidades definam a destinação de cada área: se RESEX, Reserva Extrativista; se RDS, Reserva de Desenvolvimento Sustentável. E para tomar esta decisão precisa-se de prazos mais extensos;*
- *Realizar o quanto antes a regularização fundiária em toda a área da ALAP-319;*
- *Consolidar os novos assentamentos do INCRA;*
- *Realizar a demarcação das terras indígenas que estão em processo;*
- *Que se tenha presente na definição de FLONAS à gestão feita nas FLONAS bem sucedidas, como a Flona de Tefé, para que isto sirva de parâmetro para as novas flonas;*
- *Solicitar à FUNAI que as áreas indígenas dos “índios sem contato” sejam demarcadas como Terra Indígena nos municípios de Tapauá e Canutama;*
- *Que se façam investimentos nas áreas definidas tanto na organização das comunidades, como na assessoria técnica dos órgãos competentes (IBAMA, INCRA). Ter presente isto na elaboração dos orçamentos de gestão dessas áreas;*
- *Que nas comunidades na área da ALAP-319 seja dada prioridade aos programas do governo federal: luz para todos, bolsa família, educação básica, saúde, escolas agrotécnicas para que formem “técnicos de pesca”, “técnicos de manejo florestal”, “técnicos agrícolas”;*
- *Fortalecer os órgãos de controle do estado tais como IBAMA e PF, e realizar concursos públicos no INCRA, IBAMA, PF e MMA, e aparelhá-los melhor para poder cumprir com as suas funções;*
- *Que os diversos mapas da ALAP-319 contenham não só os limites e os dados geográficos das áreas, mas também a localização das comunidades que habitam nessas áreas.*

1.2.5 Fundação Estadual dos Povos Indígenas - FEPI

Criada em 17 de setembro de 2001, o Governo do Estado tem como missão cumprir os parâmetros para a política indigenista do Amazonas, discutida pelos órgãos de estado afim a orientar toda política nas áreas indígenas, imprimindo etnicidade no diálogo entre os campos indigenista e indígena.

Princípios da política indigenista da FEPI:

- Ampliar espaços, promover discussões e articular as instituições governamentais com as comunidades indígenas para garantir os direitos constitucionais desses povos, no contexto das políticas públicas;
- Analisar as políticas públicas promovidas pelo Governo e as propostas das Organizações Indígenas, quanto à eficácia de suas ações, à qualidade dos serviços prestados e ao uso adequado dos recursos naturais, em benefício das comunidades indígenas;
- Promover intercâmbio entre as comunidades indígenas e os formuladores de políticas públicas, no que diz respeito à valorização das formas de saber e à apropriação de novas tecnologias, promotoras do etnodesenvolvimento;
- Promover a participação efetiva das mulheres indígenas nas decisões das políticas públicas, fortalecendo suas organizações sociais;
- Implementar programas interinstitucionais do Governo do Estado, com o objetivo de combater a violência, o preconceito, a discriminação étnica e a exclusão social das comunidades indígenas;
- Criar um Fórum permanente entre o Governo, Organizações Indígenas e Organizações Não Governamentais (ONGs), para discussão de propostas e de estratégias que promovam o etnodesenvolvimento;
- Desenvolver programas em parceria com as Comunidades Indígenas e Organizações Não Governamentais, garantindo o acesso da criança indígena às ações de política pública;
- Assessorar as Comunidades Indígenas quanto aos seus direitos de propriedade intelectual, acompanhando e promovendo pesquisas científicas;
- Fortalecer as Organizações Indígenas, avaliando e ampliando as políticas públicas quanto à continuidade de suas ações;

- Promover o etnodesenvolvimento, tendo como base a Educação Escolar Indígena Diferenciada, implementando ações que garantam a demarcação de suas terras, a autonomia dos povos indígenas e a valorização da participação comunitária, assegurando a reprodução física e cultural dos povos indígenas;
- Respeitar as culturas indígenas, reconhecendo suas crenças, seus costumes e suas tradições garantidos na Constituição Federal.

O Senhor Bonifácio José, diretor Executivo da Instituição juntamente com José Munduruku afirmaram que o asfaltamento melhoraria muito a vida das comunidades ao longo da estrada devido à produção de castanha certificada e da cooperativa do mesmo produto que existe em Manicoré, onde participam indígenas e não indígenas. Além da castanha, também produzem farinha e madeiras de lei, nobres já exploradas no ramal Democracia. Sugeriu que o governo deve ter uma política de ocupação do entorno da estrada devido ao perigo da vinda de colonos do sul e outros projetos na área social (educação e saúde) de conscientização durante o desenvolvimento da obra.

A área de influência indireta da BR 319 abrange 26 aldeias de 8 etnias (Torá, Parintintim, Mura, Apurinã, Pirahã, Diahuy, Munduruku, Tenharim e os ressurgidos denominados Matanawi. Ainda há terras indígenas em processo de demarcação que deverão ser homologadas. A ação mitigadora prioritária é regularização da situação fundiária das terras indígenas em seguida de projetos de sustentabilidade para melhorar e fixar os indígenas em suas terras. Exemplificaram como projetos a serem desenvolvidos com o extrativismo da castanha, açaí, cipós e fibras naturalmente com manejo, melhoramento da farinha, melhoria das condições de saúde, e educação.

1.2.6 Confederação das Organizações Indígenas do Amazonas-COIAM

Os dados a seguir foram obtidos a partir de um estudo realizado em 2005 pela Confederação das Organizações Indígenas do Amazonas (COIAM) intitulado “Diagnóstico Fundiário Visando Ações de Sustentabilidade e Vigilância das Terras Indígenas Localizadas ao Sul e Sudeste do Estado do Amazonas”

A intenção da COIAM era que os dados servissem de subsídio para a tomada de decisões em ações de sustentabilidade e vigilância voltada para a melhoria da qualidade de vida das populações indígenas da região e no fortalecimento de suas organizações representativas.

De acordo com a COIAM (2005), o processo de demarcação das terras indígenas no Brasil, por força de dispositivo constitucional que garantiu aos povos indígenas este direito, sofreu um significativo avanço nos últimos anos. Apesar de ser condição necessária para garantir a sua integridade, a simples demarcação das terras indígenas não é suficiente para a proteção de seu território, que supõe outras iniciativas voltadas para a gestão pelos índios dessas áreas demarcadas.

As terras já demarcadas precisam dispor de planos de proteção, vigilância e sustentabilidade; que se promova apoio interinstitucional às organizações indígenas com o treinamento e capacitação de seus membros; do atendimento das demandas econômicas, com o manejo adequado dos recursos naturais existentes e disponíveis na região e das estratégias de conservação.

Trata-se, portanto, de aspecto importante à participação e a conscientização dos indígenas e de suas organizações no processo de aplicação desses planos em suas terras, pois passam assim a conhecer os limites de seu território e a contribuir de forma decisiva para o processo de fiscalização e gestão, sendo que sua conservação e preservação permitirão a sobrevivência física e cultural de suas comunidades.

Com o objetivo de iniciar este processo, foi elaborado o documento acima referido que é fruto de consultas feitas às organizações indígenas com atuação na região sul e sudeste do estado do Amazonas. Esta consulta visou acessar informações sobre a situação fundiária dos territórios indígenas e principais ameaças que permeiam estas terras (COIAM, 2005).

Neste documento constam as principais ameaças e pontos de vulnerabilidades nas terras indígenas conforme os municípios onde se localizam:

a) Manicoré

- Pontos Vulneráveis

- Terra Indígena Pinatuba, no entorno da Terra Indígena: ameaças por caçadores, madeireiros (Rio Uruá e Rio Maturá);
 - Terra Indígena Rio Manicoré: ameaças por caçadores, pescadores e madeireiros, no seu entorno - Terra Indígena Lago Capanã: ameaças por caçadores, pescadores e madeireiros dentro da T.I e no seu entorno;
 - Terra Indígena Lago Jauari: garimpo próximo às aldeias;
 - Terra Indígena Ariramba: ameaças por caçadores, pescadores e madeireiros dentro da T.I e no seu entorno;
 - T.I Torá: madeireiros: empresa de turismo (Liga de Eco Pousadas da Amazônia LTDA) no entorno da Terra Indígena ;
 - Terra Indígena Sepoti: caçadores, turismo e invasão de grileiros para fazer campo de gado.
- OBS: Torá/Apurinã (Rio Marmelos) e Terra Indígena Sepoti são os territórios com maior prioridade de proteção.

A COIAM também propõe medidas estratégicas para a gestão destas terras indígenas que devem ser observadas como medidas mitigadoras diante do asfaltamento da BR 319.

a) Lábrea:

Pontos Vulneráveis

- Terra Indígena Maranhã; ameaças por pescadores, madeireiros e caçadores;
- Terra Indígena Alto Sepatini - caçadores, madeireiros e grileiros de terras;
- Terra Indígena Jarawara, Jamamadi, Kanamanti - caçadores, pescadores extratores de óleo de copaíba e madeireiros;
- Terra Indígena Caititu - caçadores, madeireiros e extratores de açaí;
- Terra Indígena Paumari do Rio Ituxi - madeireiros, caçadores, pescadores e extratores de açaí;
- Terra Indígena Paumari do rio Tapauá - pescadores, grileiros de terras, caçadores e madeireiros.

Outras informações

O IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas) realiza ações de fiscalização no município de Lábrea, a 703 quilômetros de Manaus, para apurar denúncias de

invasão do território amazonense na região do alto Purus e de construção de uma usina hidrelétrica no rio Ituxi, no sul daquela cidade. Além também de checar denúncias de desmatamento e grilagem de terra, que é praticada naquela área, uma das mais visadas por grileiros. O programa de proteção ambiental vem sendo executado com base em estudos e levantamentos das áreas mais vulneráveis às ações criminosas sul do Estado. Foram inspecionadas 38 serrarias sendo que os proprietários de 26 delas acabaram autuados por irregularidades. Outras nove foram embargadas e seis foram fechadas. A fiscalização também verificou uma extensão de 4.000 hectares desmatados e 9.000 metros cúbicos de madeira extraídos ilegalmente. O resultado da operação já rendeu a aplicação de multas de R\$ 8 milhões contra os criminosos.

a) Canutama e Tapauá

Pontos Vulneráveis

- presença de índios isolados;
- ameaças por peixeiros que controlam a foz dos igarapés para os rios Ipixuna, Purus e Iparanã.

a) Humaitá

Pontos Vulneráveis

- Terra Indígena Nove de Janeiro sofre invasões constantes de fazendeiros, colonos e pescadores, o acesso à área é pela rodovia Transamazônica, pois a área fica na fundiária dos lotes rurais. O acesso também é possível pelo Rio Madeira, através do Lago das Pupunhas. O lago está dentro da área e é um berçário natural de pirarucu, tambaqui e aves migratórias. Recentemente foram apreendidas várias armas de fabricação caseira em cabanas de colonos de dentro da área. Há outros colonos cultivando roçados dentro da mesma área e um fazendeiro até construiu cerca ultrapassando os limites da Terra Indígena. Este ano (2005) a FUNAI implantou duas barreiras de vigilância;
- Terra Indígena Ipixuna sofre invasões constantes de pescadores e caçadores. A única forma de acesso é pelo Rio madeira, onde deságua o Rio Ituxi. A área apresenta boa qualidade ambiental e é uma das poucas da região que possui pirarucu e peixe-boi, além de quelônios. A variedade e a qualidade de peixes é grande e os ribeirinhos vizinhos invadem para caçar e pescar com objetivos comerciais. A FUNAI está em processo de estudo para a implantação de uma barreira de vigilância.
- Povo Indígena Diahui, aldeia Juí à margem da rodovia Transamazônica. T.I. registrada e sofre constantes invasões por parte de posseiros, grileiros, palmiteiros e madeireiros;

- Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto, sofre constantes invasões de garimpeiros que exploram cassiterita;
- Terra Indígena Torá sofre freqüentes invasões de pescadores profissionais, garimpeiros e turistas com prática da pesca esportiva.

Diretrizes estratégicas

Considerando as particularidades do Estado do Amazonas e as diretrizes do Programa Federal, propõem-se a implementação de um conjunto de instrumentos de políticas de caráter integrado e com ações sinérgicas, envolvendo parcerias entre as diferentes secretarias estaduais, órgãos do governo federal, prefeituras municipais, organizações não governamentais, movimentos sociais, produtores rurais, indígenas e empresários, norteados pelas seguintes diretrizes estratégicas (COIAM, 2005):

- Implementação de um abrangente programa de formação de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável, considerando a inserção de temas relacionados com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais incluindo o ensino fundamental, médio, tecnológico, superior e de pós-graduação, capaz de criar a base necessária para o desenvolvimento de cadeias produtivas e programas de conservação e etnodesenvolvimento sustentáveis;
- Valorização do saber etnoecológico dos povos indígenas e populações tradicionais, inserindo esse conhecimento no ensino formal, na construção de pontes com o saber científico e na formulação de políticas públicas apropriadas para o desenvolvimento sustentável;
- Desenvolvimento científico e tecnológico voltado para a resolução dos gargalos das cadeias produtivas e programas de conservação e etnodesenvolvimento sustentáveis, através do apoio a projetos transdisciplinares e baseados em métodos de pesquisa participativa e parcerias público-privadas;
- Valorização da floresta para fins de conservação da biodiversidade, manejo florestal de produtos madeireiros e não-madeireiros e a prestação de serviços ambientais, como um dos alicerces de um novo modelo de desenvolvimento regional, objetivando a qualidade de vida de populações locais com a redução de desigualdades sociais, a competitividade econômica e a sustentabilidade ambiental;

- Incentivos para a melhor utilização de áreas já desmatadas em bases sustentáveis, contemplando inovações tecnológicas, como o manejo de pastagens, sistemas agroflorestais, agricultura ecológica e a recuperação de áreas degradadas, como forma de aumentar a produtividade e diminuir as pressões sobre florestas remanescentes; incluindo o estímulo às atividades empresariais sustentáveis, em áreas apropriadas, conforme o zoneamento ecológico-econômico – ZEE;
- Implementação de medidas imediatas de ordenamento territorial, com a implantação de mecanismos de gestão democrática e sustentável do território e adequação das normas federais às particularidades regionais;
- Implementação de medidas imediatas de regularização fundiária, visando o combate à grilagem de terras públicas, viabilização de modelos alternativos de reforma agrária adequados à Amazônia, e a criação e consolidação de unidades de conservação e terras indígenas;
- Redução do acesso livre aos recursos naturais para fins de uso predatório, por meio de ações de combate às atividades ilícitas, especialmente aquelas degradadoras do meio ambiente;
- Aprimoramento dos instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização do desmatamento com metodologias inovadoras, contemplando a sua integração com incentivos à prevenção de danos ambientais e à adoção de práticas sustentáveis entre usuários dos recursos naturais;
- Fortalecimento de uma cultura de planejamento estratégico de obras de infra-estrutura, envolvendo a análise adequada de alternativas (em termos de custo-benefício e impactos socioeconômicos e ambientais), medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, e a execução “ex-ante” de ações de ordenamento territorial em bases sustentáveis, com transparência e participação da sociedade;
- Fomento à cooperação entre instituições do governo federal, responsáveis pelo conjunto de políticas relacionadas às dinâmicas de desmatamento na Amazônia Legal, superando tendências históricas de dispersão e de isolamento da área ambiental;
- Adoção de um estilo de gestão descentralizada e compartilhada de políticas públicas, por meio de parcerias entre a União, estados e municípios, contemplando as respectivas necessidades de fortalecimento institucional;

- Estímulo à participação ativa dos diferentes setores interessados da sociedade amazônica na gestão das políticas relacionadas à prevenção e controle do desmatamento, e à viabilização de alternativas sustentáveis, como meio para aumentar a qualidade de sua implementação, com transparência, controle social e apropriação política;
- Valorização da aprendizagem entre experiências piloto bem sucedidas, dando-lhes escala por meio de sua incorporação em políticas públicas e;
- Efetivação de um sistema de monitoramento das dinâmicas do desmatamento e políticas públicas correlatas na Amazônia, permitindo a análise permanente da eficiência e eficácia destes instrumentos, no intuito de garantir um processo permanente de aprendizagem e aperfeiçoamento, com transparência e controle social.

Ações prioritárias para o Sul do Amazonas

- Ação articulada e sinérgica entre as diferentes secretarias estaduais, órgãos do governo federal, governos de estados vizinhos, prefeituras municipais, organizações não governamentais, movimentos sociais, produtores rurais, indígenas e empresários;
- Zoneamento socioeconômico e ecológico e ordenamento territorial:
 - Áreas prioritárias em função do processo de desmatamento, com maior nível de detalhamento.
 - Sul do Estado como um todo
 - Ações de planejamento participativo de acordo com as características socioambientais de cada meso-região do Estado; com o estabelecimento de estratégias diferenciadas por micro-região; ordenamento territorial e zoneamento;
 - Fóruns micro-regionais de promoção do desenvolvimento sustentável;
 - Gestão ambiental;
 - Regularização fundiária;
 - Desenvolvimento tecnológico;
 - Extensão e assistência técnica;
 - Orçamento (alocação de recursos mínimos para ações integradas nas micro-regiões para os órgãos federais, estaduais e municipais);
 - Fortalecimento institucional com escritórios micro-regionais (órgãos responsáveis pelas questões fundiárias, ambiental, produção florestal, agropecuária e pesqueira). Escritórios

nos municípios e/ou microrregiões (IBAMA, INCRA, ITEAM, IPAAM, IDAM e FLORESTAS DO AMAZONAS);

- Programas de formação de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável, com diferenciação para diferentes microrregiões e segmentos da sociedade;
 - Pacto federativo para a gestão compartilhada e/ou descentralizada da política fundiária, com a estadualização e municipalização de áreas sob domínio federal em micro-regiões prioritárias;
 - Pacto federativo para a gestão compartilhada e/ou descentralizada da política ambiental, com a estadualização e/ou municipalização da gestão ambiental em micro-regiões prioritárias;
 - Revisão normativa (fundiária ambiental) e incentivos econômicos);
 - Estabelecimento de princípios, critérios e indicadores socioambientais para a priorização do apoio às atividades agropecuárias, florestais e pesqueiras;
 - Consultas públicas para a criação de unidades de conservação e grandes empreendimentos;
 - Melhoria da infra-estrutura: estradas, energia, hidrovias e portos. Estudos de impacto ambiental prévios para todas as obras de infra-estrutura:
- Condicionantes socioambientais específicos;
 - Obras precedidas por zoneamento e ordenamento e análise de alternativas;
 - Programas setoriais de ações de apoio ao desenvolvimento sustentável: fundiário, ambiental, produção florestal, agropecuária e pesqueira.
 - Apoio às cadeias produtivas sustentáveis:
 - Controle, monitoramento, assistência técnica e educação ambiental como prioridade, com presença institucional constante e eficaz;
 - Ações de fiscalização diferenciando os pequenos produtores dos grileiros e madeireiros de grande porte.
 - Repressão às atividades ilícitas, especialmente:
 - Garimpo de mogno e outras espécies florestais;
 - Grilagem de terras.
 - Programa de gestão ambiental voltado para a valorização de serviços ambientais, especialmente o seqüestro de carbono;

- Criação de novas unidades de conservação por meio de processos participativos de consulta pública, reuniões técnicas e estudos técnicos.
 - Aumento da arrecadação fazendária e combate à evasão fiscal:
- Postos de arrecadação da Secretaria da Fazenda (SEFAZ).
- Ações sociais:
- Saúde;
 - Educação;
 - Segurança.

I.3. Povos e Terras Indígenas na área de influência da BR-319 entre os km 250 a 655,7.

As terras indígenas a seguir estão localizadas entre a margem esquerda do rio Purus e a margem direita do rio Madeira e entre o km 250 a 655,7. O mapa com as Terras indígenas da área de influência deste estudo são apresentadas no Anexo III. Na Tabela 3 estão listadas as TI e sua situação jurídica.

Tabela 3 - Situação jurídica - administrativa atual das terras indígenas no Brasil (FUNAI,2008).

Nº	Terra Indígena (Povo)	População	Extensão (ha)	Município	UF	Situação atual	Situações de conflito	Incidência de grandes projetos
1	Apurinã Igarapé São João (Apurinã)	58	18 232,42	Tapauá	AM	Regularizada-certidão SPU 06/082007	Presença de caçadores, madeireiros e pescadores vindos de Manaus e Manacapuru.	PPTAL
2	Apurinã Igarapé Taumirim (Apurinã)	150	96.457,51	Tapauá	AM	Registrada-(CRI/DPU) em revisão	Invasão de pesqueiros.Sobreposição da Reserva Biológica Abufari. Conflitos entre os índios e o IBAMA, na época da seca, por causa dos quelônios.	PPTAL
3	Ariramba (Mura)	73	10.357,57	Manicoré	AM	Regularizada-6/09/2006	Pescadores, caçadores (moradores ribeirinhos da RESEX)	PPTAL
4	Cunhã Sapucaia (Mura)	564	471450,54	Borba e Autazes	AM	Homologada – registro cartorial 01/11/2006	Pescadores, turistas de pesca esportiva.	PPTAL
5	Lago Capanã (Mura)	400	6.321,60	Manicoré	AM	Regularizada – 19/10/2004	Madeireiros,Pescadores, caçadores (moradores ribeirinhos da RESEX	PPTAL
6	Lago do Barrigudo (Apurinã)	35		Beruri	AM	Em estudo	Peixeiros (pescadores comerciais), madeireiros, caçadores e turistas	-
7	Lago Jauari (Mura)	235	12.023,08	Manicoré	AM	Regularizada- certidão SPU – 16/02/2005	Pescadores,caçadores (moradores ribeirinhos da RESEX	PPTAL
8	Nove de Janeiro (Parintitim)	430	228.777,10	Humaitá	AM	Regularizada - 14/08/2001	Pescadores	PDPI
9	Torá (Torá)	260	54.960,99	Humaitá/Manicoré	AM	Regularizada – certidão SPU	Pescadores pesca esportiva (liga de ecopousada)	
10	Tucumã (Apurinã)	47		Humaitá	AM	Nova em identificação – solicitação a FUNAI – 22/-3/2005	Fazendeiros do entorno	
11	Mamori	120		Tapauá	AM	Nova em identificação	Pescadores comerciais Sobreposição com FLONA Nascente do Jari	
12	Kamaywá (Munduruku)	67		Manicoré	AM	Nova – em identificação	Proximidade ao ramal Democracia, madeireiros.	



DNIT

13	Itaparanã(Mura)	200	Canutama	AM	Nova – em identificação - solicitação a FUNAI em 11/03/2005	Proximidade a BR 230
----	-----------------	-----	----------	----	---	----------------------

I.4. Caracterização físico-biótica das TI

I.4.1 Tipologia Vegetacional²

A biodiversidade da Amazônia não representa unicamente alguns extremos de diversidade evolutiva. Essa alta biodiversidade está correlacionada com uma variedade excepcional de espécies úteis. Mais de 2.000 espécies de plantas foram identificadas como úteis. O patrimônio genético contido no ecossistema amazônico é o maior exemplo de um bem público produzido pelas florestas tropicais, cujo valor é, provavelmente, incalculável. Contudo, com a falta de conhecimento científico, estima-se que a biota da floresta tropical amazônica possua entre 800.000 a 5 milhões de espécies, representando de 15 a 30% do total das espécies encontradas na biosfera (Schubart, 1983; Ayres *et al.*, 1979, 2005). Das 250.000 espécies vegetais de grande porte catalogadas, em torno de 90.000 encontram-se nas áreas tropicais da América Latina e do Caribe, cifra superior aos 30.000 da África e 35.000 da Ásia (OTCA, 2004).

As terras baixas da Amazônia, principalmente da porção sul, são pouco estudadas, e muitas regiões são praticamente desconhecidas, como é o caso do interflúvio Purus-Madeira (Carvalho, 2006). Porém, nessa região, pela classificação oficial da vegetação para essa área feita pelo IBGE (1992) e IBAMA (2001), existem quatro tipologias vegetacionais distintas, que são: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Savanas (Cerrados), Formações Pioneiras, todas as quatro com suas variações.

A classificação aqui utilizada para denominar a Floresta Tropical Amazônica e suas variações, assim como as demais tipologias vegetacionais citadas para a área de estudo, é a utilizada por Braga (1979), Manual de Vegetação do IBGE (1992), IBAMA (2001).

A Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas é predominante nas terras indígenas da área de influência indireta aparecendo principalmente nas Terras Mura Cunhã Sapucaia; Torá; Parintintim Nove de Janeiro; Apurinã Lago do Barrigudo; Munduruku Kamywá; Mamori e Itapanranã e em menor proporção na Terra Mura Ariramba e Lago Jauari. Nas Terras Indígenas

² Fonte: Equipe de Flora do EIA/RIMA BR 319.UFAM,2008.

Apurinã São João, Tauamirim predomina a formação vegetacional Floresta Ombrófila Aberta das Terras Baixas com Palmeiras (ANEXO III).

I.4.1.1 A Floresta Tropical Amazônica

A floresta amazônica cobre cerca de 80% da região. A área de captação hidrográfica da bacia se estende desde 79°W (rio Chamaya, Peru) a 46°W (rio Palma, Brasil), de 5°N (rio Cotingo, Brasil) a 17°S (alto Araguaia, Brasil). Isto faz da Amazônia o maior e mais tropical dos ecossistemas, comparável em tamanho apenas aos ecossistemas tropicais africanos (Caüper, 2006).

Considera-se que a Floresta Amazônica no Brasil tem 74% de florestas contínuas (38% de florestas densas e 36% de florestas não densas); tem 12% da área ocupada por vegetação secundária e atividades agrícolas; e 14% de vegetação aberta como campos naturais e cerrados (Arruda, 2001; Florestas, 2006).

Assim, na Amazônia predominam as Florestas Ombrófilas Densas e Abertas, com árvores de médio a grande porte; as Florestas Estacionais (Decíduas e Semidecíduas); zonas de Contato, Campinas e Campinaranas. Na Floresta Ombrófila Densa encontram-se as matas de terra firme, de várzea e de igapó. Na Floresta Ombrófila Aberta ocorrem quatro subtipos: com palmeiras, cipós, bambu e sororoca.

a) Floresta Ombrófila Densa (Floresta de Terra Firme)

Região fitoecológica ou tipo de vegetação que é constituída basicamente de macro e mesofanerófitos (árvores de porte entre 20 e 50 metros de altura), além de epífitos e lianas. Sua distribuição se dá em áreas de clima ombrotérmico, isto é, praticamente sem período seco, com precipitações acima de 2.300 mm e temperaturas médias anuais de 23°C (IBGE, 1992). Na área de estudo, as variações altimétricas aliadas às diferenças edáficas permitiram separar duas formações: das Terras Baixas e Aluvial.

✓ *Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas*

Representa 45,008% da área de influência indireta, cuja fisionomia principal é da Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas (44,875%), com pequenas manchas de Floresta Ombrófila Densa (0,151%).

A Formação das Terras Baixas ocupa, geralmente, terrenos de cobertura sedimentares terciárias de planícies, planaltos rebaixados, terraços e depressões não inundáveis, como as dos tabuleiros plio-pleistocênicos do grupo Barreiras, desde a Amazônia até o Rio de Janeiro, em altitudes aproximadas de 5 a 100 m (IBGE, 2005).

Essa fitofisionomia é constituída por árvores de grande porte nos terraços aluviais e nos tabuleiros terciários, e árvores de médio porte nas encostas. Ocorrem sob um clima ombrófilo, sem período biologicamente seco durante o ano e, excepcionalmente, com até dois meses de umidade escassa. Mesmo assim, quando isso acontece há uma grande umidade concentrada nos ambientes dissecados das serras. As temperaturas médias oscilam entre os 22°C e 25°C (Braga, 1979; IBGE, 2005).

Apresenta grande biomassa, com sub-bosque limpo, desprovida de emaranhados de cipós no solo e nos troncos das árvores, com pouca penetração de luz e, por isso, com ocorrência de espécies adaptadas à baixa intensidade luminosa (somente 1% da luz que incide sobre a copa das árvores chega ao solo de uma floresta densa). Destaca-se a ocorrência de epífitas, principalmente em árvores que atingem o dossel emergente da floresta. Cipós são comuns, entretanto sobem diretamente para as copas, onde se esparramam (Braga, 1979; IBGE, 1992).

Os inventários na Amazônia têm demonstrado que essa floresta apresenta alta diversidade, grande porcentagem de espécies com baixa densidade e baixa similaridade florística entre parcelas de amostragens próximas umas das outras (Oliveira, 2000). Oliveira e Mori (1999) encontraram para a região de Manaus, uma riqueza de espécies arbóreas (com DAP de 10 cm) variando em torno de 280 espécies por hectare. Braga (1979) e Braga *et al.* (2007) listam algumas espécies que ocorrem nessa área (Tabela 169).

Tabela 4- Espécies da Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas.

Nome Científico	Família	Nome Vulgar
<i>Anacardium spruceanum</i> Benth. Ex Engl.	Anacardiaceae	Cajuí
<i>Bertholletia excelsa</i> Bonpl.	Lecythidaceae	Castanha do Brasil
<i>Brosimum parinarioides</i> Ducke	Moraceae	Amapá
<i>Brosimum rubescens</i> Taub.	Moraceae	Pau rainha, Muirapiranga
<i>Caryocar glabrum</i> (Aubl.) Pers	Caryocaraceae	Piquiarana
<i>Caryocar villosum</i> (Aubl.) Pers	Caryocaraceae	Piquiá
<i>Clarisia racemosa</i> Ruiz & Pav.	Moraceae	Guariúba
<i>Copaifera multijuga</i> Hayne	Leguminosae	Copaíba
<i>Couma macrocarpa</i> Barb. Rodr.	Apocynaceae	Sorva
<i>Couratari guianensis</i> Aubl.	Lecythidaceae	Tauari
<i>Dinizia excelsa</i> Ducke	Leguminosae	Angelim-pedra
<i>Dipteryx odorata</i> (Aubl.) Willd.	Leguminosae	Cumaru
<i>Eperua glabriflora</i> (Ducke) R.S. Cowan	Leguminosae	Muirapiranga
<i>Eschweilera odora</i> (Poepp. ex O. Berg) Miers	Lecythidaceae	Mata-matá
<i>Goupia glabra</i> Aubl.	Celastraceae	Cupiúba
<i>Hevea brasiliensis</i> Müll. Arg.	Euphorbiaceae	Seringueira
<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Leguminosae	Jatobá
<i>Lecythis usitata</i> Miers	Lecythidaceae	Castanha-sapucaia
<i>Parkia multijuga</i> Benth.	Leguminosae	Faveira-benguê, Faveira
<i>Parkia pendula</i> (Willd.) Benth. ex Walp.	Leguminosae	Visgueiro
<i>Peltogyne catinae</i> Ducke	Leguminosae	Violeta
<i>Peltogyne paniculata</i> Benth.	Leguminosae	Escorrega-macaco
<i>Platymiscium trinitatis</i> Benth.	Leguminosae	Macacaúba
<i>Piptadenia suaveolens</i> Miq.	Leguminosae	Faveira-folha-fina
<i>Pithecellobium racemosum</i> Ducke	Leguminosae	Angelim-rajado
<i>Scleronema micranthum</i> (Ducke) Ducke	Bombacaceae	Cardeiro
<i>Simaruba amara</i> Aubl.	Simarubaceae	Marupá
<i>Tabebuia serratifolia</i> (Vahl) G. Nicholson	Bignoniaceae	Pau-d'arco
<i>Vouacapoua americana</i> Aubl.	Leguminosae	Acapu

✓ *Floresta Ombrófila Densa Aluvial das Terras Baixas (Matas de Várzea)*

Trata-se de formação florestal que ocupa os terrenos quaternários das planícies e terraços, periodicamente inundáveis e/ou só eventualmente inundados, ao longo dos flúvios, independentemente da altitude.

As várzeas que compõem a Amazônia Continental representam mais de 180.000 km² (área pouco menor que o Estado do Paraná). A várzea também é encontrada nos rios de águas brancas que nascem na Cordilheira dos Andes, como os rios Madeira, Japurá e Purus (Caúper, 2006; Ayres, 1993, 1995, 2005).

As florestas de Várzea estão situadas nas planícies sedimentares de alagação, regiões que sofrem influência da flutuação do nível dos rios, nos períodos de cheia e vazante. Como regra, o lençol de águas subterrâneas é muito superficial. As cheias duram meses e são causadas pelas chuvas e pelo degelo dos Andes. São compostas por uma grande variedade de ambientes (Ayres, 1993, 1995, 2005).

Composta por biomassa mediana, muito ou pouco iluminada, bastante limpa por baixo. As raízes tabulares são comuns, como também certas raízes pneumatóforas ou respiratórias. O seu porte é bem menos expressivo que a Floresta de Terra Firme. As espécies arbóreas, em geral, são constituídas de madeira mais moles do que as de Terra Firme, e necessitam de adaptações ecológicas, fisiológicas e morfológicas, que lhes possibilitem suportar o regime periódico de cheia e vazante (Braga, 1979). A Tabela 170 mostra algumas espécies dessa formação.

Tabela 5 - Espécies da Floresta Ombrófila Densa Aluvial.

Nome científico	Família	Nome vulgar
<i>Astrocaryum murumuru</i> Mart.	Arecaceae	Murumuru
<i>Calophyllum spruceanum</i> Benth.	Guttiferae	Mulateiro
<i>Ceiba pentandra</i> (L.) Gaertn.	Bombacaceae	Sumaúma
<i>Couroupita subsessilis</i> Pilg.	Lecythidaceae	Castanha-de-macaco
<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Arecaceae	Açaí
<i>Gynerium sagittatum</i> (Aubl.) P. Beauv.	Poaceae	Cana-de-flexa
<i>Hura crepitans</i> L.	Euphorbiaceae	Açacu
<i>Lecointea amazonica</i> Ducke	Leguminosae	Pracuúba
<i>Lecythis paraensis</i> Huber	Lecythidaceae	Castanha-sapucaia
<i>Licaria mahuba</i> (A. Samp.) Kosterm.	Lauraceae	Maúba
<i>Manicaria saccifera</i> Gaertn.	Arecaceae	Ubuçu
<i>Maquira coriacea</i> (H. Karst.) C.C. Berg	Moraceae	Muiratinga
<i>Mauritia flexuosa</i> L. f.	Arecaceae	Buriti
<i>Nectranda amazonum</i> Nees	Lauraceae	Louro-da-várzea
<i>Piranhea trifoliolata</i> Baill.	Euphorbiaceae	Piranheira
<i>Platymiscium ulei</i> Harms	Leguminosae	Macacaúba-da-várzea
<i>Pseudobombax munguba</i> (Mart. Et Zucc.) Dugand	Bombacaceae	Munguba
<i>Pterocarpus ancylocalyx</i> Benth.	Leguminosae	Tachi-da-flor-amarela
<i>Raphia taedigera</i> (Mart.) Mart.	Arecaceae	Jupati
<i>Salix martiana</i> Leyb.	Salicaceae	Oeirana
<i>Socratea exorrhiza</i> (Mart.) H. Wendl.	Arecaceae	Paxiúba
<i>Spondias lutea</i> L.	Anacardiaceae	Taperebá
<i>Sterculia elata</i> Ducke	Sterculiaceae	Tacacazeiro
<i>Triplaris surinamensis</i> Cham.	Polygonaceae	Tachi preto
<i>Virola surinamensis</i> (Rol. ex Rottb.) Warb.	Myristicaceae	Ucuúba
<i>Vochysia maxima</i> Ducke	Vochysiaceae	Quaruba

b) Floresta Ombrófila Aberta (Faciação da Floresta Ombrófila Densa)

Região Fitoecológica e Tipo de Vegetação ainda situada na faixa de clima ombrotérmico, porém podendo apresentar um curto período seco (2 a 3 meses). Na área de estudo foram identificadas com as formações Terras Baixas, Aluvial e Submontana, com as faciações com palmeiras e sororocas (IBGE, 2005).

✓ *Floresta Ombrófila Aberta das Terras Baixas*

Representa 31,331% da área de influência indireta do traçado da estrada, sendo composta por duas faciações: Floresta Ombrófila Aberta (0,168%) e Floresta Ombrófila Aberta com palmeiras e sororoca (31,163%).

Conhecida originalmente como “área de transição” entre a Amazônia e o espaço extra-amazônico, as Florestas Ombrófilas Abertas possuem fisionomia florestal composta de árvores mais espaçadas, com estrato arbustivo pouco denso e caracterizadas por dois tipos de vegetação, ora por fanerófitas rosuladas, ora pelas lianas lenhosas. Ocorrem em região com temperatura média entre 24°C e 25°C, de clima que pode apresentar um período com mais de 2 e menos de 4 meses secos.

Na área de estudo, essa região fitoecológica ocorre com duas alterações fisionômicas (fácies florestais): a) Floresta de Palmeiras (Cocal), com representatividade significativa das palmeiras de babaçu (*Orbignya phalerata*) e do inajá (*Maximiliana regia*); b) Floresta de Sororoca (Sororococal), caracterizada pelos agrupamentos da Musaceae Sororoca (*Phenakospermum guyanenses*). A Tabela 171 mostra uma lista de lianas típicas desse tipo de vegetação, acompanhadas do nome da família e o nome vulgar.

Tabela 6- Espécies de lianas da Floresta Ombrófila Aberta das Terras Baixas.

Nome Científico	Família	Nome Vulgar
<i>Allamanda cathartica</i> Linn.	Apocynaceae	Cipó-de-leite
<i>Bauhinia splendens</i> Kunth	Leguminosae	Escada-de-jabuti
<i>Bonamia maripoides</i> Hallier f.	Convolvulaceae	
<i>Chiococca brachiata</i> Ruiz & Pav.	Rubiaceae	Cipó-Cruz
<i>Cydista aequinoctialis</i> (L.) Miers	Bignoniaceae	Cipó-Cruz
<i>Davilla</i> spp.	Dilleniaceae	Cipó-de-fogo
<i>Dioclea lasiocarpa</i> Mart. ex Benth.	Leguminosae	Mucunã
<i>Dolioscarpus rolandri</i> J.F. Gmel.	Dilleniaceae	Cipó-d'água
<i>Dolioscarpus spatulifolius</i> Kubitzki	Dilleniaceae	_____
<i>Heisteria</i> spp.	Olacaceae	_____
<i>Heteropsis jenmanii</i> Oliv.	Araceae	Cipó-titica
<i>Ipomoea</i> spp.	Convolvulaceae	Japecanga
<i>Machaerium ferrugineum</i> (Willd.) Pers.	Leguminosae	Timbó-açu
<i>Machaerium quinata</i> (Aubl.) Sandwith	Leguminosae	Cipó-sangue
<i>Parkia oppositifolia</i> Spruce ex Benth.	Leguminosae	Benguê
<i>Passiflora nitida</i> Kunth	Passifloraceae	Maracujá-do-mato
<i>Philodendron imbe</i> Schott	Araceae	Imbé
<i>Philodendron mymecophyllum</i> Encl.	Araceae	Tracuá

✓ *Floresta Ombrófila Aberta Aluvial*

Representada na área de influência indireta por 4,73%, com duas faciações: Floresta Ombrófila Aberta com palmeiras (4, 511%) e Floresta Ombrófila Aberta Aluvial (0,219%).

Formação florestal que ocupa as planícies e os terraços periodicamente inundados, ao longo dos cursos de água. Na Amazônia são designadas ordinariamente como Matas de Várzeas e Matas de Igapó, respectivamente.

São regiões inundadas permanentemente pelos rios de águas claras e pretas. As áreas de inundação do rio Negro e de outros rios de água preta são muito diferentes das áreas de várzea, uma vez que há falta de nutrientes na água preta. Durante o período de seca dos rios, as praias arenosas são pouco colonizadas pela vegeta o.

Essa baixa oferta de nutrientes reflete, também, na baixa ocorrência de animais no igapó, em geral, por causa de sua acidez (Junk, 1983). Sua vegeta o permanece verde, com

folhas largas, e as árvores de maior porte atingem uma altura de 20m. Há uma grande quantidade de epífitas e cipós, e diversas plantas apresentam raízes que auxiliam no processo de respiração da planta (Meireles Filho, 2004).

A floresta Ombrófila Aberta com palmeiras é a de maior representatividade, estando presente em praticamente todas as planícies fluviais da área de estudo, onde por vezes se expande por vários quilômetros de largura (IBGE, 2005).

A palmeira Buriti (*Mauritia flexuosa*) caracteriza de forma marcante a sua fisionomia, acompanhando quase sempre a rede de drenagem e formando extensos grupos gregários. Em áreas de maiores altitudes (acima de 100 m), ocupa as encostas de pouca declividade e, neste caso, a palmeira predominante é o Inajá (*Attalea maripa*), que nos terrenos planos intercala-se com o Açai solteiro (*Euterpe precatoria*) (IBGE, 2005).

No geral retrata uma fisionomia de árvores esparsas e baixas, cuja dominância é variável de local para local, mas onde nunca faltam indivíduos citados na Tabela 172.

Tabela 7 - Espécies da Floresta Ombrófila Aberta Aluvial.

Nome científico	Família	Nome vulgar
<i>Attalea maripa</i> Mart.	Arecaceae	Inaja
<i>Astrocaryum murumuru</i> Mart.	Arecaceae	Murumuru
<i>Carapa guianensis</i> Aubl.	Meliaceae	Andiroba
<i>Calophyllum spruceanum</i> Benth.	Guttiferae	Pau mulato
<i>Euterpe precatoria</i> Mart.	Arecaceae	Açai
<i>Ficus insipida</i> Willd.	Moraceae	Cachinguba
<i>Guazuma ulmifolia</i> Lam.	Sterculiaceae	Mutamba
<i>Hevea brasiliensis</i> (Willd.ex A. Juss.) Müll. Arg.	Euphorbiaceae	Seringueira
<i>Hura crepitans</i> L.	Euphorbiaceae	Açacu
<i>Inga Alba</i> (Sw.) Willd.	Mimosaceae	Inga xixica
<i>Mauritia flexuosa</i> L. f.	Arecaceae	Buriti
<i>Oenocarpus bataua</i> Mart.	Arecaceae	Pataua
<i>Pseudomedea multinervis</i> Millbr.	Moraceae	Muiratinga
<i>Viola melinonii</i> (Benoist) A.C Sm.	Myristicaceae	Ucuuba

C) Formações Pioneiras com influencia fluvial e/ou lacustre (Campos de Várzea)

Essas formações ocupam 1,169% da área de influência indireta, representada por cinco faciações: Formações Pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre arbustiva (0,028%); Formações Pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre arbustiva com palmeiras (0,523%) e sem palmeiras (0,055%); Formações Pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre herbácea (0,399%); Formações Pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre herbácea com palmeiras (0,004%) e sem palmeiras (0,160%).

São Formações Vegetais Abertas Inundadas, que são caracterizadas pela presença de diversas espécies de gramíneas e a pouca presença de ciperáceas. Há poucos arbustos ou árvores. A leste da Ilha de Marajó, a leste do Amapá, em suas planícies costeiras e no Baixo rio Amazonas, nas várzeas entre Parintins e a foz do rio Xingu, bem como entre os terrenos holocênicos ligeiramente acima do nível da água, entre Oriximiná e Faro, ocorrem áreas expressivas de “campos de várzeas”. Na área de estudo, ocorrem duas faciações: arbustivas (com e sem palmeiras) e herbáceas (com e sem palmeiras) (Braga, 1979).

São constituídos por biomassa medíocre, iluminação excessiva, com definida predominância de gramíneas, capins robustos ou “Canaranas”. As Cyperaceae são de importância desprezível. Está localizado em sedimentos recentes, limitado às áreas que estão sob influência de alagações procedentes de rios de águas barrentas. Os rios de águas limpas, ou seja, aqueles que não possuem sedimentos em suspensão, independente da coloração, não fornecem condições para o aparecimento deste tipo de vegetação. A tabela 173 mostra uma lista de espécies que podem ser encontradas nesse tipo de vegetação, com os nomes das famílias e nomes vulgares de cada espécie (Braga, 1979).

Tabela 8 - Espécies da formação Pioneira com influencia fluvial/lacustre

Nome Científico	Família	Nome Vulgar
<i>Echinochloa polystachya</i> (Kunth) Hitchc.	Poaceae	Canarana-verdadeira
<i>Hymenachne amplexicaulis</i> (Rudge) Nees	Poaceae	_____
<i>Hymenachne donacifolia</i> (Raddi) Chase	Poaceae	Capim-rabo-de-pato
<i>Laersia hexandra</i> Sw.	Poaceae	Pamonga
<i>Luziola spruceana</i> Benth. ex Döll	Poaceae	_____
<i>Panicum elephantipes</i> Nees ex Trin.	Poaceae	_____
<i>Panicum repens</i> L.	Poaceae	_____
<i>Paspalum fasciculatum</i> Willd. ex Flügge	Poaceae	_____

I.4.2 Formações Geológicas

A maior parte da área em estudo apresenta uma topografia plana, situada entre dois dos mais importantes cursos de água da Amazônia, os rios Purus e Madeira, onde no seu interflúvio localiza-se a BR-319. O traçado da BR-319, partindo de Manaus, está instalado essencialmente dentro de terrenos onde dominam as rochas sedimentares da Bacia Amazônica. Desta forma, as rochas que ocorrem ao longo das terras indígenas localizadas na área de influencia direta e indireta da BR 319 são predominantemente das idades cenozóicas representados por depósitos sedimentares ainda mais jovens de idade Terciário-Quaternária pertencentes à Formação Içá com ocorrências de aluviões antigos e recentes (holocênicos) nas margens e calhas dos rios e dos lagos; terraços holocênicos presentes nas terras indígenas Parintintim 9 de Janeiro e Apurinã Tucumã e cobertura Dentrito-laterítica pleistocênica com ocorrência nas terras indígenas Cunhã Sapucaia, Kamaywá. Nas terras indígenas Apurinã Igarapé Tauamirim, São João, Mamori, Itapanã e Lago Barrigudo o predomínio é da formação Içá (ANEXO III).

A Formação Içá é predominantemente arenosa com níveis lateríticos, incluindo intercalações de argilitos cinza a vermelhos e camadas de turfa. É composta de sedimentos pelíticos fluvio-lacustres com bancos arenosos, além de lentes e concreções de calcários e gipsita e lentes de linhito. De grande distribuição areal por toda a região Amazônica e de ocorrência extremamente comum e também importante são as coberturas detrítico-lateríticas, distribuídas de forma ampla e descontínua em toda a região. Ao longo das planícies e terraços aluvionares são encontrados freqüentes depósitos pelito-psamíticos e cascalhos, antigos e atuais, relacionados à rede de drenagem amazônica antiga e atual.

Esta Formação é muito rica em fósseis vegetais e animais, como troncos, folhas, carófitas, ostracoides, escamas, dentes e ossos (Caputo *et al.*, 1971). Podem conter ocasionalmente, intercalações, lentes e camadas de arenitos de cores amarelo-ocre e vermelho, granulação fina a média, localmente grossa, matriz argilosa, bem selecionados, maciços ou acamadados com estratificações plano-paralelas, como por exemplo, nos afloramentos nas proximidades do rio Preto do Igapó-Açu.

1.4.3 Estruturas Geomorfológicas

Ao longo dos cursos de água que fazem parte da Planície Amazônica têm sido identificados dois conjuntos de depósitos aluviais: Aluviões Antigas (Terraços Aluviais) e Aluviões Atuais (Planícies aluviais de inundações). As Aluviões Antigas têm distribuição descontínua, porém formando faixas amplas com até 50 km de largura, na região norte e noroeste de Humaitá e a norte de Canutama e Tapauá no rio Purus. As atuais planícies fluviais são geralmente amplas e os cursos de água têm padrão sinuoso ou em meandros (Purus) e outros mais retilíneos (Madeira e Aripuanã). Nestas áreas são freqüentes meandros em lagos, meandros em colmatagem, furos e paranás resultantes da evolução dos rios.

As acumulações de Aluviões Antigas descritas ao longo dos rios Purus e Madeira, além de outros rios, constituem-se principalmente de areias quartzosas com estratificação gradacional, formando depósitos característicos de barra em pontal. Têm granulação predominantemente fina, grãos subangulosos e subarredondados, pequena contribuição de minerais micáceos e freqüentes intercalações de camadas ou lentes de materiais sílticos e argilosos em contatos gradacionais. Ocasionalmente contém pelotas de argila dispersas e uma percentagem mínima de minerais pesados. Normalmente são de coloração branca com tonalidades amareladas e avermelhadas devido a concentrações ferruginosas. Localmente ocorrem concreções limoníticas planares de espessuras milimétricas. As areias podem apresentar estratificação cruzada de pequeno porte dos tipos tabular e acanalada. Os depósitos colúvio-aluvionares formam camadas métricas, que muitas vezes preenchem paleovales.

Conforme o projeto RADAMBRASIL, no Levantamento dos Recursos Naturais da Folha SB. 20 Purus, a região em estudo apresenta as seguintes unidades morfoestruturais: 1) Planície Amazônica; 2) Planalto Rebaixado da Amazônia Ocidental.

A *Depressão Interplanáltica da Amazônia Meridional* foi identificada por Melo, Costa e Natali Filho (1977) na Folha Porto Velho e se estende ao longo do alto curso do rio Manicoré, e, portanto sem ocorrência na área de influência indireta da BR-319. Tem altimetria relativa de 150m, mostrando interflúvios tabulares, talhados predominantemente sobre rochas pré-cambrianas. Sobre estas formas de relevo desenvolvem-se duas associações de solos predominantes: Latossolos Vermelhos e o Podzólico Vermelho Amarelo.

a) *Planície Amazônica (PA)*

A denominação original desta unidade morfoestrutural refere-se às áreas inundadas e/ou inundáveis submetidas ao regime fluvial do rio Amazonas. Trabalho de Melo, Pitthan e Almeida (1976) registraram áreas de terraços acompanhando a calha do rio Purus e Acre e passaram a englobar nesta unidade morfoestrutural também estes terraços na Planície Amazônica. A Planície Amazônica corresponde a terrenos aplainados, áreas de depósitos fluviais situados ao longo das calhas dos rios Amazonas, Solimões, Purus e Madeira e de seus principais afluentes. Objetivando a sua melhor caracterização, a Planície Amazônica também foi dividida em duas subunidades: a Planície Amazônica no rio Purus e a Planície Amazônica no rio Madeira, pois elas mostram características geomorfológicas distinguíveis.

Estas planícies estão associadas principalmente a terrenos silte-argilosos associados a lagos colmatados e a terrenos periodicamente inundados e diques marginais arenosos. Os solos associados a esse domínio são hidromórficos gleizados e podzóicos vermelhos álicos.

A *Planície Amazônica do rio Purus* está definida por uma faixa que se estende pelas margens do rio Purus de orientação geral sudoeste nordeste, atingindo largura máxima de 100 km, como na região de Canutama. Nesta faixa é possível identificar as áreas de planícies propriamente ditas e de terraços. O canal do rio é sinuoso com curvas em padrão meândrico e retificação eventuais. Ele não apresenta ilhas ao longo do seu canal. Melo *et al.* (1976) dividiram o curso do rio em três seções, conforme amplitude diferenciada dos meandros e retificações do curso do rio.

A *Planície Amazônica do rio Madeira*, como subunidade de relevo também se estabelece ao longo das margens do rio Madeira, que tem como limite nordeste a foz do rio Aripuanã e como limite sul nas proximidades de Porto Velho. Esta planície é mais estreita que a do rio Purus, alcançando cerca de 70 km. Desta forma, esta subunidade constitui “ilha” dentro

do Planalto Rebaixado da Amazônia Ocidental. Trata-se de rio que mostra canal com amplas sinuosidades e com retilinearizações a partir de Manicoré. Ao contrário do Purus o seu canal contém inúmeras ilhas ao longo de todo seu curso.

b) Planalto Rebaixado da Amazônia Ocidental (PRAO)

Este planalto apresenta relevo com altimetria em torno de 100m, onde a intensa dissecação produziu arcos colinosos de pouca extensão, provocados pelo incipiente aprofundamento da drenagem. Além destas formas de relevo ocorrem superfícies pediplanizadas e colinas. Litologicamente é representada por sedimentos pleistocênicos da Formação Solimões e, mais ao sul e a leste, também por litologias precambrianas. Os solos associados são os podzólicos vermelhos amarelos (em grande parte de caráter plíntico), as lateritas hidromórficas e o latossolo vermelho amarelo e latossolos amarelos.

Esta unidade morfoestrutural foi subdividida pelo Projeto RADAMBRASIL em três (03) subunidades, com base no grau de dissecação e distância interfluvial: a - Norte do Rio Purus, b – Rio Purus-Madeira, c - Sul do Rio Madeira.

Como a BR-319 está inclusa integralmente na Subunidade Morfoestrutural do Rio Purus-Madeira será apresentado um maior detalhamento desta. Este interflúvio está, obviamente, limitado a oeste e a leste pelas calhas dos rios Purus e Madeira, respectivamente, mas estende-se para sul e para norte até a calha do rio Amazonas. Nesta subunidade predominam duas formas de relevo: superfícies pediplanizadas e interflúvios tabulares e áreas de colinas. Os pediplanos ocupam grande extensão e esta forma de relevo é encontrada nos divisores de água dos rios Tupana, Luna e Preto do Igapó-Açú envolvendo as Terras Indígenas Cunhã Sapucaia, Lago Barrigudo (ANEXO III).

Os rios que drenam esta subunidade estão posicionados segundo duas direções preferenciais: sul-norte e oeste-leste. A drenagem comandada pelos rios Mucuí, Jacaré, Ipixuna e Jari apresentam padrão dendrítico. Seus cursos são sinuosos com seções retas. Suas planícies são contínuas, ocorrendo trechos restritos de terraços. Os rios Tupana, Luna e Preto do Igapó-Açú comandam a drenagem dirigida para oeste e leste, com padrão retangular típico, mostrando nítido controle estrutural. As áreas de planície destes rios não são contínuas. No rio Luna, por exemplo, a planície é contínua até as imediações do lago Ticiuã; a partir daí é de ocorrência restrita a pequenos trechos nos rios Ipixuna e Itaparaná. O rio Preto do Igapó-Açú

não apresenta áreas de planície, pois está encaixado diretamente nos sedimentos da Formação Solimões.

1.4.4 Estruturas Pedológicas

Os tipos de solo que ocorrem nas terras indígenas da área de influência da BR-319 foram agrupados em duas categorias: Solos de Terra Firme e Solos de Várzea descrita (ANEXO III) de acordo com a nomenclatura atualmente em uso estabelecida pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (Embrapa, 1999).

De forma semelhante, fatores climáticos, condições hídricas e tipo de cobertura vegetal também influenciam na distribuição dos solos e vice-versa, que somados aos aspectos geológicos e geomorfológicos dão as características finais dos solos de uma determinada região.

a) Solos de Terra Firme (Argissolos, Espodossolos e Latossolos)

Os Argissolos são solos minerais, que têm como característica diferencial a presença de um horizonte B textural² (Bt), imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte superficial, exceto o hístico (orgânico), sem apresentar, contudo, os requisitos para serem enquadrados nas classes dos Alissolos, Planossolos, Plintossolos ou Gleissolos (Embrapa, 1999).

Nesta classe estão incluídos os solos que foram, nesta região, classificados como Podzólico Vermelho-Amarelo com ocorrência predominante nas Terras Indígenas Cunhã Sapucaia, Lago do Barrigudo, 9 de Janeiro e Tucumã.

São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amarelados e, mais raramente, brunadas ou acinzentada. A textura varia de arenosa a argilosa no horizonte A e de média a muito argilosa no horizonte Bt, sendo que a transição entre os horizontes A e Bt é usualmente clara ou abrupta. O horizonte superficial, denominado de A, é sempre mais arenoso, evidenciando um gradiente textural em relação aos horizontes subsuperficiais. O fenômeno de iluviação de argila é freqüente, e pode ser constatado pela presença de material coloidal translocado revestindo as unidades estruturais (cerosidade).

Na região em estudo, esses solos apresentam caráter forte a moderadamente ácido, com valores de pH em água variando de 3,30 a 4,92, com capacidade de troca de cátions entre

1,74 a 24,96 $\text{cm}^3 \cdot \text{Kg}^{-1}$ de solo, saturação por bases baixas, com teores mais elevados nos horizontes superficiais devido à influência dos maiores teores de matéria orgânica. São predominantemente cauliniticos e com relação molecular K_1 variando de 1,0 a 2,3, em correlação com as argilas de baixa atividade. A saturação de bases (V) varia, respectivamente, de 1 a 36%, o que os classifica como distróficos ($V < 50\%$).

Sob condições naturais, os Argissolos e Latossolos estão recobertos por uma densa e rica floresta de terra firme e ocorrem na porção mais elevada da paisagem, normalmente com os Latossolos ocupando os topos planos (os platôs) e os Argissolos o terço médio e inferior da encosta.

Apesar de várias características em comum, Argissolos e Latossolos apresentam algumas diferenças importantes. Normalmente, os Latossolos são mais bem drenados, mais profundos e mais argilosos dentro de uma mesma toposequência, enquanto os Argissolos ocorrem normalmente em condições um pouco mais movimentadas de relevo, isto é, áreas de maior declividade.

Ao contrário dos Latossolos, que se apresentam quase uniformes, os Argissolos apresentam maior diversidade de características em função de sua posição na paisagem. Aqueles que ocorrem nas partes mais elevadas da paisagem e que, assim como os Latossolos, não sofrem influência direta do lençol freático são solos bem drenados, com menor diversidade de componentes minerais, pobres em nutrientes, elevada acidez, além de elevada saturação por alumínio.

Descendo na paisagem e aproximando-se do nível de base, os Argissolos vão se tornando mal drenados e passam a apresentar caráter plíntico típico. Os Argissolos plínticos (Antigos Podzólicos plínticos) ocorrem em áreas com drenagem deficiente durante algum período do ano, o que condiciona o aparecimento de horizonte plíntico, resultante de processos de oxi-redução no solo.

O incremento textural típico dos Argissolos, com o horizonte superficial mais arenoso, é fundamental no processo erosivo, uma vez que a água tende a se infiltrar mais rapidamente na superfície mais arenosa e mais lentamente na subsuperfície mais argilosa. Essa diferença na velocidade de infiltração da água do solo resulta no escoamento subsuperficial da água, que pode levar a perdas significativas de solos por erosão.

Os Argissolos, especialmente quando apresentam um gradiente textural mais elevado e ocorrem em relevo mais declivoso, são os solos mais sujeitos às perdas por erosão na terra

firme. Entretanto, sob condições naturais, de cobertura de mata nativa, praticamente não há perdas significativas, porém uma vez expostos para a construção de acessos ou faixas, estes solos podem sofrer perdas significativas por erosão. Portanto, os cuidados nas áreas de Argissolos, especialmente quando em relevo de ondulado a mais declivoso e com elevado gradiente textural, devem ser redobrados, notadamente quando ao final do declive encontrar-se um pequeno curso d'água o qual poderá ser facilmente assoreado.

A grande variabilidade de atributos de interesse agrônômico da classe dos Argissolos, tais como profundidade, textura, fertilidade, atividade de argilas, pedregosidade, drenagem e relevo, torna difícil a generalização de sua aptidão.

Apesar das boas qualidades físicas desta classe de solo, a fertilidade natural é baixa, classificando-os na classe restrita tanto para as culturas anuais e perenes, num sistema de manejo intensivo (A); e regular e boa para culturas anuais e perenes em sistemas de manejo menos intensivo (B e C). Os solos desta classe apresentam aptidão regular tanto para seu aproveitamento em pastagem quanto na silvicultura. Quando ocorrem em relevo mais acidentado, enquadram-se na classe restrita para os cultivos anuais devido às limitações quanto à mecanização agrícola.

Os Argissolos situados nas proximidades dos cursos d'água, anteriormente classificados como Podzólicos Vermelho Amarelos Álicos Plínticos (Radambrasil, 1978), apresentam freqüentemente características plínticas, e assemelham-se muito aos Plintossolos quanto a algumas propriedades físicas, químicas e morfológicas. Estão sujeitos à variação do lençol freático e apresentam restrições de utilização agrícola das terras, principalmente pela reduzida fertilidade natural e pelo excesso de água durante o período de chuvas do ano. Enquadram-se na classe inapta para os cultivos anuais nos manejos A e B; restrita para as culturas perenes nos manejos B e C; e nas classes restrita e regular para Pastagem e Silvicultura, respectivamente.

Espodossolos – Podzol Hidromorfo - Compreende solos minerais com horizonte B espódico subjacente a horizonte eluvial E (álbico ou não), ou subjacente a horizonte A, que pode ser de qualquer tipo, ou ainda, subjacente a horizonte hístico (orgânico) com menos de 40 cm de espessura. Apresentam, usualmente, seqüência de horizontes A, E, Bh, Bhs ou Bs e C nitidamente diferenciados (Embrapa, 1999).

A textura do *solum* é predominantemente arenosa, sendo menos comum a textura média e rara a argilosa no horizonte B, com teores de areia variando entre 83 a 96%. As condições de

drenagem são muito variáveis, havendo estreita relação entre profundidade, grau de desenvolvimento, endurecimento ou cimentação do horizonte B e a drenagem do solo. São solos muito pobres, moderada a fortemente ácidos, normalmente com saturação por bases muito baixa, sendo peculiares altos teores de alumínio extraível.

São desenvolvidos, principalmente, a partir de materiais areno-quartzosos, sob condições de umidade elevada, em clima tropical e subtropical, em relevo plano, suave ondulado, abaciamentos e depressões, desenvolvendo típica vegetação denominada campina. Nesta classe estão incluídos todos os solos que anteriormente foram classificados como Podzol, inclusive o Podzol Hidromórfico.

Os *Espodosolos* impõem sérias restrições ao uso agrícola devido à textura arenosa, fertilidade natural extremamente baixa, e muitas vezes drenagem deficiente em razão da baixa permeabilidade de uma camada cimentada por colóides orgânicos e óxidos de ferro (ortstein). Apresentam fortes limitações para usos agrícolas, pastoris ou para a silvicultura. Pelas suas características naturais, de baixa retenção de nutrientes e de água, esses solos devem permanecer protegidos pela vegetação primitiva.

Os *Latosolos* são solos minerais que apresentam horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte A, dentro de 200 cm da superfície do solo ou dentro de 300 cm, se o horizonte A apresenta mais que 150 cm de espessura (Embrapa, 1999).

Em razão da boa drenagem interna, de ocorrer em relevo mais plano, de apresentarem lençol freático mais profundo, de sua origem a partir de sedimentos continentais muito antigos, os *Latosolos* são os solos mais evoluídos da paisagem e, como conseqüência das enérgicas transformações no material constitutivo, são praticamente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo, além de apresentarem baixa reserva de nutrientes.

Por outro lado, apresentam uma boa estrutura (granular forte), isto é, uma boa agregação entre as frações primárias argila, silte e areia. Além disso, esta classe de solos também apresenta pequena variação no teor de argila em profundidade e um teor de médio a baixo de matéria orgânica. Todas essas características conferem aos *Latosolos* maior resistência à erosão do que as demais classes de solos e uma boa capacidade de regeneração natural após eventos impactantes, isto é, maior resiliência. Nesta classe estão incluídos todos os solos classificados anteriormente como *Latosolos*, excetuadas algumas modalidades anteriormente identificadas como *Latosolos* plínticos.

O *Latossolo amarelo* aparece nas Terras indígenas Lago Capanã, Lago do Jauauri e Ariramba e Kamaywá apresenta normalmente baixo teor de ferro e cores bruno amarelado e amareladas nos matizes 7,5 YR e 10 YR. A unidade de Latossolo Amarelo possui normalmente horizonte A moderado, seguido de um horizonte B latossólico espesso, podendo se apresentar friável e duro ou muito duro quando seco.

O *latossolo vermelho-amarelo podzólico* é predominante nas terras indígenas Igarapé Tauamirim, São João, Mamori e área de índios isolados.

São solos fortemente ácidos, com valores de pH em água entre 3,5 a 5,7, com baixa saturação por bases, distróficos ou álicos, com capacidade de troca de cátions baixa, inferior a $17 \text{ cmol}_c \text{ kg}^{-1}$ de argila sem correção para o carbono, predominantemente cauliníticos.

Apesar de sua textura argilosa a muito argilosa, apresentam boas qualidades físicas devido à agregação das partículas de argila, apresentando elevada porosidade e drenagem. Os Latossolos não apresentam, portanto maiores limitações quanto ao relevo, erosão e mecanização, porém sua maior limitação é a baixa fertilidade natural, que faz com que os Latossolos desta região apresentem, no sistema de manejo A, aptidão restrita tanto para os cultivos anuais quanto perenes, e aptidão regular nos manejos B e C para os cultivos perenes.

Apresentam uma boa aptidão para silvicultura e uma aptidão de regular a restrita para pastagens, como resultado da baixa capacidade de suporte destes solos à elevada pressão de pasteio e sua degradação físico-química provocada pelo pisoteio dos animais.

Estes solos, quando submetidos ao processo tradicional de cultivos da Amazônia, isto é, derrubada da mata, queima dos resíduos vegetais para limpeza do terreno e cultivo sem o uso de insumos químicos ou orgânicos, apresentam queda acentuada de produção a partir do segundo ano de cultivo, o que leva ao abandono da área e incorporação ao processo produtivo de outra área, que pode ser de mata primária ou capoeira. A queda na produtividade após o 2º cultivo deve-se, entre outros fatores, à baixa reserva de nutrientes na fração mineral dos Latossolos, ao elevado índice pluviométrico, à redução do teor de matéria orgânica do solo em razão da queima, do cultivo e da exposição do solo à insolação direta, à exportação de nutrientes pelos cultivos e às perdas por erosão e lixiviação, especialmente após as primeiras chuvas e após a queima.

b) Solos de ambiente intermediário entre várzea e terra firme – Plintossolos

Compreendem solos minerais formados sob condições de restrição à percolação da água, sujeitos ao efeito temporário de excesso de umidade, de maneira geral imperfeitamente ou mal drenados, que se caracterizam fundamentalmente por apresentar expressiva plintização, na condição de que não satisfaçam os requisitos estipulados para as classes dos Neossolos, Cambissolos, Luvisolos, Alissolos, Argissolos, Latossolos, Planossolos ou Gleissolos (Embrapa, 1999).

Normalmente, são solos bem diferenciados, podendo o horizonte A ser de qualquer tipo, observando-se a seqüência de horizontes A, AB, ou A, E (álbico ou não), ou Eg, seguidos de horizonte Btf, Bwf ou Cf. A textura destes solos é variável, podendo ser arenosa ou mais fina no horizonte plíntico.

Usualmente, a ocorrência de solos desta classe está relacionada a terrenos de várzeas, áreas com relevo plano ou suavemente ondulado, e menos freqüentemente ondulado, em zonas geomórficas de baixada. Ocorrem também em terços inferiores de encostas ou áreas de surgentes, sob o condicionamento de oscilação do lençol freático, de alagamento ou de encharcamento periódico por efeito de restrição à percolação ou escoamento de água.

São típicos de zonas quentes e úmidas, mormente com estação seca bem definida ou que, pelo menos, apresentem um período com decréscimo acentuado das chuvas. Ocorrem também na zona equatorial perúmida e mais esporadicamente em zona semi-árida. As áreas mais expressivas destes solos situam-se no Médio Amazonas (interflúvio dos rios Madeira, Purus, Juruá, Solimões e Negro) com ocorrência nas terras indígenas Mamori e na região dos índios isolados.

Predominantemente são solos fortemente ácidos, com saturação por base baixa. Todavia, verifica-se a existência de solos com saturação por base média a alta, como também solos com propriedades solódica e sódica.

Nesta classe estão incluídos solos que foram anteriormente classificados como Lateritas Heteromórficas, de modo geral, parte dos Podzólicos plínticos, parte dos Gleis Húmicos e Gleis Pouco Húmicos e alguns dos Latossolos plínticos.

São solos que apresentam, além da baixa fertilidade natural, sérias restrições à mecanização agrícola devido ao excesso de água durante uma significativa parte do ano, prejudicando seu uso com cultivos perenes. A pedregosidade na superfície também dificulta o

preparo mecanizado das áreas. Encontram-se, na maioria das vezes, na classe restrita para culturas anuais no manejo C e silvicultura e pastagem, sendo inaptos para as demais formas de utilização agrícola das terras, ou necessitando de grandes obras civis para sua drenagem.

c) Solos de várzea - Gleissolos

São solos mal ou muito mal drenados em condições naturais, tendo o horizonte A cores desde cinzentas até pretas, espessura entre 10 e 50 cm e teores médios a altos de carbono orgânico. O encharcamento do solo durante longo período do ano resulta em condições anaeróbicas e conseqüente redução do ferro férrico para o estado ferroso (Fe^{2+}), no processo denominado de gleização. O processo de gleização implica na manifestação de cores acinzentadas, azuladas ou esverdeadas, e na solubilização do ferro, promovendo translocação e reprecipitação dos seus compostos.

Os Gleissolos normalmente desenvolvem-se a partir de sedimentos recentes nas proximidades dos cursos d'água e em materiais colúvio-aluviais sujeitos a condições de hidromorfia, podendo formar-se também em áreas de relevo plano de terraços fluviais, lacustres ou marinhos, em áreas abaciadas ou depressões, e eventualmente em áreas inclinadas sob influência do afloramento de água subterrânea (surgentes). São solos formados sob vegetação hidrófila ou higrófila herbácea, arbustiva ou arbórea. Esta classe abrange os solos que foram classificados anteriormente como Glei Pouco Húmico, Glei Húmico, parte do Hidromórfico Cinzento, Glei Tiomórfico e Solonchak.

Os Gleissolos são solos com baixa fertilidade natural, com baixa incidência nas terras indígenas Mamori e Índios isolados e Itaparanã, que permanecem grande parte do ano inundados e que apresentam, portanto, sérias limitações à utilização de implementos agrícolas, evidenciando também sua inaptidão para uso com cultivos perenes e silvicultura. Acham-se na classe restrita para as culturas anuais nos manejos A e B e regular para pastagens.

d) Solos antropogênicos (Terra Preta de Índio)

Os solos localmente denominados de Terra Preta de Índio (TPI) apresentam tipicamente um horizonte A espesso e de cor escura, elevados teores de fósforo, cálcio e alguns micronutrientes, como o manganês e o zinco (Sombroek, 1966; Kern & Kämpf 1989; Denevam

1996), teores mais elevados de matéria orgânica em comparação com os solos adjacentes (Lima et al. 2002), além de fragmentos de cerâmica e conchas (Ranzani et al. 1970; Vieira, 1975; Kern & Kämpf 1989).

Existem duas explicações potenciais para a origem das terras pretas. A primeira, atualmente mais aceita, é a origem antrópica, ou seja, seus atributos seriam resultantes da acumulação de resíduos orgânicos domésticos em torno dos assentamentos pré-colombianos (Gourou, 1949). A segunda hipótese considera a possibilidade de origem natural, hipotetizando que as condições favoráveis de fertilidade destes sítios teriam atraído os assentamentos indígenas.

Localizam-se geralmente próximo aos rios e cachoeiras, mas também são encontradas nas áreas de interflúvio a poucas centenas de metros de algum curso de água. De acordo com Smith (1980), as terras pretas ribeirinhas são mais extensas e mais profundas do que aquelas das áreas de interflúvio.

As de TPI são na sua maioria formadas por pequenas áreas de dois a cinco hectares, contudo há ocorrência de algumas áreas com dezenas de hectares. As TPI são bastante requeridas e utilizadas pelos agricultores para o plantio de cultivos alimentares, hortaliças e fruticultura.

Atualmente, também há um grande interesse científico na elucidação da gênese das TPI, principalmente pela possibilidade de replicação destas áreas, as quais apresentam grande resiliência em manter suas boas qualidades químicas (elevada fertilidade e altos teores de matéria orgânica) e físicas.

As terras pretas constituem os solos com melhor aptidão agrícola entre todos aqueles que ocorrem na área de influência da BR 319, sendo enquadrados na classe de aptidão boa. Em razão de suas características físicas e químicas.

1.4.5 Rede hidrográfica

As terras indígenas da área de influência da BR 319 estão localizadas no interflúvio de duas grandes bacias hidrográficas Amazônicas: as bacias dos Rios Purus e Madeira importantes tributários do Rio Solimões/Amazonas da porção meridional da grande bacia fluvial amazônica.

Esses dois rios são dois, segundo a nova base físico-territorial adotada pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e que segue as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNRH nº. 30, de 11 de dezembro de 2002, aquelas bacias são agora denominadas Sub-Regiões Hidrográficas (Figura 2). Existem como tal, dentro do recorte geográfico de nível 1 da Divisão Hidrográfica Nacional, estabelecida pela Resolução CNRH nº. 32, de 15 de outubro de 2003, que define 12 regiões hidrográficas para o País, dentre elas a Região Hidrográfica Amazônica (MMA/PNRH, 2007).

Esses dois rios têm características muito próprias e que têm grande papel no desenvolvimento regional e mais especificamente, reportando-se à área de influência da BR-319, do interior da porção sul do Estado do Amazonas e norte do Estado de Rondônia.

Ambas as áreas (Sub-RH Madeira e Sub-RH Purus) apresentam uma densa rede hidrográfica de característica predominantemente dendrítica ou arborecente. Em relação à tipologia da rede de drenagem Christofolletti (1980) indica que drenagem dendrítica, também denominada arborecente, é aquela em que, como nas árvores, os ramos ou tributários se distribuem em todas as direções sobre a superfície do terreno, e se unem formando ângulos agudos de graduações variadas, mas sem chegar nunca a ângulos retos.

Os cursos d'água em ambas as Sub-RHs apresentam características bastante meandrantas. Com rios de água branca e água preta. Este fato revela características de baixa energia, principalmente em face de estrutural e regionalmente se tratar de drenagens que se já desenvolvem dentro da planície aluvial Amazônica. Trata-se, portanto de uma típica rede de drenagem de planície, numa região onde não superam os 150 metros acima do nível do mar (MMA/PNRH, 2007).

O aproveitamento das vias naturais, os rios, continua, então, sendo o mais utilizado na região ainda que de forma precária. A exceção vem do uso do Rio Madeira para o transporte de grãos; para o que foi construída alguma infra-estrutura portuária. Trabalhos de sinalização, ainda que rudimentares, também foram realizados como parte daquela infra-estrutura.

As áreas das duas regiões hidrográficas juntas representam aproximadamente 25% da área de toda a Região Hidrográfica Amazônica. Esta porção da Amazônia tem intensificado a demanda quanto ao uso dos recursos hídricos, muito em função da expansão econômica que vem experimentando nos últimos anos. A população residente naquelas áreas, por sua vez também tem crescido bastante e atualmente representa 32% do total da população calculada para a mesma região hidrográfica. Assim, percebe-se que a área por onde passa o trecho em

estudo da BR-319 apresenta significativa importância no contexto regional tanto do ponto de vista físico, quanto do ponto de vista populacional.

Em relação à disponibilidade hídrica dessas duas Sub-RHs no contexto regional, o Caderno de Recursos Hídricos da RH Amazônica atribui 3% para a Sub-RH Madeira e 11% para a Sub-RH Purus em face de uma disponibilidade total de quase 7 milhões de m³, por habitante, por ano.

Seguindo a classificação da UNESCO (2003), a razão demanda/oferta sempre menor que 5% corresponde a um nível tido como excelente, considerando-se aqui apenas o ponto de vista quantitativo. Assim, a RH Purus é responsável por 5,4% da oferta total de água superficial da NRH Amazônica enquanto a Sub-RH Madeira é responsável por 8,5%. Já em relação à demanda têm-se 4,4% e 21,7%, respectivamente. A Sub-RH Madeira tem, portanto a segunda maior demanda relativa no conjunto da RH Amazônica.

Ainda segundo o Caderno de Recursos Hídricos da RH Amazônica (MMA, 2007), com relação ao uso da água nas Sub_RHs Purus e Madeira tem-se uma predominância do consumo de água para dessedentação animal (≈50%) e consumo humano(≈45%).

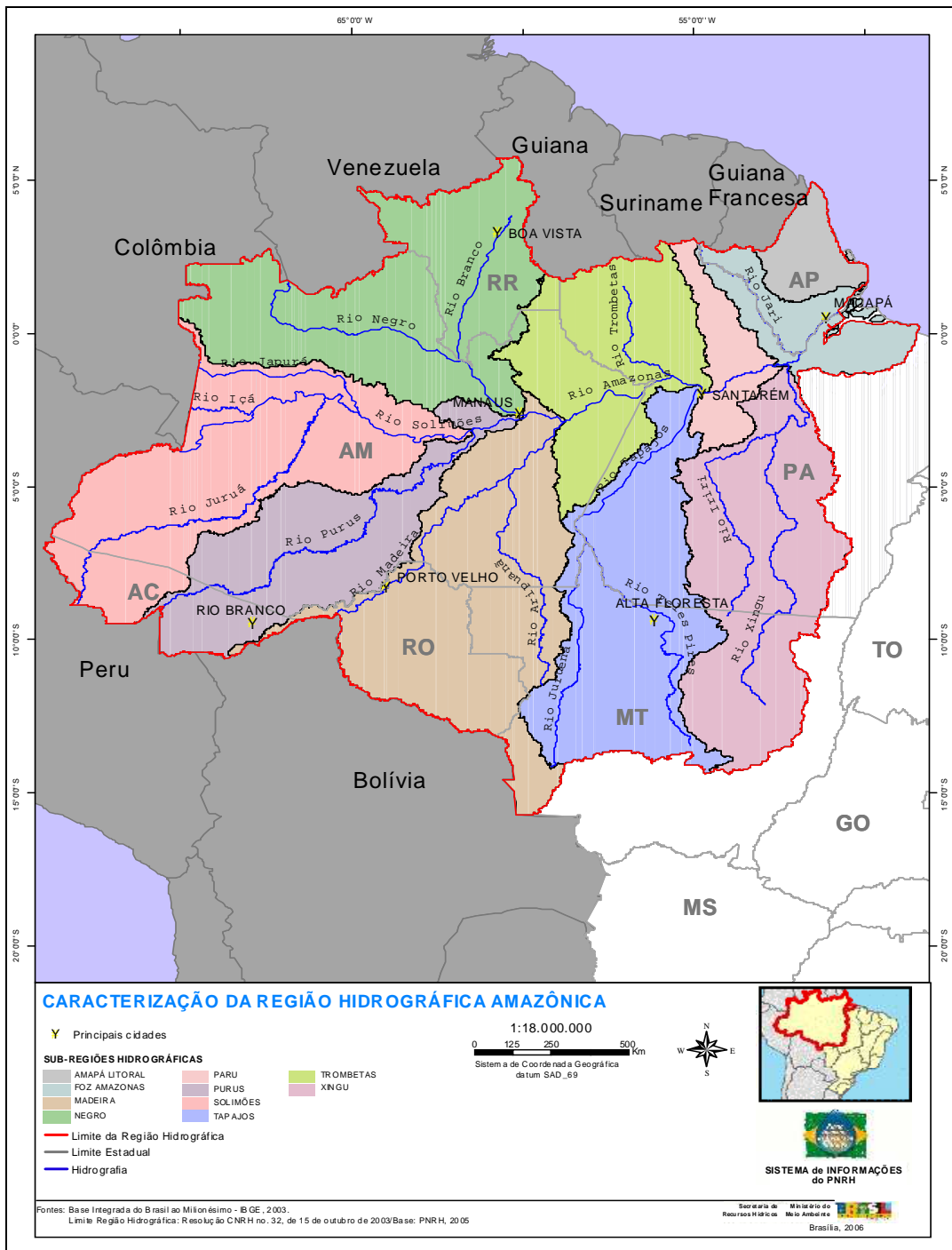


Figura 2 - Região Hidrográfica Amazônica e suas Sub-Regiões, com destaque para as do Purus e do Madeira, no interior do triângulo. Fonte: MMA/PNRH (2007).

Tabela 9 - Terras Indígenas da área de influência direta e indireta banhadas pelos afluentes e lagos que compreendem a sub-bacia do Rio Madeira.

Nº	Terra Indígena (Povo)	Localização
1	Mura Cunchã Sapucaia	Banhada pelos rios Tupana, Igapó-açu, Matupiri (água preta) localizados a margem direita
2	Mura Lago Capanã, Jauari e Ariramba	Banhadas pelos lagos Capanã (figura 03) Grande, Baetas, Jauauri e Rio Madeira (Figura 4) água branca, localizados a margem direita.
3	Torá	Rio Marmelos (Figura 3) passa em seu entorno (água preta), margem direita.
4	Parintintim Nove de Janeiro	Banhada pelo Rio Ipixuna e lago Pupunha (Figura 5), água preta, margem direita.
5	Munduruku Kamaywa	Banhada pelo Rio Amapá (água preta), margem direita.
6	Apurinã Lago Barrigudo	Banhada pelo Rio Tupana, margem esquerda.

Tabela 10 - Terras Indígenas da área de influência direta e indireta banhadas pelos afluentes e lagos que compreendem a sub-bacia do Rio Purus.

Nº	Terra Indígena (Povo)	Localização
1	Mamori dos povos Apurinã, Paumari e Mamori e área dos povos indígenas isolados.	Margem direita, banhada pelos rios Itaparanã, Itapixuna e Jarí (água preta)
2	Apurinã Igarapé Tauamirim e Igarapé São João	Margem direita, banhada pelos Igarapés São João e Tauamirim.
3	Mura Itaparanã	Margem direita, banhada pelo rio Itaparanã.



Figura 3– Lago Capanã. Terra Indígena Lago Capanã. Faria 2007/ Rio Marmelos. Terra Indígena Tora Manicoré, Faria, 2007.



Figura 4 – Rio Madeira. Manicoré. Gusmão 2007.

Figura 5 – Lago Pupunha. Terra Indígena 9 de Janeiro. Faria, Humaitá, 2007.

I.5. Caracterização sociocultural dos Povos Indígenas

I.5.1 Povo Mura: modo de vida, relações sóciopolíticas, econômica e cultural intra e extratribal

De acordo com Santos (2002), os índios Mura “apareceram para os colonizadores portugueses da Amazônia no início do século XVIII. A documentação de época registra em 1714, na Carta do padre Bartolomeu Rodrigues ao padre Jacinto de Carvalho, “sobre as terras, rios e gentio do rio Madeira (...), de 2 de maio de 1714”, “situando-os entre os rios Maeci e Manicoré, tributários do Madeira pela margem direita” (Santos, 2002: 66).

A título de informação, relata Santos (2002), que “no rio Madeira, por volta de 1724, o missionário jesuíta João de Sampaio fundou o aldeamento indígena de Santo Antonio de Areretama, localizado na região das cachoeiras; depois essa missão foi mudada para a boca do rio Jamari, depois para Camuán na [boca] do Ji-Paraná e desta para a do Baeta no ângulo superior de sua foz, onde teve o nome de Trocano [1742]; donde trasladou-se ultimamente para a atual situação”. Neste mesmo local, em 1756, Trocano “foi elevada à categoria de vila com a denominação portuguesa de Borba” (Santos, 2002: 73). O que se percebe, é que as terras indígenas Mura tem uma anterioridade histórica, constituindo direito legítimo dessas populações sobre certas áreas contíguas ao rio Madeira.

Já o Dr José Monteiro Noronha, o primeiro Vigário Geral da Capitania de São José do Rio Negro, relata que os índios Mura estendem suas fronteiras desde o rio Jamary, passando pelo rio Madeira e rio Amazonas até Cudayá (Codajás), e ainda habitam o rio Uatay (Autazes) que se comunica com o Madeira. A respeito do rio Amazonas assinala que “as suas margens são infestadas de gentio Mura...” (Noronha, 1856:33 apud Cornwall, 2003:41)

As estimativas sobre a população Mura encontrada no século XVIII fazem referência a 60.000 índios, “espalhados pelos rios Amazonas, Madeira, Abacaxis, Autazes, Solimões, Manacapuru, Purus, Codajás, Mamá, Catuá, Caiamé, Negro, Jaú, Coari, Tefé, Capucá e Japurá”. Há também controvérsias “sobre deslizamentos semânticos que ocorreram com o etnônimo Mura no século XVIII, quando etnias diversas – que se mantiveram afastadas do sistema colonial, ou dele desertaram – foram tomadas como índios Mura”. Conta-se que os “Mura agregavam – pela guerra ou pela adoção pacífica – outras etnias em sua sociedade: o cálculo da demografia e territorialidade Mura, portanto, deve levar em conta a prática da

murificação”. Ou seja, havia certa conveniência de outras etnias para conviver em meio aos Mura. O P. Manuel Aires de Casal cita varias tribos do rio Madeira na sua *Corografia Brasílica* em 1817. Menciona que os Mura são aliados ocasionais dos Torás (Turazes) e interagem com Munduruku, Maués e Juma, embora essa interação possa se entender também de forma hostil. Torás e Mura, mantém uma postura contrária ao processo colonizador dos europeus, e, devido a isto, são combatidos pelos colonos e temidos por suas estratégias de ataque. O próprio “etnônimo Mura era aplicado ao índio deserdado da cristandade e da colonização, que passava a viver com os Mura”. Por outro lado, “a vasta área identificada como território Mura no século XVIII não deve corresponder a um espaço de ocupação contínua e permanente, mas sim como espaço de circulação de pequenos grupos” (Santos, 2002: 81-82).

Para Amoroso (1998), o “quadro relativo à população Mura aldeada demonstra que os núcleos que efetivamente se conhecem são bastante inferiores àquela cifra”, de 60.000 Mura à época da pacificação, em fins do século XVIII: “Imapiri em 1784 conta com duzentos índios Mura e Chumana; Mamiá, no mesmo ano, 250 Mura; Manacapuru, entre 1785 e 1788, tem 523 Mura; Guatazes (autaz) reúne uma população que entre Mura e Iruri soma, em 1786, 1442 índios; no Lugar de Airão os Mura são sessenta em 1787 e em Piraquequara, no lago Japurá, em 1788, temos trezentos Mura”. Quanto à redução voluntária em 1784, Nimuendaju explica em função de “três fatores: o enfraquecimento causado pelas epidemias, a chegada dos inimigos Munduruku no rio Madeira e a adoção pelos Mura de elementos estrangeiros (Amoroso, 1998: 298; 308).

Segundo Amoroso (1998), “a idéia de que os Mura abrigavam outras etnias é uma constante. Esses índios refugiados junto aos Mura eram egressos das povoações, que reagiam aos duros encargos que lhes impingiam nas aldeias. Eram ex-remeiros, índios já civilizados e cristianizados, que desertavam, procurando escapar à morte precoce a que estavam fatalmente condenados. Assim, tanto nas cartas da “Voluntária Redução de paz” como no poema de Wilckens encontramos referências aos “ladinos”, índios da aldeias e falantes da língua geral, encontrados junto aos Mura na época da aproximação (Amoroso, 1998: 304-305). Este é um dado interessante, posto que a relação estabelecida entre Mura e populações não indígenas, ainda hoje, pode assumir essa conotação de uma murificação pacífica, não raro argumentada no plano da palavra, já que este povo domina bem a comunicação oral da língua portuguesa.

A designação “Mura” ou “murá” foi obtida da “pronúncia dos seus vizinhos Torá e Matanawí, do rio Madeira”, ao se autodenominarem por “Buharaem” ou “Buxwarahy” e, “de

acordo com maioria dos lingüistas (Ehrenreich, Chamberlain, Rivet e Loukotka)”, reconheceram tratar-se de “uma língua isolada”. “Depois da pacificação, na década de 1780, os Mura começaram a adotar a língua geral. No final do século XIX, a maioria dos grupos substituíram a língua geral pelo português” (Santos, 2002: 66).

Mesmo que os Mura tenham sido identificados por cronistas, viajantes e missionários como “tribo de índios que vagam pelas terras do Madeira e Tapajós” (Casal, 1863 apud Cornwall, 2003:56-57); “índios canoeiros e piratas” (Andrade, [1772] apud Baena, 1969); “vagabundos que moram em canoas ”(Araújo, 1852); ainda, comparados por Martius e Spix com “ciganos” devido a “não ter lugar fixo de morada” (Martius & Spix , 1819 apud Cornwall,2003: 47); as crônicas de André Fernandes de Souza em 1848 testemunham uma importante presença dos Mura no rio Madeira e nos lagos Capaná e Baetas, onde eles atualmente moram e fazem deste ambiente um modo específico de vida (Souza, 1848:430).

Devido aos conflitos com a população regional e as lutas internas com seus inimigos históricos, os Munduruku e os Parintintin; a meados do século XIX, os Mura começam a concentrar-se no vale do rio Madeira. Sua taxa populacional decresceu, acompanhando a constante da maioria das populações indígenas da região. Já em 1856, o relatório anual do Ministério do Império, indicava, em toda a província do Amazonas, não mais do que 1300 índios Mura, aldeados em oito povoações. (Souza, 1998; Amoroso, 1998: 309). Dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2000), para 2000, fazem referência a 5.540 Mura para o Estado do Amazonas.

O povo Mura atualmente organiza-se em famílias nucleares. Confeccionam seu espaço residencial, apropriando-se de tecnologias híbridas, isto é, utilizando materiais trazidos da floresta, e dos centros urbanos. Como já observou Souza (1998) durante o processo de identificação e delimitação da Terra Indígena Mura, as famílias que moram entre os lagos Baetas, Jauari e Capanã, e além dos rios Madeira, Maturá e Uruá conformam um continuum etno-geográfico, no que diz respeito às relações de parentesco por aquelas constituídas. Desta forma pode entender-se a territorialidade e sociabilidade Mura como um complexo socioambiental, que permeia ambientes lacustres e enclaves fluviais para estabelecer deste modo trocas materiais e simbólicas, tão necessárias para perpetuar regimes e sistemas de vida.

Os regimes de subsistência inseridos em ciclos sazonais, e em calendários cosmológicos ainda mais antigos, evidenciam a rotina que o rio e o lago desenvolvem. Dito de outro modo, a temporalidade e os recursos naturais configuram momentos chaves para as

estratégias econômicas das famílias ali residentes. No verão, o lago (incluindo dentro dessa categoria etnogeográfica, igarapés, igapós, furos e poços), chamado de “centro”, constitui o ponto neurálgico da vida deste povo, concentrado em atividades de pesca e de coleta. Este fato social, que não pode destituir-se dos contextos regionais, envolve também outras comunidades indígenas do rio Madeira. Por outra parte, no inverno, o rio é a exterioridade por excelência, a porta insubstituível que a comunidade tem para escoar seus produtos que explodem na estação, o cupuaçu, a pupunha, a farinha de mandioca, o açaí, a castanha, embora as atividades de pesca diminuam muito.

Os peixes mais apreciados são o pirarucu, pintado, tambaqui, pacu, entre outros. Os homens caçam com espingardas e, ocasionalmente, de arco e flecha, mas as caçadas são raras devido à escassez de munição. A atividade agrícola está concentrada no plantio de mandioca brava para produção de farinha, que os Mura consomem e utilizam na troca de mercadorias com os regatões. A castanha constitui um dos principais produtos coletados e comercializados aos regatões que passam pelos lagos e navegam no rio Madeira. Além da mandioca, os Mura cultivam em seus roçados a banana, a cana de açúcar, o abacaxi, o milho, o cará e a batata doce. (Souza,1998:AFAT 3272).

Terras indígenas habitadas pelo povo Mura são: Lago Capanã, Arirramba, Lago Jauari (Manicoré); Cunhã-Sapucaia (Borba) e Itaparanã (Canutama).

a) Terra Indígena Lago Capanã: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos

A Terra Indígena Lago Capanã, está situada à margem esquerda do rio Madeira, no Município de Manicoré, Estado do Amazonas. Possui uma superfície total de seis mil, trezentos e vinte e um hectares, cinqüenta e nove ares e cinqüenta e quatro centiares e perímetro de quarenta e sete mil, oitocentos e sessenta e oito metros e trinta e dois centímetros. Na volta do Lago há cinco aldeias, sendo elas: Traíra, Bom que Dói, Igarapé Grande (S 06°03'51.0"-W61°55'49.8"), Guariba II (S 06° 04'03.3"-W61°58'35 .7") e Palmeira (S06°04'18.1"-W61°59'55.7"). Das cinco aldeias, só Palmeira está demarcada, sendo Terra Preta, outra comunidade, que constitui um braço da Aldeia Palmeira.

A terra teve homologação promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, tendo a posse permanente do grupo indígena Mura, sendo que a Terra Indígena Lago Capanã circunscreve-se aos seguintes limites: ÁREA GUARIBA: superfície de cinco mil, oitocentos e



cinquenta e um hectares, vinte e dois ares e setenta centiares e perímetro de trinta e sete mil, novecentos e cinquenta e um metros e quarenta e um centímetros, com a descrição: NORTE: partindo do Ponto P-01, de coordenadas geodésicas 06°00'17,15" S e 62°12'21,85" WGr., situado na confluência de um igarapé sem denominação com o Igarapé Capanã, segue a jusante pelo último, margem direita, até o Ponto P-02, de coordenadas geodésicas 06°00'13,70" S e 62°10'04,50" WGr., situado na confluência de um igarapé sem denominação; LESTE: do ponto antes descrito, segue a montante pela margem esquerda do igarapé sem denominação até um braço afluente seu no Ponto P-03, de coordenadas geodésicas 06°01'39,11" S e 62°11'08,31" WGr.; daí, segue a montante pela margem esquerda do referido braço até sua cabeceira no Marco SAT-23, de coordenadas geodésicas 06°04'04,2382" S e 62°10'41,2664" WGr.; SUL: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta, até o Marco M-22, de coordenadas geográficas 06°04'10,1269"S e 62°11'22,7027" WGr.; daí, segue por uma linha reta, até o Marco M-21, de coordenadas geográficas 06°04'14,9703"S e 62°11'56,9157" WGr.; daí, segue por uma linha reta, até o Marco M-20, de coordenadas geográficas 06°04'19,5204"S e 62°12'29,1492" WGr.; segue por uma linha reta, até o Marco SAT-15, de coordenadas geográficas 06°04'24,0600"S e 62°13'01,4079" WGr., situado na cabeceira do Igarapé Vencedor; daí, segue por este, a jusante, margem direita, até o Marco SAT-09, de coordenadas geodésicas 06°03'25,5173" S e 62°17'22,1110" WGr., situado na confluência do Igarapé Fumaça. No trecho compreendido entre os Marcos SAT-15 e SAT-09, confronta-se com a Terra Indígena Ariramba; OESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o Marco M-07, de coordenadas geodésicas 06°03'14,7186" S e 62°16'51,4385" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o Marco M-06, de coordenadas geodésicas 06°03'03,6024" S e 62°16'19,8708" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o Marco M-05, de coordenadas geodésicas 06°02'52,6207" S e 62°15'48,6916" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o Marco SAT-01, de coordenadas geodésicas 06°02'41,9771" S e 62°15'18,4774" WGr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, margem direita, até o Ponto P-01, inicial da descrição deste perímetro. ÁREA PALMEIRA: Superfície de quatrocentos e setenta hectares, trinta e seis ares e oitenta e quatro centiares e perímetro de nove mil, novecentos e dezesseis metros e noventa e um centímetros, com a descrição: NORTE: partindo do Marco SAT-10, de coordenadas geodésicas 06°02'48,6743" S e 62°00'21,9136" WGr., situado na cabeceira do Igarapé Santa Luzia, segue pela sua margem direita, a jusante, até encontrar o Ponto P-04, de coordenadas geodésicas 06°02'47,58" S e 61°59'27,17" WGr., situado na

confluência do Igarapé Saracura; LESTE: do ponto antes descrito, segue pelo Igarapé Saracura, margem direita, a jusante, até o Ponto P-05, de coordenadas geodésicas 06°03'37,84" S e 61°59'06,40" WGr., situado na sua foz com o Lago Capanã; SUL: do ponto antes descrito, segue margeando o Lago Capanã, até o Marco SAT-01, de coordenadas geodésicas 06°04'12,6995" S e 62°00'06,0734" WGr., situado na sua margem esquerda; OESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha seca até o Marco M-05, de coordenadas geodésicas 06°03'38,5974" e 62°00'12,4999" inicial da descrição deste perímetro Observação: 1 – Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: Nomenclatura - SB.20-Z-A-II - Escala: 1:100.000 - Órgão: DSG - Ano: 1987. 2 - As coordenadas geodésicas descritas neste memorial são referenciadas ao datum SAD-69.

Caracteriza-se por ser uma região de grande biodiversidade, e, formada por complexos conjuntos de ecossistemas, que englobam as condições indispensáveis para manutenção das atividades produtivas, permanência e sobrevivência no local.

Aproximadamente quatrocentas pessoas moram em todas as comunidades. Na aldeia Igarapé Grande convivem famílias dos povos Mura e Munduruku. Nas restantes, moram integrantes da população Mura. Existem projetos em andamento financiados pela Secretaria de Desenvolvimento Humano (SDH) para atividades produtivas tais como casa para secagem da castanha e casa da farinha. Na aldeia Igarapé Grande moram 17 famílias, tratando-se de uma área ainda não demarcada. A mesma situação acontece com Guariba II que já fez pedido a FUNAI de um Grupo de Trabalho para identificação. A aldeia Palmeira é atualmente a única área demarcada. Ali moram 14 famílias e umas 70 pessoas.

O solo predominante nesta região é classificado como Latossolo Amarelo Álico, textura argilosa, geralmente ácido e muito profundo, favorável ao desenvolvimento de espécies arbóreas. O relevo é plano e declividade de 0 a 2% e erosão nula. Sua superfície é coberta por uma vegetação do tipo Floresta Ombrófia e densa, apresentando árvores de grande porte como castanheira, seringueira, itaúba, sucupira, além de diversas espécies vegetais que produzem frutos como sementes oleaginosas utilizadas na produção de óleos medicinais a exemplo da andiroba e copaíba.

Situada na área de influência de diversos igarapés e igapós que convergem para o lago Capanã, de formato alongado com extensão aproximada de 777 km, a Terra Indígena Lago Capanã é de fundamental importância na preservação dos recursos ambientais e significa um local propício para a construção de novas aldeias decorrente do crescimento populacional.

Um dos recursos naturais mais utilizados pelos índios se concentra nas “pontas de castanha”; localizadas, sobretudo na aldeia Guariba (Souza, 1998).

O relatório resumido de Souza (1998) publicado em diversas publicações do Diário Oficial da União com data 08/06/1998, conclui “que a Terra Indígena lago Capanã, formada pelas áreas Palmeira e Guariba, é uma terra de ocupação permanente dos índios Mura, sendo as áreas imprescindíveis para a sobrevivência física cultural e para o desenvolvimento da organização social do grupo (ib: AFAT 3272).

A equipe de trabalho indigenista manteve uma reunião na aldeia Palmeira (Figura 6) com todas as comunidades Mura do Lago Capanã. A mesma teve por objetivo informar as razões de nossa visita, assim como escutar as diversas opiniões e propostas das famílias Mura no que diz respeito aos impactos do re-asfaltamento da rodovia BR 319. O coordenador da OPITTAMP nos apresentou e explicou brevemente nosso estudo e posteriormente o cacique Adalмор de Lima Leite abriu a reunião para que a comunidade tomasse a palavra.

Educação e Saúde

Alguns dados recolhidos, a respeito da educação na Terra Indígena, informam da presença de escolas indígenas construídas com recursos próprios na maioria das comunidades, e de 5 professores indígenas para atender mais de 60 alunos de todas as aldeias com ensino público municipal fundamental de 1ª a 4ª.

Na aldeia Palmeira como nas outras que conformam a Terra Indígena do Lago Capanã têm AIS (agentes indígenas de saúde), porém eles informam da falta de capacitação e de acompanhamento por parte da FUNASA e da articulação com o sistema oficial de saúde mediante os Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Muitas doenças como diarreias, verminose, problemas respiratórios e surtos, como o caso da malária, ficam sem ser atendidos por falta de transporte para pacientes e seus acompanhantes, postos de saúde indígenas, laboratórios com equipamentos adequados para exames e vacinas; assim como por falta de formação (equipes de saúde não indígena) sob as particularidades culturais da etnia e dos mesmos pressupostos que deveriam orientar um atendimento diferenciado indígena. Um dado epidemiológico alarmante informa que 2007 foi um ano caracterizado por uma pandemia de malária no rio Madeira e nos lagos próximos, tal como a Terra Indígena Lago Capanã.

O aumento dos casos de malária vem acompanhado por uma importante migração de carapanã e outros mosquitos que vêm fugindo de áreas de floresta onde foram produzidas grandes queimadas. Os Mura dizem que a previsão não é alentadora, pois, a tendência na região é de aumento das queimadas. Durante o processo da consulta, eles ficaram preocupados pelo impacto negativo que o re-asfaltamento da BR 319 poderia estar causando num futuro próximo. Já que eles entendem que esse tipo de empreendimento gera uma dispersão importante dos mosquitos causadores de malária e outras doenças graves, e de problemas bronco-pulmonares.

Na comunidade Palmeira (Figura 7), além de uma escola indígena, também há uma igreja que é de culto católico. Já em Guarita, a maioria dos cristãos que ali moram são evangélicos.

As comunidades do Lago Capanã possuem uma cooperativa para comercializar castanha e uma organização indígena, a OPITTAMP, que as assessora na gestão política e o no desenvolvimento de projetos comunitários.

A Terra Indígena carece na totalidade de suas áreas de fornecimento de energia elétrica, na aldeia Palmeira eventualmente utilizam um motor movido à gasolina. Não possuem meios de comunicação (rádio, telefone, celular).

Economia

As famílias da aldeia Palmeira têm roças familiares, seus principais cultivos são mandioca, macaxeira e banana. Realizam atividades de pesca para o auto consumo. Consomem, todos os tipos de peixes como por exemplo o jaraquí, tucunaré, pacu, irupixinga, etc , com exceção do tambaqui. Têm pouca criação de animais domésticos, fundamentalmente galinhas para o auto consumo. A renda que ingressa por conta da produção de artesanato é insignificante.

A respeito dos benefícios de sociais, poucas pessoas recebem aposentadoria, auxílio de maternidade e/ou bolsa família. Os ingressos fixos vêm por conta dos professores e os agentes indígenas de saúde.

Conflitos

Retornando ao município de Manicoré tivemos uma reunião com a coordenadora interina do IBAMA. Fernanda Garcia, analista ambiental que referiu-se aos conflitos que envolvem índios Mura, ribeirinhos e outros moradores do Lago Capanã, próximo à BR 319, na Reserva Extrativista como mesmo nome. Esses conflitos estariam vinculados à retirada de recursos naturais provenientes do território Mura por parte de não-índios, tais como coleta de castanha, e atividades de pesca e de caça. Para dirimir essa diferença foi realizada uma reunião entre IBAMA, índios Mura e ribeirinhos, que definiu um acordo de pesca e caça entre os atores em questão. Este assunto será aprofundado posteriormente quando analisemos a relação sociopolítica, econômica e cultural dos grupos indígenas com a sociedade envolvente (não-índios).

A RESEX foi criada em 2004 e compreende uma área aproximada de 300.000 hectares. São 07 comunidades, incluindo as populações indígenas que já estavam estabelecidas antes da criação da unidade de conservação. Em suma, vivem 220 famílias que beneficiam-se com a venda de produtos como castanha e borracha. Uma cooperativa de extrativistas facilita e otimiza a comercialização desses produtos. A coordenadora desconhece se as comunidades indígenas beneficiam-se dessa iniciativa. Posteriormente, na realização do trabalho de campo, conferimos que os índios Mura não integram a cooperativa.

Consultada sobre o conhecimento da sociedade civil sobre a RESEX, informou que já foram colocadas 17 placas. A coordenadora assinalou diversos impactos que a repavimentação da estrada estaria ocasionando. Entre eles, os efeitos socioambientais sobre a comunidade de Ariramba no Lago Capanã que fica 20 km da estrada.

Também destacou a chegada de muitas pessoas querendo ocupar áreas preservadas. Acrescentou, ainda, a existência de um histórico de invasões na região, destacando-se a pesca ilegal que se realiza desde “a época do garimpo”. Ainda, precisou que sobre o lado direito da BR não há moradores na reserva, mas do lado esquerdo tem um fazendeiro que resiste sair da área que ocupa. Manifestou que os impactos socioambientais serão eminentes, e aconteceram como consequência de uma invasão desordenada e de uma perturbação e incidência sobre o ambiente. Já no final da entrevista, a coordenadora deixou explícito que IBAMA não tem uma posição oficial sobre a pavimentação da BR 319.



Figura 6 – Reunião aldeia Palmeiras. Terra Indígena Mura Lago Capanã. Manicoré, 2007.



Figura 7–Aldeia Palmeiras. Terra Indígena Mura Lago Capanã. Gusmão, Manicoré, 2007

b) Terra Indígena Ariramba: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.

A Terra Indígena Ariramba conta com uma superfície total de dez mil, trezentos e cinquenta e sete hectares, cinquenta e sete ares e vinte e três centiares e perímetro de sessenta e nove mil, oitocentos e dez metros e vinte e sete centímetros e está situada no Município de Manicoré, Estado do Amazonas. A Terra Indígena Ariramba possui três áreas distintas que são: áreas onde se localizam as aldeias Ariramba (Figura 8), com uma superfície de 9.455 hectares; área Igarapé dos Mura com 840 hectares e área dos Mura dos Baetas com 71 hectares.

A área está localizada à margem esquerda do Rio Madeira, além do Lago Baetas (S 06°11'30.4"-W62°11'08.1")

O acesso se dá tão somente por via fluvial pelo rio Madeira, no trecho entre Manaus (AM) e Porto Velho (RO).

A terra foi homologada por decreto s/n de 10.12.01, destinada à posse permanente do grupo indígena Mura. Contudo, os Mura pleiteiam uma área de castanhais que ficou fora da demarcação. Eles aduzem que quando se realizou o estudo confundiu-se um dos limites naturais, isto é, um furo por um igarapé que saía em linha reta. Embora, ao tomar o furo como limite a equipe se viu impossibilitada de continuar com a identificação da área, devido aos múltiplos igarapés transversais que surgiam. Não obstante os Mura reconhecem nas pontas dos castanhais um nicho ecológico e um indicador de identificação étnica presente na memória da comunidade, ao qual se chega navegando pelo igarapé que eles identificam como fronteira territorial.

A terra demarcada circunscreve-se aos seguintes limites: **ÁREA ARIRAMBA:** Superfície de nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco hectares, cinquenta e um ares e quarenta e dois centiares e perímetro de cinquenta e um mil, setecentos e trinta e seis metros e trinta e dois centímetros, com a descrição: NORTE: partindo do Marco SAT-09, de coordenadas geodésicas 06°03'25,5173" S e 62°17'22,1110" WGr.; situado na confluência dos Igarapés Fumaça e Vencedor, segue pelo último, a montante, margem esquerda, até sua cabeceira no Marco SAT-15, de coordenadas geodésicas 06°04'24,0600" S e 62°13'01,4079" WGr.; LESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha seca, até o Marco M-28, de coordenadas geodésicas 06°04'51,8526" S e 62°13'18,2213" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco M-29, de

coordenadas geodésicas 06°05'22,3946" S e 62°13'36,6914" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco SAT-30, de coordenadas geodésicas 06°05'54,5268" S e 62°13'56,1128" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Ponto P-01, de coordenadas geodésicas 06°05'59,4" S e 62°13'59,1" WGr.; situado no médio curso do Igarapé Canção; daí, segue pelo referido igarapé, a jusante, margem direita, até a confluência com o Igarapé Gavião no Ponto P-02 de coordenadas geodésicas 06°05'34,4" S e 62°15'40,6" WGr.; daí, segue pelo último, a jusante, margem direita, até sua confluência com o Igarapé Baetas no Ponto P-03 de coordenadas geodésicas 06°06'21,5" S e 62°15'42,5" WGr.; daí, segue pelo último, a jusante, margem direita, até o seu médio curso, no Ponto P-04, de coordenadas geodésicas 06°07'01,9" S e 62°14'57,3" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco SAT-36, de coordenadas geodésicas 06°07'15,3623" S e 62°15'02,0215" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco M-40, de coordenadas geodésicas 06°07'46,0730" S e 62°15'12,8519" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco M-41, de coordenadas geodésicas 06°08'16,7791" S e 62°15'23,6909" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco M-42, de coordenadas geodésicas 06°08'47,4781" S e 62°15'34,5394" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco M-43, de coordenadas geodésicas 06°09'18,1817" S e 62°15'45,4006" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco M-44, de coordenadas geodésicas 06°09'48,8804" S e 62°15'56,2700" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco M-45, de coordenadas geodésicas 06°10'19,5761" S e 62°16'07,1480" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco SAT-46, de coordenadas geodésicas 06°10'51,3624" S e 62°16'18,4222" WGr.; localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; SUL: Do ponto antes descrito, segue pelo referido igarapé, a jusante, margem direita, até a sua confluência com o Igarapé Baetas, no Ponto P-05 de coordenadas geodésicas 06°10'03,1" S e 62°17'47,8" WGr.; daí, segue pelo último, a montante, margem esquerda, até o Ponto P-06 de coordenadas geodésicas 06°10'09,2" S e 62°18'19,3" WGr.; situado na confluência de um igarapé sem denominação; daí, segue pelo último, a montante, margem esquerda, até sua cabeceira, no Marco SAT-55, de coordenadas geodésicas 06°10'01,1126" S e 62°19'23,3312" WGr.; OESTE: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o Marco M-54, de coordenadas geodésicas 06°09'55,7553" S e 62°19'34,5930" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o Marco SAT-50, de coordenadas geodésicas 06°09'41,7703" S e 62°20'03,9863" WGr.; daí, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pelo referido igarapé, a jusante, margem direita, até o Ponto P-07, de coordenadas geodésicas 06°07'37,9" S e 62°20'19,2" WGr.; situado na sua

confluência com o Igarapé Fumaça, daí, segue pelo último, a jusante, margem direita, até encontrar o Marco SAT-09, inicial da descrição deste perímetro. **ÁREA IGARAPÉ DOS MURA:** Superfície de oitocentos e quarenta hectares, trinta e cinco ares e quarenta e sete centiares e perímetro de quatorze mil, setecentos e cinqüenta e um metros e oito centímetros, com a descrição: NORTE: partindo do Marco M-11, de coordenadas geodésicas 06°06'38,8229" S e 62°11'15,9400" WGr., situado na cabeceira do Igarapé Limão; segue por uma linha seca, até o Marco M-12, de coordenadas geodésicas 06°06'38,5899" S e 62°10'56,4331" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco SAT-13, de coordenadas geodésicas 06°06'38,2813" S e 62°10'31,0594" WGr.; situado no médio curso do Igarapé do Moura; LESTE: do marco antes descrito, segue pelo referido igarapé, a jusante, margem direita, até o Ponto P-08 de coordenadas geodésicas 06°09'47,9" S e 62°10'53,2" WGr.; situado na confluência do Igarapé Firmino; SUL: do ponto antes descrito, segue pelo Igarapé Firmino, a montante, margem esquerda, até o Marco SAT-01 de coordenadas geodésicas 06°09'19,1353" S e 62°11'35,0244" WGr.; situado no seu médio curso; OESTE: do marco antes descrito, segue por uma linha seca, até o Marco M-06, de coordenadas geodésicas 06°08'51,5468" S e 62°11'17,5928" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco M-07, de coordenadas geodésicas 06°08'23,7535" S e 62°11'11,0309" WGr.; daí, situado próximo da cabeceira do Igarapé Canção; daí, segue por uma linha seca até o Marco M-08, de coordenadas geodésicas 06°07'51,7146" S e 62°11'05,9644" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco M-09, de coordenadas geodésicas 06°07'23,2027" S e 62°11'11,2436" WGr.; situado próximo da cabeceira do Igarapé Gavião; daí, segue por uma linha seca, até o Marco M-10, de coordenadas geodésicas 06°07'01,1624" S e 62°11'13,5752" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco M-11, inicial da descrição deste perímetro. **ÁREA MURA DO BAETAS:** Superfície de sessenta e um hectares, setenta ares e trinta e quatro centiares e perímetro de três mil, trezentos e vinte e dois metros e oitenta e sete centímetros, com a descrição: NORTE: partindo do Ponto P-11, de coordenadas geodésicas 06°11'30,1" S e 62°11'44,6" WGr.; situado na margem direita do lago Baetas, segue pelo referido lago, a jusante, margem direita, até encontrar o Ponto 09, de coordenadas geodésicas 06°11'14,0" S e 62°11'19,3" WGr.; LESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha seca, até o Marco M-66, de coordenadas geodésicas 06°11'25,3587" S e 62°11'08,5036" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Marco SAT-64, de coordenadas geodésicas 06°11'27,1626" S e 62°11'06,7823" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Ponto P-10, de coordenadas geodésicas 06°11'29,7" S e 62°11'04,4" WGr.; situado na margem

esquerda do Rio Madeira; SUL: do ponto antes descrito, segue margeando o referido rio, a montante, margem esquerda, até o Marco SAT-59, de coordenadas geodésicas 06°11'43,6079" S e 62°11'34,9536" WGr.; OESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha seca até o Marco M-63, de coordenadas geodésicas 06°11'34,3855" S e 62°11'41,5180" WGr.; daí, segue por uma linha seca, até o Ponto P-11, inicial da descrição deste perímetro. Observação: 1 – Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: Nomenclatura - SB.20-Z-A-II - Escala: 1:100.000 - Órgão: DSG - Ano: 1987. 2 - As coordenadas geodésicas descritas neste memorial são referenciadas ao datum SAD-69.

De acordo com o Resumo do Relatório de Eliane da Silva Souza, publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas em 13 de maio de 1998, que fundamentou antropologicamente a demarcação da Terra Indígena, os índios Mura se dedicam à pesca, agricultura, caça, cultivo da mandioca para produção de farinha e a coleta da castanha. Toda a área Ariramba possui limites geográficos, como por exemplo, pelos igarapés Baetas, Ariramba, São Domingos, além de outros igarapés como Canção e Gavião. Na área Ariramba localiza-se a aldeia Piquiá que é próspera na coleta da castanha. Já na área Igarapé dos Mura situam-se os roçados dos indígenas, principalmente no que diz respeito ao cultivo da mandioca de onde se produz a farinha. E por último na área Mura do lago Baetas estão localizadas as residências dos indígenas da área. Fundamentalmente esta área serve de ligação para com outras áreas indígenas e, também, para relação de trocas comerciais de produtos naturais ou mesmo da farinha de mandioca e castanha por produtos do “homem branco” como ferramentas e outros.

Quanto às atividades produtivas dos índios Mura da Terra Indígena Ariramba, é necessário dizer que estes são exímios pescadores, principalmente de peixes como tucunaré, pintado e tambaqui. Cultivam nos roçados, além da mandioca, a cana-de-açúcar, banana, abacaxi, milho, batata doce e outros. Coletam a castanha e outros elementos da natureza que servem como elementos de troca comercial com outros produtores ou mesmo com o movimento do “regatão” existente na região.

O solo predominante nesta região é classificado como Latossolo Amarelo Álico, textura argilosa, geralmente ácido e muito profundo, favorável ao desenvolvimento de espécies arbóreas. O relevo é plano e declividade de 0 a 2% e erosão nula. Sua superfície é coberta por uma vegetação do tipo Floresta Ombrófila e densa, apresentando árvores de grande porte como castanheira, seringueira, itaúba, sucupira, além de diversas espécies vegetais que

produzem frutos como sementes oleaginosas utilizadas na produção de óleos medicinais a exemplo da andiroba e copaíba.

Esta área, de grande biodiversidade, é formada por complexos conjuntos de ecossistemas; está situada na área de influência de diversos igarapés, igapós que convergem para o lago Baetas, de formato alongado com extensão aproximada de 9 km. A área Mura do Baetas representa o ponto de referência para os índios, tanto na interligação das três áreas Mura como pelos recursos naturais que eles obtêm nos diferentes ambientes. Todos eles, fatos que englobam condições indispensáveis ao bem estar econômico e cultural dos índios Mura. A população da aldeia Ariramba em 2007 era de 53 pessoas e 7 famílias (AIS,2007).

A aldeia tem representantes políticos sociais como cacique, professores indígenas e agentes de saúde indígena. A comunidade possui uma escola; as instituições parceiras são CDH e PPTAL. Também a associação indígena OPITTAMP presta assessoria na gestão de projetos comunitários.

As habitações são construídas de madeira, com material precário. Não possuem rede elétrica, e contam com um gerador comunitário e a radiofonia não funciona. A rede de abastecimento é o rio. A respeito da saúde não há posto de saúde na comunidade e o esgoto é lançado diretamente ao rio. Apesar dos múltiplos casos de malária não há coleta para exame de malária, e o agente de saúde raramente atende a comunidade. As doenças mais frequentes são malária e pneumonia. Em caso de doença grave, os pacientes devem se deslocar até o Pólo Jauari ou Manicoré.

O transporte que possuem alguns moradores é a canoa com motor de rabeta. Este meio é utilizado para levar produtos para a sua comercialização na cidade de Manicoré.

Como em outras comunidades Mura da região dos lagos e o rio Madeira, a Terra Indígena Ariramba apresenta diversas necessidades vinculadas à infra-estrutura, terra, saúde e educação que este relatório está contemplando em vistas de operacionalizar programas que possam reduzir e diminuir os impactos diretos e indiretos dentro da área de influência da BR 319.

Educação e Saúde

As comunidades não possuem uma sala específica para que o professor indígena ministre aulas. No momento da consulta (2007), a escola da aldeia Ariramba funcionava na casa do cacique com ensino fundamental incompleto de 1ª a 4ª série. O professor Marcos Salesio Furtado expôs como uma dificuldade trabalhar na atual conjuntura com sala multiseriada. Aos problemas vinculados a infra-estrutura necessária, agrega-se a falta de material didático e pedagógico para desenvolver uma educação de qualidade. Também, a falta de luz elétrica limita possibilidades pedagógicas, como por exemplo, subsidiar e apoiar as aulas com materiais audiovisuais.

A falta de preparação para lidar com assuntos vinculados à saúde comunitária foi um reclamo assinalado pela professora da aldeia, que só recebeu treinamento em um módulo de capacitação. Também aparece como problemática a inexistência de um posto de saúde para atender pacientes e guardar os medicamentos. A professora Sheila dos Santos, filha do cacique de Ariramba, expressou que se o agente de saúde indígena trabalha com prevenção como essa pode ser levada a sério se não existem condições mínimas para implementá-la.

Terra

Na reunião que a equipe técnica da BR 319 manteve com a comunidade (Figura 9), foi colocado como assunto preocupante o desmatamento exercido por fazendeiros vizinhos. Este fato também foi relacionado com outro ordem de problemas que vincula-se a vulnerabilidade da área, factível de invasões. Ainda foi explicado para a equipe que no mapa não aparece como terra demarcada o trecho que vai até a cabeceira do rio Tabocal. Por outra parte, áreas adjacentes, assinaladas como fundamentais para a perambulação do grupo e para a coleta de castanha, ficaram fora da demarcação, em particular uma franja importante próxima à BR 319 onde há numerosas pontas de castanha.

Neste sentido, o povo Mura do lago Baetas reivindica é uma ampliação de todas as terras indígenas Mura do Município de Manicoré (Ariramba, Capaná, Jauari). Assinalaram a urgência de estabelecer uma demarcação contínua até as cabeceiras do lago Baetas, para impedir invasões e eles poderem manter com tranquilidade seu modo de vida. Ainda,

especificaram que a região dos lagos é diferente em termos geo-ambientais com a região de Borba, onde “tudo é uma linha reta”. Por outra parte, a região dos lagos caracteriza-se pelos acidentes geográficos (sete calhas diferentes), que marcam dificuldades no momento de pensar uma territorialidade contínua em termos etno – ambientais.

Os Mura lamentam que durante o processo de identificação e delimitação da Terra Indígena, algumas áreas ficaram excluídas, embora essas constituíssem áreas de ocupação tradicional Mura, que teriam como indicadores discretos as pontas de castanhas. Na narrativa Mura, as pontas de castanhas mostram um continuum cultural, que apresenta como a ponta de iceberg, uma continuidade territorial entre as áreas de ocupação, coleta e perambulação dos antigos e os Mura contemporâneos.

Conflitos

Outro assunto levantado diz respeito a povoados onde é notório o esvaziamento de seus povoadores. Contudo, quando chega o momento da coleta da castanha os povoadores voltam. Trata-se dos casos de Acará e Fortaleza, onde suas populações vivem em União da Vitória e Porto Velho. Essas áreas são retratadas pelos velhos Mura como terras indígenas, em relatos que envolvem informações de flora, fauna com uma característica especial, a nomenclatura indígena presente na toponímia da região.

Os Mura, opinam que a fronteira entre índios e não – índios não se estabelece apenas por critérios objetivos de definição étnica, isto é, criando reservas extrativistas, terras indígenas ou assentamentos do INCRA, identificadas exclusivamente como categorias jurídicas. A terra dos Mura, tem como componente decisivo a unidade entre diversos locais geo-ambientais (residência, roçado, nichos ecológicos diversos, cemitérios), entre outros sítios de importância cultural, presentes na memória étnica. Os discursos das comunidades do Lago Baetas enfatizam o papel relevante que os povos indígenas desenvolvem na sociedade nacional, pois constituem uma barreira ao desmatamento, a partir de uma lógica de ocupação social responsável, e por uma economia baseada na estabilidade entre as sociedades humanas e não humanas, e a própria natureza, isto é, por uma lógica econômica, diferente à lógica de acumulação de capital, e de lucro exigido sobre os recursos naturais. Os Mura, dizem que eles vivem a fronteira como uma pressão territorial e um cerco político de dupla articulação. Dito de outro modo, eles acham-se rodeados por reservas extrativistas e assentamentos rurais.

O esvaziamento temporal de alguns povoados da região dos lagos, por parte de proprietários não índios, manifesta segundo os próprios Mura, um modo de vida diferente deles, marcado pela unidade socioambiental. Esta comporta a integração de diversos locais de ocupação e uso territorial, como filosofia política necessária para o desenvolvimento da cultura do povo. Contudo, eles não acham incompatível o convívio, com seus parentes, às vezes identificados como “ribeirinhos”. Estes saíram das áreas demarcadas, entanto tiveram que definir-se ante a FUNAI com critérios objetivos. Eles dizem que a solução aos conflitos se dá dentro de um controle e equilíbrio mútuo, e não remarcando diferenças como costumam fazer algumas secretarias de Estado ou órgãos do Governo.



Figura 8 – Aldeia de Ariramba. Terra Indígena Ariramba. Faria, Manicoré, 2007



Figura 9 – Reunião aldeia Ariramba. Gusmão, Manicoré, 2007.

c) Terra Indígena Lago Jauari: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.

A Terra Indígena Lago Jauari conta com uma superfície de 12.023,08 ha (quinze mil, cento e oitenta hectares), um perímetro de 61 km (sessenta e um quilômetros), e está situada no Município de Manicoré, Estado do Amazonas. Em 1996 (FUNAI) a população era de 145 indígenas pertencentes à etnia Mura. As atividades de subsistência derivam da venda de castanha, farinha de mandioca, banana e cação, melancia, macaxeira.

Hoje, só na comunidade Boca do Jauari moram 160 pessoas e 23 famílias, e segundo dados da OPITTAMP de 2003, a população total da Terra Indígena Lago Jauari contava com 235 pessoas.

A terra foi homologada a partir de uma demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, em 27.10.04 e regularizada em 16/02/2005, destinada à posse permanente do povo Indígena Mura. A terra circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do Marco SAT-65, de coordenadas geográficas geodésicas 06°10'11,5462" S e 62°01'58,4850" WGr., localizado na cabeceira do Igarapé do Jauari, segue por uma linha reta, passando pelos marcos M-64, M-63, M-62, M-61, M-60, M-59, M-58, até alcançar o Marco SAT-54, de coordenadas geográficas geodésicas 06°08'32,3923" S e 61°58'02,1302" WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Atipo; daí, segue pelo referido igarapé, a jusante, até

encontrar o Igarapé Tabocal, formando o Igarapé Terra Preta, no Ponto P-01, de coordenadas geográficas geodésicas 06°09'52,8" S e 61°56'30,8" WGr; LESTE: do ponto antes descrito, segue pelo Igarapé Terra Preta, sentido jusante, até o Ponto P-02, de coordenadas geográficas geodésicas 06°11'07,8" S e 61°55'09,8" WGr, localizado na sua confluência com o Igarapé do Lago Novo e com o Lago Jauari, daí, segue margeando o referido lago até o Ponto P-03, de coordenadas geográficas geodésicas 06°12'32,0" S e 61°55'47,1" WGr., localizado na confluência do Lago Jauari com o Paraná do Jauari; daí, segue por este paraná até o Ponto P-04, de coordenadas geográficas geodésicas 06°14'54,3" S e 61°53'25,8" WGr., situado em sua foz no Paraná de Santa Cruz; SUL: do ponto antes descrito, segue pelo Paraná de Santa Cruz e pelo Rio Madeira, a montante, até o Ponto P-05, de coordenadas geográficas geodésicas de 06°14'15,6" S e 62°01'51,8" WGr., localizado na confluência do Igarapé do Jauari; OESTE: do ponto antes descrito, segue pelo Igarapé do Jauari, a montante, até a sua cabeceira, no Marco SAT-65, inicial da descrição deste perímetro. OBS: 1 - Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SB.20-Z-A-II e III - Escala: 1:100.000 - Órgão: DSG - Ano: 1987. 2 - As coordenadas descritas neste memorial são referenciadas ao datum SAD 69.

O relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Lago Jauari a situa na margem esquerda do rio Madeira, tendo como única via de acesso a fluvial, isto é, pelo rio supracitado. “Encontra-se ocupada em caráter tradicional e permanente, de acordo com os ciclos sazonais que marcam a vida cotidiana do grupo e o calendário de atividades produtivas”, desenvolvidas “para o consumo interno quanto em suas trocas comerciais por produtos industrializados de primeira necessidade com os barcos tipo regatão” (FUNAI, Despacho número 035, 26/03/1996).

A Terra Indígena Lago de Jauari, localizada na região amazônica e na sub-região bioclimática eutermoxérica (equatorial) com período seco ausente e temperatura média superior a 20 graus centígrados. Caracteriza-se pela importante biodiversidade que garantem a reprodução física e cultural do grupo, assim como o desempenho de atividades produtivas das quais participam homens, mulheres e crianças. O solo predominante nesta região é classificado como Latossolo Amarelo Álico, textura argilosa, geralmente ácido e muito profundo, favorável ao desenvolvimento de espécies arbóreas. O relevo é plano e declividade de 0 a 2% e erosão nula. Sua superfície é coberta por uma vegetação do tipo Floresta Ombrófila e densa, apresentando árvores de grande porte como castanheira, seringueira, itaúba, sucupira, além de

diversas espécies vegetais que produzem frutos como sementes oleaginosas utilizadas na produção de óleos medicinais a exemplo da andiroba e copaíba.

Educação e Saúde

A aldeia Boca de Jauari Alegre, Terra Preta e Boca de Jauari. Em quase todas as comunidades constatou-se a presença de professor indígena e de escola, embora os problemas de capacitação e formação permanente dos professores, assim como a escassez de materiais, e insuficiência de infra-estrutura persistem, como já foi descrito nas anteriores terras indígenas Mura. Em Boca de Jauari há professor indígena e colégio estadual de 1ª a 4ª série. Há merenda escolar, mas não materiais de trabalho. O tipo de ensino não é diferenciado e o número de alunos atendidos chega a 30 pessoas.

O conselheiro de saúde Bento Nunes Gomes sinalou que o que mais falta na comunidade é saúde, incluindo posto de saúde, capacitação para AIS, atendimento dos profissionais da saúde, transporte e remoção de pacientes, equipamento médico e odontólogo. As doenças principais são malária, que em 2007 deu um surto; diarreia e gripe. Não se está realizando coleta para exame de malária e só há um posto de saúde no pólo base, onde há um microscopista que não tem material adequado para desenvolver sua atividade preventiva e de diagnose. As doenças, na maioria dos casos, são tratadas por remédios caseiros, devido à dificuldade para os familiares dos pacientes se deslocar até a cidade. Contudo, em menor escala utiliza-se remédio com orientação médica, fornecido na cidade de Manicoré.

Economia

O tamanho da aldeia é de 2.260 ha e o líder político é o cacique Pedro Silva Ferreira. Na área cultivada planta-se banana, caçã e mandioca, utilizados para o consumo e interno e para venda aos regatões. O peixe branco é uns dos que mais se pesca no rio e durante a estação do verão, enquanto no lago é o bodó. Também a comunidade desenvolve dois projetos de criação de porco e de gado para consumo interno. Os beneficiados por aposentadorias totalizam seis pessoas e não se registraram famílias favorecidas pela bolsa escola ou outro tipo de benefício social.

Com ajuda de PPTAL e a gestão da organização indígena OPITTAMP, a comunidade viu-se favorecida com projetos econômicos que otimizaram a sua produção *in loco*. Com esse fim foi construída uma casa de farinha e um galpão de armazenamento de castanhas.

A comunidade possui um gerador particular de energia, mas entende que ter energia elétrica é uma necessidade comunitária prioritária que afeta educação, produção e saúde. Outro assunto levantado com preocupação refere-se aos direitos cidadãos. Durante a reunião realizada em 2007 (figura 10), vários membros da comunidade, manifestaram para a equipe técnica EIA - RIMA BR 319, que estão impedidos de tirar CPF, assim como fazer uso de seus benefícios sociais como índios brasileiros, pois, as instituições estaduais e federais na cidade de Manicoré, não estão aceitando a identificação indígena. Ainda os órgãos responsáveis não estão comprometidos no processo de gestão para diligenciar a documentação necessária.

Terra

No que diz respeito a situação fundiária, Dona Maria e Sr. Zacarias, da aldeia Boca de Jauari (figura11), explicam que “a identificação da Terra Indígena foi feita pelo furo e não pelo igarapé que sai direto ao local Ponta do Campo, no Lago Capanã Grande ” (...) O igarapé é realmente a Boca de Jauari. O problema com a delimitação estabelecida pela antropóloga da FUNAI foi que pegou muitos igarapezinhos, essa é uma identificação complicada, embora tenham participado Bento e outros velhos...” (17-07-2007, Sr. Zacarias. Mura de Boca de Jauari)

As comunidades Mura da Terra Indígena Lago Jauari estão solicitando revisão da Terra Indígena, estabelecendo como uma única terra contínua o Lago Capanã e Lago Jauari, já que o Lago Baetas, que fica na margem do Madeira, é uma região de permanentes conflitos entre posseiros e indígenas Mura.

Conflitos

O coordenador de OPITTAMP, Barreto, narra um histórico de conflitos na região dos lagos, que justificam a necessidade de uma Terra Indígena Mura contínua.

*“No lago Jauari teve aliciamento de um tal Pinheiro dividindo famílias Mura. Eu acho que devido a esses conflitos o Ministério da Justiça demarcou rápido essa terra (...) Já em Baetas os problemas acontecem com os posseiros que caçam e pescam na área Mura. Os posseiros são nossos parentes, mas, que devido à massacre não conseguem enxergar nossas raízes, isto acontece no Igarapé do Jauari. Eles se dizem ribeirinhos (...) É uma luta **acirrada**, eu fui até ameaçado de morte. Mais não saí da área. Até meu pai e meu irmão estavam contra mi, eles eram posseiros (...) É um conflito recorrente na região, a luta entre parentes(...) E FUNAI não ponderou isto, não quis fazer uma demarcação contínua entre Terra Indígena Capanã e T. I. Jauari, daí dos problemas de invasão em Baetas...” (Barreto, coordenador OPITTAMP e índio Mura, 15.07.2007)*



Figura 10 – Reunião na aldeia Boca do Jauari. Terra Indígena lago do Jauari, Gusmão, Manicoré, 2007



Figura 11 – Identificação do território. Aldeia Boca do Jauari. Terra Indígena Lago Jauari, Faria, 2007.

d) Terra Indígena Itaparanã: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.

A Terra Indígena Itaparanã, é uma área indígena com uma situação fundiária diferente das anteriores, já que ainda não foi demarcada, e está em processo de identificação. Esclarecemos que a delimitação territorial que aparece no mapa é hipotética, e tem como objetivo apenas localizar a terra que está em estudo. A delimitação oficial será realizada pela equipe da FUNAI juntamente com os indígenas da Terra Itaparanã. Fundada em 2001, é povoada por 400 pessoas. Ocupam esta área há mais de 150 anos quando os ancestrais chegaram do Rio Machado Madeira vindos do município de Manicoré.

Apesar de pertencer ao município de Canutama, as relações sociais, econômicas e políticas são mantidas com Humaitá.

Localiza-se nas coordenadas S 07° 29' 08.2" W 63° 46' 50.8" no km 90 da BR 230, próxima à Terra Indígena Juma, e no município de Canutama, se observaram problemas derivados da proximidade com a BR 230. Essa aldeia encontra-se só a 50 m da rodovia Transamazônica, a BR 230.

Educação, saúde e economia

Na aldeia existe uma escola com ensino fundamental incompleto de 1^a a 4^a série com sala multiseriada e não é diferenciada. Não recebem nenhum tipo de apoio da Secretaria de Educação de Canutama. O pouco apoio e material que recebem vêm da Secretaria de Educação de Humaitá. A merenda escolar chega uma vez por mês. Possui 01 professora com escolaridade de nível médio e 01 agente de saúde indígena e um posto de saúde. Vivem da agricultura familiar de subsistência, caça, pesca e venda da macaxeira, banana e farinha. Na época do inverno a produção é maior, porém o escoamento do produto é dificultado por causa das condições da BR 230. Também produzem abacaxi, milho e arroz e extraem o açaí e cupuaçu. Entretanto, a produção do arroz acaba se perdendo devido à falta de transporte para escoar o produto.

Conflitos

Os índios relataram para equipe em visita a aldeia Bom Jesus (Figura 267), alguns prejuízos derivados da proximidade com a estrada, como por exemplo, ver-se afetados pelo roubo de bicicletas que transeuntes da estrada fazem, ameaças freqüentes e retiradas indiscriminada de castanha da sua área.

Outros problemas levantados relacionam-se ao tipo de turismo desenvolvido na região, e que, segundo os integrantes da comunidade ocasionam fatos negativos para todos os moradores. Assim mesmo, os espaços políticos das diferentes etnias que compartilham um espaço rico em biodiversidade mantêm suas diferenças, como resultado do tipo de gestão sustentado em relação à permissibilidade ou ao controle (vigilância territorial) que deveria procurar-se para impedir ações predatórias, furtos de espécies vegetais e animais, e atividades que promovem a instabilidade socioambiental na região.

Também, a comunidade relatou durante a consulta (Figura 268), a presença de índios isolados. Esse fato foi justificado no relato a partir de indícios achados no local, tais como restos de fogueiras, resíduos diversos e artefatos culturais associados. A comunidade também destacou que essa região historicamente protagonizou massacres de índios Juma e Parintintim por parte de invasores “brancos”.



Figura 12 - Reunião aldeia Bom Jesus. Terra Indígena Itaparã. Faria, Canutama, 2007.



Figura 13- Identificação de território reivindicado. Aldeia Bom Jesus. Gusmão, 2007.

e) Terra Indígena Cunhã Sapucaia: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.

A Terra Indígena Cunhã Sapucaia localiza-se nos municípios de Borba e Autazes, no Estado de Amazonas, tendo uma superfície de 463.000 ha (quatrocentos e sessenta e três mil hectares) aproximadamente, e seu perímetro de 473 km (quatrocentos e setenta e três quilômetros), aproximadamente. Igarapé Grande, Sapucaia, Jutai do Igapó – Açu, Pacovão, Forno, Piranha, Tapagem e Boa Sorte são as aldeias que conformam a Terra Indígena em questão.

Os moradores dessa terra são famílias pertencentes ao povo Mura. Segundo dados de Amoroso & Souza (1999), em 1999, a população era de 564 habitantes. A maioria destes povoadores tinham vindo de terras situadas entre o Lago Grande e o Paraná do Madeirinha.

As coordenadas dos extremos da Terra Indígena Cunhã Sapucaia são: extremo NORTE: 04°09'44" S de latitude e 60°15'53" de longitude WGr; extremo LESTE: 04°24'51" S e 59°56'21" WGr; extremo SUL 04°53'55" S e 60°48'28" WGr; extremo OESTE: 04°47'04" S e 60°55'00".

A Terra Indígena Cunhã Sapucaia fica próxima à rodovia BR 319, de forma tal que esta corta os rios Tupana e Preto do Igapó Açu em um ponto que, apesar de localizado fora dos limites identificados, pode representar uma ameaça à integridade ambiental da região, caso nele estabeleçam conexões da rodovia com a via fluvial proporcionadas pela navegabilidade dos rios citados.

A Terra Indígena Cunhã Sapucaia localiza-se às margens do rio Preto do Igapó - Açu, afluente da margem esquerda do rio Madeira. A situação geográfica dessa Terra Indígena confirma a forma tradicional que os Mura têm para operar com os diferentes ambientes. Dito de outra forma, os Mura, historicamente erguem suas aldeias nessa T.I, de forma a manter acesso aos furos navegáveis, aos lagos e igarapés piscosos. A sua vez, registros historiográficos de principio do século XX, indicam que este tipo de ocupação dos Mura, no município de Borba, estava associado por vezes ao solo conhecido como "terra preta de índio".

O acesso a esta terra é exclusivamente pela via fluvial, através dos rios Madeira e Madeirinha, com o agravante de, na época da estiagem, as aldeias do rio Preto do Igapó – Açu terem sua comunicação com as demais áreas indígenas e as cidades de Borba e de Manaus dificultada pelas cachoeiras dos rios que dão acesso à área. Os índios possuem alguns barcos e canoas com motor de popa, e rabetas, para se comunicar entre as aldeias e as cidades vizinhas. A comunicação entre as aldeias mais próximas é realizada de canoa movida a remo.

À distância física que separa as aldeias soma-se a distância social entre as suas respectivas comunidades. O grau de proximidade entre as aldeias é determinado pelas afinidades baseadas no parentesco e na vida política. Os arranjos políticos envolvem acordos de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis em áreas de influência das lideranças.

Os Mura de Cunhã Sapucaia participam de uma extensa rede de relações sociais que extrapola os limites da Terra Indígena, estendida aos parentes indígenas que moram em Borba, em Autazes, assim como nas outras aldeias situadas na região, a exemplo de Arari, Jacaré, Capivara e Limão. (Amoroso & Souza, 1994: 4)

A vegetação desta Terra Indígena é própria da floresta ombrófila densa e o clima da área focalizada é o tropical chuvoso. “O período das chuvas inicia em outubro, atingindo maiores índices em janeiro, fevereiro e março. A temperatura média anual é de 24° a 26° C, mantendo uma umidade relativa bastante elevada, de 85% a 90%. A região faz parte de uma área de tensão ecológica característica de uma combinação estrutural de floresta tropical densa e formações pioneiras, ambas propiciadas pela combinação dos fatores: farta luminosidade, calor e água. As espécies arbóreas dominantes são o matamatá branco, abiu-vermelho, o abiu-branco, a seringueira, a castanheira, o amapá – doce, as palmáceas, a copaíba – jacaré, o matamatá preto, o anjelim. Das palmáceas são notadas o açazeiro, a bacaba e o murumuru” (Amoroso & Souza, 1999: 6)

Marivaldo Oliveira Pedroso, durante uma reunião realizada na aldeia Igarapé Grande com a equipe EIA-RIMA 319, reflete a situação histórica de fricção interétnica e pressão territorial na atual conjuntura, que reduz e confina ao povo Mura no seu próprio território.

“Um rio desse não tem saída, a saída dele é para baixo, ai fica muito difícil(...) Nós moramos aqui embaixo, e ai que fica por ultimo seremos nós(...) Para onde vamos a correr, para cá (direção contrária à BR 319) ... para lá é difícil o recurso... praticamente o rio fica numa carreteira, porque é um rio estreito” (Marivaldo Oliveira Pedroso, representante da Al. Paranaguá/ Igarapé Grande, 29/09/2007)

E a respeito do projeto de pavimentação da rodovia BR 319, observa:

“Se isso acontece não prejudica só nos que somos adultos, prejudica criança. E não só isso, prejudica muita coisa mais (...) E ai fica muito difícil uma pergunta dessa, da construção da BR (...) Vamos supor que queda numa margem entre o Tupana e o Igapó Açu, todo mundo sabe disso, e ai fica muito difícil pra nos que moramos aqui embaixo ter um rio poluído (...) vamos supor, uma criança adoesce, pra onde vamos correr?” (ibidem).

Também o agente indígena de saúde da Aldeia Igarapé Grande descreve problemas derivados da contaminação dos rios e igarapés devido às “substâncias perigosas” que o próprio rio transporta. O cacique refere-se também aos óbitos produzidos por diversas doenças e as dificuldades para o traslado de doentes.

“Todos os problemas que tem nessa área, e como ele diz, porque essa água ela vem baixando, de lá pra cá, o rio Tupana fica dessa largura assim mesmo, fica estreito, o Igarapé Açu lá, até que e todo pessoal que vem tanto da parte daqui como quem vem de Manaus é onde ficam tomando banho direto, esse problema que tá lá porque eles jogam muito dentro da água, e essa madeira que eles jogam com prego, e sabe que prego enferruja, porque fica distante do Igarapé Açu (...) Eu me preocupo com a saúde, porque trabalho como agente de saúde, tem coisa que não resolvo, eu gasto só pra ir em Borba e voltar uns 240 reais. E eu sei que diarreia mata porque eu perdi uma filha com diarreia durante 12 horas. Hoje eu perdi uma filha por causa de diarreia, e perdi um pai por picada de cobra” (Agente de saúde, Aldeia Igarapé Grande, 29/09/2007)

Educação e saúde

A Terra Indígena Cunhã Sapucaia tem nove comunidades onde em apenas uma, Igarapé Grande (Figura 14), tem posto de saúde com 01 AIS. As demais comunidades contam apenas com 01 AIS. Casos graves ou para fazer exames de malária tem que recorrer ao posto de saúde em Borba. Quanto a educação possui 10 professores sem formação adequada para atender a 120 alunos de ensino fundamental de 1^a a 8^a série. O curso de 5^a a 8^a série só ocorre na aldeia de Igarapé Grande sendo que nas demais o ensino é de 1^a a 4^a com salas multiseriadas e não é diferenciado. O escasso material didático é do ensino não indígena e a merenda escolar é insuficiente para a demanda.

Economia

As atividades produtivas mais significativas são pesca, caça, coleta e agricultura; praticadas de forma tradicional e aproveitando tecnologias regionais. A coleta de castanha destaca-se como uma das principais atividades produtivas em todas as comunidades. O peixe constitui a base da dieta alimentar, encontrado com facilidade nos igarapés e rios da região.

As aldeias e localidades habitadas da Terra Indígena Cunhã Sapucaia possuem roças de mandioca brava, consumidas no inverno e no verão. Também nas roças produzem outros tubérculos e cultivares como macaxeira, maxixe, milho, pepino, cará, diversos tipos de batata e de pimentas.

A atividade extrativa constitui uma prática tradicional dos Mura que antecede e supera a atividade agrícola.

Conflitos

Embora a Terra Indígena Cunhã Sapucaia seja uma terra demarcada e homologada subsistem uma série de problemas e conflitos já advertidos por Amoroso & Souza (1999) durante o processo de identificação. A pesca predatória realizada pelos barcos pesqueiros de Manaus e Itacoatiara continua interferindo na vida do grupo indígena, “indispondo famílias e ameaçando de forma violenta a vida das comunidades indígenas do Igapó-Açu assim como o equilíbrio ambiental da região, produzindo, deste modo, degradação ambiental decorrente que afeta a fonte de alimentos e remédios desta população” (Amoroso & Souza, 1999:4).

As invasões de peixeiros (pesca comercial) e de turistas para pesca esportiva patrocinada pela Liga de Ecopousada são outras situações recorrentes que agridem a tranqüilidade, os recursos e o modo de vida do povo Mura na região. Sobre os impactos do turismo trataremos em um capítulo especial adiante.

“Turista, vem pela estrada e desce a bote. Nos não sabemos que esta pescando e que esta fazendo... Eles trazem também máquinas que ficam colocadas 2 ou 3 dias no rio e nós não sabemos que acontece ... Americano, japonês está sabendo o que tem aqui, e nos não sabemos(...) Para nos não esta permitido passar perto do rio Matupiri, mas, eles entram e saem daqui sem falar para nós (...) A madeira nobre já foi retirada, não ficou nada, agora tiram o peixe e outros recursos, o que ficou. Contudo a FUNAI deveria ter um posto de fiscalização na boca do igarapé, mas isso não faz (...) Eu queria que acabasse essa briga aqui dentro com os turistas. E uma política muito feia, todo mundo sabe disso, a FUNAI sabe disso, a FEPI sabe disso...não era nem pra gente ta brigando, a FUNAI era pra ter um flutuante bem aqui na boca, era pra ter o IBAMA, era pra ter a POLICIA FEDERAL, mas não!, eles deixam a briga pra nos viver aqui dentro. Eu acho engraçado porque eles deixam a briga e quando passa um motor eles são os primeiros a falar” (Representante Al. Igarapé Grande, 29/09/2007)

Apesar das dificuldades mencionadas, em particular das invasões constantes, o povo Mura desenvolve um programa de vigilância e fiscalização para proteção da terra demarcada, recebendo apoio do PPTAL desde 2004. Este programa instrumenta-se em parceria com a OIMNB (Organização Indígena Mura de Novo Aripuanã e Borba). A OIMNB surge no final de 2004 com recursos do PPTAL, e estimulado pela demanda de autonomia territorial encaminha o projeto de vigilância e fiscalização que o PPTAL aprovaria, fornecendo recursos para dar apoio com infra-estrutura adequada para esse tipo de atividade, isto é, motores de popa, barcos de alumínio, batelão, radiofonia e postos de vigilância.

Sr. Zenildo de Souza Castro, coordenador da OIMNB, nos informa que a organização indígena citada tem por objetivo coordenar ações que respondam as necessidades e demandas das comunidades indígenas da região, em particular do povo Mura, representado pela citada

organização. Ele reflete que antes da existência desse programa, os rios e igarapés que atravessam a terra Mura estavam cheios de pescadores comerciais, agora esses têm recuado e diminuído a sua presença. Também os turistas entram menos na área, embora, a dificuldade maior apresenta-se na falta de parceria com os órgãos federais competentes, e da dificuldade dos próprios Mura em manter postos de fiscalização, e pessoas para essa função, porque muitos deles têm famílias em outras comunidades.



Figura 14 – Reunião aldeia Igarapé Grande, Terra Indígena Cunhã Sapucaia, Gusmão, 2007



Figura 15 – Reunião aldeia Paranaquara. Terra Indígena Cunhã Sapucaia, Gusmão, 2007

I.5.2 O Povo indígena Torá: modo de vida, relações sóciopolíticas, econômica e cultural intra e extratribal.

Os Torá, povo que hoje vive nas proximidades da foz do rio Marmelos (AM), receberam muitas denominações ao longo da história: Torá, Torá, Toré, Torerizes, Turá. Nunca, entretanto, houve na documentação definições precisas sobre elas. Sua língua, considerada como pertencente à família Txapakura, nunca foi estudada. Os Torá perderam-na e falam somente o português. Esta situação deve-se ao fato de os Torá terem sofrido o que se chamava no século XVIII de expedição punitiva. Por tentarem impedir a invasão de seus domínios, foram duramente reprimidos, chegando quase à extinção (Peggion, 1991:1).

Este povo situa-se num espaço territorial que compreende todo o rio Madeira e alguns afluentes. Foi um dos primeiros povos a resistir às tentativas de ocupação desta região, e também um dos primeiros a sofrer significativamente por essas investidas. Mencionados na documentação histórica por atacarem regatões em toda a extensão do rio Madeira, os Torá viram-se obrigados a ocupar apenas uma pequena porção de seu território situada nas proximidades da foz do rio Marmelos, no Estado do Amazonas.

Em 1690, o Padre João Betendorf fala da "nação dos Irurizes", que compreende os Onikoré, Aripuaná, Parapixana e Torerizes, sendo que os últimos ocupavam o norte e o sul da

margem direita do rio Madeira (Menéndez,1981/82:313). Entretanto, pelas circunstâncias de domínio dos Tapajó e Tupinambá na região, dados sobre os outros povos sempre foram muito escassos. Entretanto, parte do grupo permaneceu isolado, protegido no interior dos igarapés ainda não penetrados pela colonização. Muitos ataques aos Torá seguiram-se, fazendo com que os últimos de seus membros fossem para as missões, para vilas como cativos e como tropas de defesa contra os Mura.

No final do século XIX e início do presente século, os Torá são registrados como sedentários, vivendo da agricultura nas margens do rio Marmelos.

Por volta da década de 20 do presente século, com a chamada "pacificação" dos Parintintim, a região do Madeira foi sendo gradativamente tomada por seringueiros, caucheiros e extratores de produtos nativos. Neste processo as populações indígenas da região, entre as quais os Torá, foram envolvidos, adotando um sistema semelhante ao da população regional, o chamado sistema de aviamento. Entretanto, garantiram a reprodução de sua organização social e lutaram arduamente pelas suas terras.

Curt Nimuendajú no seu *Mapa Etno – histórico do Brasil e Regiões Adjacentes* (1922) registra a presença dos Torá e Matanawí na região próxima ao paraná dos Marmelos. Apesar da dependência daqueles com patrões e regatões, assim como das tentativas de apropriação de suas terras, os Torá continuaram habitando sua área, sendo encontrados sessenta anos depois, em 1984, pouco acima da foz do igarapé Camujá, onde permanecem até o presente.

Conforme dados coletados pela equipe EIA/RIMA em 2007 na aldeia Panorama, a população hoje gira em torno de 51 famílias distribuídas em várias aldeias dentro e fora da Terra Indígena. São núcleos familiares constituídos por uma ou duas famílias que residem em casas distribuídas à beira do rio Marmelos.

As aldeias são constituídas por grupos consangüíneos; em geral, duas ou três famílias moram em casas próximas. A aldeia de referência na Terra Indígena Torá é a Fortaleza, onde moram o cacique Máximo Torá e sua família: pais, irmã e sobrinhos. É importante registrar que mesmo os Torá que estão fora da área vivem de maneira semelhante, constituindo núcleos habitacionais familiares.

Os Torá vivem da caça, da pesca e fundamentalmente da coleta de castanha-do-pará para comercialização. Ponto central das questões econômicas da área, a castanha rege a economia, transformando uma atividade produtiva num sistema complexo, que envolve índios e regionais.

O parentesco religioso, compadrio, faz parte da complexa rede de relações regional, estabelecendo um laço entre adultos através dos filhos. Assim, quando alguém quer estreitar vínculos com outrem, convida-o para que seja padrinho de algum filho. Apesar da relação entre padrinho e afilhado, a que importa realmente é aquela entre os compadres. No interior deste sistema é possível encontrar os regatões, os torá e os Apurinã, todos se relacionando entre si.

Peggion (1998) assinala que os Torá “apresentam-se no presente como o resultado de uma composição com outros grupos indígenas e membros da população regional” (Peggion, 1998:4). No entanto, o fato dos Torá habitar um território conhecido tanto por eles como pela sociedade regional marca a distinção social, ao ponto que estabelece mecanismos de identificação. De fato, “a identificação de um Torá se dá, não só porque descende de um Torá, mas fundamentalmente por ocupar o “lugar dos Torá” (Processo FUNAI/BSB/2585/88, fls. 03 apud Peggion, 1998:4)

Os Torá hoje têm reforçado a luta pela demarcação de suas terras e pela formação de profissionais indígenas. Com essa expectativa, organizam-se fazendo cursos de formação com apoio de organizações não governamentais, e tentando trazer de volta para a área os indivíduos que partiram para cidades como Porto Velho, Humaitá e Manicoré. Na visão deste povo, a demarcação efetiva de suas terras e a presença na área de professores e agentes de saúde Torá podem ser fatores determinantes para a sobrevivência das futuras gerações. (Peggion, 1999: 2-4).

a) Terra Indígena Torá: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.

A Terra Indígena Torá tem uma extensão de 54.960 hectares, na margem direita do rio Marmelos, e está compreendida dentro dos municípios de Manicoré e Humaitá. Compreende as aldeias de Fortaleza, Três Barracos, São João e Panorama. Os grupos indígenas que ali moram são Torá e Apurinã.

Esta terra foi homologada por decreto s/n de 27.10.04. Seu perímetro é de 113 km (cento e treze quilômetros). Os limites norte, este, oeste e sul do seu perímetro são a seguir: NORTE: Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 06°25' S e 61°49'04" WGr., localizado na margem esquerda do Rio dos Marmelos, na confluência com o Igarapé São Sebastião, segue pelo referido igarapé, a montante, até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 06°14'55" S e 61°49'07" WGr., localizado na sua



cabeceira; daí, segue por linha reta até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 06°14'51"S e 61°46'00" WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Piquiá; daí, segue pelo referido igarapé, a jusante, até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 06°15'19"S e 61°45'59"WGr., localizado na confluência com o Rio dos Marmelos; daí segue pelo referido rio, a jusante, até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 06°15'04" S e 61°44'19" WGr., localizado na confluência com o Igarapé Camujá; daí segue pelo referido igarapé, a montante, até o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 06°15'12" S e 61°43'05" WGr., localizado na confluência com o Igarapé Pirarara; daí, segue por linha reta até o ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 06° 14'03"S e 61°43'06"WGr.; daí, segue por linha reta até o ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 06°12'22" S e 61°38'42"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Pajurá; daí, segue por linha reta até o ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 06°12'19" S e 61°12'19" S e 61°36'53" WGr., localizado na margem esquerda do Igarapé Maloca ou Salsal. LESTE: Do ponto antes descrito, segue pelo Igarapé Maloca ou Salsal, a montante, até o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 06°14'49" S e 61°34'40" WGr., localizado na sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 06°16'45" S e 61°34'43" WGr., localizado na margem esquerda do Igarapé Camajazinho; daí, segue pelo referido igarapé, a montante, até o ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 06°19'51" S e 61°30'45"WGr., localizado na sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 06°25'45"e 61°31'50" WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Camujá. SUL: Do ponto antes descrito, segue pelo Igarapé Camujá, a jusante, até o ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 06°22'54" S e 61°38'37" WGr., localizado na sua margem direita; daí, segue por linha reta até o ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 06°23'00" S e 61°42'30" WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Mutum. OESTE: Do ponto antes descrito, segue por linha reta até o ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 06°19'10"S e 61°45'45"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Cabeça de Anta; daí, segue por linha reta até o ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 06°16'12" S e 61°49'20"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Argentina; daí, segue pelo referido igarapé, a jusante, até o ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 06°16'12" S e 61°49'48" WGr., localizado na confluência com o Rio dos Marmelos; daí, segue pela margem direita do referido rio, a jusante, até o ponto 19 de coordenadas geográficas aproximadas 06°15'35" S e 61°49'00" WGr.; daí,

segue por uma linha reta, atravessando o Rio dos Marmelos, até o ponto 01, início da descrição deste perímetro.

Na Terra Indígena Torá, moram 103 pessoas segundo dados atualizados pela Fundação Nacional do Índio em março de 2007.

A aldeia Panorama (S06°15'18.0"-W61°43'58.0") está situada na margem direita do rio Marmelos (Figuras 16 e 17), próximo à foz do igarapé Camujá. A maioria da sua população é de origem étnica Torá, embora também existam famílias Apurinã, Tenharim, Parintintim, Pirahã e Diahuy. O representante da comunidade é o cacique Tomé Apurinã pertencente ao povo Apurinã. Também reúne as funções de agente indígena de saúde e pajé. Está casado com uma mulher tenharim, seu pai era Apurinã e sua mãe Dahuy. No caso dos Apurinã e Torá a descendência é patrilinear quando os casamentos são interétnicos, em caso de produzir uniões com não índios é matrilinear.

Como falamos anteriormente os Torá constituem “o resultado de uma composição com outros grupos indígenas e membros da população regional”. Precisamente, e dentro “das diversas influências sócio-culturais da sua própria identidade étnica no presente que os torá se vêem diante da população Apurinã que habita a mesma Terra Indígena” (Peggion, 1998). Os Apurinã, segundo dados de Peggion em 1998 somavam onze grupos familiares reunidos na aldeia Panorama.

O histórico de convívio entre Torá e Apurinã na região do rio Marmelos, é referido nos seguintes termos:

“Os Apurinã do rio Marmelos são remanescentes de dois casais que partiram do rio Purus para Manaus em busca de uma solução para a invasão de suas terras por seringueiros. O antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em vez de apoiá-los na luta por seu próprio território, enviou-os em 1922 para trabalhar nos postos de pacificação dos Parintintim, colocando-os como intermediários para evitar conflitos entre este povo e os Pirahã. Em 1930, os Apurinã já se encontravam estabelecidos em três colocações no rio Maici: Terra Preta, Coatá e Sete. Por volta de 1970, eles já não estavam mais em Coatá, que havia sido ocupada pelos Pirahã. Dois anos depois, parte dos Apurinã do Maici muda-se deste rio para a cidade de Manaus. Em 1979, considerando sua própria redução demográfica, os Torá do baixo Marmelos convidam uma família Apurinã para ocupar o sítio Cabeça de Anta, auxiliando-os assim na vigilância da área contra invasões de não índios. Mesmo assim, a maior parte do grupo continuou residindo à margem esquerda do Maici, onde em 1980 ainda eram encontrados 43 Apurinã. Em meados de 1982, incentivados por regatões, os Pirahã matam um Apurinã e ferem gravemente outro, expulsando o restante do grupo, que foge para o igarapé Juqui, afluente do Marmelos pouco acima e na outra margem do Maici. Pouco depois, os Apurinã deslocam-se para a aldeia do Tenharim do Sepotí, e logo, em 1983, para a área Torá do baixo Marmelos, instalando-se aí junto à família já estabelecida no local. Seis anos após estabelecerem-se na área Torá, os Apurinã

granjeiam a indisposição destes, que os acusam de facilitarem a exploração da Terra Indígena em razão das alianças matrimoniais com a população regional” (Peggion, 1998:2).

Educação e saúde

A comunidade possui uma escola com professor e 28 alunos em salas multiseriadas, da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. Também há Ensino Médio embora falte implementar os cursos e eles manifestam que a SEDUC não mantém um diálogo amigável com os professores, impondo critérios de forma autoritária.

Na área da saúde o atendimento é escasso e faltam medicamentos básicos. De janeiro a julho de 2007 aconteceram sete óbitos no rio Marmelos, e sua maioria foram consequência da comunidade não ter recursos nem meio para remover pacientes até a cidade. Na aldeia nem em locais próximos tem posto de saúde e médicos. Os agentes de saúde tampouco recebem formação adequada para um bom atendimento. Durante 2007, só na aldeia Panorama, tiveram 133 casos de malária.

Economia

As atividades de subsistência se concentram na coleta do açaí, castanha, tucumã, cação. Plantam mandioca para produzir farinha, também fazem vassouras de cipó e artesanato.

Os indígenas vendem seus produtos ao preço estipulado pelos regatões que às vezes não aceitam determinados produtos como a farinha de mandioca. Isto os tem levado a deixar de produzir e começar a comprar produtos industrializados. Durante o inverno vivem da venda da castanha e no verão com as latas de açaí, ao ponto que uma única família chega a produzir até 600 latas por temporada. De qualquer forma eles sempre perdem na relação custo - benefício.

Conflitos

O cacique Tomé diz que a floresta no rio Marmelos está acabando, “si você sobrevoa, pode ver que só onde tem população indígena está preservado, mas, hoje todas as áreas indígenas são invadidas, e nos não somos ouvidos, são muitos os invasores”.

A invasão da área por parte de turistas para pesca esportiva é observada com preocupação, pois utilizam recursos naturais dentro da Terra Indígena, sem mediar até o presente momento nenhum tipo de acordo que favoreça as comunidades Torá e Apurinã. Eles acentuam que o recurso mais procurado é o peixe. Porém, eles já avistaram pessoas pesquisando pássaros sem permissão na Terra Indígena.

O cacique também assinalou algumas contradições no discurso dos órgãos federais, enquanto estes não estariam agindo como parceiros dentro de uma política de preservação e fiscalização socioambiental: “tem pessoas que vem a pesquisar árvores e a comunidade não tem conhecimento, também pesquisam passarinhos, são brasileiros e outros vindos da Checoslováquia (...) o branco também está retirando madeira ‘por detrás’, mas ninguém vê (...) IBAMA também apóia o extrativismo (...) tanto IBAMA como INCRA não estão deixando que os índios criem mais cachorros”.

Outro tipo de preocupação colocada é o surgimento de um garimpo nas proximidades do igarapé Camujá Grande. Eles assinalam que atividades ilícitas como estas e as vinculadas ao turismo infelizmente envolvem os parentes de outras étnicas que realizam esses acordos a título pessoal e não pensando nas comunidades envolvidas.

Outras aldeias no rio Marmelos que não têm sido demarcadas e estão com solicitação são Fortaleza, São José, Baixo Grande e Vera Cruz.



Figura 16 – Aldeia Panorama. Terra Indígena Torá. Faria, 2007.



Figura 17 – Reunião participativa aldeia Panorama. Terra Indígena Torá. Gusmão, 2007.

1.5.3 O Povo Indígena Munduruku: modo de vida, relações sócio-políticas, econômica e cultural intra e extratribal.

Os Munduruku estão situados em regiões e territórios diferentes nos estados do Pará (sudoeste, calha e afluentes do rio Tapajós, nos municípios de Santarém, Itaituba, Jacareacanga), Amazonas (leste, rio Canumã, município de Nova Olinda; e próximo a Transamazônica, município de Borba), Mato Grosso (Norte, região do rio dos Peixes, município de Juara). Habitam geralmente regiões de florestas, às margens de rios navegáveis, sendo que as aldeias tradicionais da região de origem ficam nos chamados “campos do Tapajós”, classificados entre as ocorrências de savana no interior da floresta amazônica.

A expansão territorial deste povo indígena ocasionou diferentes histórias de contato e é mais bem compreendida na abordagem feita na historiografia quando os Munduruku são apresentados como uma nação audaciosamente guerreira, que realizava grandes excursões do Madeira ao Tocantins, com a finalidade, entre outras, de obter troféus de cabeças de inimigos que eram mumificadas e as quais se atribuíam poderes mágicos. Os Munduruku dominaram bélica e culturalmente o Vale do Tapajós desde o final do século XVIII, região conhecida secularmente como Mundurukânia, onde permanecem até os dias de hoje, seja em terras reconhecidas oficialmente, seja vivendo em pequenas comunidades ribeirinhas a exemplo de Mamãeanã, São Luís e Pimentel, estas últimas situadas a apenas uma hora de motor de popa do município de Itaituba.

Em decorrência das vastas áreas que ocupavam e em que perambulavam, os contatos dos Munduruku com as frentes de expansão variaram de acordo com a proximidade e facilidades de acesso aos seus territórios, fatos que resultaram no surgimento de aspectos diferenciados da cultura entre os indígenas localizados nas margens do rio Tapajós, rio Madeira, Cururú e na área de cerrado conhecida como Campos do Tapajós, região onde se encontram as aldeias mais tradicionais, e que é cenário de boa parte da mitologia deste povo.

A sociedade Munduruku dispõe de uma organização social baseada na existência de duas metades exogâmicas, que são identificadas como a metade vermelha e a metade branca. Atualmente existem cerca de 38 clãs mais conhecidos, que estão divididos entre as duas metades, de onde se originam não apenas as relações de parentesco, como também diversos significados na relação com o cotidiano da aldeia, com o mundo da natureza e do sagrado.

Na organização da sociedade Munduruku, a descendência é patrilinear, isto é, os filhos herdam o clã do pai, sendo que a regra de moradia é matrilocal, condicionando o rapaz recém casado a passar a morar na casa do sogro, a quem deve prestar sua colaboração nas tarefas de fazer roças, pescar, caçar e todas as demais atividades relacionadas à manutenção da casa, incluindo acompanhar a família nos trabalhos de extração e coleta nos seringais e castanhais. Geralmente este período de moradia corresponde aos primeiros anos de casamento, até o nascimento do segundo filho; depois desta fase o marido providencia a construção da casa para sua família.

A partir do contato com as frentes econômicas e as instituições não indígenas (missão religiosa e Serviço de Proteção ao Índio/SPI), vários aspectos da vida cultural dos Munduruku sofreram mudanças. Sendo um povo guerreiro, várias expressões culturais significativas estavam relacionadas às atividades de guerra, que tinham um caráter simbólico marcante para constituição do homem e da sociedade Munduruku. Os deslocamentos das aldeias tradicionais para o estabelecimento nas margens dos rios, formando pequenos núcleos populacionais, por certo contribuiu também para o desaparecimento da casa dos homens, unidade importante na aldeia tradicional e na permanência de alguns rituais de caráter coletivo que estavam relacionados às atividades de provisão de alimentos, divididas entre a estação da seca (abril a setembro) e a estação das chuvas (outubro a março). Entre estes rituais estava o da “mãe do mato”, realizado no início do período das chuvas, visando obter permissão para as atividades de caça, proteção nas incursões pela floresta e bons resultados na caçada. Alguns elementos desta atividade ainda estão presentes, ou foram recriados com novos significados, especialmente na relação de respeito com os animais caçados, nas práticas do cotidiano do homem caçador para obter caça e nas regras alimentares.

Os Munduruku mantêm algumas práticas culturais relacionadas à pesca, atividade de maior intensidade no verão, entre as quais estão as brincadeiras que antecedem a pescaria com timbó, uma raiz que após ser triturada é usada nos rios para facilitar a captura dos peixes. Geralmente no dia anterior à “tingüejada”, a raiz do timbó é triturada sobre troncos, onde é batida de forma ritmada com pedaços de paus pelos homens. As mulheres, especialmente as jovens, apanham urucu ou a seiva em forma de goma branca de um arbusto chamado sorva, e passam a perseguir os homens com a finalidade de passar estes produtos no rosto e nos cabelos dos mesmos; estes fogem e configura-se um jogo por toda a aldeia. Para os Munduruku esta é uma forma de alegrar os peixes e obter fartura na pescaria do dia seguinte.

a) Terra Indígena Kamaywa: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.

A aldeia Terra Preta (Figura 18) localiza-se no Ramal 364 (S 05° 45' 57.5" - W 61° 27' 02.0"), próximo ao igarapé Jatuarana e da Boca do lago Jatuarana. A aldeia localiza-se a 84 km da BR 319 e a 4 km da comunidade Democracia na beira do rio Madeira (S 05° 48' 10.0" - W 61° 25' 56.2"). Trata-se de uma terra reivindicada que ainda não possui um estudo de identificação e delimitação, embora seja uma área prioritária a ser demarcada em virtude da ocupação tradicional do grupo; os conflitos contínuos com madeireiros e grileiros, e por estar dentro da área de influência da BR 319, através do ramal 364 que passa a escassos metros da aldeia Kamaywa. O território que se apresenta no mapa de terras indígenas é apenas hipotético cujo objetivo é apenas de localização da Terra e de sua situação fundiária. A identificação e a delimitação oficial será feita através da equipe da FUNAI com os indígenas Munduruku.

O histórico de ocupação na Terra Indígena Terra Preta, remonta-se ao avô do cacique Manoel Castro dos Santos que nasceu no rio Japurá, afluente do rio Solimões. Ele foi descendo, próximo onde hoje está a BR 319 faz mais de 50 anos. Ele e sua família perambulavam coletando castanhas na região do rio Amapá. Depois decidiram descer até o rio Madeira para poder escoar a produção de castanhas e outros frutos.

A proposta de demarcação que os Munduruku da Terra Indígena Terra Preta/Kamaywá colocaram para a equipe técnica EIA-RIMA 319 (Figura 19) contextualiza-se dentro de uma discussão ampla mantida entre Munduruku de Manicoré e de Borba no decorrer de 2007. Os Munduruku concordaram em delimitar seu território num perímetro que vai desde a atual BR 319 até o rio Madeira, pegando as cabeceiras do rio Amapá e não apenas a Boca do Amapá, como durante algum tempo o grupo de Kamaywa cogitou. Esta área supõe que diversas comunidades Munduruku dos municípios de Manicoré e Borba poderiam conviver dentro de uma terra ocupada tradicionalmente pelo povo indígena em questão, ao tempo de fechar o círculo vicioso de grilagem, invasões e conflitos contínuos com diferentes atores da sociedade regional.

Os Munduruku, por sua parte, reconhecem as pontas dos castanhais como marco legítimo de suas territorialidade étnica, identificando na região de Jatuarana uma seqüência de castanhais, a seguir: Curupira, Piquiá, Conceição, Kauxá, São João, Três Irmãos, São Jose, Garrafão, Centenário, Palhão, Água Boa, Mãe Tacinho, Paraíso. Na margem direita do Amapá, afluente do Matupiri localiza-se as seguintes pontas de castanhais: Gritador, Samaúma, Terra

Preta, São Luiz, Caju-Azul, Santo Antonio, Batista, São Bento, Água Branca (próximo da BR 319) e Freitas. “Nossos avós plantaram esses castanhais, depois Antonio Duarte chegou e mandou trabalhar nos castanhais, depois a Gethal chegou e comprou tudo, agora parece que um sueco comprou da Gethal” (João Manuel Lemos, vice cacique Munduruku, 19.07.07)

A estrada é transitável até a ponte do rio Amapá, que está caída, distante 42 km da aldeia e a mesma distância da BR 319. Moram em Kamaywa 14 famílias e 60 pessoas. As atividades de subsistência principais são a coleta do açaí, castanha, tucumã, melancia, jerimum, produção de farinha de mandioca, obtenção de óleo de pataú e cumaru. Realizam pescarias tanto no rio Madeira como no “centro” (lago).

Educação e saúde

Aproximadamente vinte crianças Munduruku estudam na comunidade ribeirinha Democracia junto com outras crianças que ali moram. Trata-se de 43 crianças que cursam o ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Contudo na aldeia Kamaywa há uma professora indígena, porém não tem escola, nem merenda escolar de forma regular. Isto é um determinante que obriga as crianças de Kamaywa se deslocarem até a comunidade Democracia. Devido a esse fato, a prefeitura disponibilizou um veículo para que os Munduruku pudessem enviar suas crianças, sendo contratado como motorista, o sobrinho do cacique. Segundo a percepção étnica dos Munduruku, alguns indígenas que moram em Democracia não aceitam a condição de indígena, preferindo, portanto, ser reconhecidos como “caboclos” ou “posseiros”.

Conflitos

Esta área não foi ainda identificada e já sofreu muitos impactos socioambientais. A empresa GETHAL, AMAZONAS S/A, INDÚSTRIA DE MADEIRA COMPENSADA desmatou 5 milhões de hectares. Segundo o cacique Manuel Castro dos Santos que “a madeireira acabou com a floresta, a região só é galhada, virou um capoeirão, acabaram com a caça (...) agora o maior grileiro associou-se com o dono do cartório de Manicoré e montaram uma serraria para aproveitar as Torás que a Gethal deixou” (19/07/2007).

A equipe EIA/RIMA constatou toras de madeira que foram abandonadas pela Gethal em frente da serraria que está sendo montada a 14 KM da aldeia Terra Preta (Figuras 20 e 21).

Os indígenas desta aldeia vêm sofrendo com as constantes ameaças de madeireiros e também são intimidados pela polícia em suas terras tradicionais.

Também as relações com os ribeirinhos não são amigáveis e esse aspecto limita radicalmente o uso da territorialidade dos Munduruku, e do aproveitamento dos recursos naturais presentes na região dos lagos. Nesse sentido é que o cacique reflete algumas preocupações que envolvem a vida da comunidade na atual conjuntura:

“(...) Nove comunidades ribeirinhas votaram contra nós. Os lagos ficam em direção da BR 319, ainda fazemos canoa e hoje não podemos entrar nos lagos(...) O único movimento que ficou para nós fazer é o lago Amapá, mas, contudo, necessitamos fazer 42 quilômetros para chegar até lá, e pegar comida” (Manoel Castro dos Santos, cacique Munduruku, 19.07.07).



Figura 18 – Terra Indígena Kamaywa, Gusmão, Manicoré, 2007.



Figura 19 – Reunião participativa de identificação do território. Gusmão, Manicoré,2007.



Figura 20 - Acampamento de madeireiros no ramal Democracia. Gusmão, Manicoré, 2007.



Figura 21 – Retirada de madeiras as margens do ramal Democracia. Gusmão, Manicoré, 2007.

1.5.4 O Povo Indígena Apurinã: modo de vida, relações sóciopolíticas, econômica e cultural intra e extratribal.

Os Apurinã tiveram contato sistemático com não-índios no contexto da exploração da borracha. No século XVIII, o rio Purus começou a ser explorado por comerciantes itinerantes, na busca das chamadas “drogas do sertão”: cacau, copaíba, manteiga de tartaruga e borracha. Alguns destes itinerantes se estabeleceram e começou a haver, então, benfeitorias para exploração, ainda no baixo Purus. Nas décadas de 50 e 60 do século XIX houveram várias expedições para reconhecer e mapear o rio: nesta época, segundo os relatos, alguns Apurinã já trabalhavam para os não-índios.

O rio Purus foi povoado por causa da borracha. A exploração começou na década de 1870 e, em 1880, o Purus já estava todo povoado de não-índios. A borracha decaiu na década de 1910, quando começou a produção asiática, com a qual a brasileira não conseguiu competir. Sem o mercado, os seringais foram abandonados pelos patrões. Os seringueiros e índios permaneceram, voltaram a produzir para a subsistência (isso, muitas vezes, era proibido nos seringais) e a vender outros produtos, como a castanha.

Os Apurinã tiveram inserções diferentes nos seringais: grupos inteiros foram mortos, alguns vendiam seus produtos, outros trabalharam como seringueiros; alguns trabalharam desde o princípio, outros tiveram contato com não-índios somente na época dos “soldados da

borracha”. As histórias Apurinã falam de massacres, torturas, da experiência de terem sido escravos, das relações pessoais, de compadrio, das batalhas e guerras pela terra. Após a queda da borracha, nenhum produto a substituiu com a mesma importância e nenhuma outra estrutura de produção se estabeleceu com igual força na região.

Os Apurinã da região de Pauini (apud Schiel, 2005) reconhecem-se como um povo que se divide e constitui a partir de duas “nações”: *Xoaporuneru* e *Metumanetu*. O pertencimento a um destes grupos é determinado pela linhagem paterna. Cada nação possui prescrições e tabus alimentares. Por sua parte, os *Xoaporuneru* não podem consumir certos tipos de inambu (inambu relógio e inambu macucau), e aos *Metumanetu* é proibido comer porquinho do mato. A quebra das interdições alimentares provoca problemas de saúde, e pode mesmo levar à morte, a não ser que haja intervenção eficaz de um “pajé” (*meêtu*).

O casamento correto é entre *Xoaporuneru* e *Metumanetu*, pois casar dentro da mesma “nação” é o mesmo que casar entre irmãos. Esse é o termo, aliás, que dois membros da mesma metade podem usar ao dirigir-se um ao outro (*nutaru*, irmão; *nutaro*, irmã), assim como *Xoaporuneru* e *Metumanetu* chamam-se, por vezes, *nukero* (Cunhãda) ou *nemunaparu* (Cunhãdo). Os nomes das pessoas indicam a qual das “nações” ela pertence.

Já na região de Boca do Acre, o cacique e pajé Leôncio daria outra definição, segundo a qual os Apurinã são divididos em quatro sub-grupos: *Xoaporuneru*, *Metumanetu*, *Kowaruneru* e *Kaikuruwakoru*.

Aquilo que os Apurinã chamam hoje de “comunidade” varia muito, explica Schiel (2005). Por vezes, define-se comunidade pela existência de um chefe (cacique, liderança), de um professor e de um agente de saúde. A sua distribuição espacial é bem diversificada: inclui desde casas dispostas num mesmo terreiro, uma “aldeia”, até um conjunto de “colocações” dispersas, podendo ser ainda a combinação desses dois padrões. As unidades de moradia Apurinã foram sempre pequenas, de acordo com as fontes históricas.

A casa hoje, *barraca*, *paraka* ou *aiko*, é feita no mesmo modelo dos seringueiros. Alta, sustenta-se sobre *esteios*, madeira enterrada no chão. Cada casa é, em geral, habitada por uma família.

No “tempo de antigamente”, havia casas grandes, malocas, *aiko*. Dentro destas, segundo os autores antigos, as famílias eram separadas por paredes de folhas de palmeira. Havia, segundo os Apurinã, uma porta para homens, outra para mulheres. As festas eram feitas dentro da casa. Há, em geral, um terreiro, e quando este não está limpo, sempre é um cuidado

a que se faz referência. No terreiro limpo é bom “brincar Xingané”. O terreiro da casa é, muitas vezes, varrido, e, em dias de festa, retira-se os tocos para não machucar.

Um local de moradia pode ser de um casal, com seus filhos, filhas, genros e noras; além de pais idosos, irmãos dos pais, sogros, ou afins solteiros ou viúvos. As aldeias podem ser constituídas também por várias casas de irmãos/irmãs que permanecem juntos, ou até de filhos destes irmãos.

Os pajés Apurinã trabalham com sonhos. Neles, seu espírito sai, visita outros lugares, cumpre tarefas. Outros espíritos guiam o pajé nestas jornadas: os *bichos*, ou *chefes de bichos* (*hãwite*) com quem trabalha. Cada pajé possui o seu(s): onça, cobra, mapinguari, etc.

Outro problema comum, em crianças e em adultos, são as flechadas de “bichos”, “flechadores” (*kĩpuatitirã*). Trata-se dos “chefes” (*hãwite*). Um varador novo é especialmente perigoso. As crianças são banhadas com a planta pipioca (*kawaky*) como prevenção, ou uma mulher espirra o leite de seu peito. As crianças são as menos resistentes aos flechadores, podendo morrer em decorrência destes ataques.

De acordo com Otávio Avelino Chaves (*Atokatxu*), chefes de espécies animais são pajés, pelo menos é nesta qualidade que conversam com os pajés humanos. Uma das funções do pajé é dominar, controlar estes seres: fazer, por exemplo, com que parem de “assombrar” ou que as cobras parem de picar. O que outros vêem como *bichos*, o pajé vê como gente e, alguns, como sua família. Os pajés defendem a sua comunidade contra pedras de inimigos humanos e protegem e remediam os ataques de seres da mata.

Muito utilizados também são os estojos de rapé, feitos de *aruá* (caracol), sernambi (resíduo de borracha) e pequenos círculos de metal. Os *katokana*, ou *mexikana*, tubos para aspirar o rapé são feitos de ossos de animais.

As “cascas” (*aãta*), canoas de casca da árvore jutaí, são muito características da cultura tradicional dos Apurinã. Hoje, elas são mais comuns nas comunidades no alto dos igarapés. A casca de jutaí é muito leve e propícia para a agilidade que os igarapés exigem. Para fazer, tira-se a casca da árvore, na época das chuvas, abre a casca com fogo e faz-se o banco com outra madeira.

O sistema de parentesco organiza-se de forma patrilineal e os grupos residenciais são patrilocais. São bilingues, falando a língua materna de forma habitual. Os Apurinã mantém alianças matrimoniais com outros povos indígenas como já foi apresentado no caso da Terra

Indígena Torá do rio Marmelos. Contudo, os Apurinã desta Terra Indígena mantêm um padrão marcado pela endogamia grupal.

Contam os Apurinã, que Tsorá é o criador de todas as coisas, ele criou também as pessoas e os diferentes tipos de pessoas, sendo os Apurinã os melhores tipos, embora sejam poucos e divididos. A organização social atual dos Apurinã, baseado em metades, sustenta a completude vital que os Apurinã procuram cosmologicamente, para manter seu modo específico de vida. O ritual do xingau, atualiza e resemantiza este tipo de relação cosmológica, já que é um ritual que explicita o confronto e a unidade das chamadas nações indígenas.

Os Apurinã em outro tempo não eram humanos, vinham junto com os *Otsamaneru*, migrando de uma terra de imortalidade para outra. Chegaram a esta acompanhados dos *kaxarari*. O *metu* ou pajé lembra essa passagem. Ele masca uma folha chamada *datsoparu* e *awire* (também conhecida como *epadu*), também cheira rapé. Os bichos ou *hãwite* guiam esses xamãs, e cada xamã possui o seu(s)bicho(s).

Há três organizações representativas do povo Apurinã: em Lábrea, a OPIMP (Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus); em Pauini, a OCIAC (Organização das Comunidades Indígenas Apurinã e Jamamadi), e em Boca do Acre, foi recentemente criada também uma organização.

Uma das principais lutas dessas associações é a regulamentação de áreas tradicionais Apurinã, ainda hoje habitadas, que não tiveram estudos de reconhecimento oficial: as denominadas TI Baixo Seruini, Baixo Tumiã, Mamori, Santa Vitória/Sãkoã, Garaperi/Lago da Vitória/Vitória/Capira. (Schiel, 2005)

a) Terra Indígena Apurinã do igarapé Tauamirim: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos

A Terra Indígena Apurinã do Igarapé Tauamirim está localizada no Município de Tapauá, Estado do Amazonas, com uma superfície total de 96.456,5072 ha (noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis hectares, cinquenta ares e setenta e dois centiares), com um perímetro de 170.622,62m (cento e setenta mil, seiscentos e vinte e dois metros e sessenta e dois centímetros). Em 2003 foi solicitada ampliação da área, ao norte, no limite com igarapé tambaquinho e igarapé do Macaco e ao sul no limite com o igarapé do Cachorro.

A Terra Indígena Apurinã do Igarapé Tauamirim possui as seguintes delimitações: ao Norte: Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 05°33'30" S e 63° 04'



00" WGr., localizada na confluência dos Igarapés Comaru e Cachorro; segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 70°00' e 19.800 metros, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 05°30'00" S e 62° 54'00" WGr., localizado na margem esquerda do Igarapé Pupunha. LESTE: do ponto 03, segue pelo referido Igarapé no sentido montante até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 05°33'40"S e 62°53'30" WGr., localizado em sua cabeceira; daí segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 94°30' e 5.200 metros, até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 05°34'00" S e 62° 50'40" WGr., localizado na margem esquerda do Igarapé Picolé; daí segue por este no sentido montante até o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 05°41'00"S e 62°52'20"WGr., localizado em sua cabeceira; daí segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 181°30' e 4.600 metros, até o ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 05°43'30"S e 62°52'25"WGr., localizado na margem esquerda do Igarapé Marrecas; daí segue por este com a distância aproximada de 10.000 metros, no sentido montante, até o ponto 08 de coordenadas aproximadas 05°49'50"S e 62°54'20"WGr., localizado em sua cabeceira; daí segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 173°30' e 7.400 metros até o ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 05°53'40"S e 62°53'50"WGr., localizado na confluência de dois igarapés sem denominação. SUL: do ponto 09 segue pelo igarapé principal sem denominação no sentido montante, margem esquerda até o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 05°52'40"S e 62°57'20"WGr., localizado em sua cabeceira; daí segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 239°30' e 4.600 metros, até o ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 05°54'00"S e 62°59'40"Gr., localizado na cabeceira do Igarapé Tauamirim, daí segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 266°00'e 800 metros, até o ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 05°54'00"S e 63°00'20"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Jacinto; daí segue por este no sentido jusante até o ponto 13 de coordenadas aproximadas 05°50'30"S e 63°04'10"WGr., localizado na confluência com um Igarapé sem denominação. OESTE: do ponto 13 segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 356°30' e 11.600 metros, até o ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 05°44'20"S e 63°04'20"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé do Cachorro, na interseção com a Rodovia Tapauá/Humaitá; daí segue pelo Igarapé Cachorro no sentido jusante, margem direita até o ponto 01, início deste memorial.

São Francisco, São Sebastião, Santo Antônio, São José são as aldeias que formam parte da Terra Indígena Tauamirim. Na aldeia São Francisco (Figuras 22 e 23) a equipe EIA – RIMA BR 319 realizou uma reunião comunitária para realização de consulta sobre as implicações dos possíveis impactos da repavimentação da rodovia em questão. Essa aldeia foi escolhida considerando que é a aldeia onde moram mais famílias, também, sua proximidade geográfica com as outras citadas, assim como pelo papel relevante que desenvolve Adriano Barbosa, importante cacique e líder espiritual Apurinã. Participaram dessa reunião as famílias das outras comunidades, onde cabe destacar a participação de outro importante líder, Adalberto Batista, cacique da aldeia São José.

A população da Terra Indígena Tauamirim é de aproximadamente 150 moradores, das quais 42 pessoas moram na aldeia São Francisco e 38 na comunidade São José. No entanto, durante pesquisa de campo fomos informados que 16 famílias, chefiadas por Luis Carlos da Silva, estavam se deslocando para o Igarapé Sabazinho e o Igarapé Sabação, margem do rio Jacy, para fundar a aldeia Sabazinho.

Os conjuntos residenciais dos Apurinã da Terra Indígena Tauamirim refletem uma cultura material que foi experimentando transformações ao longo dos contatos interétnicos. Previamente ao contacto com a sociedade regional e aos processos civilizatórios que influenciaram o modo de vida desse grupo, as casas eram grandes, chamadas genericamente de malocas, ou de *aiko* pelos Apurinã. Várias famílias viviam no conjunto residencial, e cada uma mantinha seu espaço privado separado por um tipo de biombo estruturado com folhas de palmeira. Hoje, no caso das aldeias que visitamos, percebemos pequenas unidades domésticas onde mora geralmente uma família. As casas da aldeia São Francisco, também chamadas de *barraca*, *paraka* ou *aiko*, estão construídas de madeira com cobertura de palha de palmeira.

Educação e saúde

As comunidades da Terra Indígena Tauamirim têm ensino fundamental incompleto, até 4ª série, e algumas aldeias como a São Francisco contam com professores indígenas. Contudo é notório a falta de apoio por parte da Secretaria de Educação que só colabora com merenda escolar. As escolas que funcionam nas comunidades foram construídas com recursos das comunidades. Falta infra-estrutura como cadeiras e local apropriado para as aulas. Ainda fomos informados pelos Apurinã de irregularidades no repasse dos recursos destinado ao Município de Tapauá que deveria ser aplicado para a educação dos povos indígenas do município. Esse

recurso provém do Governo Federal e é de aproximadamente R\$ 50.000,00 mensais (cinquenta mil reais)³. Na sede do Município de Tapauá não existe representação da SEDUC.

As comunidades da Terra Indígena Tauamirim solicitaram da FUNASA atenção a saúde indígena diferenciada, pedindo apoio para desenvolver sua medicina tradicional, garantindo a vinda de pajés do Alto Purus, embora essa demanda não tenha sido atendida. A comunidade na maioria dos casos deve recorrer aos remédios caseiros porque não existe atendimento *in loco*, não há posto de saúde próximo a Terra Indígena, portanto existe a necessidade de deslocamento até a sede do município. E, para esse fim não contam com recursos, isto é, barco, motores, combustível e motorista. As doenças mais recorrentes são a malária e a gripe, também verminose e “doenças do ventre”. Embora algumas comunidades tenham agente indígena de saúde, esse não possui capacitação apropriada para exercer com idoneidade sua função, nem recebe orientação médica. Na comunidade não existe um local apropriado para guardar os remédios. Em caso de doenças graves, os pacientes tem que se deslocar até à cidade por meios próprios, mas nem todos possuem recursos para tal.

Já em Tapauá a FUNASA tem uma casa para atendimento de pacientes dos 12 povos indígenas da região, denominada CASAI. Esta não possui leitos nem presta o atendimento adequada para todos os pacientes que ali chegam.

“Onde estão os recursos da FUNASA para atender os indígenas?” – pergunta o cacique Adriano Barbosa - , e logo continua refletindo sobre a situação da saúde nas comunidades:

“Hoje nós não temos rádio, comunicação, voadeira pra levar paciente. Estamos pedindo pra ele não morrer na comunidade, pelo menos pra ele se recuperar pra levar pra Itapoá. Alimentação não tem. Pro lado da saúde tá ruim Os índios não se dão com a comida dos brancos”. (Terra Indígena Tauamirim/24/10/2007)

³ Total destinado à ação R\$ 8.585,00 para 2007. Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/ avançada. R\$ 609.800,00. Por mês = 51.000,00. Em: Portal da transparência. Controladoria Geral da União – CGU. Transferência de recursos. Recursos públicos federais.

Economia

Os Apurinã do igarapé Tauamirim mantem práticas econômicas e estratégias de subsistência baseadas na pesca de vários tipos de peixes como sardinha, pacú, jaraqui, surubim, aruanã, tucunaré, curimatã, pirarucu, bodó. Utilizam técnicas de pesca diversas: anzol de espera, anzol de linhada, arco e flecha, malhadeira e timbó. Também capturam jacaré, tartaruga, tracajá e outros tipos de animais de porte médio para a subsistência dos grupos familiares e residenciais. Os regimes que organizam as atividades produtivas seguem um rigoroso calendário. A limpeza do terreno para o plantio de novas roças ocorre na estação seca a partir do mês de junho. Este período se estende daí até o mês de novembro e dezembro, quando se inicia o período principal de coleta de açaí que prossegue até o mês de fevereiro e, esparsamente, até abril. De maio em diante, a economia de comercialização passa a girar em torno da produção de mandioca. Praticam uma agricultura diversificada, plantando mandioca, batata doce, milho, abacaxi, banana, arroz, macaxeira, taioba, cará. Coletam frutos de cupuaçu, ingá, açaí do Pará, buriti, manga, goiaba, abacate, pupunha, cajú e tucumã.

Os locais de caça concentram-se no que eles chamam de “centro”, nos lagos, e em direção contrária ao rio, capturando aves como mutum, jacú, iapurú, inhambú, e animais para o aproveitamento da carne de caça: anta, catitu, viado, queixada, paca, cutia, cutipuru, tamanduá bandeira, tatu e barrigudo.

O óleos de patauá, breu e o carriço são aproveitados para diversos fins. As mulheres confeccionam vassouras feitas de ramos de piaçaba assim como pequenos cestos de cerâmica para uso próprio e para comercialização.

Conflitos

Os Apurinã descrevem uma série de conflitos e problemas, destacando-se como assunto preocupante a falta de apoio e até o anti-indigenismo praticado e promovido pelas instituições públicas do município.

O cacique Adriano Barbosa resume seu mal-estar nestes termos:

“eles já não respeitam mais nós...Mas nós, os índios ajudamos ele botando em cima. Os vereadores também, nós índios colocamos ele em cima... Mas eles não ajudam a gente, é contra nós. Mas em primeiro lugar Deus nosso pai no céu. Nos precisava mais saúde pro povo; atendimento melhor possível, melhor remédio. Ajudando nós. Tenho ali minha casa porque eu mandei o branco fazer, escola não tem, leciona aqui mesmo. Governo não manda recurso, diz que não tem recurso. Quem faz é do Estado. A gente cobra ele, ele diz que não tem. Aí a maioria entregaram pra FUNASA, eu sou contra” (Terra Indígena Tauamirim/25/10/2007).

Existem também conflitos de diferentes tipos e gravidade, o que impede o desenvolvimento pacífico do povo Apurinã com a sociedade regional e os órgãos públicos, assim como sua realização como povo indígena que possui um modo próprio de vida. De forma recorrente acontece invasão de pesqueiros na terra demarcada, também de flutuantes e de barragens de ribeirinhos na boca do igarapé, entrada de caçadores furtivos, e problemas ambientais sérios como a contaminação dos igarapés. Outro tipo de conflito está relacionado com diferentes interesses entre os índios e o IBAMA na época da seca por causa dos quelônios e também a sobreposição da Reserva Biológica de Abufari.

Finalmente os Apurinã solicitam apoio da FUNAI, ausente da vida dos indígenas desse município, lembrando que no Médio Purus só existe um Posto Indígena com dois funcionários na cidade de Lábrea. O pedido de um posto da FUNAI na cidade de Tapauá é uma das reivindicações dos Apurinã e outros indígenas. Esta proposta reforça os encaminhamentos da OPIMPI (Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus), sediada na cidade de Lábrea, apresentados em Brasília, no decorrer da Semana dos Povos da Floresta, de 18 a 21 de setembro de 2007.

Os Apurinã acreditam que o apoio da FUNAI na região é determinante para a autonomia e respeito dos povos indígenas. muitos problemas seriam evitados , e esta instituição poderia intermediar situações de conflito junto ao poder público e a justiça federal.

Os Apurinã contam com poucos parceiros indigenistas que desempenham projetos junto com eles. É o caso de duas organizações da Igreja Católica: o CIMI (Comissão Indigenista Missioneira) e o CPT (Comissão Pastoral da Terra). Outras parcerias, embora com dificuldades na interlocução são a FUNASA e a Secretaria de Educação.



Figura 22 – Aldeia São Francisco, Terra Indígena Igarapé Tauamirim. Gusmão, Tapuá, 2007



Figura 23– Reunião sobre o ramal que liga Tapuá a BR 319. Gusmão, Tapuá, 2007.

b) Terra Indígena Igarapé São João: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.

A Terra Indígena denominada Apurinã do Igarapé São João, com superfície total de dezoito mil, duzentos e trinta e dois hectares, quarenta e dois ares e vinte e um centiares e perímetro de oitenta e oito mil, quarenta e quatro metros e oitenta centímetros, situada no Município de Tapauá, no Estado do Amazonas, circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do Marco SAT ALC M 0275, de coordenadas geográficas 05°27'06,826" S e 63°10'06,664" WGr, localizado a margem direita do Rio Purus, no limite da Reserva Biológica do Abufari, segue por uma linha reta, passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: ALC M 0276 - 05°27'14,948" S e 63°09'35,182" WGr; ALC M 0277 - 05°27'23,381"S e 63°09'02,799" WGr; ALC M 0278 05°27'31,489"S e 63°08'31,789" WGr; ALC M 0279 05°27'39,647"S e 63°08'00,324" WGr; ALC M 0280 05°27'47,857"S e 63°07'28,504" WGr, até o Marco SAT ALC M 0281, de coordenadas geográficas 05°27'51,985"S e 63°07'12,629" WGr, localizado ao médio curso do Igarapé Morada Nova; daí, segue pelo referido igarapé, a montante, até o Ponto ALC P 0003, de coordenadas geográficas aproximadas 05°28'29,0"S e 63°06'46,0" WGr, situado na sua confluência com o Lago Morada Nova; daí, segue, margeando o referido lago, pela sua margem norte, até o Ponto ALC P 0004, de coordenadas geográficas aproximadas 05°29'16,0"S e 63°05'22,0" WGr, situado na confluência com o Igarapé do Cachorro; daí, segue pelo referido igarapé até o Marco MD-01, limite com a Terra Indígena Apurinã do Igarapé Tauamirim, de coordenadas geográficas 05°31'12,9"S e 63°04'14,9" WGr; LESTE: do marco antes descrito, segue a montante pelo Igarapé do Cachorro, até a sua cabeceira no Marco MD-37, de coordenadas geográficas 05°40'11,0"S e 63°08'37,2" WGr., confrontando neste trecho com a Terra Indígena Apurinã do Igarapé Tauamirim; daí, segue por uma linha reta até o Marco SAT ALC M 0289, de coordenadas geográficas 05°40'39,075"S e 63°08'37,588" WGr, situado na faixa de domínio da Estrada AM - 465 (Tapauá/Humaitá); SUL: do ponto antes descrito, segue pela faixa de domínio da referida estrada, passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: ALC M 0288 - 05°40'26,97863"S e 63°08'52,16050" WGr; ALC M 0287 - 05°40'10,04702"S e 63°09'18,32557" WGr; ALC M 0286 05°39'44,15068"S e 63°09'34,80374" WGr; ALC M 0285 05°39'20,52460"S e 63°09'56,95991" WGr; ALC M 0284 05°38'52,84314"S e 63°10'08,52228" WGr; ALC M 0283 05°38'29,84188"S e 63°10'23,89472" WGr, até o Marco ALC-SA T0282, de coordenadas geográficas 05°38'18,30989"S e 63°10'54,80028" WGr, situado

na margem esquerda no limite da faixa de domínio da Estrada AM-465, no cruzamento com um igarapé sem denominação afluente do Igarapé Umari; OESTE: do ponto antes descrito, segue a jusante pelo igarapé sem denominação até o ponto ALC P 0009, de coordenadas geográficas aproximadas 05°38'11,0"S e 63°11'04,0" WGr, localizado na confluência com o Igarapé Umari; daí, segue pelo citado igarapé, a jusante, até o ponto ALC P 0010, de coordenadas geográficas aproximadas 05°37'35"S e 63°10'47" WGr, localizado na confluência com o Igarapé Manoel; daí, segue pelo citado igarapé, a jusante, até a confluência com o Igarapé São João no ponto ALC P 0011, de coordenadas geográficas 05°36'56"S e 63°11'02" WGr; daí, segue por uma linha reta, atravessando o Igarapé São João, até o Ponto ALC P 0012, de coordenadas geográficas 05°36'53"S e 63°11'09" WGr, localizado na confluência da margem direita do Igarapé São João com a margem direita do Rio Purus; daí, segue pela margem direita do referido rio, a jusante, até o ponto Marco SAT ALC M 0275, início da descrição deste perímetro. Esta Terra Indígena foi homologada por decreto datado o 12 de março de 2007.

Atualmente moram 65 pessoas na Terra Indígena São João, e, segundo o cacique Adílio Francisco da Silva, a comunidade tem uma antiguidade de 60 anos. Seu Eloi é o morador mais antigo que chegou do rio Tapauá, e, sua esposa, Dona Damiana é irmã de Adriano Barbosa, cacique da aldeia São Francisco na Terra Indígena Tauamirim. O nome da Terra Indígena deve-se ao igarapé que antigamente fornecia de água e peixes aos Apurinã.

Os Apurinã da aldeia São João (Figura 24), assim como da Terra Indígena Tauamirim ofereceram para equipe EIA – RIMA, na despedida, uma dança chamada xingané. Trata-se, de uma antiga dança de guerra, executada atualmente pelos homens, e circunstancialmente por algumas mulheres adultas. Canta-se, e se dança, aproveitando o espaço amplo do pátio da aldeia. Forma-se uma fila que é precedida pelo cacique quem vai conduzindo ao grupo; este, no seu perambular, vai criando diferentes figuras coreográficas, algumas concêntricas. Já em outra performance, o grupo subdivide-se em vários momentos, para no final engrossar uma fila única. Os homens se ornamentam com cocares e ramos de buriti.

Educação e saúde

Essa aldeia tem escola indígena multiseriada, de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Foi construída com recurso do município de Tapauá em 1996. Estudam 40 alunos com um professor indígena. Contudo, os estudantes carecem de material apropriado para o aprendizado; de merenda escolar e de acompanhamento e capacitação dos professores

indígenas. Ainda, a formação que os professores indígenas receberam, não atende a especificidade cultural do ensino diferenciado. Os Apurinã logo de repetidas tentativas em melhorar a sua educação, concluem que não existe interesse por parte da Secretaria de Educação do município para resolver os diferentes problemas levantados.

A respeito da saúde, a comunidade tem um agente indígena de saúde. As doenças mais comuns são malária, gripe e diarreia. Os doentes são tratados com remédios prescritos com orientação médica que é conseguida no posto de saúde que funciona no CASAI (Casa de Saúde Indígena). A coleta de água se realiza no igarapé Piavinho e eventualmente no lago que fica a meia hora de caminhada da aldeia. Os doentes são encaminhados à casa de saúde e depois ao hospital. Os pacientes têm que ir caminhando desde a comunidade porque a FUNASA não disponibiliza veículo.

Os representantes das terras Apurinã São João e Tauamirim assinalaram uma série de dificuldades na área de saúde que engloba falta de capacitação dos AIS, situação irregular no pagamento e no contrato dos AIS, falta de medicamento, canoa, motor e combustível para transportar pacientes. Também não há equipe de saúde nas áreas, e os pólos e postos de saúde estão em condições precárias por falta de reforma.

Economia

A subsistência das famílias Apurinã da Terra Indígena São João baseia-se na agricultura, pesca, coleta e a caça, em menor escala. Planta-se mandioca, batata doce, milho, abacaxi, banana. Coleta-se goiaba, ingá, cupuaçu, manga, abacate, pupunha, cará, tucumã, caju. A alimentação é complementada com carne de anta e barrigudo, quelônios e peixes tais como tucunaré, pirarucu, traíra, piau, tambaqui, sardinha, pacu, matrinchã e bodó.

Conflitos. Relações com os órgãos públicos e a sociedade regional

A equipe EIA-RIMA 319, enquanto realizava trabalho de campo no Município de Tapauá (Figura 25), recebeu cópia de uma carta – denúncia encaminhada para o Ministério Público Federal, datada de 19/10/2007, que resume o descontentamento dos 08 povos de 27 aldeias (mais de dois mil indígenas) do Município de Tapauá. Trata-se de uma denúncia sobre “o verdadeiro descaso dos Órgãos Públicos com os povos indígenas da região nas questões de Terra, Saúde e Educação” e encontra-se anexada ao presente relatório.

A carta aborda a situação crítica dos povos indígenas dessa região (onde se inclui o povo Apurinã) e particulariza assuntos vinculados a terra, saúde e educação.

Sobre a questão fundiária, informa sobre as invasões que ocorrem “em todas as áreas, mesmo as áreas já homologadas”. Os atores que intervêm são caçadores, madeireiros e pescadores vindos de Manaus e Manacapuru.

Na Terra Indígena São João, as invasões contextualizam-se dentro da morosidade dos processos de indenização. Dentro do perímetro da terra homologada continua morando um antigo posseiro e vários ribeirinhos que usufruem dos recursos naturais da população indígena. Também existem práticas que desrespeitam a situação jurídica dessa Terra Indígena e os direitos dos povos indígenas. Neste sentido, de forma habitual, se arrancam placas de demarcação da Terra Indígena, e persiste um discurso anti-indígena promovido por setores políticos e empresariais da cidade de Tapauá, baseado na idéia que os índios têm muita terra que não lhes pertence.



Figura 24 – Aldeia São João. Terra Indígena Igarapé São João. Gusmão, Tapauá, 2007.



Figura 25 - Reunião sobre o ramal que liga Tapauã a BR 319. Gusmão, Tapuá, 2007.

c) Terra Indígena Apurinã do Lago do Barrigudo: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.

A Terra Indígena Lago do Barrigudo, e uma área reivindicada pelo povo indígena Apurinã, localiza-se no Estado do Amazonas, Município de Beruri, Trata-se de uma área registrada (ADR MAO/FUNAI, 2006) em processo de estudo atualmente.

A Terra Indígena Lago do Barrigudo vegetação característica de floresta ombrófila densa. O solo é argiloso e de coloração vermelha. O clima é tropical chuvoso. O período das chuvas inicia-se em outubro, atingindo maiores índices em janeiro, fevereiro e março. A temperatura média anual é de 24° a 26° C, mantendo uma umidade relativa bastante elevada, de 85% a 90%.

A aldeia Lago Barrigudo, Terra Indígena Lago do Barrigudo fica na margem esquerda do lago do mesmo nome, próximo ao rio Tupana, e da localidade Cacoal, e do ponto chamado Cova da Onça, onde tem uma família Apurinã, chefiada pelo cacique Sr Joaquim. O ponto, Cova da Onça fica menos de um quilômetro da BR 319, no km 247, onde tem uma ponte construída sobre a rodovia. Sobre o rio, existe um flutuante, e subindo um barranco em direção a ponte existe uma pequena mercearia e bar. Nas redondezas moram algumas famílias de regionais.

Para chegar à comunidade Apurinã do Lago Barrigudo se percorre o rio Tupana, partindo via fluvial da cidade de Borba, e passando pela Terra Indígena Cunhã Sapucaia do povo Mura; ou também, se faz descendo pela BR 319 na altura de Cacoal próximo ao Careiro Castanho onde localiza-se a ponte supracitada. Da BR 319 até a aldeia lago Barrigudo são 23 km. A presença dos Apurinã nesta região acontece dentro de uma dinâmica territorial interétnica, onde as relações sociais junto ao povo Mura são fluidas, ou seja, mediadas pela intervenção da organização indígena OIMNB. No caso da Terra Indígena Lago Barrigudo, os moradores registram um período de ocupação de mais de 30 anos. Seu cacique, Raimundo Francisco de Souza, chegou do rio Jaguari a 27 anos. Trajano Batista, outro morador antigo, vem do Alto rio Purus, enquanto que outros moradores nasceram no rio Tupana.

Para realização do estudo com uma abordagem metodológica de consulta participativa, viajamos acompanhados pelo coordenador da OIMNB (Organização Indígena Mura do município de Nova Aripuanã e Borba) e pelo cacique de Cacoal, o que facilitou nossa chegada até a aldeia.

Educação e saúde

A população atual desta aldeia totaliza oito famílias e trinta e cinco pessoas. Todas pertencem à etnia Apurinã. Trata-se de uma aldeia que não possui escola nem posto de saúde. Tampouco existe agente indígena de saúde nem professor indígena. Os problemas de saúde mais frequentes vinculam-se a doenças tais como malária, vômitos e diarreias. Já aconteceram óbitos de crianças devido a essas doenças. Como não existe posto de saúde, frequentemente as famílias tratam suas doenças com remédios caseiros ou se deslocam à cidade vizinha de Careiro Castanho. Quando as doenças são mais graves eles devem viajar para Manaus.

Economia

Dentro das atividades de subsistência, destacam-se a caça, a pesca, a coleta; e em uma escala menor, a agricultura. Coleta-se banana, cupuaçu, pupunha e abacaxi. Planta-se mandioca e bananas. A comunidade comercializa cachos de banana e cupuaçu, enquanto os peixes e animais de caça (paca, anta, cutia, veado, porco de mato, queixada) são utilizados apenas para subsistência. A aldeia não possui equipamento de radiofonia, e os integrantes carecem de radio ou televisão.

Conflitos

Os moradores manifestaram problemas de invasão na área reivindicada, em particular, produzidas por peixeiros (pescadores comerciais), madeireiros, caçadores e turistas. Nesse sentido, a OIMNB tem como proposta de demarcação uma terra contínua entre Cacoal e Paranaquara (onde existe um posto de fiscalização Mura, coordenadas S 04° 10' 59.8" W 60° 22' 50.7"), e esta limitando-se com a Terra Indígena Lago do Barrigudo, impediria a entrada de invasores.

d) Terra Indígena Tucumã: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.

A aldeia Tucumã fica na Terra Indígena Tucumã, distante 04 Km na BR 319 no KM 37 partindo de Humaitá, coordenadas S 07° 30' 35.2" W 63° 16' 11.6". Isto é, dentro da área de influência direta considerada neste estudo, no município de Humaitá, Estado do Amazonas.

Tucumã é uma área reivindicada pelos Apurinã, mas, que atualmente espera de uma definição política no Ministério da Justiça para proceder a sua demarcação. Os Apurinã relataram para a equipe EIA-RIMA que em 2002 se realizou levantamento técnico *in situ*, para demarcação da área reivindicada. Porém, a documentação pertinente a esse processo sumiu após a morte do funcionário da FUNAI/Humaitá que cuidava do caso. O atual chefe de posto da FUNAI de Humaitá, e também coordenador de OPIPAM, Valmir Parintintim, que participou também da reunião com os Apurinã e a equipe EIA – RIMA, manifestou que estava providenciando nova documentação para agilizar o processo de demarcação em Brasília da terra reivindicada.

O território delimitado no mapa de terras indígenas é apenas hipotético cujo objetivo é apenas de localização da Terra e de sua situação fundiária. A identificação e a delimitação oficial será feita através da equipe da FUNAI com os indígenas Apurinã envolvidos.

Aproximadamente 47 pessoas moram na comunidade liderada pelo cacique José Monteiro de Souza Apurinã. Muitos dos moradores trabalham fora da Terra Indígena, empregados por não índios nas lavouras.

A aldeia Tucumã mantém uma situação de confinamento em relação com seu entorno regional. Ela acha-se “cercada” por fazendas de gado, e que, em detrimento de sua autonomia cultural e subsistência econômica, obriga aos pais de família indígenas a se “transformarem” trabalhadores rurais, vendendo sua força de trabalho para os fazendeiros vizinhos. Essa

situação histórica conduz os índios a permanecerem muito tempo fora da sua comunidade de referência, debilitando e tornando vulnerável seu modo de vida. Também os Apurinã estão obrigados a trabalhar fora da aldeia, porque o gado destrói e atrapalha o trabalho na roça dos índios. A castanha constitui uma fonte energética importante de alimentação e de comercialização.

O cacique da aldeia afirma que a aldeia tem um pouco mais de 10 anos. Lembra-se que os atuais moradores moravam na cidade, e sua vinda para Tucumã aconteceu quando algumas condições objetivas aconteceram, como o fato do órgão federal responsável pela saúde indígena começar a prestar serviço diferenciado para a população local. Outros moradores também chegaram do rio Ipixuna.

Uma moradora de origem Sateré-Mawé diz que quase ninguém na aldeia fala a língua Apurinã, embora a maioria pertença a essa etnia; e acrescenta que o nheêgatu impõe-se como língua franca. Ainda, a língua geral (o nheêgatu), da família tupi-guarani, adquire sua dominância interétnica no contexto indígena, por ser falada por vários povos da região como os Parintintim, Tenharim e Diahui.

O fato relatado, segundo a moradora, explica a necessidade de uma endo-valorização da língua materna dos Apurinã, tendo como referência desse processo, os falantes Apurinã da Terra Indígena Quinta Largo e Guajará-Mirim. Nesse processo, a escola indígena diferenciada entraria como um elemento indispensável para fortalecimento cultural.

Outras demandas do grupo referem à designação de um agente de saúde indígena assim como de um professor indígena. Soma-se a demanda de serviços básicos como fornecimento de energia para desenvolver atividades que favoreçam o crescimento da comunidade em vários aspectos de sua vida

Educação e saúde

Os moradores relataram que em anos anteriores, a aldeia tinha escola multiseriada (de 1ª a 4ª série). No último ano chegaram a estudar até 23 crianças nessa escola indígena, que funcionou durante 4 anos. Depois que ela fechou, as crianças indígenas saíram da aldeia para estudar na cidade.

Hoje a aldeia não tem posto de saúde, e o atendimento da equipe volante da FUNASA acontece quando este é requerido, isto é, quando existem pessoas doentes na aldeia. Contudo, o procedimento mais corrente - em virtude da falta de meios de comunicação (não tem rádio

nem telefonia) - é o deslocamento de pacientes para a cidade. Atividade desenvolvida pelo conselheiro de saúde da comunidade.

Economia

A pesca, a caça, a coleta e a agricultura constituem as principais atividades econômicas da comunidade. A pesca é a principal atividade de subsistência do grupo. Os Apurinã da aldeia Tucumã também comercializam peixe, assim como poupa de cupuaçu e açaí, e castanha. Também plantam milho, arroz, feijão, café e mandioca para o consumo interno e comercializam farinha de mandioca. Os Apurinã realizam as transações comerciais direto com os compradores de Porto Velho e São Paulo. Para comercialização, necessitam transportar os produtos até a rodovia, O açaí, a castanha e a farinha de mandioca são vendidos em latas. Uma lata de açaí é vendida por R\$ 20,00 (vinte reais) e seu peso aproximado é de 13 kg. As poupas de frutas são comercializadas em grandes quantidades direto com os compradores. Eles se orgulham de não ter que recorrer aos atravessadores.

Conflitos: Frentes de expansão, questão fundiária e empreendimentos rodoviários.

Um tipo de problemas levantado pelo grupo são as invasões de pessoas que pescam no lago e destroem o entorno ecológico porque utilizam “bombas” como técnica de pesca. Também existem conflitos com os fazendeiros vizinhos que dificultam a saída dos índios para chegar até a beira da rodovia. Os Apurinã podem sair pelo lago, porém, é muito mais dificultoso porque necessitam atravessá-lo utilizando uma balsa. Apenas uma vez por semana passa um ônibus que vai até o assentamento do INCRA, denominado Realidade.

Os Apurinã da Terra Indígena Tucumã enfatizaram a necessidade que o órgão indigenista federal demarque sua terra antes que a rodovia seja recuperada, porque temem que novos frentes de expansão sulistas cheguem à região onde moram, como está acontecendo com seus parentes no município de Lábrea.

A proposta de demarcação dos Apurinã consiste em unir a terra de ocupação tradicional com a Terra Indígena Itaparanã do povo Mura no km 90, entre o rio Ipixuna com o Itaparanã. Ainda, unir os dois quilômetros que a separam da BR 230, para evitar invasões e conflitos de interesses com os fazendeiros. Em suma, 50 quilômetros seria a área total da Terra Indígena Tucumã (Figura 26) conforme seus ocupantes. Considerando que os dois lagos utilizados estão dentro da área autodemarcada, por meio dessa efetivação territorial aliada a gestão das

famílias indígenas, se evitaria que a pesca comercial e predatória persista como atividade predatória e furtiva.



Figura 26 – reunião participativa na aldeia Tucumã. Gusmão, Humaitá, 2007.

1.5.5 O Povo Indígena Paumari: modo de vida, relações sociopolíticas, econômica e cultural intra e extratribal.

Os Paumari pertencem à pequena família Arawá da Amazônia Ocidental.

A região atualmente habitada pelos Paumari é exclusivamente a bacia do médio rio Purus com seus afluentes, como os rios Ituxi, Sepatini e Tapauá, no estado do Amazonas. Os Paumari são conhecidos por sua orientação aquática, o que se manifesta nos habitats tradicionalmente preferidos: várzeas, rios e lagos. As formas de vegetação predominantes nesses habitats são florestas ombrófilas densas aluviais de terraços e de planícies periodicamente inundadas. O estabelecimento de assentamentos permanentes na terra firme é um fenômeno recente de mudança cultural externamente influenciada. (Schröder, 2002)

As zonas ecológicas preferidas para construir aldeias são margens de rios com praias fluviais, ilhas de terra firme nas várzeas e áreas não alagáveis na interface entre as planícies fluviais alagáveis e a terra firme, denominadas na região de "pé da terra firme".

Os registros históricos indicam que a região do médio Purus já era habitada pelos Paumari na época da chegada dos primeiros colonos brancos, mas os diversos grupos locais realizaram deslocamentos e migrações consideráveis dentro desta região nos séculos passados.

Os Paumari estão em contato com os brancos há pelo menos dois séculos. Eles são mencionados em fontes históricas pela primeira vez em 1845. Naquela época, vários grupos já tinham sido explorados na extração de "drogas do sertão" pelo comerciante Manoel Urbano da Encarnação, que controlava o médio Purus. (Schröder, 2002)

Em 1847, o naturalista francês Castelnau observou vários grupos Paumari do Rio "Oiday" até o Rio Sepatini. Segundo este autor, eles viviam principalmente nas praias e não se dedicavam à agricultura. As habitações principais eram grupos de jangadas, com uma jangada por "família", e a comunicação entre elas era realizada por meio de pirogas. Também havia casas em terra firme.

A própria cidade de Lábrea foi fundada em território Paumari. Estes foram explorados pelo "coronel" Labre, fundador do lugar, como produtores de borracha e fornecedores de peixes, tartarugas e ovos de quelônios. Na época do primeiro ciclo da borracha, as cidades na Amazônia foram iluminadas por lampiões que funcionavam com manteiga e óleo, feitos de ovos

de quelônios, o que explica o interesse no trabalho dos Paumari como fornecedores desse produto.

Depois das viagens do etnólogo americano Steere na região, entre 1873 e 1901, este descreveu os Paumari como reduzidos por epidemias a umas poucas centenas de indivíduos, levando uma vida nômade ao longo do Purus e vagando de seringal para seringal. E, finalmente, temos os textos do etnólogo alemão Ehrenreich, que localizou grupos nos seringais do Coronel Luiz Gomes, descrevendo-os como maltrapilhos e entregues ao alcoolismo.

No final do século XIX, os Paumari tinham perdido grande parte de seus territórios tradicionais de pesca e caça aos quelônios, porque as praias fluviais foram controladas e exploradas pelos donos dos seringais. Eles perambularam em pequenos grupos e passaram a ser considerados como os índios mais "vadios" da região. A palavra "Paumari" tornou-se naquela época um sinônimo de malandro e preguiçoso.

Se já não se sabe muito sobre a etno-história Paumari do século XIX, as informações sobre ela tornam-se ainda mais raras no século XX. As relações interétnicas com a sociedade envolvente estão marcadas pelos estereótipos citados, que foram mantidos até hoje, e por dependências materiais e assistenciais dos "brancos", os quais são chamados jara. Os estereótipos negativos de serem preguiçosos e inconstantes com relação ao trabalho dificultam as relações econômicas e empregatícias, em particular no meio urbano.

As relações com outros povos indígenas geralmente são pacíficas, embora sejam observadas tensões sérias nas relações com os Apurinã em questões de territorialidade, nos casos em que comunidades Paumari e Apurinã são vizinhas nas mesmas terras. Informantes Paumari nas aldeias Santa Rita e Crispinho, na terra Paumari do Lago Marahã, nos falaram que antigamente os Paumari tinham medo dos ataques dos Apurinã e sempre estavam prontos para pular na água e se esconder atrás das jangadas. (Schröder, 2002)

As sete terras atuais com população Paumari são:

Catitu, Lago Marahã e Ituxi, no município de Lábrea; Cuniá, Lago Manissuá, Lago Paricá e Ponta de Evaristo no município de Tapauá; e Tapauá no município de Canutama. De todas elas, duas foram homologadas, quatro registradas e duas necessitam identificação.

Segundo Schröder (2002) estima-se que a população Paumari tinha aproximadamente 870 indivíduos, no ano 2000.

A respeito da Terra Indígena Mamori, área reivindicada pelos Paumari, e dentro da área de influência da BR 319, não obtivemos dados da FUNAI, já que fomos informados que não

existe ainda qualquer estudo. A Terra Indígena Paumari do Lago Manissuã seria a única Terra Indígena ocupada só por Paumari, as restantes são divididas com outras etnias indígenas. Contudo são raros os casamentos interétnicos entre Paumari e as outras etnias indígenas.

A organização social e política dos Paumari foram pouco estudadas até agora. Steere (1987) é o único autor que menciona a divisão dos Paumari em vários clãs. Os grupos residenciais são famílias nucleares ou grupos familiares extensivos (casal, filhos, genros, noras e netos), incluídos, às vezes, também os filhos que um dos pais teve de um casamento anterior.

O ciclo econômico anual está marcado pela grande mobilidade dos grupos locais e seus deslocamentos sazonais entre diversas zonas de exploração (terra firme e várzea, praias e castanhais). Ele é determinado pelo regime pluvial regional e pelos níveis de água correspondentes.

A principal atividade de subsistência do grupo é a pesca. Essa é realizada nos rios, igarapés, igapós, lagos e lagoas, e sabe-se que os Paumari são conhecedores de diferentes técnicas de pesca, sendo os peixes, precisamente, o principal alimento na sua dieta cotidiana. No entanto, a agricultura é praticada tanto na várzea quanto na terra firme, sendo a mandioca a principal planta cultivada. Também coletam uma série de frutas silvestres e cipós e enviras para a construção de casas, embarcações e a fabricação de diversos objetos. A caça, em menor escala, constitui uma atividade importante para a economia doméstica do grupo. Bebidas são produzidas com frutos de palmeiras (como açaí, bacaba ou patauá) e a castanha-do-pará também é apreciada como alimento.

A cosmologia dos Paumari é um aspecto pouco conhecido, talvez pela sobreposição da “cultura cristã missionária” e pelas próprias estratégias de dissimulação e resistência cultural do grupo. O uso do rapé com fins diversos, como pode-se observar em outros povos do Médio Purus e até na sociedade regional, é uma prática visível entre os Paumari contemporâneos. Este estimulante, já com fins terapêuticos (medicina tradicional indígena) é preparado com as folhas da vinha Bignoniaceae (*Tanaecium nocturnum*). Para preparar o rapé, tiram-se as folhas verdes, que são torradas até ficarem secas, o que dá a base para um pó fino que é guardado num ouriço de castanha-do-pará. Depois, esse pó é peneirado e misturado com rapé de tabaco, preparado da mesma forma. Esta mistura é chamada koribo-nafoni e somente é usada pelos pajés em ocasiões especiais, como, por exemplo, antes do tratamento de pacientes, em rituais para proteger crianças ou nos rituais de puberdade das meninas. Outros

tipos de rapé feitos de tabaco, misturado com cinza de cascas de árvores também são usados de forma cotidiana.

a) Terra Indígena Mamori: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos.

Fomos informados que a FUNAI já abriu em edital um processo para identificação desta terra que envolve as aldeias Ponta do Evaristo e Bela Vista, mas, ainda não foi enviada equipe de trabalho para identificação dessa área pretendida.

O território delimitado apresentado no mapa de terras indígenas é apenas hipotético cujo objetivo é apenas de localização da Terra e de sua situação fundiária.

A aldeia Ponta do Evaristo (Figura 27) localiza-se na baía do Itaparanã, na confluência dos rios Itaparanã e Ipixuna, S 05° 48' 41.8" W 63° 18' 48.2". Ali moram famílias pertencentes ao povo Paumari, e algumas famílias Apurinã, Deni e Mamori.

O líder da comunidade é o cacique Raimundo Martín da Silva, da etnia Paumari.

Existem duas famílias morando próximo ao rio e aproximadamente cinco na parte de cima. Totalizam aproximadamente 50 pessoas. Trata-se de uma área de terra preta, boa para a agricultura, embora alagadiça.

Educação e saúde

Nessa comunidade não há escola indígena nem posto de saúde. Os pacientes devem se deslocar até a sede do município de Tapauá para serem atendidos. Contudo há um professor indígena e um agente indígena de saúde. Há algumas famílias Paumari que moram em Tapauá e que teriam possibilidades de morar na comunidade caso seja regularizada a situação da Terra Indígena que esse povo reivindica.

Economia

As atividades produtivas enquadram-se dentro do regime das chuvas e da estiagem. Em inverno, coleta-se castanha com fins à comercialização do produto, e durante o verão a comunidade produz farinha de mandioca. No roçado planta-se além de mandioca, abacate, castanheiras, abacaxi e açaí. A pesca é uma atividade que realizada o ano todo, enquanto a caça representa uma atividade complementar.

Conflitos

Os Paumari da Terra Indígena Mamori experimentam invasão da sua área, por parte de posseiros que derrubam madeira. Assim mesmo, órgãos federais como INCRA promovem a chegada de colonos para assentá-los dentro da área dos Paumari.

Os Paumari reivindicam uma área que vai do igarapé de Ariramba até uma das “pontas” do Itaparanã unindo desta forma duas comunidades Paumari: Ponta do Evaristo e Bela Vista. Eles dizem que nessa área só há um morador que faz roçado, mas, que depois da coleta fica na cidade.

As famílias que ali moram têm muitas dificuldades de acesso as fontes de água, por isso, durante o tempo da estiagem, algumas delas, ficam próximas ao rio. Durante a reunião promovida pela equipe EIA-RIMA 319 (Figura 28), colocou-se como dificuldade fundamental a falta de água, além, de solicitar a construção de uma escola e um posto de saúde. Outro tipo de preocupação, como supracitado, refere às invasões e os desmatamentos produzidos pelos não – índios.



Figura 27 – Aldeia Ponta do Evaristo. Gusmão, Tapauá, 2007.



Figura 28 – Reunião Aldeia Ponta do Evaristo. Gusmão Tapauá, 2007.

1.5.6 O Povo Indígena Parintintim: modo de vida, relações sócio-políticas, econômica e cultural intra e extratribal.

Os Parintintim se autodesignam como Kagwahiva e fazem parte do tronco lingüístico tupi-guarani. Entre as especificidades dos Kagwahiva destaca-se a organização social em metades exogâmicas.

Segundo dados da FUNAI (2000) sua população é estimada em 200 pessoas e localizadas no Alto e Médio rio Madeira, no município de Humaitá, Estado do Amazonas.

O processo civilizatório dos Parintintim se iniciou- a partir de uma expedição do SPI, liderada por Curt Nimuendaju, entre 1922 e 1923. Nesse momento, seu território se estendia da região leste do rio Madeira até a boca do rio Machado, à leste do rio Maici. Hoje a maioria da população habita duas Terras Indígenas no município de Humaitá, no estado do Amazonas. Ambas foram homologadas em 1997 (Dec. s/n publicado no DOU em 04/11). A TI Ipixuna tem extensão de 215.362 ha e nela moravam 54 pessoas em 1999 (FUNAI/PIN Kagwahib). A TI Nove de Janeiro possui 228.777,00 ha e um perímetro de 286 km. Em 2006, era habitada por 430 pessoas (OPIPAM, 2007).

Em seu sentido mais amplo, a designação *Kagwahiva* ou *Kagwahiva'nga* significa "nossa gente", em oposição a *tapy'yn*, "inimigo". Os grupos que se identificam como Kagwahiva

são falantes de uma língua da família Tupi-Guarani. Dentre eles, é possível discernir dois dialetos mais importantes: aquele falado mais ao norte, entre os Parintintim, os Tenharim, os Juma e os Jiahui; e o falado pelos grupos mais ao sul, os Urueu-wau-wau, Amondawa e Karipuna, distintos por algumas poucas, mas significativas diferenças de vocabulário.

A primeira referência histórica aos kagwahiva data do final do século XVIII, quando, de acordo com pesquisa de Nimuendajú, eles estavam localizados na confluência dos rios Arinos e Juruena, formadores do Tapajós. Nimuendajú (1924) reconstruiu a história do seu grupo ancestral, chamado "Cabahyba" por Martius, o qual fez uma primeira menção a eles no Tapajós em 1797.

Os Kagwahiva foram expulsos do Tapajós por portugueses e Munduruku em meados do século XIX, dispersando-se na direção oeste rumo ao Madeira, onde os Parintintim estão agora situados; mas também ao rio Machado, onde Lévi-Strauss, e antes dele Rondon e Nimuendajú, encontrou os "Tupí-Cawahíb"; e, ainda, ao longo do Machado até a região central de Rondônia, em cujas terras altas estão hoje os urueu-wau-wau, amondawa e karipuna.

Ao longo da história, as fissões constituíram um processo continuado. Os muitos grupos Kagwahiva em guerra uns com os outros na região devem ter se dividido depois de chegarem na área, vindo sucessivamente do Tapajós.

No que concerne aos Parintintim, tratava-se de um pequeno grupo guerreiro que durante o final do século XIX e início do XX esteve em conflito com seringueiros ao longo dos 400 Km do rio Madeira, depois de terem sido levado do Tapajós, pelos Munduruku, até a região do Madeira.

Depois da pacificação, postos do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) foram instalados. Um deles em um canal no Ipixuna, e outro perto do seringal Calamas. Em 1942, quando o SPI passava por uma crise econômica e institucional, sua atuação no local foi encerrada sob o pretexto de punir um chefe insurgente, o filho adotivo de Pyrehakatu, Paulinho Neves (*Ijet*), que então se tornou o chefe na área do Ipixuna. (Kracke, 2005)

Grupos Parintintim também viviam perto de Três Casas, no seringal de Manuel Lobo, o qual chamou o SPI para iniciar a pacificação em 1922. Posteriormente, nos anos 70, foi instalado ali um posto indígena, já sob a gestão da administração da Funai em Porto Velho.

Como entre os demais kagwahiva, a organização social Parintintim é composta por metades nomeadas por espécies de pássaros com características contrastantes. Cada metade

corresponde a um grupo patrilinear exogâmico (ou seja: os indivíduos pertencem à metade de seu pai e só podem casar com alguém da metade oposta). (Kracke, 2005)

Residência, parentesco e casamento.

As aldeias Parintintim não são muito grandes. Sobretudo desde a redução populacional decorrente do contato, as aldeias contam tipicamente com três a cinco famílias nucleares. Antes do contato sistemático com a sociedade regional, as aldeias maiores, sob a liderança de Pyrehakatú, contavam com pouco mais de duas ou três vezes esse tamanho.

Geralmente, as aldeias se localizavam à beira de igarapés, que dão acesso ao transporte por canoas e à pesca. A configuração tradicional da aldeia consistia numa única casa comunal (*ongá*) na qual cada família nuclear ocupava um segmento entre os pilares centrais e as paredes laterais, onde penduravam suas redes. Apenas excepcionalmente grandes aldeias possuíam duas casas. Ao redor da casa, ou entre as duas casas, ficava a praça (*okará*), que era rigorosamente mantida limpa de mato, e uma boa aldeia também deveria possuir árvores frutíferas.

Após anos de contato com a sociedade regional, a *ongá* foi substituída por casas que comportam apenas a família nuclear, de formato semelhante às casas dos seringueiros, feitas de madeira, com dois quartos separados e um cômodo aberto na frente. Uma aldeia atualmente comporta em média três ou quatro dessas casas.

O padrão de casamento Parintintim é uxorilocal (o homem vai viver com a família da esposa) e as metades patrilineares, estas não possuem correspondente geográfico.

Os kagwahiva parecem ser os únicos dentre todos os grupos Tupi-Guarani que possuem metades exogâmicas. É pouco provável que as metades tenham sido incorporadas de seus inimigos tradicionais, os Munduruku, pois suas metades Vermelha e Branca têm estrutura diversa. A fonte mais provável parece ser os rikbaktsa, que eram vizinhos do grupo ancestral Cawahib no rio Arinos e que têm um par de metades com nomes de pássaros: especialmente os amarelos e araras vermelhas.

O casamento Parintintim é tradicionalmente definido por uma série de arranjos desde o nascimento. Quando nasce uma criança, ela deve ser nomeada pelo irmão da mãe que tenha uma criança pequena de sexo oposto. No ritual de menarca (primeira menstruação) da sobrinha, esta pode casar-se com seu primo cruzado, filho de seu nomeador. Na cerimônia, a noiva é dada por dois irmãos reais ou classificatórios (os primos paralelos). Esses irmãos, em

contrapartida, ganham o direito de um deles dar o nome para o filho que ela vir a ter e, assim, garantir o parentesco daquela criança com um filho seu.

Muitos casamentos ainda seguem as regras de metades exogâmicas, mas é muito difícil para jovens encontrarem cônjuges apropriados da metade oposta, e o sistema de relações sociais vem sendo alterado. A monogamia é fortemente sugestionada pelas missões cristãs, que vem uma vez por ano sacramentar os casamentos, assim como pela população local não-indígena, que freqüentemente configura entre os padrinhos de casais Parintintim.

Práticas medicinais tradicionais e biomédicas

O rito xamânico central dos Parintintim é a cerimônia de cura por um *ipají* (xamã), mas já não é mais praticada. A cadeia de transmissão do conhecimento xamanístico foi quebrada pela morte prematura de muitos xamãs por epidemias após o contato. Muitas das crianças sonhadas pelo último *ipají* ainda estão vivas, mas ele morreu antes que pudesse transmitir-lhes seu conhecimento.

Os Parintintim hoje viajam para Humaitá ou Porto Velho e usam o sistema público de saúde; mas de forma suplementar aos medicamentos dos brancos, eles sempre recorrem a curandeiros regionais, cujos métodos remetem a antigas tradições ibéricas de cura e a práticas indígenas.

A economia kagwahiva é baseada na pesca, caça, coleta e agricultura de coivara. Utilizam diferentes técnicas de pesca, dependendo do período do ano. Durante a estiagem, pescam com arco e flecha em canoas. Também quando as chuvas cessam utilizam nas áreas ainda alagadas, veneno vegetal ou *timbó*. Já na estação chuvosa constroem armadilhas *mbyotá* feitas de varas amarradas, distribuídas em pequenos barragens, no trecho de floresta alagado.

A caça é realizada com espingardas e outras armas de fogo, além da técnica tradicional do uso de arco e flecha. Atualmente algumas etiquetas sobre o botim de caça podem ter sido perdidas entre os Parintintim devido ao processo de contato com a sociedade regional. Nesse sentido diz Kracke (2005: 12) que “partes da caça ou da pescaria eram distribuídas pelos caçadores de acordo com os laços familiares, [enquanto] partes maiores deveriam ser trazidas para o chefe ou o sogro, que usualmente eram a mesma pessoa, que deveria distribuí-la na comunidade. (passim Kracke, 2005)

Em razão das transformações que a situação histórica de contato sistemático trouxe sobre a cultura Parintintim, uma grande variedade do cultivar mais tradicional, o milho, foi perdida. Hoje eles cultivam mandioca e muitas variedades de batatas e inhames. Árvores frutíferas são plantadas em áreas próximas à aldeia. As frutas são coletadas ou derrubadas de árvores altas com varas por mulheres e crianças. Os Parintintim conhecem muitos tipos de mel que usam como um complemento importante da dieta alimentar.

a) Terra Indígena Nove de Janeiro: aspectos socioeconômicos, culturais e conflitos

A Terra Indígena Nove de Janeiro possui 228.777 hectares e, em 2006, era habitada por 430 pessoas (OPIPAM, 2007). Foi homologada em 1997, dec. s/n publicado no DOU em 04/11). Essa Terra Indígena tem duas aldeias, a destacar, Pupunha e Traíra, ambas dentro da área de influência da rodovia BR 319.

É drenada pelo rio Ipixuna e pelo Lago pupunha com presença de solos Podzólico vermelho-amarelo e Podzol hidromórfico.

Apesar das boas qualidades físicas desta classe de solo, a fertilidade natural é baixa, classificando-os na classe restrita tanto para as culturas anuais e perenes, num sistema de manejo intensivo (A); e regular e boa para culturas anuais e perenes em sistemas de manejo menos intensivo (B e C). Os solos desta classe apresentam aptidão regular tanto para seu aproveitamento em pastagem quanto na silvicultura. Quando ocorrem em relevo mais acidentado, enquadram-se na classe restrita para os cultivos anuais devido às limitações quanto à mecanização agrícola.

A aldeia Pupunha, (Figuras 29 e 30) localizada nas coordenadas S 07° 28' 02.7" W 62° 56' 23.9" é uma aldeia situada entre grandes extensões de latifúndios, fato inevitável, que conduz aos índios atravessar terras de particulares para deslocar-se para a cidade. Está localizada no km 7, apenas a 2 quilômetros da BR 230. No inverno as pessoas saem da comunidade pelo lago, já no verão pelo varadouro. Moram na comunidade aproximadamente 88 pessoas.

Educação e saúde

Na aldeia Pupunha existem 88 pessoas. Possuem uma escola com ensino fundamental incompleto de 1ª a 4ª série, com sala multiseriada e uma professora que faz o curso de magistério indígena Pirayawara da secretaria estadual de Educação. Este curso está sendo realizado na aldeia Pupunha onde reúne povos Parintintim, Tenharim e Torá.

A alfabetização é na língua materna embora nesta aldeia existam apenas 15 falantes da língua parintintim.

Há um posto de saúde com infra-estrutura inadequada, e um agente Indígena de saúde.

Não obstante os membros da comunidade expuseram com preocupação os impactos ambientais que num futuro próximo estariam afetando-os como consequência de uma barragem do Jirau do que está sendo construída em Porto Velho, Rondônia.

No km 35 da BR 230, nas coordenadas S 07° 33' 24.7" W 62° 42' 57.3", localiza-se a aldeia Traíra (Figura 31 e 32), com uma população de 70 pessoas. Possui uma escola com ensino fundamental completo de 1ª a 8ª série e 66 alunos. Conta com 07 professores indígenas, dos quais 05 estão fazendo o curso do magistério indígena na aldeia de Pupunha.

Economia

A aldeia está próxima ao lago que leva o mesmo nome, este é rico em peixes como Pirarucu, surubim, tucunaré, curimatã, pacu e cará. Na aldeia se produz café e outros cultivares como banana, milho, feijão, abóbora, mandioca, cará, abacaxi e macaxeira. Os produtos de extrativismo são o açaí e castanha-do-Brasil. As mudas de café foram trazidas a vários anos do povo Surui em Rondônia e se adaptou bem ao lugar. Comercializam a farinha, açaí e castanha. Pode-se dizer que é uma comunidade autônoma em termos de subsistência alimentar.

Conflitos

A Terra Indígena Nove de Janeiro sofre invasões constantes de fazendeiros, colonos e pescadores. O acesso a área é pela rodovia Transamazônica, pois a área fica na fundiária (trecho de 2km a partir das margens da BR) dos lotes rurais. O acesso também é possível pelo Rio Madeira, através do Lago Pupunhas. O lago está dentro da área e é um berçário natural de pirarucu, tambaqui e aves migratórias. Já foram apreendidas várias armas de fabricação caseira em cabanas de colonos de dentro da área. Há outros colonos cultivando roçados dentro da mesma área e um fazendeiro até construiu cerca ultrapassando os limites da Terra Indígena. Em 2005 a FUNAI implantou duas barreiras de vigilância.



Figura 28 – Aldeia Pupunha. Faria, Humaitá, 2007.



Figura 29 – Escola da aldeia Pupunha. Faria, Humaitá, 2007.



Figura 30 – Reunião na Escola da aldeia de Traira,. Gusmão, Humaitá, 2007.



Figura 31 – Aldeia Traira. Faria, Humaitá, 2007.

1.5.7 A Situação dos Índios Isolados

Denominamos de índios isolados aquelas populações tradicionais indígenas cujo contato ainda não foi estabelecido com o órgão indigenista federal. Ainda, hoje a FUNAI incorporou uma nova categoria de índios semi-isolados para se referir aqueles que têm um contato incipiente com a sociedade regional, ou/ e, suas instituições sócio-culturais, mantém padrões mais acentuados de tradicionalidade que outros povos originários, e devido à situação histórica de contato, encontram-se em situação de vulnerabilidade biológica e cultural.

A respeito dos índios isolados, muito se ignora, devido às características próprias da não – relação estabelecida, embora, o que fica mais o menos manifesto diz respeito a dados precisos, elaborados de forma oficial, sobre quem são, onde estão localizados, quantos são e que línguas falam.

Não obstante, e, aos efeitos de manter uma agenda política indigenista, de caráter oficial, isto é, com objetivos claros a respeito da proteção e defesa desses povos, em 1986, a FUNAI criou a CGII (Coordenadora Geral de Índios Isolados) e hoje mantém quatro frentes de contato em áreas confirmadas de presença de índios isolados. A seguir:

- Frente de Proteção Etno-Ambiental do Vale do Javari, localizada no Estado do Amazonas, na fronteira com o Peru, e é responsável pela proteção da Terra Indígena Vale do Javari;
- Frente de Proteção do Rio Envira, localizada na fronteira com o Peru, no extremo sul do Estado do Acre, e responsável pela proteção de duas áreas de índios isolados já interditadas e uma das quais (chamada Alto Tarauacá) em processo de demarcação;
- Frente de Proteção do Rio Guaporé, no oeste do Estado de Rondônia, é responsável pela proteção dos “Massaco” (demarcada) e isolados do rio Omerê (interditada), com extensão de 473 mil hectares, na fronteira com a Bolívia;
- Frente de Proteção Etno-Ambiental do Rio Purus, localizada no sul do Estado do Amazonas, na bacia do rio Purus, é responsável pela proteção dos povos isolados Himerimã e Merimã e cujos territórios, com extensão de 455 mil hectares, se encontram interditados pela FUNAI desde 1996. Essa Frente se encontra em processo de reativação depois de dois anos paralisada.

Segundo dados do CTI (Centro Trabalho Indigenista) existem 63 referências de povos isolados na Amazônia Legal Brasileira. Enquanto o ISA (Instituto Socioambiental) cita 46 evidências e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) levanta 60 referências. Acrescenta o ISA (2005) que, do total de referências, 26 delas “encontram-se em terras indígenas já demarcadas ou com algum grau de reconhecimento pelos órgãos federais. E, do total das 46 referências, 12 já foram confirmadas pela FUNAI” (ib:1). A Coordenação de Grupos de Índios Isolados da FUNAI, aumentou em 2007, de 40 para 68, o total de registros de povos indígenas autônomos ou isolados. E dessas 68 áreas, 39 estão em estudo. Trata-se de referências confirmadas por meio de vestígios materiais, relatos de moradores, indígenas e não indígenas e outros indícios de cultura material que aparecem em diversas áreas. Confirmados documentalmente, e com dados precisos existem 24 povos, além de 5 recém contatados.

O CIMI, por outra parte, levanta dados vinculados aos riscos desses grupos. Assinala que sobre o total de mais de 60 grupos indígenas em situação de isolamento na Amazônia, 18 deles estão ameaçados de extinção junto com os outros cinco grupos indígenas de contato recente. “A maior violência contra esses povos acontece, sobretudo, em Rondônia, no Norte do Mato Grosso e sul do Amazonas e tem sido praticada por grupos de extermínio a serviço de grileiros de terras públicas, madeireiros e fazendeiros (...) com absoluta omissão e conivência do Estado [e das] agências governamentais (...) inoperantes em relação as suas atribuições legais” (CIMI, 2006:3).

A FUNAI entende que o isolamento desses grupos não significa que eles vivem sem saber da existência de outras formas de vida, incluindo outros povos indígenas; porém, eles podem na sua história cultural ter tido contato com populações indígenas e ribeirinhas, ou terem observado outras culturas, no entanto, decidiram se manter dentro de suas próprias tradições e sem estabelecer contato sistemático. Por conseguinte manteriam como meio de subsistência uma economia nativa sem contato com a economia de mercado, baseada na pesca, caça, pesca e plantações de mandioca e banana entre outras. (cfr. Instituto Humanitas Unisinos, 2007)

Sobre certas controvérsias a respeito se a condição de “isolados” suporia uma situação de não – relação permanente com a sociedade nacional, Sidney Possuelo, ex-coordenador da DII (Departamento de Índios Isolados), declarou em entrevista para o jornal O Estado de São Paulo que o Departamento de Índios Isolados se propõe “desenvolver um trabalho no qual a

inserção dessas sociedades no contexto cultural nacional, possa ser preparada, dando-lhes tempo necessário para assimilação dessas relações, sem ruptura violenta de seus valores”. Contudo, a decisão de fazer o contato com os isolados, segundo Possuelo seria o “último recurso” quando correm risco de extermínio ou são ameaçados por invasores de seus territórios. (O Estado de S Paulo, 1996).

A equipe EIA – RIMA 319, a partir do levantamento de fontes primárias e secundárias, constatou como um fato relevante a presença de índios isolados na área de influência indireta da rodovia BR 319. Nosso relatório estabelece a partir das fontes consultadas (CIMI, FUNAI, FORUM PERMANENTE DEFESA AMAZÔNIA OCIDENTAL), entrevistas com antropólogos que desenvolvem levantamento *in situ*, e informações de comunidades indígenas e ribeirinhas durante a consulta técnica participativa, que existem áreas de ocupação e perambulação de índios isolados nos municípios de Manicoré, Tapauá, Canutama, Lábrea e Humaitá. E, em todos os casos referidos deveriam se criar medidas e procedimentos que exijam cuidados especiais sobre essas populações e seu entorno socioambiental, conforme o estipula à legislação brasileira vigente⁴. Precisamente, a Constituição Federal destina um capítulo aos indígenas onde reconhece sua organização social e cultural, as suas diferenças culturais, assegurando-lhes o direito de manter sua cultura, identidade e coloca como dever do Estado a sua proteção (art.232). A respeito dos índios isolados, o art. 216 observa que os índios isolados, sua cultura e suas comunidades são formadores do patrimônio nacional, o qual é protegido constitucionalmente, o que os coloca no rol dos bens difusos a serem protegidos pela ação civil pública (Lei 7.347/85).

Devem-se tomar todas as precauções para que a Constituição Federal seja efetivada no reconhecimento dos direitos dessas minorias, já que como é de conhecimento público, talvez, na Amazônia e na selva do Chaco encontrem-se as últimas comunidades indígenas que vivem isoladas no planeta, mas, as mesmas vivem uma situação de vulnerabilidade constante, sujeitas ao elevado risco, como consequência dos frentes de expansão, da pecuária, e os altos lucros produzidos em negócios madeireiros, que impactam o ambiente de forma irreversível, gerando conflitos que acabam com a vida de índios e não - índios.

⁴ Assim como a II Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 1993, que inclui os índios isolados entre os povos vulneráveis, e o disposto na resolução 3056 da União Mundial para a Natureza, em Bangkok, no 2004; que trata dos povos indígenas que vivem em isolamento voluntário na região amazônica e no Chaco. Outros documentos que referem aos direitos desses povos é o grupo da Agenda 21 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. (Santos, 1997/2007)

A equipe do estudo EIA-RIMA desde uma perspectiva eco - antropológica, observa a partir das formas de alteridade estabelecidas historicamente com a sociedade nacional, isto é, os ciclos econômicos da monocultura, a chegada das agroindústrias na década de 1970 como efeito catalisador do “milagre econômico”, e o modelo agro-exportador atual, baseado no agonegocio; efeitos diretos e indiretos que colocam em alto risco os grupos isolados, no ponto terminal, de acabar com a existência deles, como já tem acontecido.

Em outras palavras, o processo de ocupação da Amazônia motivado, de um lado pela geopolítica do pós-guerra, de outro por um padrão histórico de ocupação que não preserva os recursos naturais, afeta diretamente os índios isolados. Algumas experiências passadas de contatos apressados, sob pressão para construção de estradas ou hidrelétricas, deixaram marcas traumáticas nessas sociedades. Ou, simplesmente, fizeram com que elas resultassem extintas. (O Estado de São Paulo, 1996)

Os cuidados com as particularidades culturais desses grupos, sem contato sistemático com a sociedade nacional, amplia-se dentro do modelo de atuação indigenista, que o órgão federal responsável, a FUNAI, desenvolve através do Departamento de Índios Isolados. O mesmo estabeleceu com a criação de postos de vigilância e fiscalização, e frentes de atuação em pontos neurálgicos, mecanismos de proteção física e cultural, velando pela autonomia territorial desses grupos, e aplicando procedimentos demarcatórios das terras indígenas identificadas. Contudo, as frentes de atuação do mencionado departamento, não atingem atualmente as áreas que a equipe EIA-RIMA visitou; e como já explicitamos, gravitam dentro da área de influência da BR 319. Deste modo, recomendamos, através desse relatório, o estabelecimento de medidas imediatas ou/e de programas que ajudem para não interferir com a vida desses povos, ou, dito com outras palavras, criar condições favoráveis para o desenvolvimento integral dos povos tradicionais do Brasil, denominados de isolados.

O presente estudo recolheu um conjunto de dados e informações que vinculam grandes regiões à presença de grupos isolados, ameaçados de extinção, em área de influência da BR 319. Neste sentido, destaca-se como uma região significativa o Médio e Alto Purus.

As sub-regiões se referem,

- Os isolados no rio Ipixuna e Paraná Ipixuna nos municípios de Tapauá e Canutama, no Estado do Amazonas, coordenada 07°63,20" (CIMI, 2006);
- Isolados do igarapé Jacareúba/Katauxi nos municípios de Lábrea e Canutama, no Estado do Amazonas, coordenada 09°64,20' (CIMI, 2006);

- Isolados do Alto rio Marmelos, nos municípios de Humaitá e Manicoré, no Estado do Amazonas. Não temos dados georreferenciados;.
- Isolados do Kurekete no município de Labrea, no Estado do Amazonas, coordenada 09°65' (CIMI, 2006);
- Isolados do Igarapé Karipuninha, no município de Porto Velho e Lábrea, Estado do Rondônia e Amazonas respectivamente, Coordenada 09° 64,40' (CIMI, 2006);
- Isolados do rio Candeias, no município de Porto Velho, Estado do Rondônia. Sem dados georreferenciais.

Segundo Kroemer (2008) quem realizou durante 2007 uma expedição junto com o chefe de posto da FUNAI de Lábrea, as duas áreas fundamentais que estariam indicando circulação de índios isolados são:

- 1) o Rio Mucuim, no interflúvio dos rios Ipixuna e Mucuim, afluentes da margem direita do Médio Rio Purus e a sul do Lago do Jacaré, no município de Tapauá e;
- 2) a região de Katauxi, divisor das águas do Alto Rio Mucuim com o Rio Punicici. Essa região abrange as cabeceiras do igarapé dos índios, Jacareuba Grande e Punaenã. Localiza-se dentro do município de Canutama.

A primeira área caracteriza-se por uma prioridade de risco alta, de extinção dos grupos que ali habitam como consequência do avanço e o tipo de contato que os extrativistas historicamente estabelecem. A terra de ocupação tradicional desses grupos está sem identificação e ainda sem providência. Contudo, suspeita-se que possa ser um grupo juma sobrevivente do massacre de 1964⁵ (CIMI, 2007; Kroemer, 2008).

Além de se tratar de uma região sem providências, a frente que o CGII/FUNAI mantinha no Purus, foi desativada.

Também os isolados do rio Mucuim ficaram sem apoio da CGII/FUNAI. Os motivos alegados pela FUNAI para desativar a frente Purus, em 2006, baseou-se na não constatação de índios isolados. Essa explicação parece não satisfazer a pesquisadores que desenvolvem trabalhos na região durante um tempo importante. Segundo Kroemer (2008) a FUNAI se justificou dizendo que não existem índios isolados, mas, não provaram que não existem. Por outro lado, povos Mura e Apurinã que possuem territórios dentro da área de abrangência

⁵ O massacre do povo juma aconteceu no Igarapé São Miguel afluente do rio Itaparana e o Igarapé das Onças em 1964. Ela foi orquestrada por políticos e empresários da cidade de Tapauá. (Porantim, 1978; Cornwall, 2003)

aduzem haver achado indícios (restos de artefatos, flechas e arcos, vasilhas, pequenos tapy) e movimentos de pequenos grupos, que não se correspondem as características dos povos indígenas conhecidos na região.

“De acordo com o chefe de posto da FUNAI/Lábrea, aconteceu um encontro no mês de janeiro de 2006 dentro do rio Mucuí, afluente Imaha de índios com um grupo de castanheiros. Suspeita-se que possam ser desse grupo. Desde a década de 70 as equipes locais do CIMI em Lábrea tem informações sobre a existência de índios isolados nessa região, através de moradores ribeirinhos”(CIMI, 2006).

Uma situação similar acontece com a segunda área, região de Katauxi, e talvez etnia katauxi, Coordenada 09°64,20' (CIMI, 2006); situação o sem providência com apresentando risco altíssima em virtude da frente econômica do agronegócio através do desmatamento e da monocultura da soja, configurando risco de extinção desse povo. (CIMI, 2007; FUNAI, 2006)

Uma terceira região acha-se dentro dos municípios de Humaitá e Manicoré. Trata-se dos isolados do Alto rio Marmelos, na BR 230. Também é uma área sem providência e sem frente de contato estabelecido pela CGII (Coordenadora Geral de Índios Isolados). A situação de risco é altíssima, devido que a frente econômica do agronegócio como supracitado. Segundo o CIMI (2006): “nas assembléias os índios Tenharim sempre falam sobre a existência de índios isolados nessa região. Comentam que encontram vestígios quando coletam castanha. A ameaça, segundo eles, vem dos plantadores de soja que estão se apropriando das terras de campos naturais da região. Suspeitam que possam ser parentes. Essas informações constam dos relatórios das assembléias indígenas da APITEN (Associação dos Povos Indígenas Tenharim) (ib,2006:1)”

As viagens realizadas pela Regional CIMI NORTE I e CIMI RONDÔNIA em junho de 2006 indicam uma clara ameaça sobre os índios isolados, ao ponto da sua extinção. Como já foi dito, as causas gravitam no avance rápido do agronegócio. Isso acontece na área de abrangência da BR 319, no caso de índios isolados do igarapé Jacareúba, na estrada Mucuí - Canutama. Outro tipo de impacto acontece com a pressão da estrada BR 230 Lábrea – Humaitá, facilitando a ocupação das terras a partir do norte, e o projeto de assentamento do INCRA São Francisco, no ramal, no km 56 da BR 319, cortando as terras para o oeste.

Outros grupos isolados e ameaçados de extinção na área de influência indireta da BR 319, são os isolados do Igarapé Karipuninha. Esses habitam uma região entre Rondônia e

Amazonas. Estão ameaçados pela hidrelétrica do rio Madeira – Santo Antônio e Girau e pelo agronegócio, que se fortalece pela plantação de soja e grandes fazendas de gado. Também na região localiza-se o assentamento do INCRA Joana Darc. A área dos isolados, na coordenada 09°64,40' esta sem providência. (CIMI, 2006)

Outro grupo sobre o qual se têm referências são os isolados do Kurekete, no município de Lábrea. Estão ameaçados por fazendeiros e madeiros, e sofrem as conseqüências produzidas pelo desmatamento e a poluição das águas e o ar. Temos conhecimento que foi encaminhada documentação aos órgãos públicos pelos Kaxarari, solicitando providências. Também a equipe de CIMI de Lábrea junto com UPIMP encaminhou, em 1998, documento para a FUNAI/BRASÍLIA (CIMI, 2006).

Os fatos observados na região assinalam um acelerado desmatamento por grandes fazendas como a empresa Fazenda Califórnia e o Supermercado Araújo. O IBAMA já realizou operações na região numa tentativa de impedir as agressões contra o meio ambiente. Até agora, a FUNAI não tomou nenhuma providência (CIMI, 2006; Gunter, 2008).

Por último mencionamos a situação dos isolados do rio Candeias que estão ameaçados por grileiros de terras públicas na região, assim como por madeiros e garimpeiros dentro da Reserva Florestal Bom Futuro. Em 1999 um grupo de madeiros de Alto Paraíso foi atacado pelos índios isolados dentro da reserva Florestal Bom Futuro, segundo moradores da região. Existe a informação recente de um índio Karitiana comunicando a presença de garimpeiros na região.

Os dados aqui expostos e levantados em entrevistas e várias consultas realizadas aos órgãos federais e instituições não governamentais, chefes de posto e pesquisadores de longa trajetória no assunto, tem verossimilhança com os relatos recolhidos dos povos indígenas consultados durante o presente estudo. Neste sentido, na região do Madeira e do Marmelos, no município de Manicoré, obtivemos dados sobre a presença de isolados no Alto Marmelos, advertidos por comunidades do povo Mura e Torá. Assim mesmo, no município de Canutama, quando visitamos a comunidade de Itaparana do povo Mura, também foi confirmada indícios de isolados na região do Katawixi. Também os Apurinã do igarapé São João e Tauamirim, como os Paumari de Ponta de Evaristo referiram-se à circulação de índios isolados além do Ipixuna e Itaparana, no rio Mucuim.

Guilherme Grisales, coordenador do Fórum Permanente de Defesa da Amazônia Ocidental, manifestou como problema sério para os povos indígenas e os isolados a ausência do Estado para fiscalizar essas áreas:

“As sedes dos municípios são muito longe de onde vai passar a BR 319, ou seja, não tem fiscalização nenhuma, esse é um grande problema porque são muito longe, as cidades estão na margem ou do rio Purus ou do rio Madeira. Tapauá, Canutama são áreas totalmente abandonadas em relação às sedes, então não tem fiscalização nenhuma, e é área de muitos indígenas, inclusive sem contatos ainda. Em Tapauá e Lábrea há indícios de índios isolados. (Entrevista P.Ghillermo Grisales, Maio 26/06/07).”

A proposta que o Fórum Permanente de Defesa da Amazônia Ocidental vem sustentando, em diversos foros e reuniões, como uma forma de superar a ausência política do Estado e os municípios, nas áreas vulneráveis que atingem povos indígenas isolados, entre outros, refere a uma discussão ampla da sociedade civil na sede dos municípios. Com tal motivo Grisales acrescenta:

“Na ALAP nós colocamos a questão dos índios isolados com essa estrada vai-se ter acesso a eles, o impacto social e ambiental vai ser tão grande que acho que o debate deve ser feito com toda a sociedade, que se devem mostrar com clareza todas as vantagens e desvantagens e o povo deve decidir se quer a estrada ou não quer a estrada, ela será boa ou não? Essa discussão deve passar por todo mundo, nas escolas, na assembléia; enfim, em todos os lugares, nas comunidades que vai ter maior impacto (ibidem)”

A redução de danos ou mitigação dos efeitos indiretos do empreendimento rodoviário deve ser considerada, segundo nosso parecer técnico, como uma forma de propiciar programas de defesa da vida desses povos, e de vincular parcerias entre o Governo Federal através de seus órgãos e ministérios; universidades; povos indígenas e sociedade regional, opinião pública nacional e internacional, com a finalidade de atingir os objetivos assinalados.

A equipe propõe a realização de um diagnóstico antropológico participativo realizado por um grupo de trabalho com perfil em pesquisa antropológica e intervenção social, bem referenciado teoricamente para lidar com essa específica situação. Esse grupo, numa primeira etapa realizaria consultas a diversos atores que de uma forma direta ou indireta possuem conhecimentos e informações sobre grupos de índios isolados na área de abrangência da BR 319. Desta forma se teria condições de produzir um corpus consistente de informações e dados relevantes e desenhar as estratégias mais convenientes para atuar na área de referência.

Logo da realização do diagnóstico deverão ser estabelecidos os pontos especificamente ameaçados para construção de estratégias conjuntas, isto é com uma metodologia participativa que incluiria índios e não índios, acadêmicos, indigenistas e pesquisadores indígenas, para criar um modelo de intervenção assim como programas de atuação nas áreas de impacto direto e indireto do empreendimento rodoviário.

I.6. Impactos ambientais, recomendações e medidas compensatórias e mitigadoras dos povos indígenas envolvidos.

A metodologia utilizada durante o estudo das 12 Terras Indígenas localizadas na área de influência direta e indireta foi a pesquisa participante e participativa fundamentada na ecologia relacional, observação participante, técnica da mediação da escuta sensível e análise de intervenção social de abordagem antropológica desenvolvida por meio de reuniões comunitárias dentro do processo coletivo de consulta o que nos permitiu discutir conjuntamente, a partir de um diálogo intercultural entre consultores, coordenadores indígenas das organizações de base representantes da OPITAMPP (município de Manicoré), OPIMP (Município de Tapauá), OIMNB (município de Borba) e a OPIPAM (município de Humaitá) e agentes consultados (comunidades) sempre acompanhados por lideranças das aldeias (caciques) e pelo representante da COIAB, sobre a pavimentação da BR 319 seus impactos diretos, indiretos, socioculturais, ambientais a curto, médio e longo prazo e sobre as medidas para mitigar, solucionar ou impedir efeitos sobre suas Terras e seus povos. No ANEXO III são apresentadas as aldeias onde ocorreram as reuniões participativas.

1.6.1 Impactos e recomendações do povo Mura da Terra Indígena Lago Capanã

Durante a reunião transcorrida na aldeia Palmeira, Terra Indígena Capanã com participação de todas as comunidades do lago, se observou que o asfaltamento facilitaria o escoamento da produção destas comunidades. Contudo se problematizou sobre as dificuldades derivadas do transporte dos produtos. Também se diz que o escoamento pela rodovia não seria muito prático já que o rio é o meio usual da saída da produção para Manicoré.

As queimadas foram identificadas como um impacto problemático que o asfaltamento acrescentaria. Um dos participantes manifestou como preocupação impactos sobre a fauna e flora na região. “Em 1997 com as queimadas em Roraima apareceram aqui no lago muitos tucanos e outros bichos mortos. Seguramente estavam fugindo. Os bichos daqui também vão ir embora...” O cacique se mostrou desfavorável ao asfaltamento refletindo sobre aspectos agravantes que se multiplicariam “a estrada abre muitos galhos e os fazendeiros não vão perguntar sim se pode o não desmatar (...) a estrada é uma porta de entrada para várias estradas e problemas. É um corpo não vacinado, é um corpo débil”.

A malária foi colocada como um grave risco que atentaria contra a saúde dos moradores do Lago, vinculada ao uso indiscriminado do fogo, próprio das atividades madeireiras e da pressão territorial dos não índios.

Também se falou da redução dos territórios de caça, tendo em vista a recuperação e funcionamento da estrada, já que a caça será afugentada com a eventual derrubada da mata ou em função do próprio fluxo rodoviário, buscando o confinamento em outras áreas de floresta.

Sublinhou-se a questão das invasões e a falta de providencia dos órgãos federais para fiscalizar esta situação na região: “os fazendeiros vão invadir e o IBAMA não vai estar para fiscalizar (...) como o Governo faz para que o fazendeiro não entre sem autorização, nem há placas?”. Além dos fazendeiros, os ribeirinhos são outros atores que poderão apresentar conflitos de interesses com o povo Mura. Os Mura assinalam que muitos ribeirinhos “não residem nas reservas extrativistas embora retirem produtos tendo como único fim a venda destes”.

Cabe destacar que, em junho de 2007, foi realizado um acordo entre indígenas e ribeirinhos na Câmara Municipal de Manicoré em relação ao aproveitamento comum dos recursos naturais, mas continua sendo um problema sério a fiscalização.

Recomendações e medidas compensatórias e mitigadoras propostas

- Proteção e indenização às populações indígenas de eventuais danos incidentes sobre terras de sua propriedade;
- Demarcação de terras indígenas ainda em processo de reconhecimento e/ou contestação como caminho para superação de conflitos de terra assim como o preconceito que existe em relação às comunidades indígenas no Município;
- Políticas públicas para identificação de novas terras indígenas, considerando que áreas de caça e coleta, ficaram fora da demarcação da Terra Indígena Mura;
- Fomentar diversas instâncias de diálogo com IBAMA e outros órgãos do governo para as comunidades Mura poderem expressar seu estilo de vida em relação ao uso do espaço e o aproveitamento dos recursos naturais, superando problemas derivados do preconceito e/ou a sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação;
- Subsidiar atividades produtivas, facilitando o escoamento e comercialização de produtos como castanha, farinha de mandioca, borracha, peixes;
- Promover cursos para melhoramento da qualidade dos produtos, certificação e empreendedorismo;
- Abertura do ramal Boa Vista, com uns 3 km de extensão ligando a aldeia Bom Intento ao rio Madeira, Terra Indígena Lago Jauari como o local mais próximo para o escoamento dos produtos e mesmo de pacientes quando o lago seca;
- Realizar estudos de produtividade e venda para buscar mercados para os produtos não valorizados na região como pau rosa, tucumã, andiroba, copaíba;
- Propiciar inclusão social e cidadania melhorando:
 - a) O atendimento a saúde das comunidades mediante a criação de pólos de saúde assim como fornecendo um motorista para remoção dos pacientes em caso de urgência;
 - b) Melhoria da infra-estrutura das escolas, o fornecimento de material didático e pedagógico, e um piloto para transporte de alunos. A escola foi construída pela comunidade e hoje se encontra num estado precário. Outra demanda refere à continuidade dos cursos, já que os professores ministram aulas até 4ª série. Em três oportunidades a comunidade entrou com pedido ao Ministério Público Federal para assegurar a continuidade escolar dos alunos;
 - c) A documentação dos integrantes das comunidades que se vêm impossibilitados de realizar trâmites importantes assim como de perceber benefícios sociais;

d) Fornecimento de grupo gerador e aplicação do Programa “Luz para todos”.

I.6.2 Impactos e recomendações do povo Mura da Terra Indígena Arirambá/Lago Baetas

A comunidade mostrou-se contrária ao asfaltamento da BR 319, por acreditar que esse tipo de iniciativa tornaria as terras indígenas vulneráveis, propiciando a invasão de fazendeiros e acrescentando conflitos com posseiros.

“Não posso dizer que nossas terras vão ser impactadas, embora Terra Indígena sempre está pronta para ser invadida” (Seu Francisco, cacique). Seu Francisco manifestou que a cabeceira do Igarapé do Baetas ficou fora da demarcação, que é o local onde estão os castanhais. Essa área, próxima à BR 319, era um corredor de perambulação para coleta de castanha, segundo contaram os avós de Seu Francisco. “Essa terra foi tirada de meus avós, depois havia dois proprietários e eles falaram porque não trabalhar nas “suas terras” (...) demorávamos dois dias para chegar a essas terras (...) Mas a polícia nos reprimia no rio e no centro que era onde estava a caça e as pontas de castanha. Esta situação se manteve até que chegou a antropóloga Eliane” (seu Francisco, cacique Arirambá).

Outro fator negativo associado ao asfaltamento refere-se ao aumento de casos de malária. O agente de saúde lembrou que no presente ano todas as comunidades dos lagos no rio Madeira e também seus parentes Torá e Apurinã do rio Marmelos registraram muitos casos de malária que superaram as cifras de anos anteriores. “se fosse por fazendeiro o mato só seria clareia e a malária ficaria para nos” (Agente Indígena de Saúde, Arirambá). O surto de malária foi confirmado em Manicoré pela FUNAI e pela HANDS, organização que realiza atendimento na área da saúde nas populações tradicionais do Município.

Recomendações e medidas compensatórias e mitigadoras propostas:

- Ampliar as terras indígenas para proteger o entorno das comunidades, prevenindo de conflitos com fazendeiros e posseiros;
- Demarcar Terra Indígena nas margens da BR 319 para impedir o desmatamento e para conservar áreas de caça e ponta dos castanhais de uso tradicional das comunidades Mura do Lago Baetas;

- Melhorar as condições infra-estruturais da escola assim como possibilitar uma educação de qualidade fornecendo de materiais didáticos e tecnologia apropriada (vídeo, TV, DVD). Para isso as comunidades necessitam energia elétrica. Foi colocada a dificuldade de trabalhar numa única aula com uma sala multiseriada;
- Continuar com a capacitação dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS), já que estes receberam só um módulo de formação;
- Local apropriado (farmácia) para guardar medicamentos.

Em suma, a FUNASA, órgão responsável deve atuar de uma forma mais eficiente e diferenciada na prevenção à saúde indígena e na capacitação dos agentes de saúde que atuam nestas comunidades.

1.6.3 Impactos e recomendações do povo Mura da Terra Indígena Lago Jauari

Para a comunidade, a recuperação da BR 319 traria uma queda na produção que eles comercializam fluvialmente, enquanto o escoamento da produção seria aproveitado vantajosamente por grupos que utilizarão a rodovia como meio de transporte e comercialização.

Também foi levantado um conjunto de problemas que poderão derivar do empreendimento, tais como desmatamento, poluição dos rios, pressão territorial, chegada de invasores, conflitos de interesses e doenças como a malária.

A comunidade manifestou que não têm como impedir a recuperação da estrada pelo governo, pois estes têm força política e recursos para executar esse tipo de ação. Pelo contrário, acreditam que perdem nas relações de forças, contudo recomendam alguns cuidados e ações que o Estado deve considerar.

Propostas de medidas compensatórias e mitigadoras:

Como forma de impedir invasões propõe-se a demarcação de T.I. na margem esquerda da BR 319 pela FUNAI:

- A respeito das atividades produtivas os órgãos do governo federal deverão intermediar acordos com as comunidades indígenas para que os preços dos produtos sejam vendidos de forma justa e razoável;
- O Governo de Estado deve constituir parcerias mediante projetos que garantam atividades produtivas e o aproveitamento eficaz dos recursos naturais existentes na região. Algumas

- propostas referem a: construção de casa de farinha, secador solar de cacau, galpão de castanha;
- A FUNASA e a SEDUC devem melhorar a relação com as comunidades para que a saúde e a educação sejam de qualidade e reflitam o pautado pela constituição nacional em relação aos direitos diferenciados indígenas. No caso de saúde, o doutor e o dentista devem ter material apropriado quando realizam suas consultas médicas;
 - Proporcionar melhorias em serviços de saneamento e comunicação em iniciativas ligadas a construção de poços artesianos, fornecimento de luz elétrica e equipamento de radiofonia;
 - A FUNAI e outros órgãos deveriam trabalhar de forma coordenada e articulada para incluir socialmente as comunidades, facilitando documentos de identificação civil. As comunidades reclamam que a carteira indígena não serve para tirar documentos tais como o cadastro da pessoa física e o registro nacional de identidade.

1.6.4 Impactos e recomendações do povo Mura da Terra Indígena Itaparanã

Por se tratar de uma área indígena que ainda não foi demarcada, existem variados problemas para a comunidade em termos de controle territorial e segurança. Eles assinalaram para equipe EIA-RIMA preocupação e insegurança devido ao fluxo relevante de transeuntes que circulam pela rodovia, relativamente próxima à aldeia. Registraram invasões na aldeia, o furto de objetos pessoais e de castanha e o impacto do desmatamento que IBAMA não chega a controlar. Também relataram que são pressionados por posseiros para sair da área e são impedidos de realizar atividades de caça para sobrevivência do grupo. Em virtude da necessidade de acesso à água, a comunidade optou por se manter próxima à rodovia onde também está o igarapé.

Em relação à iniciativa de recuperação da rodovia, os moradores manifestaram que seriam poucas as vantagens para a comunidade, mas, que os prejuízos serão muito mais evidentes. Eles entendem que o “progresso” e o “branco” sempre desrespeitaram a vida dos povos tradicionais. Porém, concordaram que a rodovia pode melhorar a comunicação e o transporte. Destacaram que eles poderiam ser beneficiados no tempo da coleta da castanha, pois se reduziria o tempo e melhorariam as condições para os coletores se deslocarem da área residencial até a área de coleta, assim como melhoraria o transporte do produto.

Além da questão fundiária, foram levantados outros assuntos, tais como saúde, educação e economia.

A respeito da saúde eles manifestaram preocupação devido aos óbitos regulares de crianças e adultos por doenças crônicas como pneumonia, e por estarem desprotegidos de qualquer tipo de atendimento básico, específico e de medicamentos. Um problema sério é a falta de apoio da FUNASA para a remoção de pacientes em caso de urgência.

Outra carência significativa é a falta de energia, eles solicitaram esse serviço em várias oportunidades como um benefício de uso múltiplo, comunitário e familiar.

Recomendações e medidas compensatórias e mitigadoras propostas:

A partir desses problemas específicos, a comunidade expôs um conjunto de reivindicações e recomendações que possam ser atendidas pelo Governo Federal:

- Inclusão social e cidadania
 - a) Atendimento diferenciado a saúde e educação conforme o estabelece a Constituição Federal;
 - b) Posto de saúde indígena, com farmácia e equipe de saúde da FUNASA;
 - c) Transporte dos pacientes e dos familiares em caso de doença grave para o hospital; Articulação entre saúde biomédica e medicina tradicional indígena;
 - d) Saúde alimentar, de caráter preventivo;
 - e) Facilitar acesso a água de boa qualidade para a comunidade, pois o igarapé utilizado cruza a estrada que é um local de risco de contaminação;
 - f) Educação. Reivindicam uma escola indígena, com condições objetivas para desenvolver o ensino escolar, transporte escolar adequado, merenda escolar, material pedagógico e didático visando às particularidades de sua cultura. Professor indígena e plano de estudo que propicie o aprendizado de outras línguas indígenas, pois, como foi exposto pela comunidade a língua Mura já não se fala mais. Em suma, a educação deve se centrar na cultura de referência, em reconhecer e restituir o orgulho étnico do grupo, de seus saberes e seus conhecimentos tradicionais. A escola nesse sentido constitui um meio importante de transmissão cultural com participação de vários atores sociais comunitários, cada um com seu papel dentro da comunidade educativa, o professor indígena, as mulheres, as crianças, os pais e os velhos, todos são contemplados dentro do processo político-cultural;
 - g) Fornecimento de energia para uso comunitário múltiplo (saúde, educação, produção, residências, etc)

- Ordenamento territorial e gestão ambiental
 - a) Projetos para criação de peixe;
 - b) Projetos agrícolas;
 - c) Diversos projetos visando a saúde alimentar da população indígena
 - d) Demarcação pela FUNAI da área reivindicada pelos indígenas que assegure os direitos constitucionais desse povo tradicional, evitando dessa forma a invasão de pessoas. Entre eles o direito a fazer uso do espaço para atividades econômicas, em suma, de viver segundo sua própria cultura de origem;
 - e) Sinalização da estrada com placas ilustrativas que informem aos motoristas e transeuntes da proximidade da aldeia indígena. Desta forma diminuiriam os riscos causados por acidentes de trânsito, as invasões freqüentes, e outros problemas que coloquem em perigo a vida e integridade dos indígenas.

1.6.5 Impactos e recomendações do povo Mura da Terra Indígena Cunhã Sapucaia

Embora a Terra Indígena Cunhã Sapucaia seja uma terra demarcada e homologada existem uma série de problemas e conflitos. Os relatos dos Mura assinalam invasões da Terra Indígena realizada por barcos pesqueiros de Manaus e Itacoatiara, o que interfere na vida do grupo indígena, criando vários aspectos negativos. Outro tipo de invasão é aquela promovida pelas agências de turismo que incentivam o ingresso de turistas de pesca esportiva sem nenhum tipo de projeto comunitário. O ecoturismo, em realidade é um sofisma porque não leva em conta aspectos socioambientais e culturais das comunidades, e desrespeita os direitos territoriais do povo indígena Mura. Em suma, as invasões favorecem conflitos intraétnicos, diminuição dos recursos naturais, desequilíbrio ambiental. Ainda, esses fatos recorrentes acontecem dentro de uma situação histórica de fricção interétnica e pressão territorial na atual conjuntura, que reduz e confina o povo Mura no seu próprio território.

A respeito da pavimentação da rodovia 319, a comunidade manifestou que o empreendimento do Ministério dos Transportes pode ainda mais incentivar as invasões porque os pescadores que chegam a sua Terra Indígena descem malhadeiras, motores e infra-estrutura pesada pela ponte da BR 319 próxima ao Igapó Açú e o rio Tupana. E, como não recebem apoio do Estado para vigiar e fiscalizar, a melhoria da rodovia poderá acrescentar novas invasões com conseqüências desastrosas. Concomitante a esse fato, a estrada poderá causar uma pressão territorial e um confinamento maior das comunidades

Mura e Apurinã que moram na área de influencia direta e indireta da rodovia. Os recursos naturais sofrerão grandes impactos causados pela pesca furtiva e predatória, e do ecoturismo. A rodovia, neste sentido estaria agindo como um instrumento que pressiona desde o rio, criando a ilusão do escoamento, mas, os efeitos seriam de isolamento e empobrecimento das comunidades.

Recomendações e medidas compensatórias e mitigadoras propostas:

- Inclusão social e cidadania
 - a) Saúde diferenciada indígena;
 - b) Articulação entre biomedicina e medicina tradicional indígena;
 - c) Posto de saúde com material adequado na aldeia, casa para atendimento e guardar medicamentos;
 - d) Transporte e piloto para pacientes;
 - e) Capacitação de agente indígena de saúde e dos profissionais que trabalham com a saúde indígena;
 - f) Poço artesiano para abastecer com água nas comunidades;
 - g) Escola diferenciada indígena;
 - h) Capacitação do professor indígena com nível médio e superior;
 - i) Criar condições para transmissão do conhecimento (sala de aula, material pedagógico e didático específico e merenda escolar);
 - j) Oficinas sobre planejamento e gestão do ecoturismo;
 - k) Cursos de formação para lideranças indígenas.

- Ordenamento territorial e gestão ambiental
 - l) Fiscalização e vigilância do rio que desce pela Terra Indígena Cunhã Sapucaia.
 - m) Parceria com FUNAI e outros órgãos federais para impedir as invasões de pescadores e turistas;
 - n) Programas de vigilância para impedir a pesca predatória;
 - o) Parceria com IBAMA para impedir poluição do rio realizada por madeireiros, turistas e moradores;
 - p) Ampliação da Terra Indígena pela FUNAI até as margens da BR 319;
 - q) Demarcação de terra única e contínua envolvendo a terra Arary aproximando-se do rio Madeira;

- r) Pagamento das indenizações de 19 proprietários que não saíram da Terra Indígena;
- s) Cursos e oficinas de atividades produtivas: extrativismo e agricultura familiar.

1.6.6 Impactos e recomendações do povo Torá da Terra Indígena Tora

O transporte de passageiros pela rodovia BR 319, facilitado pelo asfaltamento, foi ponderado como aspecto positivo. Considerou-se como um meio mais rápido para viajar à cidade de Manaus em vistas das exigências das lideranças, agentes de saúde e professores indígenas que com frequência se deslocam à capital metropolitana para participar de reuniões, eventos e cursos. Também foi dito que o transporte rodoviário é menos perigoso que o fluvial.

Como aspectos negativos, assinalaram os problemas derivados da derrubada de árvores e as invasões as terras indígenas. O cacique expressou que novamente vão surgir problemas com fazendeiros. Embora a T.I. Torá e Apurinã estejam mais resguardadas, os impactos vão influenciar muitos parentes e a própria organização de povos indígenas no Município.

Como foi referido anteriormente, a própria T.I. Torá e Apurinã é freqüentemente invadida por barcos de turistas, madeireiros e garimpeiros que realizam atividades ilegais em território indígena.

Recomendações e medidas compensatórias e mitigadoras propostas:

- Ordenamento territorial e gestão ambiental
 - a) Ampliação da T.I. Torá e Apurinã pela FUNAI, pois das 5 aldeias do rio Marmelos, só uma está demarcada e homologada;
 - b) Demarcação contínua da Terra Indígena Torá como medida de fortalecimento e valorização cultural da organização social e de sua territorialidade étnica ao longo do rio Marmelos favorecendo desta forma o controle e a redução das invasões que hoje ocorrem ao longo do rio. Ainda no Rio Marmelos pode-se observar uma grande área desmatada onde muitos castanhais foram derrubados;
 - c) Fiscalização da área de passagem dos barcos de turistas. Realização de acordos de pesca e similares que beneficiem a renda das comunidades;

- d) Atuação da Polícia Federal para impedir as atividades ilegais (madeireiros e garimpeiros) dentro da T.I e nas áreas contínuas e apreensão dos equipamentos dos intrusos;
 - e) Retirar pesquisadores que realizam estudos científicos sem prévio consentimento das comunidades.
 - f) Diálogo simétrico do IBAMA e INCRA com as comunidades indígenas para evitar contraposição e conflitos entre ribeirinhos e indígenas. Os funcionários devem capacitar-se para exercer com respeito e tolerância transferências e intercâmbios de conhecimentos, funções de gestão e fiscalização junto aos povos tradicionais.
- Fomento as atividades produtivas
 - a) Que o governo constitua parcerias para atender por meio de projetos o melhoramento dos preços dos produtos no mercado regional, saindo do círculo dos regatões;
 - b) Que o governo contribuía para otimizar a produção de produtos da comunidade facilitando a aquisição de bens e serviços, e promovendo oficinas de capacitação. Por exemplo, para despolpar o açaí faz-se necessário energia elétrica e poço artesiano em função da qualidade da água.
 - a) Inclusão social e cidadania
 - a) Educação: Que a SEDUC acolha as demandas e prioridades das comunidades exercitando um diálogo respeitoso com a organização social e cultura Torá e Apurinã.
 - b) Saúde: Que o atendimento à saúde das populações indígenas deixe de ser emergencial e considere os direitos diferenciais indígenas em vistas da prevenção e a qualidade do atendimento. Deve superar-se, portanto, a situação atual que informa que no rio Marmelos ocorreram de janeiro à julho de 2007, 7 óbitos em conseqüência da falta de transporte para o traslado de pacientes. Ainda, necessita-se de piloto e recursos apropriados para dar conta deste serviço comunitário. Também devem finalizar as obras de construção do posto de saúde e contar de forma permanente com material apropriado para estudos de laboratório, levando em consideração as freqüentes epidemias de malária e outras doenças. Os médicos devem visitar

as comunidades, pois os auxiliares e agentes indígenas de saúde não sabem diagnosticar nem medicar casos que a este profissional lhe compete.

Impactos e recomendações do povo Munduruku da Terra Indígena Kamaywa

A comunidade acredita que com o asfalto vai aumentar a grilagem na região e os conflitos irão ter dimensões maiores.

Recomendações Medidas compensatórias e mitigadoras propostas

- a) Demarcação da Terra Indígena Munduruku pela FUNAI para evitar conflitos com os não-índios;
- b) Poder realizar com exclusividade caça e pesca, coleta de castanha e recursos madeireiros em seus territórios originais;
- c) Realizar um diagnóstico etnoambiental do potencial produtivo e extrativista;
- d) Projetos de manejo agroflorestais;
- e) Escola indígena diferenciada;
- f) Posto de saúde;
- g) Capacitação de agentes de saúde bem como de professores;
- h) Fechar o ramal durante a noite de 18 às 06 horas da manhã;
- i) Construir posto de fiscalização no entroncamento da BR 319 e ramal Democracia;
- j) Poço artesiano e motor de luz para comunidade.

1.6.7 Impactos e Recomendações do Povo Apurinã da Terra Indígena do Igarapé Tauamirim

De forma categórica todas as aldeias da Terra Indígena Apurinã do Igarapé Tauamirim se manifestaram contrárias à iniciativa de recuperação da rodovia BR 319 baseadas em:

- 1) invasões constantes na terra demarcada, desenvolvida por posseiros, invasores, caçadores, madeireiros e turistas. A estrada tornaria ainda mais vulnerável a chegada de pessoas e aumentaria o fluxo de invasores.
- 2) ausência dos órgãos federais como parceiros dos indígenas para fiscalizar e vigiar a terra demarcada e homologada. No município de Tapauá não tem posto da FUNAI e o chefe de posto que mora em Lábrea não acompanha as irregularidades constantes que acontecem na Terra Indígena dos Apurinã e outros povos indígenas da região.

3) a política anti-indígena desenvolvida no município pelas autoridades políticas que desrespeitam os direitos indígenas. A estrada aumentaria o fluxo de invasões e atropelos do poder público municipal mediante o traçado de ramais que passem pela área indígena. Contudo, eles detalharam um conjunto de recomendações para o Governo Federal caso a recuperação seja realizada, de forma de diminuir e reduzir os danos diretos e indiretos produzido por esse empreendimento rodoviário.

Recomendações e medidas compensatórias e mitigadoras propostas:

- Inclusão social e cidadania
 - a) Atendimento diferenciado indígena a saúde indígena;
 - b) Articulação entre o sistema de saúde pública e o sistema da medicina tradicional indígena;
 - c) Posto de saúde indígena na aldeia com infra-estrutura adequada para tratamento de pacientes *in loco* e acondicionamento de uma farmácia com medicamentos;
 - d) Transporte e motorista para traslado de pacientes. A remoção deve incluir também o acompanhante e as condições para hospedagem e alimentação na cidade;
 - e) Também traslado de pajés que estão fora da comunidade quando o diagnóstico “nativo” exija um tratamento baseado na medicina tradicional indígena, para isso deve existir uma articulação entre o sistema único de saúde e a medicina tradicional, que contemple a saúde diferenciada indígena, isto é capacitação da equipe medica da FUNASA e capacitação do agente indígena de saúde que deverá agir conjunto ao pajé e cacique da aldeia de referência;
 - f) Criação de convênio de saúde entre FUNASA e associação indígena local para melhorar a qualidade da saúde especializada indígena;
 - g) Construção de uma escola indígena;
 - h) Promover cursos de capacitação para professores indígenas com melhoria da remuneração;
 - i) Melhorar as condições e qualidade da merenda escolar indígena e produzir e enviar material pedagógico para cobrir as necessidades dos alunos;
 - j) Criar mecanismos de transparência política e controle para exigir junto ao Ministério Público Federal o repasse de orçamento para educação indígena que a prefeitura de Tapauá recebe anualmente do Governo Federal;

- k) Criação de uma secretaria de educação indígena em Tapauá para atender as demandas específicas das comunidades indígenas em diversas instâncias de formação, capacitação e articulação política;
- l) Adequar a alimentação da Casa do Índio de Tapauá as necessidades alimentares específicas dos pacientes.
 - Ordenamento territorial e gestão ambiental
- a) Criar um posto da FUNAI em Tapauá que ajude a respeitar os direitos indígenas em relação à sociedade regional e as autoridades municipais;
- b) Programa de vigilância e fiscalização junto com FUNAI. Colocação de cartazes para indicar os limites da Terra Indígena;
- c) Programa junto com a FUNASA para controlar os corpos de água sujos que ingressam na Terra Indígena pelos igarapés;
- d) Discutir junto com populações ribeirinhas que vivem em flutuantes e pescadoras que constroem barragens, a adequada utilização dos igarapés. Acordos de pesca que estabeleçam relações de cooperação socioambiental e de respeito das particularidades culturais e os direitos territoriais constitucionais;
- e) Propiciar audiências públicas e outras reuniões na sede do município para que as autoridades federais possam informar dos direitos do povo Apurinã e assim reverter o contexto anti-indigenista e o quadro de desinformação existente entre a população regional. Capacitar o município para fazer respeitar a autonomia territorial e cultural dos povos tradicionais presentes no município;
- f) Indenização dos posseiros que ainda estão na Terra Indígena homologada;
- g) Fortalecimento das organizações indígenas locais em formação e propiciar parcerias com órgãos públicos e instituições não governamentais.;
- h) A respeito do antigo ramal que atravessava a Terra Indígena São João, e que foi interditado pela justiça, mas que na atual conjuntura de recuperação da rodovia 319 pode ser reativado, os integrantes da Terra Indígena Tauamirim se opuseram à reativação do ramal e propuseram outro traçado do ramal que sairia na bacia do Itaparanã com o rio Ipixuna;
- i) Ampliação da Terra Indígena até as margens da BR 319 a leste e ao norte até o rio Jarí.

1.6.8 Impactos e recomendações do Povo Apurinã da Terra Indígena do Igarapé São João

Os Apurinã da Terra Indígena Igarapé São João também são contrários à recuperação da estrada porque temem conseqüências de impacto indireto como a reativação do ramal AM 366 que uniria a sede do município de Tapauá com a BR 319. Relataram problemas similares aos dos Apurinã de Tauamirim, ainda mais acentuados devido a sua proximidade com o perímetro urbano da sede do município. Os problemas estão vinculados a invasores, caçadores e posseiros que circulam e moram na terra homologada. Também apresentam os mesmos problemas de discriminação e racismo em relação à política pública do município. Faltam formação e capacitação das pessoas que trabalham com saúde indígena no município. Os professores indígenas não receberam mais módulos de capacitação. Na área da saúde a própria comunidade se mobiliza para levar pacientes graves porque a FUNASA não tem como remover pacientes da aldeia.

As reivindicações e recomendações ao Governo Federal se expressam nos mesmos termos que seus parentes da Terra Indígena Tauamirim.

1.6.9 Impactos e recomendações do Povo Apurinã da Terra Lago do Barrigudo

Durante a consulta técnica a maioria das famílias estava fora da área indígena. Contudo, as três famílias consultadas concordaram que a rodovia poderia estar beneficiando a comunidade em termos de transporte, educação e saúde. É importante lembrar que se trata de uma comunidade isolada, desprotegida de qualquer tipo de ação social do poder público. O cacique falou que em 20 anos de presença da comunidade é a segunda visita realizada por não indígenas que prestam serviço em instituições públicas. Na comunidade não tem escola e as crianças não tem possibilidade de estudar fora. A comunidade acha que a estrada beneficiaria nesses termos, e também ajudaria a diminuir o tempo de traslado de pacientes para cidades próximas. Alguns óbitos aconteceram devido ao tempo prolongado da remoção e a falta de recurso para o transporte das pessoas. Na aldeia não tem posto de saúde nem agente indígena de saúde.

Recomendações e medidas compensatórias e mitigadoras propostas:

- Inclusão social e cidadania
 - a) Escola indígena. Capacitação de professor indígena;
 - b) Local com sala de aula e infra-estrutura adequada para as crianças poder apreender;
 - c) Merenda escolar e material didático e pedagógico;
 - d) Posto de saúde. Agente indígena de saúde;
 - e) Articulação sistema saúde oficial e medicina tradicional indígena;
 - f) Prevenção de doenças recorrentes como malária, diarreia, pneumonia;
 - g) Equipe de radiofonia para se comunicar com outras aldeias e órgãos públicos e parceiros com uso múltiplo;
 - h) Grupo gerador e energia para uso múltiplo;

- Ordenamento territorial e gestão ambiental
 - a) Demarcação da terra reivindicada. Já foi iniciado o processo de identificação e delimitação;
 - b) Parceria dos órgãos públicos para controlar as invasões de peixeiros, turistas e madeireiros. Programa de fiscalização e vigilância territorial;
 - c) Projetos produtivos que auxiliem o processo de coleta ou/e produção, conservação e escoamento dos produtos com fins a comercialização.

1.6.10 Impactos e recomendações do povo Apurinã da Terra Indígena Tucumã

Um tipo de problemas levantado pelo grupo são as invasões de pessoas que pescam no lago e destroem o entorno ecológico. Também existem conflitos com os fazendeiros vizinhos que dificultam a saída dos índios para chegar até a beira da rodovia. Em suma as principais dificuldades originam-se na falta de previsão da FUNAI para demarcar essa área indígena e a ausência de qualquer órgão público como parceiro na proteção da comunidade afetada por invasões e pressão territorial e confinamento que os posseiros exercem.

A respeito da iniciativa do Ministério dos Transportes, eles não são contrários ao empreendimento rodoviário, embora assinalem que caso o Governo Federal demore o processo de demarcação, as invasões vão a aumentar na área indígena e os conflitos também devido ao fluxo de pessoas que vai querer entrar na área, em particular as frentes de expansão sulistas, como está sendo notório com seus parentes no município de Lábrea.

Recomendações e medidas compensatórias e mitigadoras propostas:

- Inclusão social e cidadania
 - a) Reativação da escola indígena que foi fechada;
 - b) Condições adequadas (infra-estrutura, merenda escola e materiais pedagógicos) para que o desempenho dos professores atinja os objetivos fundamentais;
 - c) Capacitação para o professor indígena;
 - d) Ensino da língua materna;
 - e) Diálogo fluente com as Secretarias de Educação municipal e estadual;
 - f) Articulação sistema de saúde oficial, distritos sanitários especiais indígenas e sistema médico tradicional;
 - g) Atendimento e capacitação da equipe de saúde da FUNASA
 - h) Capacitação de um agente de saúde indígena para a comunidade;
 - i) Ambulância para traslado de paciente;
 - j) Programas de prevenção de doenças e de vigilância alimentar em gestantes e pessoas com doenças crônicas.

- Ordenamento territorial e gestão ambiental
 - a) Demarcação da Terra Indígena antes que a re-pavimentação aconteça;
 - b) Como já foi dito, a proposta de demarcação dos Apurinã é continua, é consiste em unir a terra de ocupação tradicional com a TERRA INDÍGENA Itaparana do povo Mura. Ainda, unir os dois quilômetros que separam da BR 230, para frear as invasões e o conflito de interesses com os fazendeiros;
 - c) A comunidade acha como assunto prioritário a efetivação territorial da sua área como forma de solucionar conflitos fundiários e manter um controle socioambiental que evitaria atividades predatórias e furtivas na área reivindicada;
 - d) Auxílio no escoamento da produção da aldeia para a rodovia.

1.6.11. Impactos e recomendações do povo Paumari da Terra Indígena Mamori

Os moradores manifestaram problemas de invasão na área reivindicada, em particular, produzidas por peixeiros, madeireiros, caçadores e turistas.

A respeito recuperação da BR 319 manifestaram preocupação com a chegada de novos invasores, dentro de um contexto sem providências dos órgãos públicos e os múltiplos impactos socioambientais.

Recomendações e medidas compensatórias e mitigadoras propostas:

- Inclusão social e cidadania
 - a) Construção da escola indígena diferenciada com boas condições para ministrar aula e para conservar os materiais pedagógicos e didáticos;
 - b) Oferecimento de merenda escolar regular;
 - c) Contratação de cursos de formação para professores indígenas;
 - d) Cursos e oficinas de formação política para fortalecimento institucional;
 - e) Atendimento específico para indígena nos postos de saúde;
 - f) Construção de postos de saúde para atender pacientes *in loco*, com local adequado para atendimento de pacientes, farmácia para guardar medicamentos;
 - g) Oficinas de preparação para a equipe de saúde da FUNASA;

- h) Construção de poço artesiano em função das dificuldades que a comunidade tem para transportar água na época da seca, e também pelo grau de poluição dos corpos de água mais próximos.
- Ordenamento territorial e gestão ambiental
 - a) Formação de um grupo para identificação e delimitação da Terra Indígena reivindicada;
 - b) Fiscalização e vigilância da entrada a bacia do Itaparana (Itaparana e Ipixuna) para frear a pesca predatória e as praticas turísticas irresponsáveis.

1.6.12. Impactos e recomendações do povo Parintintim da Terra Indígena Nove de Janeiro

Os principais impactos atribuídos a pavimentação da BR 319, pelo povo Parintintim das aldeias de Pupunha e Traíra foram:

- positivamente, acreditam que melhoria no escoamento no preço dos produtos comercializados e comprados trará mais desenvolvimento com facilidade e acesso a capital do estado;

- negativamente, com o maior fluxo de pessoas de todas as partes poderá aumentar a violência, invasões de madeireiros, garimpeiros, mudança de hábitos e costumes dos mais jovens, invasão de posseiros nordestinos como acontece no Km 180 da BR 230 e aumento dos tipos de doenças como aconteceu durante a construção da BR 230 e abertura indiscriminada de ramais em direção a terra e aldeias. A maior preocupação é com a segurança em relação aos invasores. Quem vai impedir a entrada de madeireiros, caçadores, peixeiros, garimpeiros etc?

Recomendações e medidas compensatórias e mitigadoras propostas:

- Inclusão social e cidadania
 - a) Construção e reforma com adequação arquitetônica das escolas indígenas nas aldeias com ensino diferenciado;
 - b) Capacitação e formação em nível médio e superior de magistério e outros cursos profissionalizantes e de outras áreas como engenharia florestal, agronomia, etc;
 - c) Elaboração de material didático específico para escola indígena;

- d) Equipar as escolas com tecnologias apropriadas ao ensino diferenciado (motor de luz, computadores, etc);
 - e) Construir e equipar o posto de saúde com medicamentos não-indígenas e indígenas
 - f) Promover cursos de educação continuada para professores e agentes de saúde;
 - g) Promover cursos para profissionais não-indígenas que trabalham com o sistema de saúde indígena;
 - h) Promover oficinas de interação entre a medicina tradicional indígena e não-indígena;
- Ordenamento territorial e gestão ambiental
 - a) Implementar as propostas de projetos e manejo estabelecidos no Diagnóstico Etnoambiental realizado pelos Parintintim em parceria com a ONG Kanindé;
 - b) Ampliar a demarcação da terra até próximo a FLONA;
 - c) Promover cursos de capacitação para o desenvolvimento de projetos econômicos alternativos voltados as atividades produtivas ligadas ao extrativismo vegetal não-madeireiro;
 - d) Promover cursos de gerenciamentos de projetos e formação de lideranças;
 - e) Construir postos de vigilância e fiscalização entre a estrada e pontos estratégicos a serem definidos;
 - f) Cursos de capacitação para garantir a segurança das terras indígenas.

I.7. Turismo e ecoturismo em Terras Indígenas: desafios e perspectivas

Yazigi (1996) define turismo “como um fenômeno social pelo qual as pessoas ou grupos se deslocam com várias finalidades, necessitando de um meio geográfico motivador, equipamentos técnicos e culturais”. De acordo com De la Torre (1992, p. 19) “turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento temporário de indivíduos ou grupos de pessoas fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural”.

Didaticamente, distinguimos três segmentos de turismo a partir dos conceitos de *patrimônio natural e cultural* e de *paisagem natural e cultural* cujo sentido, após uma análise associativa, se aproximam um do outro, orientam as definições de turismo de natureza,

cultural e ecoturismo. O fator utilizado além das categorias é o tipo de atrativo motivador e de interesse que leva uma pessoa ou um grupo de pessoas a viajarem.

Entendemos como Turismo de ou na Natureza, o tipo de turismo que utiliza o patrimônio natural como rios, fauna, flora, montanhas, vales etc, como atrativo principal e nem sempre de forma sustentável. O principal interesse ou atrativo do turista é a paisagem natural ou o patrimônio natural. Pode ser ecológico, quando utiliza o patrimônio natural e/ou a paisagem natural de forma racional, para ser admirado com vistas à educação ambiental, sem priorizar o envolvimento da comunidade local.

Até o momento, o turismo de ou na natureza vem sendo freqüentemente, de forma equivocada, denominado como ecoturismo. Geralmente, o ecoturismo é confundido com turismo ecológico ou qualquer atividade turística que utiliza o patrimônio natural como atrativo, como, por exemplo, atividades desenvolvidas por hotéis de selva ou na selva.

Até o início dos anos 1990, o ecoturismo no Brasil era concebido como turismo ecológico e a partir de 1994 passou a denominar-se ecoturismo sendo “um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (Ministério do Turismo, 2005).

Assim, o ecoturismo não pode ser denominado como turismo de natureza e nem cultural porque, na verdade, é a convergência dos dois e com caráter comunitário pautado no planejamento participativo. Apresenta-se como uma terceira vertente (segmento) do turismo. Diante disso, definimos *ecoturismo* como o turismo planejado que promove a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural, proporcionando melhoria das condições de vida da população envolvida sem causar impactos indesejáveis à mesma (FARIA, 2000).

Entendemos como envolvimento das comunidades a participação efetiva em todo o processo de planejamento, gestão e execução do ecoturismo por meio da capacitação e formação, permitindo assim a melhoria em suas condições de vida e exercício de sua autonomia sobre sua realidade natural e cultural.

A temática *turismo indígena*, principalmente em terras indígenas (ecoturismo), vem sendo discutida entre lingüistas, antropólogos, geógrafos, indigenistas e indígenas. O cerne da questão reside na presença de turistas, das mais diversas culturas, dentro da Terra Indígena, o que pode provocar não apenas descaracterização cultural como também perturbar o ambiente natural, o cotidiano das comunidades e promover uma mercantilização da própria cultura.

Por um lado, em função desses motivos, ainda há muita resistência para a implantação da atividade turística em Terra Indígena, onde a relação custo/benefício não é favorável aos povos indígenas, uma vez que os custos ao ambiente e à cultura serão maiores que os benefícios econômicos advindos de tal atividade. Por outro lado, mesmo cientes dos riscos dessa atividade, há grupos que acreditam que se o ecoturismo for bem planejado com participação da comunidade no processo de gestão, com preparação e esclarecimento das comunidades no que se refere à conscientização sobre o turismo e os riscos que poderão advir, poderá ser uma alternativa econômica para esses povos.

Muitos profissionais indigenistas do meio acadêmico e de ONG's são contrários ao ecoturismo indígena por acreditarem que esta atividade pode causar muito mais prejuízos à cultura e à natureza do que benefícios. Afirmam que a cultura pode ser descaracterizada pelo contato com as diversas culturas da sociedade envolvente, pois, na sua maioria, é o turista estrangeiro que pratica esta modalidade turística. Além disso, há os problemas do contágio por doenças, biopirataria, violação do patrimônio cultural, etc.

Estes temores têm sentido, entretanto, a atitude tomada por estes profissionais, os quais ignoram que atividades turísticas estão acontecendo em terras indígenas de forma clandestina, sem nenhum tipo de planejamento e organização ao retardarem a discussão, possibilitam ainda mais o surgimento de impactos indesejáveis à cultura e ao ambiente muito mais graves, talvez irreversíveis.

Oficialmente, no Brasil, não existe regulamentação, políticas ou diretrizes que possam nortear a prática do Ecoturismo Indígena. Por um lado, a Lei 6.001/73 conhecida como Estatuto do Índio proíbe a entrada de qualquer pessoa em Terra Indígena sem expressa autorização dos interessados e da FUNAI, levando uma interpretação de que a atividade turística praticada em terras indígenas deve ser considerada ilegal e clandestina. No Estatuto, não aparece em nenhum momento, o termo turismo. Por outro lado, a constituição Federal Brasileira de 1988, através de seu artigo 231 confere a posse e o usufruto exclusivo de suas terras com atividades para garantir sua sobrevivência física e cultural. Assim, de certa maneira, o turismo e/ou o ecoturismo pode ser considerado como uma destas atividades, desde que seja planejado e gerenciado pelos povos indígenas. Porém, o artigo 231 também é usado como justificativa por muitos para contrapor a ilegalidade e explorar esta atividade em terras indígenas.

O "Manual de Ecoturismo Indígena", elaborado pelo MMA em 1997, como resultado das discussões do Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas, fornece alguns subsídios e orientações sobre a atividade de forma geral, sem levar em consideração a identidade territorial e cultural de cada povo e lugar.

O Grupo Técnico de Coordenação de Ecoturismo para a Amazônia Legal – GTC, em 1997, organizou um Workshop em Bela Vista de Goiás para discutir sobre a elaboração e execução da Política do Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas, contando com a participação de representantes da FUNAI de diversos municípios e estados brasileiros, da Ecobrasil, do Ministério do Meio Ambiente e do Centro de Trabalho Indigenista. Em junho de 1997, na cidade de Silva Jardim, no Rio de Janeiro, foi elaborada a metodologia e o Manual Indígena de Ecoturismo com princípios, critérios e diretrizes a fim de informar e preparar as comunidades indígenas para operações ecoturísticas, as quais vêm ocorrendo informalmente e sem controle dentro das terras indígenas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1997).

O Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas foi discutido por um grupo restrito, como uma fórmula para ser seguida pelas comunidades indígenas que sequer, sabem na sua maioria, o que é ecoturismo e os impactos advindos desta atividade e não resultou na construção de uma política pública para o ecoturismo indígena. Entretanto, apesar da crítica quanto à forma, por não ser uma discussão aprofundada e legitimada pelas organizações indígenas, representou o início desta discussão no Brasil no final dos anos 1990.

Mesmo contando com a participação de alguns indígenas, utilizando-se da metodologia ZOPP, não consideramos que tenha sido realmente participativo. Planejamento participativo não pode se resumir a uma reunião de alguns representantes indígenas e outros atores sociais envolvidos, escolhidos não se sabe como ou de que forma para decidirem sobre um assunto tão polêmico e delicado, como se representasse e legitimasse a vontade ou o conhecimento de quase os 241 povos indígenas (CIMI, 2007) existentes no Brasil.

Planejamento participativo é uma metodologia de construção conjunta e contínua que reúne vários atores sociais envolvidos diretamente nos projetos que se quer desenvolver. Significa construir junto, permitindo a formação e capacitação dos atores considerados como sujeitos protagonistas do processo histórico.

O tema turismo é novo para os povos indígenas e um fenômeno típico da sociedade contemporânea. Por isto, por vezes, ainda é necessário o apoio dos colaboradores no início do processo de discussão.

A ausência de política pública de ecoturismo e/ou turismo indígena é justificada pela falta de discussão do tema entre os atores envolvidos, indígenas e indigenistas, e pela polêmica que o assunto suscita no meio acadêmico e institucional.

Esta discussão também é prejudicada pela confusão de jurisdição da questão indígena e ecoturismo. No Brasil quem trata das questões indígenas é a FUNAI e do ecoturismo é o Ministério do Meio Ambiente através da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, e recentemente, transferido para o Ministério do Turismo. Por um lado, por ser ecoturismo indígena, deveria ser tratado pela FUNAI, que não dispõe de recursos humanos qualificados nesta área e, por outro, o Ministério do Meio Ambiente e do Turismo, por meio do PROECOTUR, também não tem recursos humanos qualificados que discutam o ecoturismo indígena e, oficialmente, esta temática está fora de seus domínios.

Há a necessidade de estabelecer um acordo, um protocolo de cooperação técnica entre as duas instituições para que se reinicie uma nova discussão sobre o tema de forma participativa e legítima, envolvendo os verdadeiros protagonistas deste processo, as organizações indígenas.

O ecoturismo é considerado uma alternativa de renda para as comunidades tradicionais do Amazonas. Além das belezas naturais, a cultura deve ser também, entendida como um atrativo ecoturístico. A necessidade de cuidados e o respeito em relação aos hábitos e costumes específicos das comunidades tradicionais devem ser ressaltados no planejamento dessa modalidade turística.

O turismo indígena, como o nome sugere, é o turismo desenvolvido nos limites das terras indígenas ou fora deles com base na identidade cultural e no controle da gestão pelo povo/comunidade indígena envolvida. Dessa forma, não concordamos com Swain (1989) que define turismo indígena como “tipo de turismo que teria suas bases na terra e na identidade cultural do grupo, controlado por ele”, especificamente no que se refere a parte “*teria suas bases na terra*” pelo fato de que muitos povos indígenas não querem essa atividade dentro de suas terras, mas querem divulgar suas culturas como valorização da identidade e algum ganho econômico, sem mercantilizá-la, fora dos limites da Terra Indígena.

O fato de povos e comunidades indígenas desenvolverem atividades turísticas fora dos limites de suas terras não desqualifica o tipo de turismo e nem os valores culturais ou sua identidade, pois a cultura e a identidade permanecem com eles. Pode ser realizado nos núcleos populacionais, meio urbano ou rural, de modo que não afete negativamente a cultura dos povos e comunidades envolvidas por meio de várias estratégias que deverão ser pensadas e planejadas junto com a comunidade, técnicos, entidades indígenas, indigenistas e ambientalistas.

Denominamos *ecoturismo indígena* o ecoturismo promovido dentro dos limites das terras indígenas através do planejamento/gestão participativa e comunitária, respeitando os

valores sociais, culturais e ambientais dos diferentes povos envolvidos em que a comunidade é a principal beneficiada. Diante disso, o ecoturismo é a modalidade turística mais adequada a ser desenvolvida nas terras indígenas, tendo em vista o planejamento e gestão participativa e comunitária dos povos/comunidade indígena envolvida, pois respeita e valoriza a organização sociopolítica e cultural milenar dos povos, ao mesmo tempo em que promove a interação entre natureza e comunidade em bases sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural indígena, proporcionando melhoria na qualidade de vida minimizando os impactos indesejáveis à sua territorialidade, pois passam a controlar os instrumentos de transformação da sociedade vigente.

Não descartamos que o turismo indígena ou ainda na modalidade do ecoturismo indígena tenha seu lado comercial. A diferença está na essência, na finalidade e contexto em que é planejado e desenvolvido. Isto nos leva a refletir como uma atividade da sociedade ocidental, com esta dimensão comercial e capitalista, poderá ser inserida e apropriada pelos povos indígenas sem que percam o respeito como seres étnicos, enquanto povo afirmando seus valores culturais na era do capitalismo pós-moderno, com a sociedade em rede e de economia flexível que afeta todos os aspectos da vida cotidiana.

Entretanto, consideramos que os impactos do turismo sobre o território e comunidades poderão ocorrer de duas formas. 1 – Indesejável - promovida por planejamento turístico que ignora a identidade étnica e territorial bem como as territorialidades, resultando na despersonalização do lugar, descaracterização da cultura sob a influência dos fatores da globalização nos territórios turísticos e no turismo sem território; 2 - desejável, quando considera a cultura, a identidade do lugar e do território para fins de intercâmbio de conhecimentos.

A segunda forma acima pode representar uma nova face do turismo que dependerá da inclusão da gestão do conhecimento e do território no seu planejamento.

Acreditamos que o fortalecimento da tradição e da cultura, a conscientização e valorização de um povo, nação e comunidade sobre a sua identidade étnica e cultural e um planejamento adequado à realidade cultural e territorial do lugar podem impedir ou minimizar os impactos indesejáveis promovidos pelo turismo, tanto pela influência de outras culturas quanto pela economia de mercado.

Diante disso, o ecoturismo pode surgir como alternativa sustentável viável, com possibilidade de gerar benefícios diretos e indiretos para as comunidades envolvidas e também como um instrumento de valorização cultural por meio de um processo sócio-educativo.

A partir das propostas e experiências vivenciadas concluiu-se que algumas questões devem ser observadas para que ecoturismo indígena tenha um bom funcionamento como:

- A comunidade/povo precisa estar preparada para receber visitante;
- A comunidade/povo precisa se envolver direta e indiretamente no planejamento/gerenciamento e execução do ecoturismo em suas terras;
- A comunidade tem de valorizar e respeitar a sua própria cultura;
- A identidade cultural do indígena deve ser mais importante do que os interesses do ecoturismo;
- É preciso levar em conta o grau de contato da comunidade indígena;
- Os projetos devem ser desenvolvidos em bases comunitárias e sustentáveis com tecnologias socioambientais de baixo impacto;
- É preciso respeitar e valorizar a identidade cultural da comunidade envolvida;
- Os ecoturistas precisam respeitar o que for combinado no programa ecoturístico;
- A renda das atividades deve ser revertida para o bem da comunidade;
- A comunidade não deve viver somente da prática do ecoturismo mas como atividade de apoio a outras tradicionais da comunidade;
- É preciso conservar a natureza com uso sustentável dos recursos naturais;
- O programa turístico planejado deve estar de acordo com os valores culturais da comunidade e princípios definidos por ela;
- O ecoturista deve ter permissão das organizações indígenas de base, da FUNAI e do IBAMA (quando houver sobreposição com unidades de conservação), para visitar a Terra Indígena;
- Deve haver monitoramento dos impactos socioculturais e ambientais (cujo órgão fiscalizador deverá ser definido);
- Cada comunidade/povo deve definir diretrizes específicas para o desenvolvimento do ecoturismo em suas terras;
- As políticas e diretrizes do ecoturismo indígena devem ser discutidas pelas Organizações indígenas/FUNAI/MMA e comunidades de forma participativa para serem oficializadas e regulamentadas pelos órgãos competentes;
- A comunidade e os ecoturistas devem ficar satisfeitos com a qualidade do produto ecoturístico;
- As comunidades devem elaborar um manual para o ecoturista de acordo com as diretrizes;

- As Organizações Indígenas devem registrar junto ao IPHAN os artesanatos, ritos, mitos, culinária, patrimônio, utilizados como atrativos pelos diversos povos que desenvolvem o ecoturismo em suas terras.

Considerações sobre o turismo nas terras indígenas da área de influência da BR 319

O turismo praticado atualmente em terras indígenas Cunhã Sapucaia, Nove de Janeiro e outras não pode ser classificado como turismo, ecológico e principalmente como ecoturismo. É um turismo de natureza denominado como “turismo de pesca esportiva” pelo *trade* turístico. Utilizam do discurso da pesca sustentável porque devolvem o peixe ao rio. Entretanto, foi confirmado pelos indígenas que, ao ser devolvido ao rio, o peixe não tem muito tempo de vida, pois torna-se uma presa fácil para seus predadores ou acaba morrendo devido as feridas causadas pelo anzol.

De acordo com os depoimentos dos indígenas, estes não receberam nenhum tipo de capacitação para recepção e nem mesmo entendem o que é turismo e quais são os impactos que ele pode causar. Nas Terras Indígenas Cunhã Sapucaia, Torá e Tenharim do rio Marmelos há a permissão por parte de alguns indígenas de turistas/pescadores em suas terras em troca de dinheiro. Não existe nenhum tipo de planejamento ou discussão coletiva do que fazer com este recurso.

Na Terra Indígena Cunhã Sapucaia, um dos maiores problemas promovido por este tipo de turismo, é o conflito entre comunidades e lideranças Mura. Uma parte das aldeias apóiam o turismo e outra é contrária a atividade. O povo está dividido e a responsável por parte deste conflito é a empresa denominada de Liga de Ecopousada da Amazônia que funciona com escritório no distrito industrial em Manaus. Outro fator preponderante também é a falta de conhecimento pelos indígenas sobre o que é a atividade turística e por não estarem preparados para lidar com tal situação.

A Liga de Ecopousada tem toda infra-estrutura de acesso e turística como helicópteros, botes, lanchas, e um flutuante com cabanas para hospedagem de turistas que na sua maioria são estrangeiros. O atrativo principal é a pesca no rio Igapó- Açu.

Conforme relatos dos indígenas, a empresa paga uma taxa anual para entrar na Terra Indígena e usar o rio para pesca que é de R\$10.000,00 para cada aldeia, no total de cinco. Este é outro problema. O líder da comunidade reparte o valor por família da aldeia o que acaba sendo uma quantia irrisória e não conseguem melhorar em nada suas vidas. Além de causar uma disputa interna porque algumas aldeias e famílias recebem e outras não.

A divisão consiste no fato que uma parte está mais ciente dos danos deste tipo de “turismo” e afirmam que deve existir formação e capacitação e planejamento participativo onde eles serão os gestores da atividade dentro do princípio da sustentabilidade. A outra parte que concorda com esta forma de “turismo” apenas quer receber e distribuir o recurso sem muito planejamento e organização.

Entretanto, o problema maior é o fato deste povo, apesar do intenso contato com a sociedade nacional ainda não conseguiu dominar os meios de transformação da sociedade de mercado e do consumo.

Qualquer tipo de gestão e planejamento do turismo em Terra Indígena ou com outras comunidades tradicionais deve partir da participação, discutindo com as comunidades, esclarecendo sobre as dúvidas, receios, formas de organização, valorizando o conhecimento pré-existente, tradicional ou não, a identidade cultural e territorial do lugar, as territorialidades, permitindo que os atores sociais envolvidos possam decidir e serem donos do próprio destino.

Neste contexto, eliminam-se as formas de participação forçadas e articuladas pelo Estado e outras instituições que se aproveitam das metodologias participativas para controlar a vontade e o projeto de futuro das comunidades, dos povos tradicionais ou não, minoritários ou não.

A metodologia proposta permite, por meio da participação efetiva, que os envolvidos demonstrem seus conhecimentos sobre o território e a cultura, fortalecendo tanto sua identidade, enquanto povos indígenas, quanto sua auto-estima e dignidade, possibilitando-lhes reafirmarem-se como protagonistas de suas histórias ao assumirem o controle das forças de transformação da sociedade, promovida pelo contato com a economia de mercado, predominante na sociedade contemporânea. Tal participação pode minimizar ou excluir os riscos dos impactos indesejáveis que o ecoturismo pode ocasionar, propiciando-lhes incorporar valores, funções, significados do sistema mundial de acordo com seus interesses e visão de mundo.

Segundo Sahlins (1997, p.17):

“Tudo que se pode hoje concluir a respeito disso é que não conhecemos a priori, e evidentemente não devemos subestimar o poder que os povos indígenas têm de integrar culturalmente as forças irresistíveis do Sistema Mundial. Portanto, não basta assumir atitudes de denúncia em relação à hegemonia, mas sim, de colaborador por meio do pesquisa participante da pesquisa-ação apoiando os projetos e as comunidades.”

I.8. Conclusões

De acordo com estudos realizados a recuperação da BR 319 promoverá impactos diretos, indiretos, socioculturais, ambientais a curto, médio e longo prazo dentro os quais destacamos: a) Invasão de madeireiros, garimpeiros, latifundiários, posseiros promovendo a proliferação e contaminação de doenças (malária etc), o desmatamento, queimadas na floresta e ao longo da estrada, o assoreamento e contaminação do rio pelo mercúrio causado pelos garimpeiros, ingresso de bebidas alcoólicas, outras substâncias tóxicas e invasão de pessoas estranhas (marginais), a cooptação e aliciamento de indígenas - conflitos internos, desintegração social e grilagem da terra ao longo da estrada e b) Promoção do Êxodo indígena para as proximidades da estrada em função dos atrativos oferecidos por ela através do enfraquecimento e vulnerabilidade da ordem sociocultural, ocorrência de acidentes na estrada, aumento da incidência de alcoolismo, prostituição, mendicância, despovoamento da T.I.

Neste sentido, os principais problemas apontados pelos povos indígenas sob a influência da BR 319 de forma geral foram:

- a) Invasão de Terras Indígenas por madeireiros, garimpeiro, fazendeiros, posseiros, peixeiros

Com a pavimentação da BR 319, poderá ocorrer a invasão das Terras Indígenas devido a facilidade de acesso e circulação de pessoas ou de posseiros em busca de melhores condições de vida, madeireiros uma vez que estamos nos referindo a uma das reservas de madeira de lei ainda intacta na direção do Rio Purus entre os municípios de Canutama, Tapauá; latifundiários (fazendeiros) em busca de terras ainda não valorizadas para futura especulação imobiliária devido a beleza cênica com oportunidade de desenvolverem o turismo e por fim de garimpeiros ao longo do rio Madeira. Além disso, a vinda de pessoas para dentro ou entorno das terras indígenas, pode promover:

- A proliferação e contaminação de doenças (malária. dengue etc);
- Desmatamento, queimadas na floresta e ao longo da estrada ou seu entorno;
- Assoreamento e contaminação do rio pelo mercúrio causado pelos garimpeiros;
- Ingresso de bebidas alcoólicas, outras substâncias tóxicas e invasão (entrada) de pessoas estranhas (marginais) nas comunidades indígenas;
- Cooptação e aliciamento de indígenas - conflitos internos, desintegração social;
- Grilagem da terra ao longo da estrada;

- Incitação de invasão por parte dos órgãos públicos municipais nas terras indígenas (discursos oficiais anti-indígenas, facilitando a entrada de caçadores, retirada de placas de identificação de T.I. ou mesmo promovendo loteamento em T.I. como vem acontecendo em Tapauá).

As terras indígenas mais afetadas pela invasão são Cunhã Sapucaia, Lago Capanã, São João, Taumirim e Kamaywa.

- b) Promoção do Êxodo indígena para as proximidades da estrada em função dos atrativos oferecidos por ela.

Este pode ser um dos maiores problemas a ser enfrentado pelos indígenas. O poder de atração que a estrada oferece é muito grande diante das facilidades de escoamento, transporte, oportunidade para venda e compra de produtos e da ausência de políticas públicas como educação, saúde que pode acarretar no deslocamento de aldeias para perto da estrada ou mesmo na migração de indígenas para outros núcleos populacionais ao longo da estrada despovoando as comunidades ao mesmo tempo permitindo:

- O enfraquecimento e vulnerabilidade da ordem social, por meio do maior contato com a sociedade nacional;
- Incidência de acidentes na estrada devido a proximidade das casas ou venda de produtos as margens;
- A ocorrência de problemas sociais como alcoolismo, prostituição, mendicância devido a ausência de emprego no entorno da estrada para estes povos;
- E o despovoamento da T.I.

- c) Conflitos e sobreposição de unidades de conservação e Terras e territórios indígenas demarcados e em estudo.

Existem conflitos atualmente entre indígenas e não indígenas habitantes de Unidades de Conservação que se limitam com as terras indígenas. A demarcação de Unidades de Conservação, como proposto pela ALAP, sem levar em consideração um estudo socioeconômico e social, observando se estas áreas são ou não territórios indígenas reivindicados, denominados como em identificação pela FUNAI, pode promover conflitos futuros pois acarretarão em sobreposição sendo alvo de disputa de índios e não índios sendo que, os envolvidos são os que mais têm a perder, pois estes tipos de conflitos dificultam os financiamentos para projetos. A Terra Indígena conserva mais do que as outras formas de proteção. Querem a demarcação da Terra Indígena contínua. Existem conflitos de

sobreposição entre as seguintes terras Indígenas com Unidades de Conservação propostas e já demarcadas:

A questão mais crítica em relação a sobreposição é entre o território dos Índios Isolados com a FLONA de Tapauá que merece toda atenção pelos órgãos competentes FUNAI e IBAMA.

Tabela 11– Terras Indígenas em sobreposição com Unidades de Conservação

Nº	Terra Indígena/ povo/Município	Unidade de Conservação
1	Ampliação da Cunha-Sapucaia Mura Borba	RDS do Rio Madeira (criado), com o PAREST de Matupiri (proposto) e com a RDS Igapó Açu (proposta pela CEUC)
2	Ampliação da Tauamirim Apurinã Tapauá	PARNA Nascentes do Lago Jarí (criado)
3	Mamori Apurinã Tapauá	Flona de Tapauá (proposta IBAMA) e PARNA Nascente do Jarí (criado)
4	Tucumã Apurinã Humaitá	Flona Balata-Tufari (criada)
5	Itaparanã Mura Humaitá	Flona Balata-Tufari (criada)
6	Lago do Capanã Mura Manicoré	RESEX do Lago Capanã Grande (criada)
7	Kamaywa Munduruku Manicoré	RDS do Rio Amapá (criada CEUC/AM) e com o PAREST de Matupiri (proposto pelo CEUC/AM);
8	Índios Isolados	Flona de Tapauá (proposta IBAMA)

d) Circulação de transeuntes e acesso a bens e tecnologias ocidentais inadequadas e forçadas

Com a pavimentação da BR, o acesso de pessoas estranhas e comerciantes de caráter duvidoso será facilitado, estes podendo ser instrumentos de entrada de todo tipo de mercadorias, bens, serviços e principalmente tecnologias inadequadas à especificidade cultural dos povos envolvidos por meio do aliciamento e também a força. Mesmo com o contato com a nossa sociedade, a maioria dos indígenas ainda não está preparada para absorver e dar novos significados aos instrumentos de transformação do sistema mundial.

Terras indígenas mais afetadas serão a Kamaywa, Itaparanã e Tucumã.

e) Desvalorização da economia das comunidades em relação ao novo sistema de escoamento de produtos.

A territorialidade dos povos indígenas envolvidos é ribeirinha e as relações culturais, sociais e econômicas se organizam em função dos rios. Com a pavimentação da BR haverá um novo sistema de escoamento dos produtos, fato que pode desvalorizar e desorganizar o atual sistema, pois os mesmos não possuem os equipamentos e meios de transporte para reorganizá-lo. Por isto, dar condições materiais e formação profissional para que os indígenas possam desenvolver atividades econômicas sustentáveis é fundamental para mitigar o problema principalmente nas terras indígenas Lago Capanã, Ariramba, Boca do Jauari e Torá.

f) Abertura indiscriminada de estradas vicinais e ramais

A BR será a principal via de circulação de produtos e pessoas. Ramais e estradas vicinais serão abertos de forma planejada para permitir o acesso regular de pessoas e produtos, porém também possibilitará a abertura indiscriminada por traficantes de madeira ilegal, grileiros, fazendeiros ou por políticos que desejam facilitar a entrada para suas propriedades. Este fato pode causar desmatamento, queimadas e a ocupação desordenada e ilegal nas margens dos ramais, ou invasão das terras indígenas por posseiros e madeireiros e principalmente afetar a circulação dos indígenas isolados presentes na área de influência indireta da BR 319 entre os municípios de Tapauá e Canutama. No caso de abertura de ramal, deverá haver a fiscalização e solicitação licença ambiental e EIA com consulta aos envolvidos acatando a decisão destes.

Terras Indígenas que mais serão afetadas por este problema serão os Índios Isolados, Mamori, São João e Tauamirim.

g) Facilidade de transporte de passageiros e da produção. Integração entre norte e sul do país.

Como fator positivo e desejável está a facilidade do acesso de pessoas, produtos, habilidade no transporte de doentes, além da integração da região ao sul do país.

Medidas mitigadoras para as terras indígenas da área de influencia direta e indireta da BR 319.

A regularização fundiária das terras reivindicadas e ampliação das demarcadas é a principal medida para conter e/ou amenizar os impactos de acordo com todos os povos. As medidas mitigadoras propostas a seguir serão desenvolvidas pela FUNAI com apoio institucional do DNIT.

Outras medidas são:

- *Consolidação e proteção das Terras Indígenas (TIs)*

As Terras Indígenas prioritárias para este tipo de ação são Cunhã Sapucaia, Índios Isolados, Kamaywa, São João, Tauamirim e Tucumã.

- Implantar plano de vigilância e proteção das Terras Indígenas prioritariamente nas Terras Indígenas Cunhã Sapucaia, São João e Tauamirim;
- Promover a regularização das Terras Indígenas cumprindo-se as diferentes fases deste processo principalmente das terras Kamaywa, Itaparanã e Mamori;
- Ampliar o perímetro das terras indígenas até a margem da BR;
- Construir postos de fiscalização da FUNAI, PF, IBAMA e das organizações indígenas nas vias de acesso fluvial, e terrestre e ao longo da rodovia nos rios Tupana, Igapó-Açu e Itaparanã, no entroncamento da BR 319 com ramal Democracia;
- Capacitar recursos humanos destes órgãos bem como dotá-los de equipamentos para realizar a fiscalização;
- Proibir e fiscalizar a entrada de garimpeiros e balsas nos rios e igarapés;
- Proibir o uso de mercúrio pelos garimpeiros;
- Implantar programa de monitoramento e combate a poluição hídrica pelo mercúrio no rio Madeira;
- Não promover assentamento para posseiros ao longo da estrada;
- Solicitar a FUNAI que as áreas indígenas dos “índios isolados” sejam demarcadas como Terra Indígena nos municípios de Tapauá e Canutama;
- Construir novos modelos analíticos e jurídicos para pensar a territorialidade dos povos isolados.
- Fomentar diversas instâncias de diálogo com IBAMA, IPAAM, INCRA, FUNAI e outros órgãos do governo para que as comunidades Indígenas possam expressar seu estilo de vida em relação ao uso do espaço e o aproveitamento dos recursos naturais, superando problemas derivados do preconceito e/ou a sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação;

- m) Proibir a sobreposição de UCs e T.I, impedindo a demarcação UC dentro das T.I.
- n) Construir novos modelos de gestão a partir do conceito territorial dos povos indígenas dentro do Estado Nacional.

- *Cidadania e inclusão social:*

Em todas as Terras indígenas esta ação é prioritária. Entretanto, atenção especial deve ser dada a Terra Indígena Itaparanã, São João, Tauamirim e Mamori.

- a) Realizar monitoramento e programas de combate à malária entre secretarias municipais e FUNASA;
- b) Construir pólos base nas comunidades;
- c) Contratar e capacitar AIS (Agente Indígena de Saúde) para as comunidades das terras indígenas;
- d) Financiar projetos que incentivem o uso da medicina tradicional pelos órgãos públicos de saúde;
- e) A infra-estrutura das escolas - formação continuada para professores, fornecimento e elaboração de material didático e pedagógico específico, e transporte para os alunos;
- f) Auxílio na documentação dos integrantes das comunidades que se vêem impossibilitados de realizar trâmites importantes assim como de receber benefícios sociais;
- g) Fornecimento de geradores e aplicação do Programa “Luz para todos”;
- h) Implantar projetos sociais de prevenção, redução de danos e recuperação aos usuários que consomem substâncias tóxicas (álcool e outras drogas), trabalhando em parceria com os órgãos públicos e organizações indígenas;
- i) Equipar os postos e saúde com equipamentos (instalação de laboratório de microscopia) e remédios específicos para área de saúde (Barco e motor de popa para locomoção e remoção de pacientes e transporte de especialistas médicos indígenas - curadores);
- j) Realizar projetos de formação e fortalecimento político para associações, lideranças indígenas e nas escolas promovidas pelas lideranças e associações indígenas em parceria com órgãos públicos federais;
- k) Saneamento básico das comunidades com construção de poços artesianos e fossas sépticas;

- l) Programa comunitário de educação ambiental sob a orientação das lideranças, professores indígenas e agentes de saúde indígena;
- m) Subsidiar atividades produtivas, facilitando o escoamento e comercialização de produtos como castanha, farinha de mandioca, borracha, peixes. Melhoramento da qualidade dos produtos;
- n) Realizar estudos de produtividade e venda para dar saída a produtos não valorizados na região como pau-rosa, tucumã, andiroba, copaíba;

Os resultados dos estudos obtidos apresentados acima são frutos de discussões pelas comunidades sobre os problemas e os impactos da pavimentação da BR 319 os quais apontaram propostas e caminhos a serem seguidos para mitigar, compensar com intuito de implementar uma política de gestão territorial que possa valorizar a cultura, fortalecer suas organizações sociais e políticas, valorização das atividades produtivas das comunidades indígenas a partir das territorialidades de cada povo e por fim promover a vigilância, a fiscalização e a regularização fundiária das terras indígenas reivindicadas ou ampliação das demarcadas.

II. Prognóstico Ambiental e Avaliação dos Potenciais Impactos Ambientais

Em conformidade com o que determina o Termo de Referência emitido pelo IBAMA relativo ao estudo de impacto ambiental de trecho da BR-319 situado entre os quilômetros 250,0 e 655,7, este segmento apresenta o prognóstico dos impactos ambientais que poderão advir da recuperação do trecho. O mesmo está dividido em dois blocos. O primeiro trata do prognóstico ambiental em si e o segundo faz a identificação dos potenciais impactos ambientais de maneira sumarizada.

O Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental da reconstrução / pavimentação da BR-319, no segmento entre os km 250,0 e km 655,7 (entroncamento BR-230 (A)) no Estado do Amazonas, define os limites da área geográfica a ser afetada diretamente pelo empreendimento e das áreas que sofrerão sua influência direta ou indireta.

Nos estudos de impactos ambientais, duas áreas precisam ser analisadas: a Área de Influência Direta (AID) e a Área de Influência Indireta (AII). Entende-se como área de influência direta o território onde as características ambientais, físicas e biológicas, e as relações sociais, econômicas e culturais sofrem os potenciais impactos de forma primária, em outras palavras, onde ocorre uma relação direta de causa e efeito entre empreendimento e impacto. E como área de influência indireta o território onde os potenciais impactos ocorrem de forma secundária e, em geral, com menor intensidade. Outra área, em geral considerada nos estudos, a Área Diretamente Afetada (ADA) será considerada nesta análise, em face de suas dimensões, como parte integrante da AID.

Dessa forma, estão dentro da área influência direta as áreas reais ou potencialmente ameaçadas pelos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento, bem como das atividades associadas e decorrentes. Assim, a área de influência direta do empreendimento abrange 05 km de cada margem do eixo da rodovia.

A área de influência indireta abrange a região sobre a qual os potenciais impactos indiretos da obra incidem, considerando os meios físico e biótico e, principalmente, socioeconômico, este relacionado às prováveis alterações na dinâmica de uso e ocupação do solo, na dinâmica das comunidades e do fluxo rodoviário, abrangendo os ecossistemas e o sistema socioeconômico e, incorporando os territórios dos municípios atravessados pela rodovia. Assim, a área de influência indireta contemplou as extensões no sentido Leste-Oeste – área contida no interflúvio dos rios Madeira e Purus; e no sentido Norte-Sul – área situada entre as cidades de Manaus/AM e Porto Velho/RO.

Apresentaremos os potenciais impactos, bem como as medidas mitigadoras e compensatórias da área temática comunidades indígenas.

II.1. Prognóstico Ambiental

O prognóstico ambiental procura prever e caracterizar os potenciais impactos sobre seus diversos ângulos, analisando suas magnitudes através de técnicas específicas, com o objetivo de interpretar, estabelecendo a importância de cada um dos potenciais impactos em relação aos fatores ambientais afetados e, avaliar, por meio da importância relativa de cada impacto quando comparado aos demais, propondo medidas mitigadoras, compensatórias e programas de monitoramento ambiental (DNIT, 2006).

Segundo a legislação brasileira, considera-se impacto ambiental *"qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais"* (RESOLUÇÃO CONAMA 001, de 23.01.1986).

Com essa finalidade o estudo apresenta abaixo a caracterização e os quadros dos principais impactos causados em decorrência do empreendimento, assim como as medidas mitigadoras e compensatórias propostas pela equipe responsável pelo diagnóstico das comunidades indígenas.

II.1.1. Potências Impactos Ambientais Identificados relacionados às comunidades indígenas

II.1.1.1. Enfraquecimento e vulnerabilidade de ordem social

Com a pavimentação da BR-319, poderá ocorrer a invasão de Terras Indígenas situadas no interflúvio Purus-Madeira, devido à facilidade de acesso e circulação de pessoas, como posseiros em busca de melhores condições de vida, ou de empresas interessadas em explorar os recursos naturais da Amazônia. Vários são os grupos que poderão deixar a área mais vulnerável socialmente: (i) madeireiros, uma vez que estamos nos referindo a uma das reservas de madeira de lei ainda intacta, principalmente na direção do Rio Purus, entre os municípios de Canutama e Tapauá; (ii) latifundiários, em busca de terras ainda não valorizadas para futura especulação imobiliária devido a beleza cênica com oportunidade de desenvolverem o turismo e por fim de garimpeiros, os quais exploram ouro ao longo do rio Madeira. Além disso, a vinda de pessoas para dentro ou entorno das terras indígenas, pode promover:

- a proliferação e contaminação de doenças (malária, dengue etc);
- desmatamento, queimadas na floresta e ao longo da estrada ou seu entorno;
- assoreamento e contaminação do rio pelo mercúrio causado pelos garimpeiros;
- ingresso de bebidas alcoólicas, outras substâncias tóxicas e invasão (entrada) de pessoas estranhas (marginais) nas comunidades indígenas;
- cooptação e aliciamento de indígenas - conflitos internos, desintegração social;
- grilagem da terra ao longo da estrada;
- incitação de invasão por parte dos órgãos públicos municipais nas terras indígenas (discursos oficiais anti-indígenas, facilitando a entrada de caçadores, retirada de placas de identificação de T.I, ou mesmo promovendo loteamento em T.I. como vem acontecendo em Tapauá).

II.1.1.2.Despovoamento de terras indígenas

Este pode ser um dos maiores problemas a ser enfrentado pelos indígenas. O poder de atração que a estrada oferece é muito grande diante das facilidades de escoamento, transporte, gerando oportunidades para venda e compra de produtos. Além disso, as comparativamente melhores ofertas de infra-estrutura de educação e saúde na área da estrada podem estimular a migração de grupos indígenas para estas áreas. Sendo assim, a rodovia em pleno funcionamento poderá acarretar no deslocamento de aldeias para perto da estrada ou mesmo na migração de indígenas para outros núcleos populacionais ao longo da estrada, despovoando as comunidades e, ao mesmo tempo, permitindo:

- o enfraquecimento e vulnerabilidade da ordem social, por meio do maior contato com a sociedade nacional;
- incidência de acidentes na estrada devido a proximidade das casas ou venda de produtos as margens;
- a ocorrência de problemas sociais como alcoolismo, prostituição, mendicância devido a ausência de emprego no entorno da estrada para estes povos;
- o despovoamento da Terra Indígena.

II.1.1.3. Conflitos entre populações locais e migratórias

Atualmente, existem conflitos entre indígenas e não indígenas habitantes de unidades de conservação que limitam com as terras indígenas. A demarcação de unidades de conservação, como proposto pela ALAP, sem levar em consideração um estudo socioeconômico e antropológico observando se estas áreas são ou não territórios indígenas reivindicados, denominados como em processo de identificação pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, pode estimular conflitos futuros, pois acarretarão em sobreposição de demandas, configurando-se uma mesma área como alvo de disputa de índios e não índios sendo que, os envolvidos são os que mais têm a perder, pois quando há este tipo de situação torna-se difícil os financiamentos para projetos. Além disso, a existência de conflitos impõem sempre uma lógica perversa quanto ao uso dos recursos naturais, em que os lados em conflito tendem a usar de forma desordenada e exaustiva os recursos antes que o adversário o faça.

II.1.1.4. Acidentes decorrentes da circulação rodoviária

Com a pavimentação/reconstrução da rodovia BR-319, o aumento do transporte de mercadorias e passageiros, além de potenciais serviços de táxis e moto-táxi, acarretará uma intensificação no tráfego, o que poderá ocasionar problemas como o aumento de acidentes com pedestres e com veículos. Esse impacto é considerado negativo com intensificação sobre o fator social e ocorrerá imediatamente na fase de operação regular da estrada onde há interceptação com as comunidades identificadas (Comunidade Igapó-Açú, Jacaretinga, Realidade, Fortaleza e São Carlos).

II.1.1.5. Ocupação desordenada nas áreas do entorno

A pavimentação/reconstrução da rodovia BR-319 propiciará a implantação de novos empreendimentos rodoviários pela facilidade de acesso. Esse impacto poderá provavelmente ocorrer nas fases de pavimentação da obra e na fase de operação regular da estrada quando a mesma for liberada para fluxo de veículos. A rodovia será a principal via de circulação de produtos e pessoas. Ramais e estradas vicinais poderão ser abertos de forma planejada para permitir o acesso regular de pessoas e produtos. Além disso, em cenário de ausência de ou baixa governança, poderá ocorrer a abertura de vias ilegais sob o patrocínio de traficantes de madeira ilegal e produtos da floresta, grileiros e pecuaristas. Em decorrência deste tipo de atividade ilegal, poderá ocorrer desmatamento, queimadas e a ocupação desordenada e ilegal nas margens dos ramais, ou invasão das terras indígenas

por posseiros e madeireiros e principalmente afetar a circulação dos indígenas isolados presentes na área de influência indireta da BR-319 entre os municípios de Tapauá e Canutama.

Na Tabela 12 apresentamos os potenciais impactos ambientais identificados no meio socioeconômico na área de antropologia.

Tabela 12 - Avaliação de Potenciais Impactos Ambientais –comunidades indígenas

Grupo afetado	Impactos	Fases da obra	Atributos
Com. indígenas	Enfraquecimento e vulnerabilidade de ordem social.		Negativo, longo prazo, temporário, regional, reversível.
	Despovoamento de terras indígenas.	Pré-Implantação,	Negativo, imediato e médio prazo, temporário, regional, reversível.
	Conflitos entre populações locais e migrantes.	Construção/ Implantação e	Negativo, imediato, permanente, local, reversível.
	Acidentes decorrentes da circulação rodoviária.	Operação.	Negativo, imediato, permanente, pontual, irreversível.
	Ocupação desordenada nas áreas do entorno.		Negativo, médio prazo, cíclico, local, reversível.

II.2. Medidas mitigadoras e compensatórias recomendadas por impacto

II.2.1. Enfraquecimento e vulnerabilidade de ordem social

- Planejar e normatizar junto à Fundação Nacional do Índio os casos de interferências com as comunidades indígenas;
- Realizar monitoramento e programas de combate a malária entre secretarias municipais e FUNASA;
- Construir pólos base nas comunidades;
- Contratar e capacitar AIS (Agente Indígena de Saúde) para as comunidades das terras indígenas;
- Financiar projetos que incentivem o uso da medicina tradicional pelos órgãos públicos de saúde;
- Equipar os postos com equipamentos (instalação de laboratório de microscopia) e remédios específicos para área de saúde (Barco e motor de popa para locomoção e remoção de pacientes e transporte de especialistas médicos indígenas - curadores);
- Proibir e fiscalizar a entrada de garimpeiros e balsas nos rios e igarapés;

- Melhorar a infra-estrutura das escolas - formação continuada para professores, fornecimento e elaboração de material didático e pedagógico específico, e transporte para traslado de alunos;
- Realizar projetos de formação e fortalecimento político para associações, lideranças indígenas e nas escolas promovidas pelas lideranças e associações indígenas em parceria com órgãos públicos federais;
- Implementar o Programa de Apoio às Comunidades Tradicionais e Grupos Indígenas;
- Implementar o Programa de Comunicação Social.

II.2.2.Despovoamento de terras indígenas

- Realizar levantamento etnoecológico e plano de desenvolvimento e gestão das terras indígenas, para diagnosticar as potencialidades e usá-las de maneira sustentável permitindo a melhoria das condições de vida e segurança alimentar;
- Elaborar projetos de fortalecimento político, cultural para lideranças, comunidade educativa e comunidade em geral;
- Fortalecer as comunidades com projetos de fixação por meio da valorização dos conhecimentos tradicionais e a criação de oportunidades para os jovens.

II.2.3.Conflitos entre populações locais e migratórias

- Solicitar a FUNAI que as áreas indígenas dos “índios isolados” sejam demarcadas como terra indígena nos municípios de Tapauá e Canutama para permitir a tranquilidade e sobrevivência deste (s) povo(s) da forma como escolheram;
- Construir novos modelos analíticos e jurídicos para pensar a territorialidade dos povos isolados. Repensar as formas de uso dos recursos e as leis pertinentes aos povos indígenas uma vez que, são culturas diferentes vivendo em contextos diferentes dependendo do grau de contato com a sociedade nacional;
- Orientar, em todas as fases do projeto, a mão-de-obra sobre as especificidades da cultura indígena, alertando sobre os limites das áreas indígenas;
- Fiscalizar por meio da FUNAI a entrada de pessoas e produtos às comunidades indígenas e realizar oficinas de capacitação e fortalecimento etno-político na escola e na comunidade;
- Implementar o Programa de Fiscalização e Controle da Ocupação da Faixa de Domínio.

II.2.4. Acidentes decorrentes da circulação rodoviária

- Realizar oficinas de trânsito informando regras e normas para circulação e uso da rodovia;
- Sinalizar a rodovia com placas indicando a proximidade da terra indígena e os grupos ali instalados;
- Implementar o Programa de Fiscalização e Controle da Ocupação da Faixa de Domínio.

II.2.5. Ocupação desordenada nas áreas do entorno

- Implantar plano de vigilância e proteção das Terras Indígenas;
- Promover a regularização das Terras Indígenas cumprindo-se as diferentes fases deste processo;
- Ampliar o perímetro das terras indígenas até a margem da BR para impedir a invasão, assegurar a proteção das terras indígenas e possibilitar o maior uso dos recursos naturais pelos indígenas;
- Construir postos de fiscalização da PF, IBAMA e das organizações indígenas nas vias de acesso fluvial e terrestre e ao longo da rodovia;
- Capacitar recursos humanos destes órgãos bem como dotá-los de equipamentos para realizar a fiscalização;
- Proibir loteamentos com a finalidade de assentar posseiros ao longo de ramais e da própria estrada;
- Implementar o Programa de Fiscalização e Controle da Ocupação da Faixa de Domínio.

Na Tabela 13 apresentamos um resumo das medidas mitigadoras e compensatórias propostas para as comunidades indígenas.

Tabela 13 -Planilha de Potenciais Impactos Ambientais – comunidades indígenas.

	IMPACTOS	FASES DA OBRA	Magnitude*	Importância**	MEDIDAS MITIGADORAS
Com. indígenas	Enfraquecimento e vulnerabilidade de ordem social.	Pré-Implantação, Construção/ Implantação e Operação.	-3	3	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar e normatizar junto à Fundação Nacional do Índio os casos de interferências com as comunidades indígenas; • Realizar monitoramento e programas de combate a malária entre secretarias municipais e FUNASA; • Construir pólos base nas comunidades; • Contratar e capacitar AIS (Agente Indígena de Saúde) para as comunidades das terras indígenas; • Financiar projetos que incentivem o uso da medicina tradicional pelos órgãos públicos de saúde; • Equipar os postos com equipamentos (instalação de laboratório de microscopia) e remédios específicos para área de saúde (Barco e motor de popa para locomoção e remoção de pacientes e transporte de especialistas médicos indígenas - curadores); • Proibir e fiscalizar a entrada de garimpeiros e balsas nos rios e igarapés; • Melhorar a infra-estrutura das escolas - formação continuada para professores, fornecimento e elaboração de material didático e pedagógico específico, e transporte para traslado de alunos; • Realizar projetos de formação e fortalecimento político para associações, lideranças indígenas e nas escolas promovidas pelas lideranças e associações indígenas em parceria com órgãos públicos federais; • Implementar o Programa de Apoio às Comunidades Tradicionais e Grupos Indígenas; • Implementar o Programa de Comunicação Social.
	Despovoamento de terras indígenas.	Pré-Implantação, Construção/ Implantação e Operação.	-3	3	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar levantamento etnoecológico e plano de desenvolvimento e gestão das terras indígenas, para diagnosticar as potencialidades e usá-las de maneira sustentável permitindo a melhoria das condições de vida e segurança alimentar; • Elaborar projetos de fortalecimento político, cultural para lideranças, comunidade educativa e comunidade em geral; • Fortalecer as comunidades com projetos de fixação por meio da valorização dos conhecimentos tradicionais e a criação de oportunidades para os jovens.
Com. indígenas	Conflitos entre populações locais e migrantes.		-3	3	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar a FUNAI que as áreas indígenas dos “índios isolados” sejam demarcadas como terra indígena nos municípios de Tapauá e Canutama para permitir a tranquilidade e sobrevivência deste (s) povo(s) da forma como escolheram; • Construir novos modelos analíticos e jurídicos para pensar a territorialidade dos povos isolados. Repensar as formas de uso dos recursos e as leis pertinentes aos povos indígenas uma vez que, são culturas diferentes vivendo em contextos diferentes dependendo do grau de contato com a sociedade nacional; • Orientar, em todas as fases do projeto, a mão-de-obra sobre as especificidades da cultura indígena, alertando sobre os limites das áreas indígenas; • Fiscalizar por meio da FUNAI a entrada de pessoas e produtos às comunidades indígenas e realizar oficinas de capacitação e fortalecimento etno-político na escola e na comunidade; • Implementar o Programa de Fiscalização e Controle da Ocupação da Faixa de Domínio.
	Acidentes decorrentes da circulação rodoviária.	Pré-Implantação, Construção/ Implantação	-3	3	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar oficinas de trânsito informando regras e normas para circulação e uso da rodovia; • Sinalizar a rodovia com placas indicando a proximidade da terra indígena e os grupos ali instalados; • Implementar o Programa de Fiscalização e Controle da Ocupação da Faixa de Domínio.

	Ocupação desordenada nas áreas do entorno.		-3	3	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar plano de vigilância e proteção das Terras Indígenas; • Promover a regularização das Terras Indígenas cumprindo-se as diferentes fases deste processo; • Ampliar o perímetro das terras indígenas até a margem da BR para impedir a invasão, assegurar a proteção das terras indígenas e possibilitar o maior uso dos recursos naturais pelos indígenas; • Construir postos de fiscalização da PF, IBAMA e das organizações indígenas nas vias de acesso fluvial e terrestre e ao longo da rodovia; • Capacitar recursos humanos destes órgãos bem como dotá-los de equipamentos para realizar a fiscalização; • Proibir loteamentos com a finalidade de assentar posseiros ao longo de ramais e da própria estrada; • Implementar o Programa de Fiscalização e Controle da Ocupação da Faixa de Domínio.
--	--	--	----	---	--

*Magnitude -3 quer dizer alto impacto negativo

**Importância 3 quer dizer muita importância

Referências Bibliográficas

- Ab'sáber, A.N.. 1996. *Amazônia; do discurso à práxis*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Amazonas, L.S.A. 1852. *Dicionário topographico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Typ. Comercial M. Henriques, Recife. 363 p.
- Amoroso, M.R. 1998. Corsários no caminho fluvial: os Mura do Rio Madeira. *In: Cunha, M.C. (Org.). História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura. FAPESP.
- Amoroso, M.R.; Souza, E.S. 1999. *Resumo do relatório circunstanciado de identificação e de delimitação da Terra Indígena Cunha – Sapucaia*. Processo FUNAI/5ª SUER/3082/88. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO.
- AUDÊNCIA PÚBLICA BR 163 (CUIABÁ – SANTARÉM) Santarém, 2005.
- Baena, A.L.M. 1969. *Compêndio das eras da Província do Pará*. Belém (1ª. ed., 1832).
- Barth, F. 2000. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora.
- Becker, B.K. 1994. *Amazônia*. São Paulo, Editora Ática.
- Braga, S.I. 2005. *Estudos Ambientais da BR 319 – Populações Indígenas*. Manaus, Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento de Produção Mineral. Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação e uso Potencial da Terra. Folha Purus SB-20 – Projeto RADAMBRASIL. Rio de Janeiro, 566p. + mapas. 1978.
- Casal, M.A. 1976. *Coreografia Brasileira*. São Paulo (1ª. ed. 1817).
- Castro, E.V.; Cunha, M.C. 1993. *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP: FAPESP.
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário. 2006. *Levantamento dos povos isolados ameaçados de extinção. Em área de influência da Br 319* Em: Relatório do Encontro dos regionais da Amazônia Legal do CIMI. Porto Velho.
- COIAB (Coordenadora das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira). 2002. Parecer da COIAB sobre as conseqüências do gasoduto Urucu – Porto Velho para os povos indígenas do sul do Amazonas e Rondônia. Em: *Relatório aprovado em Assembléia da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)*. Manaus:Mimeo.

- COIAB. 2007. *Documento final do acampamento Terra Livre*. Abril Indígena, Manaus.
- Cornwall, R. 2003. *Os Juma: a continuação da violenta redução dos tupi*. Madalena, CEARÁ. 245p.
- COIAM. 2005. Confederação das Organizações Indígenas e Povos do Amazonas. *Diagnóstico Fundiário Visando Ações de Sustentabilidade e Vigilância das Terras Indígenas Localizadas ao Sul e Sudeste do Estado do Amazonas*. Manaus.
- CTI – Centro Trabalho Indigenista. 2007. *I Encontro Internacional sobre Povos Indígenas Isolados das Américas*, www.trabalhoindigenista.org.br/isolados.lencontrointernacional.asp
- Davis, S.H. 1978. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Christofoletti, A. 1980. *Geomorfologia*. 2ª. Ed. Edgrad Bluncher, São Paulo. 188p.
- Caputo, M.V.; Rodrigues, R.; Vasconcelos, D.N.N. 1971. *Litoestratigrafia da Bacia do rio Amazonas*. Belém, Petrobras - RENOR. (Relatório Técnico Interno, 641-A).
- EMBRAPA. 1999. Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos. Brasília: Embrapa Produção de Informação. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999.
- FGV - Fundação Getúlio Vargas; MMA – Ministério do Meio Ambiente; ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. 1998. Plano Nacional de Recursos Hídricos – Bacia do Rio Amazonas. CD-ROM.
- Filizola, N.; Guyot, J.L.; Molinier, M.; Guimarães, V.; Oliveira, E.E.; Freitas, M.A. 2002. Caracterização Hidrológica da Bacia Amazônica. In: Rivas, A.; Freitas, C.E.C. (Orgs.). *Amazônia uma perspectiva interdisciplinar*. EDUA, Manaus, Brasil. p.33-53.
- Faria, I.F. 1998. Turismo em área indígena: Projeto Tiquié. In: Vasconcelos, F.P. (Org). *Turismo e Meio Ambiente*. Fortaleza: FUNECE.
- Faria, I.F. 2000. Ecoturismo: ilusões e contradições. *Revista de Geografia da Universidade do Amazonas*, 2(2): 1-18.
- Faria, I.F. 2003. *Território e territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro*. Manaus. EDUA. 157 p.
- Faria, I.F. 1997. *Território Indígena: o direito imemorial e o devir*. Dissertação de Mestrado. FFLCH – Universidade de São Paulo.
- Faria, I.F. 2002. *Ecoturismo Indígena*. Versão Preliminar do Plano de Desenvolvimento do Pólo de Ecoturismo do Amazonas. Manaus: Secretaria Estadual de Cultura e Turismo.

- FUNAI. 2005. *Áreas Etnográficas: Proposta de reestruturação do Departamento de Identificação e Delimitação da FUNAI com base na atuação em Áreas Etnográficas*. Brasília. Disponível em <http://www.unb.br/ics/dan/geri/Textos/MarcoPaulo.htm>.
- FUNAI. 2005. *Situação fundiária das terras indígenas no Estado do Amazonas* Manaus.
- FEPI. 2002. INFOFEPI. *Dados Estatísticos dos Povos Indígenas*. Fundação Estadual de Política Indigenista. Manaus, Governo do Estado do Amazonas. Mimeo.
- Fernandes, M.R.L. 2002. *O movimento indígena Mura: estratégias políticas*. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais. UFAM.
- FORUM PERMANENTE DE DEFESA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL. 2006. *Sugestões para o plano Amazônia sustentável. II Estratégia para o futuro* Manaus.
- FUNAI. 2006. *Situação fundiária das terras indígenas no Estado do Amazonas*. Manaus: ADR/FUNAI-MAO.
- GHAH YASH. 2003. Globalização, multiculturalismo e Direito. In: Santos, B.S. (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Gonçalves, M.A. 1991. *Acre: História e Etnologia*. Rio de Janeiro: Núcleo de Etnologia Indígena/Laboratório de Pesquisa Social. DCS/ IFCS/ UFRJ.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. 2007. *11 grupos de índios isolados vivem em áreas desprotegidas*. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.php>
- ISA - Instituto Socioambiental Povos Indígenas no Brasil, 1996/2000. Em: *PPA 2004-2007 na Amazônia – Novas tendências e investimentos em infra-estrutura. Grupo de Assessoria Internacional (IAG) do PPG7*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003. <http://www.mma.gov.br>.
- ISA - Instituto Socioambiental Povos Indígenas no Brasil. *Povos Isolados* www.socioambiental.org/pib/portugues/comovivem/isol.shtm
- Kracke, W. 2005. Os Parintintim In: *Enciclopédia dos Povos Indígenas*. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em www.isa.org/pib/Parintintim/Parintintim-shtm
- Kroemer, G. 1985. *Cuxiara: o Purus dos indígenas – ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do médio Purus*. São Paulo: Edições Loyola.
- Lazarin, M.A. 1981. *A descida do Rio Purus: uma experiência de contato interétnico*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, UNB.
- LEGISLAÇÃO INDIGENISTA BRASILEIRA. 1989. *Coletânea*. Assessoria Jurídica CIMI. São Paulo: Edições Loyola.

- Léna, P. 2004. Matrizes de desenvolvimento na Amazônia: história e contemporaneidade. In: Fany, R. (Org.). *Terras indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Sócioambiental.
- Lima, A.C.S.; Barroso-Hoffmann, M. 2002. *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: LACED/UFRJ, Contra Capa Livraria.
- Machado, P.A.L. 1992. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores, Ltda.
- MMA, 1997. *Manual de Ecoturismo Indígena*. Brasília.
- MMA. 1997. *Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas*. Workshop. Bela Vista de Goiás. (Mimeo).
- MINISTÉRIO DO TURISMO. 2005. *Segmentação do Turismo. Conceitos*. Documento preliminar, não revisado. Brasília: Ministério do Turismo.
- Melatti, J.C. 1979. Pólos de Articulação Indígena. *Revista de Atualidade Indígena*, 16: 17-28.
- Melatti, J.C. 2005. Porque áreas etnográficas?
- MMA/PNRH. 2007. *Caderno de Recursos Hídricos – Região Hidrográfica Amazônica*. Editora do Ministério do Meio Ambiente, Brasília. Disponível em: <http://www.geocities.com/RainForest/Jungle/6885/ias-a/txpq.htm>.
- Milaré, É. 1991. *Legislação Ambiental do Brasil*. São Paulo. APMP.
- Moreira Neto, C.A. 1988. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes.
- Nimuendajú, C. 1981. *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Nimuendajú, C. 1981. *Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas*. São Paulo: Editora Loyola.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. 1996. *Pelo menos 60 grupos ainda resistem ao contato com os "brancos."* Entrevista Sidney Possuelo. São Paulo.
- Oliveira Filho, J.P. 1987. *Sociedades indígenas & indigenismo*. Rio de Janeiro, UFRJ: EdiTorá Marco Zero.
- Oliveira Filho, J.P. 1998. *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria Ltda.
- Peggion, E.A. 1999. *Resumo do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Torá* Brasília: Processo FUNAI/BSB/2585/88.
- Peggion, E.A. 1999. Os Torá. In: *Enciclopédia dos Povos Indígenas*. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: www.isa.org/pib/Torá/Torá-shtm

- Porro, A. 1995. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Ramos, A. 2003. Os Munduruku. In: *Enciclopédia dos Povos Indígenas*. Os Munduruku. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: www.isa.org/pib/Munduruku/Munduruku-shtm
- Rodrigues, A.D. 1994. *Línguas brasileiras; para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.
- Sahlins, M. 1997. “O Pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção”. . Rio de Janeiro/Museu Nacional, *Mana*, 3(1).
- Santos, A.S.R. 2007. *Índios isolados: considerações jurídicas* Em: Artigos. Programa Ambiental: A última Arca de Noé, 1999/2007. Disponível em: www.aultimaarcadenoe.com
- Santos, F.J. 2002. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina*. Manaus, EDUA.
- SDS. 2005. *Plano estratégico para promoção do Desenvolvimento Sustentável e o Combate ao Desmatamento e Grilagem de Terras na área de influencia da BR-319*. Manaus.
- Silva, O.S.; Luz, L.; Helm, C.M.V. 1994. *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Editora da UFSC. Associação Brasileira de Antropologia: Comissão Pró-Índio de São Paulo.
- Schiel, J. 2005. Os Apurinã In: *Enciclopédia dos Povos Indígenas*. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: www.isa.org/pib/Apurinã/Apurinã-shtm.
- Spix, J.B.; Martius, K. 1819. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo.
- Souza, A.F. 1848. Notícias geográficas da Capitania do rio Negro no Grande rio Amazonas. *Revista do Instituto Histórico – Geográfico Brasileiro*, 411-504.
- Souza, E.S. 1998. Resumo do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Lago Capaná. In: *Diário oficial. Publicações diversas*.
- Wright, R.M. 1998. História indígena do noroeste da Amazônia. In: Cunha, M.C. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP.
- Yázigi, E. 1998. *Turismo: uma esperança condicional*. São Paulo: Plêiade. 149p.
- Yázigi, E. 2001. *A alma do Lugar*. São Paulo: Contexto.

ANEXO I – PROPOSTA DE PROGRAMA DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS - FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR 319

1. Tempo de Execução: 30 meses.

2. Resumo do Programa

De acordo com estudos realizados a pavimentação da BR 319 promoverá impactos diretos e indiretos, de caráter sociocultural e ambiental, com efeitos de curto, médio e longo prazo, dentre os quais destacamos: a) invasão de madeireiros, garimpeiros, latifundiários, posseiros promovendo a proliferação e contaminação de doenças (malária etc.), o desmatamento, queimadas na floresta e ao longo da estrada, o assoreamento e contaminação do rio pelo mercúrio causado pelos garimpeiros, ingresso de bebidas alcoólicas, outras substâncias tóxicas e invasão de pessoas estranhas (marginais), a cooptação e aliciamento de indígenas - conflitos internos, desintegração social e grilagem da terra ao longo da estrada e b) promoção do êxodo indígena para as proximidades da estrada em função dos atrativos oferecidos por ela através do enfraquecimento e vulnerabilidade da ordem sociocultural, ocorrência de acidentes na estrada, aumento da incidência de alcoolismo, prostituição, mendicância, despovoamento da T.I.

Diante disto, o Programa de apoio aos Povos Indígenas propõe a implantação de 04 subprogramas a ser desenvolvido pela FUNAI com apoio Institucional do DNIT sendo 1 - Diálogo pedagógico entre os saberes tradicionais indígenas e não indígenas; 2 - Articulação entre o sistema oficial de saúde e a medicina tradicional indígena; 3 - Fortalecimento Político e apoio institucional as organizações indígenas e 4 – Gestão territorial e sustentabilidade econômica das terras indígenas que tem como objetivo principal:

Implantar uma política de Gestão territorial das terras indígenas localizadas na área de influência da BR-319 por meio da valorização cultural, do fortalecimento político e social e da sustentabilidade econômica.

A metodologia a ser utilizada em todas as fases é participante e participativa fundamentada na ecologia relacional, técnica da mediação da escuta sensível e análise de intervenção social de abordagem antropológica e do ensino via pesquisa cujos procedimentos serão a realização de cursos, oficinas, reuniões comunitárias, seminários entre outros.

A metodologia proposta permite, por meio da participação efetiva, que os envolvidos demonstrem seus conhecimentos sobre o território e a cultura, fortalecendo tanto sua identidade, sua auto-estima e dignidade, possibilitando-lhes reafirmarem-se como protagonistas de suas histórias ao assumirem o controle das forças de transformação da sociedade, promovidas pelo contato com a economia de mercado, predominante na sociedade contemporânea. Tal participação pode minimizar ou excluir os riscos dos impactos indesejáveis que a pavimentação da rodovia BR 319 pode ocasionar, propiciando-lhes incorporar valores, funções, significados do sistema mundial de acordo com seus interesses e visão de mundo.

Espera-se com o desenvolvimento dos subprogramas alcançarem os seguintes resultados:

1 – Diálogo pedagógico entre os saberes tradicionais indígenas e não indígenas:

- elaboração do (PPP) projeto político pedagógico para as escolas indígenas;
- capacitação e formação de professores indígenas;
- formação profissional de recursos humanos indígenas na área de gestão ambiental e manejo de recursos naturais;
- envolvimento efetivo dos atores da comunidade educativa nas atividades da educação formal e não formal;
- melhoria no desempenho pedagógico dos professores;
- utilização dos recursos naturais de maneira sustentável;
- elaboração de livros pelos indígenas sobre os referidos impactos;
- produção e publicação de livros, mapas e calendários específicos;
- conservação da sociobiodiversidade das terras indígenas;
- aumento do número de alunos matriculados nas escolas em função do uso do transporte escolar;
- melhoria no deslocamento e segurança dos professores indígenas que trabalham no sistema rodízio;
- melhoria da infra-estrutura das escolas indígenas;
- aumento e diversidade das atividades desenvolvidas pelos professores e alunos proporcionados pelo uso da energia na escola e comunidade;
- inclusão digital e novas tecnologias pelos indígenas.

2 - Articulação entre o sistema oficial de saúde e a medicina tradicional indígena:

- difusão e aplicação dos conhecimentos tradicionais indígenas na cura e prevenção de doenças;
- fortalecimento da cultura por meio da valorização dos conhecimentos da medicina tradicional;
- aumento do interesse dos jovens pela sua cultura;
- produção de um manual de uso interno da medicina indígena;
- redução do índice de mortes promovidas pela ausência de diagnóstico médico em tempo hábil
- redução do índice de doenças promovidas por verminoses;
- melhoraria das condições de atendimento á saúde diferenciada indígena;
- compreensão pelos profissionais não indígenas dos saberes indígenas e sobre o conceito de saúde dos povos envolvidos;
- compreensão articulada do conhecimento da medicina moderna e tradicional;
- aumento do numero de AIS para atendimento aos pacientes;
- inviabilizarão e/ou redução da migração de indígenas para áreas urbanas ou margens da estrada.

3 - Fortalecimento Político e apoio institucional as organizações indígenas:

- fortalecimento político por meio do envolvimento de indígenas nas discussões de interesses coletivos de cada povo;
- formação de lideranças indígenas;
- instalação e funcionamento do sistema de radiofonia nas comunidades;
- infra-estrutura adequada para comercialização dos produtos;
- construção da sede da associação de Tapauá;
- criação e regularização jurídica da associação de Tapuá;
- aumento e diversidade das atividades desenvolvidas pelos professores e alunos proporcionados pelo uso da energia na escola e comunidade;
- envolvimento efetivo dos atores da comunidade educativa nas atividades da educação formal e não formal;
- realização de reuniões interinstitucionais para instituir uma política e uma agenda para regularização das terras indígenas reivindicadas;

- inviabilizarão e/ou redução da migração de indígenas para áreas urbanas ou margens da estrada.

4 – Gestão territorial e sustentabilidade econômica das terras indígenas

- melhoria da qualidade no beneficiamento de produtos naturais voltados ao consumo interno e comercialização;
- constituição de uma base de dados consistente para uso e otimização dos recursos naturais;
- elaboração do zoneamento para uso do território que vise a sustentabilidade das terras indígenas;
- construção de casas de farinha e galpões de secagem de castanha por terra indígena
- melhoria na qualidade dos alimentos;
- melhoria da renda familiar;
- redução de problemas de saúde vinculados a alimentação;
- aquisição de tecnologias adequadas ao processo de produção e comercialização dos recursos naturais;
- equipes capacitadas para atividades de vigilância;
- redução das invasões em terras indígenas;
- diminuição dos conflitos e riscos conseqüentes das invasões;
- realização de reuniões interinstitucionais para instituir uma política e uma agenda para regularização das terras indígenas reivindicadas;
- estabelecimentos de acordos sobre conservação da natureza e o uso dos recursos naturais pelos indígenas e não indígenas;
- demarcação de um território de perambulação para os índios isolados;
- demarcação das terras indígenas reivindicadas de Mamori, Itaparanã, Tucumã, Kamaywá, Lago do Barrigudo e ampliação das terras indígenas Lago Capanã, Ariramba e Cunha Sapucaia;
- inviabilizarão e/ou redução da migração de indígenas para áreas urbanas ou margens da estrada.

3. Justificativa

Segundo Philippe Léna (2004), tomando como referência o documento do governo Lula (Plano Plurianual para a Amazônia Legal 2004-2007), o que se identifica é a existência de “duas vertentes bastante diferentes do desenvolvimentismo”. A primeira pode-se dizer que “continua extremamente predatória, apresentando um quadro de apropriação ilegal e violenta da terra e dos recursos, com assassinatos e outras violências”. O autor exemplifica para este caso a chamada “Terra do Meio” ou ao “longo da BR 163 (Cuiabá-Santarém)”, além de “diversos bolsões onde as dinâmicas de expansão de fronteira (dinâmicas às vezes consideradas como superadas) estão ressurgindo com força, mostrando que não houve mudanças estruturais profundas no processo de ocupação”.

A segunda vertente, “considerada mais aceitável pela sociedade, apresenta um quadro mais moderno: expansão da cultura mecanizada da soja, modernização da agropecuária (intensificação e melhoramento das pastagens, cuidados veterinários, priorização da qualidade, incorporação de inovações tecnológicas) e da exploração madeireira, além da instalação de pequenas empresas de tecnologia razoavelmente avançada na região”. De qualquer forma, “apesar das diferenças óbvias, é possível constatar que, direta ou indiretamente, os efeitos colaterais locais dessas dinâmicas mais modernas não são tão diferentes” de um passado já bem conhecido conforme relatamos anteriormente. Em ambas as vertentes, ainda “falta estrutura política que permitisse o controle coletivo e democrático do interesse público bem como a garantia dos direitos privados legítimos”.

Conforme Léna (2004), mesmo que se reconheça uma disposição política do Estado, expressa inclusive no projeto de infra-estrutura que consta na Agenda 21 do governo federal, corre-se ainda “um grande perigo, principalmente porque o Estado não está em condição (política e operacionalmente) de controlar os interesses privados e a corrupção”. As garantias somente seriam adquiridas com “um ordenamento e controle fundiário perfeito, assim como um Estado de direito efetivamente funcionando”, desta forma “os grandes projetos infra-estruturais não seriam tão impactantes”.

O que se observa, entretanto, é que a grilagem de terras ainda vigora em muitas áreas, e as “obras de infra-estrutura não raro acarretam a invasão de áreas indígenas e a destruição de centenas de milhares de quilômetros quadrados de florestas”.

Não seria demais lembrar, como assinala o mesmo autor, que este modelo desenvolvimentista “continua a concentrar renda e destruir atividades sem criar empregos em número suficiente para empregar a mão de obra assim jogada no mercado de trabalho” (Léna, 2004: 148-149 apud Braga, 2003:4).

Diante do exposto e tendo como tarefa avaliar os problemas decorrentes da efetivação de uma estrada, em especial para as populações indígenas, que teve seu projeto inicial consubstanciado na tese desenvolvimentista do último quartel do século passado, à época BR 174 e hoje definida como BR 319; não se trata unicamente de ser favorável ou contrário à conclusão desse e de outros projetos, mas defender formas possíveis de gestão administrativa para um Estado que se quer moderno, sem necessariamente acarretar custo social para as populações que direta ou indiretamente estariam envolvidas nessas ações.

Nas palavras de Azis Ab' Saber (1996), “não há que se fechar estradas”, mas sim o contrário, “há que se realizar, a partir das rodovias já existentes um novo estilo de gerenciamento: mais inteligente, mais versátil, mais integrado”. Estas ações se justificam porque “a abertura de longas estradas, rasgando matas virgens, por centenas de quilômetros e em curto espaço de tempo”, tem “favorecido todo o tipo de apossamento de terras e operações cartoriais ilegais”. É nessa perspectiva que reconhecemos o papel do Estado, fortalecendo a nível local as populações que precisam ser protegidas de interesses escusos, não raro associados ao grande capital especulativo. (Braga, 2003:4)

Neste estudo, consideramos como área de influência indireta 150 Km a partir das margens da BR envolvendo um total de 12 terras que se encontram em diferentes situações, ou seja, homologadas pelo governo federal, demarcadas e em processo de demarcação das quais 05 solicitadas no termo de referência da FUNAI - Lago do Barrigudo – povo Apurinã/ Beruri (em estudo), Cunha Sapucaia – povo Mura/Borba (homologada), Lago Capanã, Ariramba – povo Mura/Manicoré (homologada) e Apurinã do Igarapé Tauamirim – povo Apurinã/ Tapauá (homologada), e outras 07 terras indígenas identificadas a partir do estudo realizado pela equipe: Terra Indígena Tora/Manicoré (homologada), Terra Indígena Kamayuá - povo Munduruku/ Manicoré (em estudo), Terra Indígena Igarapé São João - povo Apurinã/ Tapauá(homologada), Terra Indígena Ponta do Evaristo – povo Paumari (está sendo reivindicada), Terra Indígena Tucumã – povo Apurinã/ Humaitá (em estudo), Terra Indígena Itapanã – povo Mura/ Canutama (em estudo) e Terra Indígena Boca do Jauari – povo Mura/Manicoré.

A metodologia utilizada durante o estudo das 12 Terras Indígenas localizadas na área de influência direta e indireta foi a pesquisa participante e participativa fundamentada na ecologia relacional, observação participante, técnica da mediação da escuta sensível e análise de intervenção social de abordagem antropológica desenvolvida por meio de reuniões comunitárias dentro do processo coletivo de consulta o que nos permitiu discutir conjuntamente, a partir de um diálogo intercultural entre consultores, coordenadores indígenas das organizações de base representantes da OPITAMPP (município de Manicoré), OPIMP (Município de Tapauá), OIMNB (município de Borba) e a OPIPAM (município de Humaitá) e agentes consultados (comunidades) sempre acompanhados por lideranças das aldeias (caciques) e pelo representante da COIAB, sobre a pavimentação da BR 319 seus impactos diretos, indiretos, socioculturais, ambientais a curto, médio e longo prazo e sobre as medidas para mitigar, solucionar ou impedir efeitos sobre suas Terras e seus povos.

Principais impactos e suas conseqüências:

1 - Invasão de madeireiros, garimpeiros, latifundiários, posseiros:

- facilitar a proliferação e contaminação de doenças (malária etc);
- promover desmatamento, queimadas na floresta e ao longo da estrada
- assoreamento e contaminação do rio pelo mercúrio causado pelos garimpeiros;
- ingresso de bebidas alcoólicas, outras substâncias tóxicas e invasão de pessoas estranhas (marginais);
- cooptação e aliciamento de indígenas - conflitos internos, desintegração social;
- grilagem da terra ao longo da estrada;
- promoção e incitação de invasão por parte dos órgãos públicos municipais nas terras indígenas (discursos oficiais anti-indígenas; facilitar entrada de caçadores; retirada de placas de identificação de T.I; promover loteamento em T.I.

As terras indígenas mais afetadas pela invasão são Cunhã Sapucaia, Lago Capanã, São João, Kamaywa.

2 - Promoção do Êxodo indígena para as proximidades da estrada em função dos atrativos oferecidos por ela:

- enfraquecimento e vulnerabilidade da ordem social
- riscos de acidentes na estrada
- alcoolismo, prostituição, mendicância
- despovoamento da T.I

3 - Conflitos e sobreposição de unidades de conservação e Terras e territórios indígenas demarcados e em estudo.

A questão mais crítica em relação à sobreposição é entre o território dos Índios Isolados com a FLONA de Tapauá que merecem toda atenção pelos órgãos competentes FUNAI e IBAMA.

4 - Circulação de transeuntes e acesso a bens e tecnologias ocidentais inadequadas e forçadas.

Terras indígenas mais afetadas serão a Kamaywa, Itaparanã e Tucumã.

5 - desvalorização da economia das comunidades em relação ao novo sistema de escoamento de produtos.

Principalmente nas terras indígenas Lago Capanã, Ariramba, Boca do Jauari e Torá.

6 - Abertura indiscriminada de estradas vicinais e ramais:

- afetar a circulação dos indígenas isolados presentes na área de influencia indireta da BR 319;
- facilitar o desmatamento e invasão de posseiros, madeireiros.

Terras Indígenas que mais serão afetadas por este problema serão os Índios Isolados, Mamori, São João e Tauamirim.

7 - Facilitar o transporte de passageiros e da produção. Integração entre norte e sul do país:

Como fator positivo e desejável está a facilidade do acesso de pessoas, produtos, habilidade no transporte de doentes, além da integração da região ao sul do país.

A regularização fundiária das terras reivindicadas e ampliação das demarcadas é a principal medida para conter e/ou amenizar os impactos de acordo com todos os povos e outras

medidas mitigadoras propostas a seguir serão desenvolvidas pela FUNAI com apoio institucional do DNIT.

• **Consolidação e proteção das Terras Indígenas (TIs):**

As Terras Indígenas prioritárias para este tipo de ação são Cunhã Sapucaia, Índios Isolados, Kamaywa, São João, Tauamirim e Tucumã.

- o) Implantar plano de vigilância e proteção das Terras Indígenas prioritariamente nas Terras Indígenas Cunhã Sapucaia, São João e Tauamirim;
- p) Promover a regularização das Terras Indígenas cumprindo-se as diferentes fases deste processo principalmente das terras Kamaywa, Itaparanã e Mamori;
- q) Ampliar o perímetro das terras indígenas até a margem da BR;
- r) Construir postos de fiscalização da FUNAI, PF, IBAMA e das organizações indígenas nas vias de acesso fluvial, e terrestre e ao longo da rodovia nos rios Tupana, Igapó-Açu e Itaparanã, no entroncamento da BR 319 com ramal Democracia;
- s) Capacitar recursos humanos destes órgãos bem como dotá-los de equipamentos para realizar a fiscalização;
- t) Proibir e fiscalizar a entrada de garimpeiros e balsas nos rios e igarapés;
- u) Proibir o uso de mercúrio pelos garimpeiros;
- v) Implantar programa de monitoramento e combate a poluição hídrica pelo mercúrio no rio Madeira;
- w) Não promover assentamento para posseiros ao longo da estrada;
- x) Solicitar a FUNAI que as áreas indígenas dos “índios isolados” sejam demarcadas como Terra Indígena nos municípios de Tapauá e Canutama;
- y) Construir novos modelos analíticos e jurídicos para pensar a territorialidade dos povos isolados.
- z) Fomentar diversas instâncias de diálogo com IBAMA, IPAAM, INCRA, FUNAI e outros órgãos do governo para que as comunidades Indígenas possam expressar seu estilo de vida em relação ao uso do espaço e o aproveitamento dos recursos naturais, superando problemas derivados do preconceito e/ou a sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação;
- aa) Proibir a sobreposição de UCs e T.I, impedindo a demarcação UC dentro das T.I.
- bb) Construir novos modelos de gestão a partir do conceito territorial dos povos indígenas dentro do Estado Nacional.

• Cidadania e inclusão social:

Em todas as Terras indígenas esta ação é prioritária. Entretanto, atenção especial deve ser dada a Terra Indígena Itaparanã, São João, Tauamirim e Mamori.

- o) Realizar monitoramento e programas de combate à malária entre secretarias municipais e FUNASA;
- p) Construir pólos base nas comunidades;
- q) Contratar e capacitar AIS (Agente Indígena de Saúde) para as comunidades das terras indígenas;
- r) Financiar projetos que incentivem o uso da medicina tradicional pelos órgãos públicos de saúde;
- s) A infra-estrutura das escolas - formação continuada para professores, fornecimento e elaboração de material didático e pedagógico específico, e transporte para os alunos;
- t) Auxílio na documentação dos integrantes das comunidades que se vêem impossibilitados de realizar trâmites importantes assim como de receber benefícios sociais;
- u) Fornecimento de geradores e aplicação do Programa “Luz para todos”;
- v) Implantar projetos sociais de prevenção, redução de danos e recuperação aos usuários que consomem substâncias tóxicas (álcool e outras drogas), trabalhando em parceria com os órgãos públicos e organizações indígenas;
- w) Equipar os postos de saúde com equipamentos (instalação de laboratório de microscopia) e remédios específicos para área de saúde (Barco e motor de popa para locomoção e remoção de pacientes e transporte de especialistas médicos indígenas - curadores);
- x) Realizar projetos de formação e fortalecimento político para associações, lideranças indígenas e nas escolas promovidas pelas lideranças e associações indígenas em parceria com órgãos públicos federais;
- y) Saneamento básico das comunidades com construção de poços artesianos e fossas sépticas;
- z) Programa comunitário de educação ambiental sob a orientação das lideranças, professores indígenas e agentes de saúde indígena;
- aa) Subsidiar atividades produtivas, facilitando o escoamento e comercialização de produtos como castanha, farinha de mandioca, borracha, peixes. Melhoramento da qualidade dos produtos;

- bb) Realizar estudos de produtividade e venda para dar saída a produtos não valorizados na região como pau-rosa, tucumã, andiroba, copaíba;

Neste sentido, os resultados dos estudos obtidos apresentados acima são frutos de discussões pelas comunidades sobre os problemas e os impactos da pavimentação da BR 319 os quais apontaram propostas e caminhos a serem seguidos para mitigar, compensar com intuito de implantar uma política de gestão territorial que possa valorizar a cultura, fortalecer suas organizações sociais e políticas, valorizar das atividades produtivas das comunidades indígenas a partir das territorialidades de cada povo e por fim promover a vigilância, a fiscalização e a regularização fundiária das terras indígenas reivindicadas ou ampliação das demarcadas.

4. Objetivos do Programa

5.1. Objetivo Geral

Implantar uma política de Gestão territorial das terras indígenas localizadas na área de influência da BR-319 por meio da valorização cultural, do fortalecimento político e social e da sustentabilidade econômica.

5.2. Objetivos Específicos

1. Promover o reconhecimento dos saberes tradicionais indígenas e o direito ao acesso aos conhecimentos não indígenas através do diálogo intercultural articulando diferentes atores que compõem a comunidade educativa (tuxauas, agentes de saúde, pajé, professores, pais, alunos etc);
2. Intensificar o uso da medicina tradicional e de cuidados com a saúde indígena por meio da articulação entre o sistema oficial de saúde e a medicina tradicional indígena;
3. Promover Fortalecimento Político e apoio institucional as organizações indígenas;
4. Implantar uma política de Gestão territorial e sustentabilidade econômica das terras indígenas por meio da valorização das atividades produtivas das comunidades indígenas a partir das territorialidades de cada povo; da vigilância, fiscalização e regularização fundiária das terras indígenas reivindicadas ou ampliação das terras demarcadas.

5. Descrição dos Subprogramas

6.1. Subprograma

Subprograma 1 – Diálogo pedagógico entre os saberes tradicionais indígenas e não indígenas

Desenvolvimento de atividades de formação e capacitação na área da educação formal e não formal através do diálogo intercultural articulando diferentes saberes (tradicionais indígenas e outros ocidentais) e atores que compõem a comunidade educativa.

Subprograma 2 – Articulação entre o sistema oficial de saúde e a medicina tradicional indígena

Desenvolvimento de atividades de formação e capacitação na área da saúde através da articulação entre o sistema oficial de saúde indígena e a medicina tradicional indígena proporcionando a implantação do sistema de atendimento diferenciado aos indígenas, a difusão do uso desta medicina ao mesmo tempo em que permite a valorização e fortalecimento da cultura indígena.

Subprograma 3 – Fortalecimento Político e apoio institucional as organizações indígenas

Desenvolvimento de atividades de formação de lideranças e de organizações indígenas e capacitação destas com infra-estrutura adequada com a finalidade de fortalecê-los politicamente ao mesmo tempo permitindo uma articulação entre os diversos setores sociais como educação, saúde, comunicação e circulação.

Subprograma 4 – Gestão territorial e sustentabilidade econômica das terras indígenas

Desenvolvimento de atividades de formação e capacitação dos indígenas para implantação de projetos de sustentabilidade econômica e segurança alimentar, melhorando o desempenho da produção agrícola e extrativista dos povos envolvidos permitindo também a regularização, ampliação, vigilância e fiscalização das terras indígenas e a proteção dos “índios isolados”.

6.2. Objetivos

Subprograma 1 – Diálogo pedagógico entre os saberes tradicionais indígenas e não indígenas

a) Garantir o reconhecimento dos saberes tradicionais indígenas e o direito ao acesso aos conhecimentos não indígenas através do diálogo intercultural articulando diferentes atores que compõem a comunidade educativa (tuxauas, agentes de saúde, pajé, professores, pais, alunos etc);

b) Melhorar a qualidade do ensino formal e não formal;

c) produzir material literário específico para cada povo indígena;

Subprograma 2 – Articulação entre o sistema oficial de saúde e a medicina tradicional indígena

d) intensificar o uso da medicina tradicional e de cuidados com a saúde indígena;

e) consolidar o atendimento diferenciado a saúde indígena;

Subprograma 3 – Fortalecimento Político e apoio institucional as organizações indígenas

f) apoiar a formação de organizações indígenas de base;

g) melhorar a infra-estrutura técnica para viabilizar a articulação de diferentes setores sociais das comunidades indígenas (saúde, educação e comunicação);

Subprograma 4 – Gestão territorial e sustentabilidade econômica das terras indígenas

h) valorizar as atividades produtivas das comunidades indígenas a partir das territorialidades de cada povo;

i) promover o escoamento e a comercialização dos produtos;

j) promover a vigilância e fiscalização das terras indígenas;

k) apoiar todas as iniciativas de regularização fundiária como GT's para estudo e identificação das terras reivindicadas ou ampliação das terras demarcadas;

l) garantir a constituição de um grupo de estudo que desenhe territórios de moradia, uso e perambulação dos “índios isolados”.

8. Metas e Resultados Esperados

Metas	Atividades a serem realizadas	Indicador
a) Garantir o reconhecimento dos saberes tradicionais indígenas;	- realizar reuniões nos 05 pólos para elaborar um diagnóstico político pedagógico e antropológico participativo nas terras indígenas	- elaboração do (PPP) projeto político pedagógico das escolas - elaboração de uma agenda para capacitação e formação de professores - envolvimento efetivo dos atores da comunidade educativa nas atividades da educação formal e não formal
	- realizar um curso seqüencial de formação profissional de Gestão Ambiental e Manejo de Recursos Naturais para indígenas com 30 vagas no Campus da UFAM em Humaitá	- número de indígenas formados o curso - utilização dos recursos naturais de maneira sustentável - conservação da sociobiodiversidade das terras indígenas - formação profissional de recursos humanos indígenas
b) Melhorar a qualidade do ensino formal e não formal;	- realizar oficinas de educação continuada para os professores indígenas com eixos temáticos a serem definidos por eles no diagnóstico	- envolvimento de professores, pais, alunos e lideranças nas atividades educativas formais e não formais das comunidades. - melhoria no desempenho pedagógico dos professores
	- realizar um seminário para discutir sobre a pavimentação da BR 319 e seus impactos nas terras envolvidas	- participação de atores sociais indígenas envolvidos - elaboração de um livro pelos indígenas sobre os referidos impactos
	- compra de motor de popa e botes de alumínio para transporte escolar	- aumento do número de alunos matriculados em função do uso do transporte escolar - melhorar o deslocamento e segurança dos professores indígenas que trabalham no sistema rodízio
	- construção e reforma de salas de aula	- número de salas reformadas e construídas nas terras onde for necessário
	- compra de gerador de energia para as escolas	- atividades a serem desenvolvidas pelos professores e alunos proporcionados pelo uso da energia na escola e comunidade

<p>c) produzir material literário específico para cada povo indígena;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - realizar oficinas para produção de material didático específico - compra de computadores e impressoras e de um sistema de conexão a internet para as escolas 	<ul style="list-style-type: none"> - produção e publicação de livros, mapas e calendários específicos - apoio na produção dos materiais literários - possibilitar a inclusão digital e novas tecnologias pelos indígenas
<p>d) intensificar o uso da medicina tradicional e de cuidados com a saúde indígena;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - realizar reuniões com líderes espirituais indígenas (pajés) - promover oficinas de transmissão e uso dos conhecimentos tradicionais indígenas envolvendo jovens, velhos, AIS, mulheres, professores, tuxauas e pajés de acordo com a cultura e respeitando a legislação sobre conhecimentos tradicionais vigente - construção e instalação de poços artesianos nas comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> - difusão e aplicação dos conhecimentos tradicionais indígenas na cura e prevenção de doenças - fortalecimento da cultura por meio da valorização dos conhecimentos da medicina tradicional - aumento do interesse dos jovens pela sua cultura - número de pessoas envolvidas nas oficinas - apropriação do conhecimento para uso medicinal da comunidade - produção de um manual de uso interno da medicina indígena - redução do índice de doenças promovidas por verminoses - apoiar na melhoria da qualidade no beneficiamento de produtos voltados de consumo interno e comercialização
<p>e) consolidar o atendimento diferenciado a saúde indígena;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - construir e equipar laboratórios de análise clínica (malária, leishmaniose, dengue, febre amarela, verminoses etc) em cada terra indígena. - compra de bote de alumínio com motor de popa para uso exclusivo para remoção e transporte de pacientes e da equipe de saúde - realizar oficinas para capacitação dos profissionais não indígenas que trabalham com a saúde indígena - realizar cursos para formação permanente de AIS 	<ul style="list-style-type: none"> - redução do índice de mortes promovidas pela ausência de diagnóstico em tempo hábil - melhorar as condições de atendimento à saúde diferenciada indígena - número de pacientes removidos - redução de índices de falecimento - contar com um transporte específico - compreensão pelos profissionais não indígenas dos saberes indígenas e sobre o conceito de saúde dos povos envolvidos - adequação da medicina moderna as necessidades da comunidade - melhoria do atendimento destes profissionais aos

	(Agentes Indígenas de Saúde)	<p>pacientes</p> <ul style="list-style-type: none"> - compreensão articulada do conhecimento da medicina moderna e tradicional - aumento do numero de AIS para atendimento aos pacientes
<p>f) apoiar a formação de organizações indígenas de base;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - promover 01 seminário com assessoria específica para a formação e regularização da associação indígena em Tapauá; - realizar oficinas de formação política de lideranças; - realizar oficinas de gestão administrativa para as organizações; - realizar um seminário interinstitucional sobre as visões territoriais dos povos indígenas; - apoiar na construção da sede da organização indígena a ser criada em Tapauá; 	<ul style="list-style-type: none"> - criação e regularização jurídica da associação - envolvimento de indígenas nas discussões de interesses coletivos de cada povo - revisão por parte dos órgãos governamentais dos conceitos e categorias vinculadas a territorialidade dos povos indígenas - construção da sede
<p>g) Melhorar a infraestrutura técnica para viabilizar a articulação de diferentes setores sociais das comunidades indígenas (saúde, educação e comunicação);</p>	<ul style="list-style-type: none"> - compra de sistema de radio fonia para os postos de saúde ou escolas das comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> - instalação e funcionamento do sistema nas comunidades - melhoria da comunicação entre as comunidades e sede das organizações indígenas de base
<p>h) Valorizar as atividades produtivas das comunidades indígenas a partir das territorialidades de cada povo;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - realizar um diagnóstico participativo da potencialidade dos recursos naturais voltado ao consumo (segurança alimentar) e a viabilidade econômica destes produtos - promover oficinas de capacitação de manejo dos recursos naturais extrativistas não madeireiro e pesqueiro; - construir casas de farinha nas comunidades - construir galpão de armazenamento e secagem de castanha - apoiar a formação de uma cooperativa para otimizar a 	<ul style="list-style-type: none"> - constituição de uma base de dados consistente para uso e otimização dos recursos naturais - elaboração do zoneamento para uso do território que vise a sustentabilidade das terras indígenas - número de casas de farinha e galpões de secagem de castanha por terra indígena - melhoria na qualidade dos alimentos - melhoria da renda familiar - redução de problemas de saúde vinculados a alimentação

	<p>cadeia produtiva</p> <ul style="list-style-type: none"> - propor a certificação dos produtos - comprar equipamentos apropriados para o beneficiamento (despolpar, conservar e transportar) dos produtos - compra de grupo gerador para apoiar o beneficiamento; 	
i) Promover o escoamento e a comercialização dos produtos;	<ul style="list-style-type: none"> - aquisição de barcos e outros meios de transporte; - oficinas de capacitação em Comercialização e Escoamento de produtos: enfatizará e identificará problemas na operacionalização prática da produção com vistas ao mercado. Temas como logística de transporte, armazenamento de produtos, mercado justo, economia indígena, reciprocidade; - promover um seminário para trocas de experiências e de projetos em andamento vinculados a comercialização e escoamento de produtos 	<ul style="list-style-type: none"> - infra-estrutura adequada para comercialização dos produtos - aquisição de tecnologias adequadas ao processo de produção e comercialização <p>Aquisição de conhecimentos e estratégias em vista à comercialização dos produtos questionados pelas comunidades.</p>
j) Promover a vigilância e fiscalização das terras indígenas;	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de postos de fiscalização em lugares estratégicos como no rio Tupana, T.I. Cunha Sapucaia, entroncamento da BR 319 com ramal Democracia e outros. - Formação e capacitação para equipes de vigilância. - Divulgação das atividades de vigilância na sociedade envolvente e com as agencias do governo. - Elaborar instrumentos de informação para prevenção de possíveis invasões (agencias de turismo, peixeiros, madeireiros, caçadores clandestinos). 	<ul style="list-style-type: none"> - Postos construídos - Equipes capacitadas para atividades de vigilância - Redução das invasões em terras indígenas. - Diminuição dos conflitos e riscos conseqüentes das invasões. - manual com recomendações sobre o direito a terra e conflitos
k) Apoiar todas as iniciativas de regularização fundiária.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar uma reunião envolvendo Ministério Público, Funai, organizações indígenas e indigenistas para viabilizar uma política de demarcação das terras indígenas reivindicadas na área de influencia direta e indireta da BR 319 bem como elaborar um protocolo para dirimir conflitos relacionados à sobreposição das terras indígenas com unidades de conservação e/ou 	<ul style="list-style-type: none"> - instituição de uma política e uma agenda para regularização das terras indígenas reivindicadas. - Estabelecimentos de acordos sobre conservação da natureza e o uso dos recursos naturais pelos indígenas e não indígenas.

áreas invadidas.

l) Garantir a proteção e integridade física e sócio-cultural dos índios isolados localizados entre os Municípios de Tapauá e Canutama.

- Constituição de um grupo de estudo pela FUNAI com apoio financeiro do DNIT para garantir e desenhar o território de moradia, uso e perambulação dos “índios isolados”.

- Constituição de um grupo de estudo para identificar o território dos índios isolados.

- Redução de trilhas, picadas e estradas ilegais próximas, circundantes ou dentro do território de perambulação dos índios isolados.

- Garantir uma metodologia de trabalho que assegure a tranquilidade dos índios ditos de isolados.

9. Metodologia

A metodologia a ser utilizada em todas as fases é participante e participativa fundamentada na ecologia relacional, técnica da mediação da escuta sensível e análise de intervenção social de abordagem antropológica e do ensino via pesquisa cujos procedimentos serão a realização de cursos, oficinas, reuniões comunitárias, seminários etc.

Considerando o enfoque organizacional das comunidades, a metodologia participativa é uma prática investigativa que pressupõe a participação ativa dos interessados e a necessidade de ações planejadas sobre os problemas percebidos, sendo imprescindíveis à interação entre a equipe e os sujeitos do processo de formação, os principais interessados, os povos indígenas, para que possam definir os caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento do programa respeitando os aspectos políticos, sócio-culturais e econômicos que permeiam a vida coletiva destes.

O curso seqüencial de Gestão Ambiental e Manejo de Recursos Naturais, será realizado em 2 (dois) anos e meio, com carga horária mínima de 1.800 h, na Campus da UFAM de Humaitá e será ministrado durante 05 períodos letivos.

Os cursos de formação a serem desenvolvidos, terão em media duração de 5 a 10 dias e serão realizados nas comunidades onde quantidade e temas serão definidos nas reuniões participativas para elaboração do diagnóstico. Assim, definimos 05 pólos onde serão ministrados os cursos dos subprogramas, organizados conforme o povo indígena, unindo terras indígenas como: a) Pólo Mura-Munduruku - Lago do Jauari, Lago Capanã, Ariramba, Kamaywá; b) Polo Parintintim-Mura - terras indígenas 9 de novembro, Itaparanã e Tucumã; c) Pólo Mura - Cunha Sapucaia; d) Polo Apurinã -Lago Barrigudo e; e) pólo Apurinã-Paumari - Igarapé Tauamirim, São João e Ponta do Evaristo.

Estes cursos e oficinas de formação fundamentam-se nos procedimentos no ensino via pesquisa é uma concepção curricular que parte da idéia de que o currículo é aberto, e se estrutura sobre PROBLEMÁTICAS – perguntas formuladas pelos discentes sob a supervisão do professor, e que serão respondidas processualmente a partir de PESQUISAS, realizadas pelos alunos, e que permitem o desenvolvimento de várias HABILIDADES intelectuais, que vão desde a capacidade de fazer as perguntas adequadas, até a capacidade de conceber métodos capazes de apreender e explicar o que se quer saber sobre cada um dos objetos de conhecimento circunscritos em cada caso

O 'Ensino via Pesquisa' (EvP) é condicionado pelo contexto educacional local e pelos interesses do grupo de educandos que se encontram em processo de formação. Trabalha a partir de procedimentos que capta e discute os interesses e os contextos de vida dos participantes, formulando a partir desses interesses e contextos, *Pesquisas* que serão realizadas por eles, e que estabelecem como ponto de partida (mas não como ponto de chegada) estes interesses.

A metodologia proposta permite, por meio da participação efetiva, que os envolvidos demonstrem seus conhecimentos sobre o território e a cultura, fortalecendo tanto sua identidade, sua auto-estima e dignidade, possibilitando-lhes reafirmarem-se como protagonistas de suas histórias ao assumirem o controle das forças de transformação da sociedade, promovidas pelo contato com a economia de mercado, predominante na sociedade contemporânea. Tal participação pode minimizar ou excluir os riscos dos impactos indesejáveis que a pavimentação da rodovia BR 319 pode ocasionar, propiciando-lhes incorporar valores, funções, significados do sistema mundial de acordo com seus interesses e visão de mundo.

Quanto ao lugar e a quantidade de poços artesianos, escolas, postos de saúde e laboratórios a serem construídos serão definidos de acordo com a necessidade por comunidade, pólos ou terras indígenas. Poços artesianos e escolas por comunidades; postos de saúde e laboratórios por pólo ou terra indígena assim como os equipamentos que serão comprados para dá suporte as suas atividades fins.

9.1. Detalhamento das Fases e dos Procedimentos a serem Implantados.

As metas propostas através dos subprogramas serão desenvolvidas em 04 fases:

1ª fase- preliminar para levantamento de dados e planejamento

Consistirá no levantamento de dados e realização de reuniões e oficinas participativas para o planejamento e definição das atividades de acordo com as metas propostas. Contratação de 04 educadores para ministrar cursos e oficinas de acordo com os temas definidos pelos indígenas e de 04 monitores-bolsistas para apoiar as atividades em grupo das oficinas e cursos, digitalizar mapas e outros produtos da formação continuada.

2ª fase - Execução das atividades de formação

Realização de cursos, oficinas de capacitação e formação seminários e reuniões nas comunidades pela equipe de consultoria relacionada à educação, saúde, formação política e compra de equipamentos necessários para efetivação das atividades acima.

3ª fase – Desenvolvimento das atividades (obras) nas comunidades e outros locais

Consiste na construção e reforma de escolas, postos de saúde, poços artesianos e postos de fiscalização nas comunidades e locais definidos. O modelo arquitetônico deverá respeitar a identidade cultural e territorial dos povos indígenas.

4ª fase – monitoramento e avaliação das atividades

Reuniões entre as comunidades e órgão públicos envolvidos para avaliar as atividades desenvolvidas.

10. Equipe Técnica

Nome do Profissional	Função no Projeto	Produto resultante
Profissional com experiência em coordenar e desenvolver projetos em terras indígenas no Amazonas (antropólogo e cientistas sociais)	Coordenador do subprograma 2	- oficinas na área de saúde - produção de manual de uso da medicina tradicional indígena
Profissional com experiência em coordenar e desenvolver projetos de gestão territorial em terras indígenas no Amazonas (Cientistas Humanos-Geógrafos- agrônomos)	Coordenador do subprograma 4	- cursos de sistemas agroflorestais
Profissional com experiência em coordenar e desenvolver projetos de educação diferenciada em terras indígenas no Amazonas (Cientistas Humanos – educadores lingüistas,geógrafos,antropólogos etc.)	Coordenadora do subprograma 1	- cursos e oficinas de educação continuada - produção de livros com literatura indígena
Profissional com experiência em coordenar e desenvolver projetos em terras indígenas no Amazonas (antropólogo)	Coordenador do subprograma 3	- cursos e oficinas para formação de lideranças - manual sobre os direitos a terra e conflitos
Educadores	04 educadores ministrando cursos – subprograma 1	- cursos de educação continuada
Profissionais de saúde – enfermeiros e médicos	04 profissionais de saúde subprograma 2	- cursos e oficinas na área da saúde
Profissionais de agronomia, eng. Florestal	04 profissionais de agronomia, eng. Florestal – subprograma 4	- cursos e oficinas de manejo de recursos naturais e de fertilidade dos solos
Estudantes de graduação da área de ciências humanas	04 monitores – subprograma 3 e 1	- relatórios das oficinas e digitalização de mapas e outros documentos
Empresa p/ Construção de postos de saúde, posto de vigilância e escolas	Empresa p/ Construção de postos de saúde, posto de vigilância e escolas	-construção e reforma de escolas, postos de saúde e de vigilância.
Profissionais na área de gestão administrativa e empreendedorismo	02 profissionais na área de gestão administrativa e empreendedorismo	- <i>oficinas de capacitação em Comercialização e Escoamento de produtos</i>

11. Cronograma de Atividades

Nº	Metas e Atividades	Resultados		Cronograma de Execução Física																				
		Unid. Medida	Qnt.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
1	a) Garantir o reconhecimento dos saberes tradicionais indígenas - realizar reuniões nos 5 pólos para elaborar um diagnóstico político pedagógico e antropológico participativo nas terras indígenas	Reunião	06	x	x																			
2	- realizar um curso seqüencial de formação profissional de Gestão Ambiental e Manejo de Recursos Naturais para indígenas com 30 vagas no Campus da UFAM em Humaitá	Curso	01	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3	b) Melhorar a qualidade do ensino formal e não formal; - realizar oficinas de educação continuada em 05 pólos para os professores indígenas com eixos temáticos a serem definidos por eles no diagnóstico	Oficinas	A definir			x	x			x	x			x	x			x	x			x	x	
4	- realizar seminário nos 05 pólos para discutir sobre a pavimentação da BR 319 e seus impactos nas terras envolvidas	Seminário	05						x	x														
5	- compra de equipamentos para as escolas (motor de popa, botes de alumínio para transporte escolar		07 botes e 07 motores de popa	x	x																			

14	- compra de bote de alumínio com motor de popa para uso exclusivo para remoção e transporte de pacientes e da equipe de saúde		07 botes e 07 motores	x	x																				
15	- realizar oficinas para capacitação dos profissionais não indígenas que trabalham com a saúde indígena	Oficinas	05 oficinas 01 por pólo							x					x				x						
16	- realizar cursos para formação permanente de AIS (Agentes Indígenas de Saúde)	Curso	10 cursos 02 por pólo																						
17	f) apoiar a formação de organizações indígenas de base - promover 01 seminário com assessoria específica para a formação e regularização da associação indígena em Tapauá	Seminário	01																						
18	- realizar oficinas de formação política de lideranças	Oficinas	10 oficinas 02 por pólo												x	x				x	x				
19	- realizar oficinas de gestão administrativa para as organizações	Oficinas	10 oficinas 02 por pólo																x	x				x	x
20	- realizar um seminário interinstitucional sobre as visões territoriais dos povos indígenas	Seminário	01																						
21	- apoiar na construção da sede da organização indígena a ser criada em Tapauá		01			x	x	x																	

12. Referências Bibliográficas

- Áreas Etnográficas: Proposta de reestruturação do Departamento de Identificação e Delimitação da FUNAI com base na atuação em Áreas Etnográficas. www.unb.br/ics/dan/geri/Textos/MarcoPaulo.htm Acessado em 16/11/2005.
- SILVA, Orlando Sampaio, LUZ Lúcia & HELM, Cecília Maria Vieira (Org). A perícia antropológica em processos judiciais. Florianópolis: Editora da UFSC. Associação Brasileira de Antropologia: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1994.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de & CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.). Amazônia: etnologia e história indígena. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP: FAPESP, 1993.
- AB'SÁBER, Azis Nacib. Amazônia; do discurso à práxis. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996,
- AMOROSO, Marta Rosa. Corsários no caminho fluvial: os Mura do Rio Madeira. In: História dos índios no Brasil. Organização Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura. FAPESP, 1998.
- BECKER, Bertha K. Amazônia. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- BRAGA, Sérgio I. Estudos Ambientais da BR 319 – Populações Indígenas. Manaus, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2005.
- CONFEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E POVOS DO AMAZONAS. Diagnóstico Fundiário Visando Ações de Sustentabilidade e Vigilância das Terras Indígenas Localizadas ao Sul e Sudeste do Estado do Amazonas. Manaus, COIAM, 2005.
- DAVIS, Shelton H. Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FARIA, Ivani Ferreira de. Território e territorialidades indígenas do Alto Rio Negro. Manaus, EDUA, 2003.
- FEPI – INFOFEPI: Dados Estatísticos dos Povos Indígenas. Fundação Estadual de Política Indigenista. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 2002. Mimeo.
- FERNANDES, Márcio Roberto Lima. O movimento indígena Mura: estratégias políticas. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais. UFAM, 2002.
- GHAJ YASH. Globalização, multiculturalismo e Direito. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (organizador). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- KROEMER, Gunter. Cuxiua: o Purus dos indígenas – ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do médio Purus. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

- LAZARIN, Marco Antonio. A descida do Rio Purus: uma experiência de contato interétnico. Dissertação de Mestrado em Antropologia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília, UNB, 1981.
- LEGISLAÇÃO INDIGENISTA BRASILEIRA. Coletânea. Assessoria Jurídica CIMI. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- LÉNA, Philippe. Matrizes de desenvolvimento na Amazônia: história e contemporaneidade. In: Terras indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições/ organização Fany Ricardo. – São Paulo: Instituto Sócio ambiental, 2004.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza & BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs.). Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: LACED/UFRJ, Contra Capa Livraria, 2002.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, Ltda., 1992.
- MELATTI, Julio Cezar. Pólos de Articulação Indígena. Revista de Atualidade Indígena, n.16. Brasília: FUNAI, 1979, p. 17-28.
- _____. Por que áreas etnográficas? www.geocities.com/RainForest/Jungle/6885/ias-a/txpq.htm. Acessado em 16/11/2005.
- MILARÉ, Édis. Legislação Ambiental do Brasil. São Paulo: APMP, 1991.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- _____. Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas. São Paulo: Editora Loyola.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Sociedades indígenas & indigenismo. Rio de Janeiro, UFRJ: Editora Marco Zero, 1987.
- _____. (Org.). Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria Ltda, 1998.
- PARECER DA COIAB SOBRE AS CONSEQÜÊNCIAS DO GASODUTO URUCU – PORTO VELHO PARA OS POVOS INDÍGENAS DO SUL DO AMAZONAS E RONDÔNIA. Relatório aprovado em Assembléia da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Manaus, COIAB, 2002. Mimeo.
- PEGGION, Antonio. Os Torá. In: Enciclopédia dos Povos Indígenas. Instituto Socioambiental (ISA), 1999. www.isa.org/pib/Torá/Torá-shtm
- PORRO, Antonio. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

- POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 1996/2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.
- PPA 2004-2007 NA AMAZÔNIA – NOVAS TENDÊNCIAS E INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA. Grupo de Assessoria Internacional (IAG) do PPG7. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2003. <http://www.mma.gov.br>.
- RAMOS, André Os Munduruku. In: Enciclopédia dos Povos Indígenas. Os Munduruku. Instituto Socioambiental (ISA), 2003. www.isa.org/pib/munduruku/munduruku-shtm
- RODRIGUES, Aryon Dall' Igua. Línguas brasileiras; para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- WRIGHT, Robin M. História indígena do noroeste da Amazônia. In: História dos índios no Brasil. Organização Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1998.
- SANTOS, Francisco Jorge dos. Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina. Manaus: EDUA, 2002.
- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Plano estratégico para promoção do Desenvolvimento Sustentável e o Combate ao Desmatamento e Grilagem de Terras na área de influencia da BR-319. Manaus, 2005.

ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA – TERRAS INDÍGENAS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA E INDIRETA DA BR 319

Roteiro de Entrevista – Terras Indígenas da área de influência direta e indireta da BR 319	
1-Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Nome da comunidade: • Município: • Data de fundação da comunidade: • Lideranças (cacique, religioso, catequistas, professores, agentes de saúde, etc): • N. de pessoas e famílias que moram na comunidade: • Situação fundiária: tamanho, uso, condição legal, documentação: • Instituições dentro da comunidade (escola, igreja, cooperativa): • Instituições parceiras (estadual, municipal, ongs): • Serviços (saúde, comunicação, educação, saneamento, lixo): • Escolaridade: fundamental, médio, formação de professores: • Tipo de ensino: diferenciado ou não: • Se for diferenciado que modalidade de ensino? • N. professores: • N. alunos:
2-Organização social e política	<ul style="list-style-type: none"> • Representação política ou/e religiosa: • Associação ou entidade política de base (sindicato, organização indígena, cooperativa): • Atividades econômicas da família (rendas e produção familiar (pesca, caça, agricultura, extrativismo, criação de animais): • Alianças sociais e conflitos comunitários: • Fricção intra-étnica e interétnica:
3-Expectativas e demandas em relação da BR 319	<ul style="list-style-type: none"> • Relevância do asfaltamento da estrada (qual é a sua opinião sobre o asfaltamento da estrada?): • Expectativas em relação pavimentação da estrada: • Aspectos de impacto: • Aspectos positivos: • Atividades econômicas que se realizam na região:



ANEXO III - MAPAS